

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Katya Mitsuko Zuquim Braghini

A “Vanguarda Brasileira”: A juventude no
discurso da Revista da Editora do Brasil S/A
(1961-1980)

Doutorado em Educação

São Paulo
2010

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Katya Mitsuko Zuquim Braghini

A “Vanguarda Brasileira”: A juventude no
discurso da Revista Editora do Brasil S/A
(1961-1980)

Tese apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTORA em Educação: História, Política, Sociedade sob a orientação do Prof. Dr. Kazumi Munakata.

Doutorado em Educação

São Paulo
2010

Banca Examinadora

Resumo

Este estudo histórico apresenta a imagem que foi construída sobre a juventude nos anos 1960 e 1970 a partir dos artigos produzidos e publicados na Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA). Por se apresentar notadamente favorável ao governo autoritário este periódico educacional pode ser considerado como uma espécie de “contra-face” da juventude que, à época se manifestava de formas variadas. Foi levado em consideração que diante dos manifestos juvenis um “projeto de juventude” foi organizado pelos editores do periódico possivelmente buscando um ideal de jovem que fosse mais conveniente ao regime instituído pelo golpe militar. Foram selecionados 211 registros de seções variadas - relatórios governamentais, leis, artigos de outros veículos de comunicação, comunicados de órgãos variados, colaborações de pesquisadores - cujos conteúdos estampavam os termos “juventude”, “jovens”, “estudantes”, dentro de um lote de 228 edições, todos, organizados por meio de um banco de dados. A base documental foi ampliada levando em consideração outras referências citadas na *Revista*. Para a análise dos discursos foram levados em consideração os trabalhos de Ginzburg sobre o deciframento das fontes. A pesquisa indicou uma aversão à rebeldia e à mobilização estudantil; um medo generalizado pela tomada de espaços e ritos dos adultos pelos jovens; um plano de “saneamento” da juventude e uma idealização do jovem que seria conveniente muito mais como modelo para os jovens desmobilizados do que para o ajustamento daqueles que se manifestavam de formas “inadequadas”.

Palavras-chave: Juventude, estudante, EBSA, Editora do Brasil, pensamento conservador.

Abstract

This historical study presents the image of youth that was built in the 1960s and 1970s based on articles produced and published by the *Revista da Editora do Brasil S/A* (EBSA). Since it clearly approved the authoritarian government, this educational journal might be considered as “the other side” of the youth that at the time manifested in various manners. These youth manifestations resulted in the creation of a “youth project” organized by the editors of the journal, possibly looking for an ideal youngster who would be more convenient to the regime instituted by the military coup d’état. A total of 211 reports were selected from different sections – governmental reports, laws, articles from other communication channels, reports from various entities, collaborations from researchers – the content of which included the terms “youth”, “youngsters”, “students”, within a set of 228 editions, all of them organized using a database. The documentation on which the research was based was enlarged taking into consideration other references mentioned in the *Revista*. The studies by Ginzburg about deciphering sources were used in speech analysis. The research indicated an intense dislike of rebelliousness and student mobilization; a generalized fear of spaces and rites being taken from adults by youngsters; a plan to “cleanse” youth and an idealization of a youngster that would be much more convenient as a role model for the demobilized youngsters rather than used to help adjust those who inadequately manifested their ideas.

Keywords: Youth, student, EBSA, Editora do Brasil, conservative thought.

Dedico a Sergio.

Agradecimentos

Tenho o imenso prazer em distribuir os créditos àqueles que me acompanharam, fosse de perto ou longe, de forma a fazer o meu tempo de pesquisa no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, um dos momentos mais felizes da minha vida.

Agradeço em primeiro lugar ao Prof. Dr. Kazumi Munakata, certamente um dos principais responsáveis por essa alegria. Ele foi o meu mestre e orientador nos momentos de estudo, mas foi, sobretudo, meu amigo, que preencheu a minha história de vida com momentos engraçados e comoventes.

Ao Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr. aquele que sem nenhuma arrogância e com muito zelo me transmitiu uma sabedoria sólida e erudita. Isso, mais os conhecimentos sobre o funcionamento do mundo acadêmico e as ótimas aulas.

À Prof^a Dr^a Marília Pontes Spósito por toda orientação no exame de qualificação e por ter me cedido dados de sua pesquisa sobre a juventude antes que os resultados fossem publicados. Agradeço a gentileza.

Aos meus professores do EHPS todo o reconhecimento do mundo.

Sou grata a todos os meus familiares pela paciência e pelo carinho, mesmo quando ausente, porque a pesquisa me chamava. À minha querida mãe, a quem eu devo tanto, um beijo especial. Aos meus sobrinhos e a minha afilhada Julia, muito amor no coração.

Aqui, demarco os nomes daqueles que são meus amigos, pessoas significativas em minha vida, gente feliz, sincera, digna comigo: Edson, meu amado primo; Ana Maria e Denise, minhas irmãs de espírito; Andrezza e Débora, amigas de sempre; Flavia, Luciana, Ellen, Bianca amigas para sempre; Ana Paula e Ana Weisz, prodígios; Juliana Filgueiras, por tantas gentilezas. Aos meninos Marcelo, Marcos, Fabio e Paulo Jorge pela continuidade dos nossos sonhos. À querida Elisabete Adania, por tudo e mais além.

A todos aqueles que colaboraram para a finalização este trabalho, os meus sinceros agradecimentos: Luciana e Sidinei, bibliotecários da FEUSP, Maria Bueno, bibliotecária da Faculdade de Educação da Unesp – Rio Claro; Ivanildes do Centro do Professorado Paulista.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de doutorado sem a qual nada disso seria possível.

Índice Geral

Introdução	10
A Revista da Editora do Brasil S.A: a “serviço dos educadores patrícios”	13
A Revista da Editora do Brasil S/A e a sua posição conservadora	17
A Juventude dentro da Revista da Editora do Brasil S/A	20
Procedimentos Metodológicos	23
Guia sobre o recolhimento de documentos sobre a Editora e a Revista	23
Trabalho com as fontes: recolhimento dos números da <i>Revista</i> e ampliação do corpo documental.....	27
A apreensão do tema “juventude” dos discursos de EBSA.....	29
A análise dos discursos publicados.....	30
 Capítulo 1 - A Revista da Editora do Brasil S/A – EBSA	 34
A Editora do Brasil S/A – Sobre a sua fundação	34
O nascimento da Revista da Editora do Brasil S/A – EBSA.....	37
A Revista EBSA: Objetivos, funções, fixação no mercado educacional	43
A Revista de Editora do Brasil S/A (EBSA) e o seu público leitor	48
EBSA: veículo de promoção do desenvolvimento da Editora do Brasil.....	56
O Conteúdo da Revista EBSA nos anos 1960	61
Editora do Brasil nos anos 1970: A consolidação de uma vontade	78
A Revista da Editora do Brasil – EBSA S/A (1961-1980).....	81
 Capítulo 2 - Juventude: Um “Monstro Jurídico-Político”	 87
A juventude estudantil de “esquerda” quer mandar no campo social.....	89
Estudantes são “sub-reptícios”, “lobos em pele de cordeiro”	111
Estudantes eram a “desgraça da nova geração”, “traidores da Pátria”	120
Os estudantes em 1968	124
O medo de uma geração e a aflição com o mundo jovem	133
 Capítulo 3 – O “poder jovem”: um mito remodelado.....	 140
O "poder jovem" para a Revista da Editora do Brasil S/A	140
"Juventude Transviada": Um fenômeno universal	143
A família: de "núcleo nevralgico" a "instituição enfraquecida"	144

Os estudantes eram "vítimas do sistema de ensino"	148
Práticas Escolares e Extra-Escolares	158
- Os professores.....	158
- As teorias que circulavam e os livros proibidos.....	162
Fora da escola: um repertório de obras que "comercializa os sentidos"	169
Como reparar os "desvios" da juventude estudantil?	178
O papel dos responsáveis pela Educação	179
Grêmios Estudantis: A alteração no formato	183
Capítulo 4 – A “Vanguarda Brasileira”	198
A promoção de uma "Juventude Estudiosa"	198
Juventude como "puro manancial" busca um Brasil melhor.....	200
Juventude Estudiosa: elemento de sustentação da "mítica do patriotismo"...	210
Livros didáticos e infanto-juvenil e os bons valores para os jovens	215
A formação de lideranças.....	219
Os bons exemplos de "juventude estudiosa"	225
Os "bons jovens" em associações estudantis: pronunciamentos e atos	224
Atividades Extra-Escolares julgadas interessantes	229
Marcas de um redator cristão.....	233
Fenômenos de uma nova época: os estudantes se expressavam por gestos	
Diferentes.....	234
- Estudantes vitimados pelos tóxicos	240
- Estudantes: uma geração "sem palavras".....	248
- A Psicologia como um atendimento necessário à prevenção das	
anormalidades.....	249
O Movimento Estudantil em 1977	251
Conclusão – A juventude na Revista da Editora do Brasil S/A.....	259
O planejamento da crise ou um mapeamento de regras	265
Referências Bibliográficas.....	272
Fontes	280
Textos citados	285
Anexos	301
Banco de Dados – Quadros	334
Fotos	350

Introdução

O interesse em estudar a imagem que foi construída sobre a juventude nos anos 1960 e 1970, a partir dos artigos produzidos e publicados na Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA), surgiu porque esse periódico educacional se apresentou notadamente favorável ao governo autoritário instituído em 1964.

Levando em consideração que, à época, o que se chamou “juventude” se mobilizou por meio de uma variada gama de manifestações em vários locais do mundo, tornou-se interessante tentar compreender como foi edificada uma ideia de juventude em uma revista educacional que não escondia a sua condição de ser favorável ao Estado autoritário militar e que, portanto, tomava posição de ataque a quaisquer movimentos sociais contestadores à ordem política, assumindo uma atitude abertamente conservadora. Como fonte documental, EBSA pode ser considerada uma espécie de “contra-face”, “o outro lado” daqueles movimentos sociais que, à época, se manifestaram contra o autoritarismo.¹

O pensamento de Sarlo (2007), diante uma “falta” nas pesquisas históricas argentinas sobre o período da ditadura militar colaborou para que esta pesquisa tomasse corpo. No caso da história argentina, a autora apontou para uma lacuna de pesquisas em História, a partir do uso de fontes documentais, já que, naquele país, findada a ditadura militar, o testemunho foi tornado ícone da verdade e o recurso mais importante para averiguar este mesmo passado (Sarlo, 2007, p. 48).

A autora não deslegitimou a importância do testemunho para a elucidação daquele passado histórico, já que eles foram indispensáveis para restituir aquilo que se tentou apagar. No entanto, em seu estudo, a autora constatou uma indisposição dos pesquisadores argentinos quanto ao uso de fontes que não fossem as testemunhais. Para a autora, os historiadores optaram por oferecer certezas que dessem “consolo” e “respostas” em vez de

¹ Neste trabalho, a Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA) será referenciada também ou como periódico educacional, ou documentário ou *Revista*, apenas no sentido de se evitar as repetições da sigla EBSA.

um “sistema de hipóteses” e contradições sobre esse período sombrio da história.

A preocupação da pesquisadora em torno das fontes documentais como elemento fundamental para a identificação de traços significativos na história da ditadura militar deu ênfase à curiosidade em torno das bandeiras levantadas pelo grupo editorial responsável por EBSA, mediante a sua percepção sobre o que denominou “juventude” daquela época. Nos discursos produzidos em suas páginas, ideais e valores pertinentes ao grupo responsável pela publicação do periódico, jogam luz sobre um projeto de organização da sociedade brasileira com a qual esse grupo se identificava e defendia.

Portanto, foi levado em consideração que, diante dos manifestos juvenis nos anos 1960-1970, um “projeto de juventude” foi organizado pelos agentes responsáveis por esse periódico educacional muito possivelmente buscando um ideal de juventude que fosse mais “adequado” ao ajustamento do que os jovens mobilizados. O período demarcado na pesquisa compreende de 1961, ano em que são publicados os primeiros artigos sobre os jovens estudantes em EBSA, a 1980, ano em que se percebeu um decréscimo de conteúdo sobre a juventude, talvez coincidindo com a abertura política que se iniciava no país.

Reforçou ainda mais o interesse nesse empreendimento a constatação de que há uma “falta” de estudos históricos sobre as representações da juventude no Brasil, como é o caso deste estudo e de estudos históricos sobre a juventude em geral.

Essa afirmação foi constatada a partir dos “estados da arte” organizados por Spósito (2001; 2009) sobre o tema “juventude”, entre 1980-1998 e 1999-2006. Nesses dois estudos, a autora coordenou um levantamento sobre as produções acadêmicas pesquisadas nos períodos apontados, identificando os temas e os assuntos mais explorados e, ao mesmo tempo, apresentando as brechas de pesquisa pouco exploradas ou sem nenhuma produção concluída.

Ao investigar “a produção de conhecimentos advindas do exame de dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação entre 1980 e 1998”, Spósito (2001) não detectou estudos sobre a juventude ou representações sobre a juventude na área de História. Segundo a autora, a juventude era um “objeto pouco consolidado na pesquisa, não obstante a sua importância política e social” (p. 38), e que há “pequena

participação do que poderíamos designar como estudos sobre a juventude em Educação” (p. 41).

Nesse mesmo levantamento, a autora apontou a existência de estudos sobre representações da juventude (10,2%), mas registrou que, em grande parte, as abordagens estão mais próximas das orientações em Psicologia (p. 44).

Hilsdorf e Peres (2009), analisando os estudos históricos sobre a juventude entre 1999-2006, indicaram que há poucos trabalhos sobre história da juventude no Brasil. Dos 38 trabalhos encontrados há, pela via do recorte cronológico, uma concentração de estudos sobre a década de 1960-1970 e que, nestes casos, os trabalhos privilegiaram a condição de efervescência política e cultural do período; dando ênfase aos aspectos ligados ao movimento estudantil. Isto é, o jovem encontrava-se presente no estudo, mas o foco dos trabalhos era voltado para os movimentos.

Também foi identificado que pelo levantamento das palavras-chave, havia sete trabalhos voltados para a juventude, abordando o aluno observado dentro das instituições de ensino. Nestes casos, os focos eram para a instituição e para o aluno. Por fim, foram identificados oito trabalhos históricos voltados para o estudo do jovem em contextos diferenciados da história do Brasil.

Dessa exposição bibliográfica, surgem três imagens que abriram a possibilidade de empreendimento deste trabalho. Uma, que percebeu um foco muito centralizado na atuação política dos estudantes contra o autoritarismo militar, desconsiderando o aspecto “estudantil” do movimento. A segunda, que constituiu uma imagem monolítica destes jovens como se todos eles fossem rebeldes e ativistas, desconsiderando a observação de uma população que não se manifestava ou que demonstrava a sua mobilização de outra forma. A terceira, que desconsiderava todas as histórias sobre a juventude que não fossem referentes às manifestações políticas dos estudantes.

Este trabalho buscou compreender, a partir dos registros publicados em uma revista educacional nos anos 1960-1970, o que a publicação entendia por juventude. Este trabalho não deixou de focar os anos de efervescência cultural e política no país e, embora discuta os movimentos políticos dos estudantes, o foco está voltado para o sentido de representação de juventude.

Para desenvolver um estudo introdutório sobre EBSA, esta pesquisa utiliza um roteiro que está implícito no texto de Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1996), quando estes analisaram a revista *L'Education Nationale*. Os autores pautaram-se pelo posicionamento do “lugar da fala” dos responsáveis pelo periódico: a apresentação de suas posições políticas e educacionais; suas crenças; parceiros; seus suportes de produção, transmissão de ideias; como entra na arena dos discursos o tema de análise etc..

A Revista da Editora do Brasil S.A: a “serviço dos educadores patricios”.

Em sua ata de fundação, a Editora do Brasil disse que visaria “com especial cuidado, à edição e à divulgação de obras didáticas de caráter cívico, de real valor” (Capítulo 3º, parágrafo 1º). Isso acompanhava o lema da Editora: “Uma organização a serviço dos educadores”. Segundo informava em seu sítio eletrônico, a Editora do Brasil é uma sociedade anônima “vocacionada” a atender a “demanda de livros didáticos”.

A EBSA era uma publicação mensal da Editora do Brasil. Foi lançada em 1947, quatro anos após a fundação da própria Editora, e desativada nos anos 1990. Tratava-se de um pequeno periódico educacional, que foi intitulado “documentário de ensino”. Sobre essa *Revista*, a Editora do Brasil, na quarta capa de sua edição de lançamento, justificou a existência de tal publicação por ter havido a necessidade de incrementar um departamento educacional dentro da Editora, para dar conta da “copiosa correspondência de várias regiões do país” (EBSA, 1947).

Em novembro de 1947, os editores viram uma “brecha” editorial e se lançaram na publicação de uma revista que fosse a porta-voz da Editora, lançada para os profissionais de ensino de todos os segmentos, mas, especialmente, voltada para o Ensino Médio brasileiro (EBSA, 1957, p. 3). E, para isso, cuidou a direção da empresa usar a documentação do Departamento Escolar (DE), um departamento de observação, catalogação e organização de notícias sobre a Educação, entre outros assuntos. (EBSA, 1957, p.1).

EBSA foi criada para o atendimento aos professores brasileiros, sendo “distribuída gratuitamente para todos aqueles que estivessem dispostos a assiná-la”, neste caso, para professores, órgãos estaduais de educação,

repartições públicas, associações de educadores e diretores de escolas secundárias². Deixou de ser editada nos anos 1990, segundo os seus responsáveis, por conta “do avanço da Internet”, pois este instrumento teria retirado a funcionalidade específica do documentário, que era a de possibilitar ao público leitor acesso rápido às notícias e informações indispensáveis para quem pretendesse, como se dizia, “assenhorear-se da evolução educacional” (EBSA, 1971, p. 6).

Em 1964, Carlos Pasquale, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), e que já havia sido diretor de EBSA, escreveu³: “os documentos que já havíamos coligido e o que coligiremos ainda nas páginas de EBSA passarão à História da Educação”. Mais adiante, o político afirmou: “realmente, sem vaidade ou orgulho, há de se confirmar que EBSA é arquivo categorizado, vivo e imparcial, garantindo sua independência de ação e de recursos da história do ensino e da educação no país” (EBSA, 1964, p. 2).

Para melhor qualificar a fonte principal, esse pronunciamento foi interessante. Primeiro porque colocou a *Revista* como uma coleção de documentos que passariam “à História da Educação”. Depois, porque se anunciou como um veículo de imprensa que era “imparcial”.

Por ser um “documentário”, produzia o seu próprio conteúdo, mas também transcrevia as informações de outros documentos. A disposição da base material de EBSA tinha por objetivo permitir aos leitores uma consulta rápida das informações de que necessitariam. Os editores de EBSA promoviam a reunião e divulgação de uma base documental que provasse algum assunto. Os seus editores compilavam artigos, leis, atas de comissões de ensino etc., tudo o que consideravam importante sobre a educação de forma a dotar os profissionais desta área de diversas informações. A Editora do Brasil, por meio de EBSA, passou a divulgar uma coleção de temas que, segundo diziam, agilizava os trabalhos dos interessados. Passou à História da Educação como um arquivo de fontes produzidas por vários órgãos e grupos no Brasil, principalmente grupos de comunicação em massa e instituições e pessoas vinculadas aos governos, preferencialmente o federal.

² Informações disponíveis em 06/08/2006, em <http://www.editoradobrasil.com.br>.

³ Carlos Pasquale e Victor Mussumeci foram diretores da Revista EBSA e serão mais bem apresentados no Capítulo 1.

Como um “documentário”, também é possível dizer que EBSA transferiu para o ambiente da Editora uma prática corrente nos meios jornalísticos que é a de fazer *clipping*, mas no sentido de prestar um serviço educacional. Os responsáveis pela Editora, internamente, criaram um departamento com funcionários, encarregados de folhear revistas e jornais diversos à procura de notícias e normas de interesse dos profissionais de ensino. Portanto, dentre outros assuntos, acabavam oferecendo ao leitor um panorama da educação nacional. Um panorama que era “filtrado” já que era constituído a partir de fragmentos que criavam uma ideia de universo educacional.

Por ser um periódico envolvido também com transcrições, o documentário reunia e anunciava informações retiradas de diversas agências de divulgação de notícias ou de registro de documentos. Entre elas, podemos citar: produções seriadas (jornais, semanários) ou documentos de órgãos do governo (como, por exemplo, o Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação, Diretorias de Ensino etc.), separando-os por seções diferenciadas.

Eram as seções de EBSA: *Legislação* (decretos, leis, portarias, circulares, despachos, jurisprudência, nomeações, providências, pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, da Câmara dos Deputados, os atos governamentais, sejam eles municipais, estaduais, federais etc.); *Súmulas* (pequenas notas sobre acontecimentos relacionados à educação nacional); *Várias* (uma espécie de “panorâmica” feita com o que os editores da *Revista* consideravam como os principais assuntos do mês, seção preenchida com conteúdo produzido por órgãos públicos, preferencialmente federais); *Opiniões do Mês* (seleção de artigos assinados, e editoriais produzidos em mídia escrita, preferencialmente jornais)⁴.

Durante os anos 1950, era publicada na *Revista* a seção *Correspondência* (cartas de leitores, telegramas de agradecimento, notificações variadas etc.). Também havia a seção *Colaboração* (artigos por professores, diretores, inspetores ou professores universitários) e *Subsídios para a História da Educação Brasileira* (com documentos transcritos, normalmente produzidos por alguma personalidade célebre da História do

⁴ Para um panorama completo de todos os órgãos, instituições e veículos de imprensa publicados em EBSA, ver os quadros com as citações dos textos na p. 286. Sobre o conteúdos das Seções de EBSA ver a p. 302.

Brasil). Ao longo dos anos 1960 e 1970, essas seções passaram a ser publicadas eventualmente.

As únicas seções que EBSA apresentava como sendo de sua total responsabilidade eram: *Crônica do Mês*, uma espécie de editorial, e *Séries: problemas fundamentais do ensino*, que são discussões sobre a educação pelo mundo⁵. As opiniões dadas nessas seções não entravam em choque com as opiniões transcritas de outros veículos de comunicação.

Os editores, eventualmente, mudavam essas regras, pois, em alguns casos, foi possível detectar artigos de jornais publicados em outras seções de EBSA, de forma que nem sempre as regras indicadas pelas seções foram totalmente cumpridas. Além disso, foi possível perceber que, casualmente, os editores se apropriavam de autores da forma que os comprazia, pois, por exemplo, o artigo do jornalista Perseu Abramo, em 1971, *Mens Sana*, oposicionista da ditadura, foi usado somente para justificar a posição da *Revista* sobre as lideranças que deveriam ser exemplares aos estudantes.

Na *Revista*, eram apresentados os ambientes por onde diversos atores sociais e autores passaram e atuaram; classificando-os, mostravam suas atuações. Os editores enumeravam e catalogavam fatos; apresentavam as condições morais e materiais que existiam, hierarquizava-as. Era proporcionado ao leitor um conjunto de circunstâncias que mostravam os posicionamentos, as atividades e as produções dos atores descritos e classificados.

Essa *Revista*, também chamada de “documentário de ensino”, não foi apenas um veículo de catalogação de informações sobre a história da educação, mas também se apresentou como um arquivo sobre a história da própria editora, demonstrando os interesses e anseios daqueles que a tinham sob a sua responsabilidade.

Por fim, a *Revista*, ao ter sido proclamada “imparcial”, deixando aparente que as opiniões publicadas em suas páginas não eram sacrificadas à própria conveniência, nem às influências externas a ela, assumia uma posição que é

⁵ Esta seção da Revista apresentou durante anos, em série, pequenos resumos sobre o funcionamento da educação em vários locais do planeta, inclusive de países que à época eram comunistas. Há discussões sobre a educação latina e norte-americana, européia, asiática, africana etc.. Mas o mais interessante é a apresentação de países como a Nova Zelândia, as Filipinas, Nepal e Mongólia, o que confere a essa seção um aspecto bem curioso.

crucial quando se pretende influenciar os outros: a de neutralidade e fidelidade aos “fatos”.

A Revista da Editora do Brasil S/A e a sua posição conservadora.

Antes de indicarmos como entra a juventude na arena dos debates em EBSA, cabe aqui apresentar quais eram as tendências sociais e políticas seguidas pelos responsáveis da *Revista* no sentido de mostrar a conjuntura observada pelos artigos, de onde não escaparam os jovens brasileiros. Afinal, para afirmarmos que uma revista segue um ponto de vista conservador, foi necessário apresentar os critérios que a estabeleceram nessa condição.

A Revista EBSA militava abertamente em nome da escola particular, do ensino religioso, foi totalmente anticomunista e partidária da intervenção do Exército no governo. Foi inteiramente favorável ao Golpe Militar de 1964, a que chamava “Revolução”. Nas páginas da *Revista* era manifestada a indignação diante da “desordem pública”, fato este que os editores simplesmente abominavam.

Os editores de EBSA odiavam o governo de João Goulart, designado como “governeco”, e “Caudilhos de esquerda” (EBSA, 1966, p. 59). O lema fundamental do periódico era ser uma *Revista* educacional a serviço dos “Educadores patrióticos”, com “base moral originária de ética”, “tendo por fonte, Deus – patriotismo – amor à Pátria, com capacidade de renúncia, e Ação intensa e permanente a serviço do Brasil” (EBSA, 1969, nº 258, p. 1-6).

No início dos anos 1960, seus editores defendiam amplamente a aprovação da LDB nº 4.024/1961, entenda-se, do substitutivo Lacerda, com o discurso de que ela ampliava a participação democrática, ao financiar o ensino particular por meio de bolsas de estudo.

Da mesma forma, EBSA apresentava artigos que depreciavam os atos do governo Goulart, mostrando a “incapacidade” dos responsáveis pelo governo em conduzir a administração pública. Um exemplo disso foi o artigo Fracassou o “Ano da Educação”, atribuindo o suposto fracasso à incapacidade dos seus realizadores: saldo negativo em que foram depreciados os trabalhos do Ministro Paulo de Tarso, do ex-Ministro Darcy Ribeiro, do diretor do Ensino

Secundário no Inep, Gildásio Amado e de todo o MEC, uma “oficina de agitadores” (EBSA, 1963, p. 48)⁶

Em 1971, quando a imprensa sofria forte censura, os responsáveis por EBSA orgulhavam-se de não ter tido seus escritos bloqueados. Publicaram que EBSA mantinha-se fiel “a uma orientação que jamais sofreu solução de continuidade”, apresentando-se como uma publicação “ininterrupta” desde sua abertura até o ano do Jubileu de Prata (EBSA, 1971, p. 4), o que é um indicativo de que suas ideias não entravam em choque com a ordem instituída. Mais do que isso, seus editores produziam, respaldavam e agregavam discursos favoráveis ao regime, como por exemplo, os que enalteciam o senso de organização dos militares e a condição do país para o desenvolvimento (EBSA, 1971, p.3).

Todas essas considerações que partiam da *Revista* poderão ser constatadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Mas, essas considerações, colocadas de antemão, sobre as posições tomadas pelos editores de EBSA indicaram que as suas proposições seguiam uma tendência conservadora, a partir de duas condições: tratava-se da apresentação de um modo de vida que produziu um estilo de um pensamento.

Como disse Hirschman (1997) há a possibilidade de se fazer uma “cartografia” da retórica dos conservadores, pois eles estabelecem padrões argumentativos invariáveis ao longo do tempo (1997, p. 168). Para esse autor, que tratou de estudar a permanência de um estilo de pensar conservador, aquilo que é enunciado pelos conservadores em seus discursos tem uma essência, cujo caráter, é relativamente fixo. Esse pesquisador estudou os discursos conservadores nos últimos duzentos anos, observando os “imperativos de argumentação” e chegou à conclusão de que o pensamento conservador segue “padrões invariantes de argumentações retóricas” (Hirschman, 1997, p. 163).

De acordo com o pesquisador, para atacar ou ridicularizar elementos “progressistas”, tais como, as reivindicações por igualdade perante a lei; ou as tentativas de reformas do Estado-Providência, as “ondas de reação” são ativadas e passam a seguir três teses, que podem ser combinadas, ou usadas

⁶ Transcrito de o *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10/12/1963.

separadamente, dependendo da ocasião. São elas: a *tese da perversidade* ou tese do efeito perverso; tese da futilidade e tese do risco.

De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação deliberada para melhorar alguma característica essencial da ordem política, social e econômica serve apenas para agravar o exato aspecto que se deseja atenuar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social são inúteis, que nunca conseguirão "fazer a diferença". A tese do risco, por sua vez, defende que o custo da mudança ou da reforma proposta é demasiado alto para ser pago e as eventuais melhorias "não compensam o risco de fazer perigar preciosas conquistas anteriores" (Hirschman, 1997, p. 16).

Sugerimos que os argumentos publicados na *Revista* eram conservadores exatamente porque, diante da possibilidade de alterações no funcionamento das bases sociais, a partir do proposto durante o governo de João Goulart, foram mobilizadas as ideias que oscilaram entre o que Hirschman chamou de tese de perversidade e tese do risco.

Mayer (1977), ao estudar a dinâmica da "contra-revolução", indicou que o pensamento conservador, de fato, não tem uma "inovação criativa", pois é, antes de tudo, uma "refutação articulada" que precisa dar coerência aos discursos em nome da defesa das instituições, sejam elas sociais, econômicas, morais, estéticas etc. (Mayer, 1977, p. 59).

Para Mayer, o pensamento conservador é uma "pseudo-doutrina", pois é um "calculado instrumental", uma "ideologia programada", uma "recriação inconsciente" daqueles que são "obcecados pelo espectro onipresente e ameaçador" da crise e se interessam, em primeiro lugar, em organizar um "plano de preservação" (cf. Mayer, 1977, p. 60, p. 71, p. 122).

Mayer (1977) estudou a palavra-conceito "contra-revolução", conceito heurístico, histórico, que denota a movimentação prática de grupos específicos diante de fenômenos sociais, considerados por eles desestabilizadores. Para o autor, como fenômeno social, o movimento contrarrevolucionário é uma "prática" que depende da dinâmica de certos "componentes". De acordo com o pesquisador, esses "componentes" são representados pelas possíveis combinações históricas das alianças de agentes sociais, que ele chama de uma "tríade" conservadora: os reacionários, os conservadores, e os contrarrevolucionários, cujas características devem ser observadas

separadamente, mas que passam pelo período de “crise” na busca da melhor adequação de seus interesses. De acordo com o autor, as combinações de alianças e parcerias desses grupos, dependem dos interesses postos em atividade numa conjuntura e, por isso, variam historicamente (Mayer, 1977).

Em outras palavras, o pensamento conservador não tem uma preocupação teorizante. Agentes conservadores não privilegiam grandes divagações enquanto os homens estão ajustados. O grau de sofisticação do pensamento conservador é o menos importante em um estudo que parte da análise de documentos com essas características.

O pensamento conservador é um estilo de pensamento que possui algumas regras relativamente fixas, pois partem do princípio de que a ordem é uma condição natural na sociedade. Entretanto, é um estilo de pensamento ativado, prático. Pode ser mobilizado e, quando mobilizado, é calculado, programado, recriado. É a alternância desses padrões, o formato do discurso e a forma de mobilização dos agentes o ponto de interesse dos estudos voltados para o que esse grupo produz.

A questão do “ativamento” dos conservadores foi objeto de discussão de Carvalho (2005), Hirschman (1997), Bobbio (1987), Mayer (1977). Todos esses pesquisadores consideram que, na visão conservadora, enquanto a história está desprovida de inquietações, há uma estabilidade estacionária entre os agentes da conservação. Como disse Bobbio (1987), o conservadorismo só se pode explicar com base na história, tido em conta a sua relação com o seu alternativo histórico (Bobbio, 1987, p. 243).

Portanto, a análise de registros teóricos e a atuação de grupos que se reconheçam como conservadores é mais bem interpretada a partir de sua reação a conjunturas históricas específicas e que tal “reação” depende da entrada de forças consideradas perturbadoras. Compreender o funcionamento das forças de conservação é importante no momento em que elas são atingidas em pontos de reação.

A juventude na Revista da Editora do Brasil S/A.

A juventude entrou nos debates da Revista EBSA a partir de 1961 por meio de dois artigos.

O primeiro manifestava raiva diante das “campanhas esquerdistas” que tentavam impressionar o público desprevenido, ao tentar incompatibilizar o ensino público com o particular, “de modo a fazer com que o Estado a este passasse a negar qualquer auxílio como se ambos não fossem beneméritos e necessários ao futuro do país”. Uma parte do público desprevenido era os “jovens estudantes iludidos” (EBSA, 1961, p. 58)⁷. Aqui, o foco da raiva ainda não eram os jovens estudantes, mas sim os movimentos esquerdistas dos quais eles supostamente fariam parte.

O segundo artigo apresentava a greve dos estudantes universitários de Recife que, durante um mês, se recusaram a assistir às aulas. Segundo a *Revista*, tal atitude dos estudantes causou inquietação na Nação de forma que a imprensa, o governo federal, as autoridades locais de ensino, os dirigentes e professores da universidade, estudantes de outras instituições de ensino, todos, ficaram mobilizados diante do ato político dos estudantes em Pernambuco (EBSA, 1961, p. 52-55).

De acordo com esses dois artigos que inauguraram a presença da juventude na *Revista*, foi possível apreender os seguintes elementos: 1) os artigos mostraram os jovens a partir da sua condição de estudante, colocando-os em “zonas de perigo” por conta de seus atos; 2) no primeiro caso, eram os estudantes os “iludidos” e desprevenidos porque faziam coro aos protestos durante a campanha em favor da escola pública e, no segundo caso, a comoção pública se deu por causa de um manifesto de estudantes que conseguiram mobilizar uma série de outros segmentos da sociedade; 3) nos dois casos, o motivo de alarde para com os estudantes estava ligado à presença deles em atos públicos coletivos, fossem eles mentores ou não.

Mayer (1977) afirmou que a condição de ser jovem, por si só, por eles serem portadores de um novo tempo emergente, já causa desconfiança entre os agentes da conservação. Por um lado, foi denunciado o receio dos observadores diante de duas particularidades dos estudantes nos dois eventos de manifestação política e coletiva: o fato de eles tomarem partido diante de um chamamento cívico, uma campanha em favor do ensino público, e a possibilidade de liderarem um movimento “grevista” dentro do ambiente universitário envolvendo outras categorias sociais.

⁷ Transcrito de o *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 08/03/1961.

Nos dois casos, fosse dentro ou fora da escola, o movimento estudantil, da parte de quem julgou, já foi apresentado como uma “dificuldade”, exatamente porque, como estudantes, anunciaram problemas diretamente ligados aos interesses de sua categoria e, ao fazerem isso, tornaram visíveis os conflitos sociais existentes e diretamente relacionados a eles.

Como disse Melucci (1997), o antagonismo juvenil é eminentemente comunicativo do ponto de vista de sua natureza e, nos “últimos trinta anos, a juventude tem sido um dos atores culturais em diferentes ondas de mobilização coletiva”. De acordo com o autor, tais mobilizações diziam respeito à ação composta inteiramente por jovens; assim como a participação de pessoas jovens que envolviam outras categorias sociais; dos jovens oferecendo outros códigos simbólicos que subvertiam uma lógica dos códigos dominantes (Melucci, 1997, p. 11-12).

De acordo com esse autor, diferentes ondas de antagonismo juvenil foram observadas em trinta anos, com a participação de atores variados, demonstrando que o caráter das mobilizações não era estanque, unívoco, não se encerrava no manifesto estudantil e, muito menos exclusivamente, no ideário político. Além disso, segundo o pesquisador, é característico da juventude, na construção da sua experiência, apresentar outras e novas dimensões humanas de vida que podem ou não colidir com forma de organização social proposta pela geração precedente.

Em primeiro lugar, foi observado que os artigos da *Revista* atacavam os estudantes de esquerda que se mobilizaram em favor de melhores condições de ensino. Posteriormente, o ataque foi voltado para os estudantes que se organizaram em resistência ao golpe militar de 1964. Simultaneamente à contrariedade expressada aos movimentos estudantis, também foram apresentadas alternativas para o comportamento e a atuação de jovens. Mais tarde, os jovens observados a partir de 1968 e, mais precisamente, nos anos 1970, foram mudando de aspecto. Em duas décadas, foi possível apreender que as considerações feitas sobre a juventude foram se modificando e que, portanto, a condição de juventude não se encerrava nas manifestações estudantis de rua.

Se diante agitações estudantis do início da década de 1960, os artigos de EBSA lançaram os jovens estudantes à condição de diferentes, “alarmistas”,

“iludidos” e “desprevenidos”, como se manifestaram diante de estudantes que resistiram à ditadura? Eram rebeldes apenas os estudantes? Como esses editores e os colaboradores publicados na *Revista* traduziram o os manifestos juvenis, além dos estudantis? Como foram observados os jovens não engajados politicamente? Portanto, qual foi a ideia de juventude que esses sujeitos, notoriamente conservadores, criaram pelas páginas do periódico educacional?

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa foi separada em duas partes: investigação e análise. Seguir à caça de vestígios que esquadrinhassem a *Revista* propriamente dita e a Editora responsável por sua publicação foi o primeiro mote deste estudo. Obter documentação que sustentasse um histórico da Editora do Brasil foi tornado um dos objetivos desta pesquisa, por dois motivos: primeiro, porque não havia estudos sobre essa Editora; depois, porque seria improdutivo estudar a *Revista*, a documentação principal, sem conhecer o universo dos responsáveis por sua publicação. Portanto, a investigação desdobrou-se em duas vertentes, feitas simultaneamente: a procura de documentos sobre a Editora e recolhimento dos números da *Revista* e separação dos artigos sobre juventude para o estudo propriamente dito.

Guia sobre o recolhimento de documentos sobre a Editora e a sua Revista.

A pesquisa foi iniciada no segundo semestre de 2006, com um breve exame no principal site de busca da rede mundial de computadores com o descritor “Editora do Brasil”. Dentre todos os registros apresentados (31.900), apenas dois foram selecionados, já que todos os outros faziam referência aos livros produzidos pela Editora: o sítio eletrônico da própria Editora, de onde saíram os primeiros indícios sobre um histórico da empresa; e o apontamento do trabalho de Neves (2005) que apresentou de forma sumária o histórico de várias editoras que produziam livros da disciplina de Matemática⁸.

⁸ NEVES, Edna Rosele da Conceição. 2005. *Uma trajetória pela História da produção Editorial Brasileira: O livro de Matemática – Autores e Editoras*, Dissertação de mestrado. PPG em Educação Matemática, PUC-SP.

Como a Editora é uma empresa de sociedade anônima, foram procurados dados sobre a firma por meio do Cadastro de Empresas do Estado de São Paulo na Junta Comercial do Estado. Ali foi feito, em primeiro lugar, um “pedido de busca” com o nome da Editora. Esse pedido requer do pesquisador dois procedimentos. O primeiro é a solicitação do “Número de Inscrição no Registro do Comércio” (NIRC), pois é por este número que se procede a procura dos dados da empresa no banco de dados da Junta Comercial. O segundo é a solicitação da *ficha de breve relato* da empresa, um inventário dos principais documentos que a empresa depositou na Junta Comercial. Vale considerar, no entanto, que há um tempo de espera (15 dias) entre o pedido e o recolhimento dos documentos. Além disso, há pagamentos de taxas e procedimentos diferenciados para a efetuação dos pedidos.

Posteriormente, após a constatação do conteúdo da *ficha de breve relato*, foram escolhidos os seguintes documentos: os estatutos de fundação da empresa e a constituição da sociedade anônima; as atas das assembleias gerais ordinárias de seguintes datas 30/09/1944, 25/09/1945, 14/09/1946, 30/09/1964; os novos estatutos da companhia estabelecidos em 12/06/1969.

Informações variadas sobre a Editora foram retiradas desses documentos e de outros publicados no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. Para buscar informações no Diário Oficial, bastou acessar o sítio eletrônico do órgão e buscar os dados separados por seções e anos de publicação. Os dados publicados entre 1891 a 1991 possuem acesso gratuito porque fazem parte da “base histórica”. Caso o pesquisador não tenha certeza da data exata da publicação do documento desejado, a procura pode ser feita por dia, mês e ano da publicação, o que pode acarretar em uma busca lenta e difícil, já que a pesquisa deve ser feita olhando cada uma das páginas digitalizadas.

Também foi possível encontrar documentos por meio do Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos de São Paulo (CDT). O CDT é um órgão criado pelos dez Oficiais Registradores da especialidade na capital de São Paulo, para que o rastreamento de documentos requisitados seja feito de forma mais ágil. Nesse órgão, pediu-se a busca de documentos como certidões, notificações extrajudiciais, registro civil de pessoas jurídicas, títulos e documentos registrados. Neste caso, foram pedidos quaisquer documentos

que tivessem o nome “Editora do Brasil” entre os anos 1943 e 1980. Há a possibilidade de não existir registros sobre o item consultado.

Dentre os documentos descobertos, foram encontrados principalmente: aberturas de crédito, contratos de direitos autônomos (dos autores), contratos de edições, locações, financiamentos, cartas e notificações de variadas ordens. Esse serviço se mostrou rápido e relativamente eficiente.

Dos 10 Oficiais, apenas 3 retornaram com um comunicado afirmando que em seus arquivos havia documentação sobre a empresa citada: o 1º, o 3º, o 4º Oficiais, sendo que no 3º havia a maior quantidade de documentação. A busca e a retirada dos documentos diretamente nos cartórios, entretanto, não foi um processo simples. Os documentos escolhidos devem ser pedidos em cada um dos cartórios, separadamente. Cada um dos cartórios possui prazos diferenciados para a entrega dos documentos pedidos. Esse trabalho pode se tornar um transtorno para pessoas impacientes, pois ocasiona várias saídas e retornos até que o documento esteja em mãos.

Nos cartórios foram escolhidos os seguintes documentos: Notificação à Indústria Gráfica Siqueira e carta da Gráfica para a Editora; carta da Loja Maçônica estrela do oriente e da “Liga Progressista Democrática” aos diretores da Editora; carta da “Delegacia Litúrgica em São Paulo”; Lista de Registro de Títulos do 3º Oficial de São Paulo. Parte desses documentos é microfilmado, outra parte pode ser transcrita dos livros do cartório.

Por fim, foram buscadas em Oficiais de Registro de Imóveis da Capital certidões sobre compra, venda, hipotecas, financiamentos de imóveis. Não há um órgão que centralize o mapeamento desse tipo de documento, por isso, neste caso, foi necessário buscá-las de forma parcelada. Buscar no Oficial mais próximo do endereço onde está localizada a empresa ou instituição estudada, caso ele seja conhecido, pode ser a forma mais coerente de escolha. No 2º Oficial de Registros de Imóveis foi encontrada a certidão de transferência de hipoteca de um imóvel da Editora do Brasil, do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1971.

Mas o pesquisador não deve considerar que esse período da pesquisa é sempre preenchido por sucesso e sorte. E mesmo que o pesquisador insista no procedimento, algumas vezes, o resultado acaba sendo bastante

decepcionante, pois o registro pode contar fatos irrelevantes para a pesquisa. Às vezes, o pesquisador opta por um caminho que julga frutífero, persiste nele, mas ao final, decepciona-se, não encontrando o que estava procurando. Depara-se com um vazio, pois o que estava procurando ou se perdeu, foi destruído, ou simplesmente nunca existiu.

A predisposição de assumir alguns riscos dentro da lista previamente oferecida e o bom senso do pesquisador são requisitos necessários nesse trecho da investigação. Durante o processo de caça e investigação de fontes, é importante acrescentar que a felicidade por encontrar informações relevantes e ter algumas hipóteses acertadas, convive com as frustrações de um trabalho sem muitas recompensas. A caça às fontes não é um trabalho sem desvios, pois exige que o pesquisador busque estratégias até que tenha um volume documental adequado para contar a história.

É possível abreviar esse caminho de caça às fontes, porém ser apressado demais pode ser um descuido. Mas, ao mesmo tempo em que há a necessidade de cautela, algumas vezes, deve-se correr alguns riscos. Investigar depende de mentalização, depende da expectativa paciente, mas o suor também faz parte do ofício.

Investigação histórica é uma mistura de tocaia e dinamismo.

Trabalho com as fontes: recolhimento dos números da *Revista* e ampliação do corpo documental.

A Revista da Editora do Brasil foi encontrada em quatro bibliotecas diferentes: A biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; a biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; os arquivos no Centro do Professorado Paulista (CPP) e a biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Estadual Paulista, no *campus* de Rio Claro (Unesp). Para reconhecer os locais onde estavam disponíveis os números da *Revista* foram usados como referências dois dispositivos: o estudo produzido por Catani (1999) e a consulta ao Catálogo do Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) do Instituto

Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)⁹. Na consulta pelo Ibict foi possível localizar em quais bibliotecas estão localizados os números de periódicos seriados que foram catalogados pelas bibliotecas cujos acervos estão automatizados.

Por meio desse procedimento, foi possível organizar todos os números de EBSA entre janeiro de 1961 e dezembro de 1980, periodização desta pesquisa, contabilizando 228 edições da *Revista* e 211 artigos em que a juventude esteve no conteúdo do artigo.

Além dos números produzidos entre o período estipulado por esta pesquisa, foram consultados todos os volumes produzidos entre 1947 e 1960, a fim de encontrar vestígios sobre a história do próprio periódico e da Editora em questão. Neste caso, foram consultados 156 números do periódico e separados 51 artigos.

A ampliação da base documental para a retirada de dados foi feita por meio da observação “por dentro” da fonte, isto é, foi selecionada uma documentação contígua no tempo e no espaço e que está mencionada direta ou indiretamente na própria *Revista*. Este procedimento teve a intenção de ampliar a base documental para este estudo e parte do princípio que as fontes citadas na *Revista* fazem parte do seu universo de referências. Isso significou ampliar as redes de relações pessoais, intelectuais e políticas sobre as quais os editores de EBSA se amparavam para defender as suas ideias.

Por esse procedimento, foram separados e procurados os seguintes documentos e registros: livros didáticos produzidos pela Editora do Brasil; documentação referente aos autores indicados no catálogo da Editora; documentos da Igreja Católica, tais como as Encíclicas *Mater et Magistra* e *Divini Illius Magistri*; documentos produzidos pelo general Araújo Lopes, principal militar responsável pela instituição da disciplina de Educação Moral e Cívica em 1969; documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1964; legislações variadas etc.

⁹ A consulta no sítio eletrônico do Ibict está disponível em: <http://www.ibict.br/secao.php?cat=ccn>.

A maior parte das informações sobre os autores foi encontrada no sítio eletrônico do Banco de Dados dos Livros Escolares Brasileiros (Livres) - 1810 a 2005 - da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Neste cadastro foi possível encontrar e mapear os livros, cujos autores eram da Editora do Brasil. Posteriormente, os livros indicados no banco de dados foram consultados na Biblioteca de Livros Didáticos que funciona dentro da biblioteca da mesma faculdade. Dessa forma, foram encontradas outras informações sobre Carlos Costa, Victor Mussumeci, Alfredo Gomes, Carlos Pasquale, Aída Costa, dentre outros¹⁰.

Para buscar quaisquer outras informações que pudessem enriquecer a narrativa, ainda optou-se pela procura de dados em outros periódicos que circulavam à época, no sentido de compará-los à EBSA, buscando compreender quais seriam as semelhanças e diferenças entre os periódicos educacionais que circulavam à época. Essa observação resultou na opinião de que os Editores de EBSA foram pioneiros em vários serviços oferecidos ao professorado. Além disso, foi possível ver qual era a posição ocupada por EBSA dentro da concorrência no mercado editorial. As revistas cotejadas foram: *Atualidades Pedagógicas* da Companhia Editora Nacional, os “Suplementos” da mesma revista; *Boletim* da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo; e a *Revista do Magistério*, produzida pela Livraria Francisco Alves.

No Boletim Bibliográfico Brasileiro (BBB), revista idealizada por Ênio Silveira em 1952 para dar “ampla divulgação” das obras novas e reedições produzidas no país pouco se falou sobre a Editora do Brasil, mas foram encontradas as mais variadas notícias sobre o mercado livreiro no Brasil (BBB, 1961, p. 104).

¹⁰ Biblioteca do Livro Didático, anexa à Biblioteca da Faculdade de Educação da USP. Banco de Dados Livres (<http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/index.htm>): ambos do projeto *Educação e Memória: Organização de acervos de livros didáticos*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sob a coordenação da Prof^a Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt.

A apreensão do tema “juventude” dos discursos de EBSA.

Foi possível encontrar escritos sobre a juventude brasileira em todas as seções da EBSA. Por ser um periódico em formato de fascículo, optou-se por utilizá-lo na sua íntegra: mesmo que algumas seções fossem privilegiadas, a maior parte delas foi ambiente de coleta de dados e informações. Para o estudo sobre a juventude foram lidos e fichados todos os artigos, notas, textos, e leis publicados.

Para preparar o material coletado, o discurso da *Revista* e as informações sobre a juventude, dispersos na fonte, a organização se deu na seguinte ordem: a) Indícios que levaram as “condições materiais reais” da juventude - reivindicações especificamente ligadas à educação (democratização do ensino superior, problema dos “excedentes” etc.); atos voltados especificamente para a juventude (Congressos, Encontros, Seminários, Campanhas etc.); produtos (Imprensa estudantil, Manifestos, Documentação, Consumo); atos políticos (Festivais, Greves, Intercâmbios); temas discutidos; repertório estudado; b) o que foi idealizado para a juventude (planos educacionais, ações, ideário); d) a juventude “inimiga” ou o estudo do estereótipo sobre a juventude mobilizada; c) a juventude e o tempo: relações entre gerações, rituais de passagem para o mundo adulto e diagnósticos médicos, psicológicos, biológicos sobre a faixa etária indicada como período de juventude.

Por uma observação panorâmica foi possível constatar a existência de um conjunto de artigos que valorizavam o estudante como tema e outro conjunto que valorizava a juventude como tema. Para melhor apreender quais significados foram dados para cada um dos substantivos, foi organizado um banco de dados com a intenção de recolher as informações a partir dos descritores “juventude” e “estudante”. No entanto, ao analisar a ordem dos artigos, foi observado que os termos juventude e estudante estavam misturados ao conteúdo e, muitas vezes, um mesmo artigo podia conter comentários tanto sobre a juventude em geral, quanto sobre um determinado aspecto da juventude (estudantil, delinquente, boa, má etc.). Da mesma forma, ao falar sobre os estudantes, os artigos também qualificavam em vários outros

segmentos essa categoria juvenil. Por este motivo, os descritores “juventude” e “estudantes” foram insuficientes.

O banco de dados foi organizado, por fim, a partir dos seguintes descritores apontados no conteúdo da própria *Revista*: juventude boa (geral), juventude boa (estudantil); juventude má; juventude estudiosa; juventude afásica; juventude vitimada etc.. Da mesma forma foi feita para os estudantes: estudantes bons, estudantes maus, estudantes democráticos, representação estudantil, movimento estudantil etc.

Também foram separados dentro do banco de dados quais foram os principais referenciais de onde os editores de EBSA retiraram os artigos para cada um dos descritores criados. Da mesma forma, foram organizados dados referentes às seções e os veículos de comunicação preferencialmente citados em EBSA. Todos os resultados foram instituídos em quadros com os respectivos resultados e podem ser apreciados nos anexos deste trabalho. O conteúdo desse trabalho foi o resultado da análise dos discursos feita após, a separação das informações coletadas da classificação resultante do que foi apontado pelo banco de dados.

Terminada a fase de coleta, disposição e levantamento das informações, partiu-se para a análise das informações coletadas.

A análise dos discursos publicados

Este trabalho toma o texto como produto da atividade discursiva, o objeto empírico de análise do discurso, ou seja, uma construção sobre a qual se debruça o analista para buscar as marcas que guiam a investigação científica.

O conteúdo da *Revista* demonstrou que a análise do discurso deveria ser feita com muito cuidado, pois mesmo após a separação das informações observadas a partir dos resultados do banco de dados, foi necessária cautela no momento da análise de tais dados. O que estava expresso nos discursos sobre juventude era um conteúdo ideologizado que repetiam de forma incessante as ideias de que alguns jovens estudantes brasileiros eram “subversivos comunistas”, principalmente nos anos 1960 e início dos anos 1970. Tentar compreender se os jovens estudantes eram algo mais do que

subversivos e comunistas e retirar mais conteúdo histórico desse tipo de documento pareceu um exercício interessante. Os documentos partiam da ideia de que a subversão era a mais forte qualificação dos jovens observados. Mas, partindo do princípio que outros comportamentos juvenis poderiam estar registrados no texto para que a ideia de subversão fosse sustentada, buscaram-se esses elementos.

Para Ginzburg esses elementos registrados e que qualificam são traços do comportamento verbal dos sujeitos que acusam. Para esse autor, amparado por fundamentos da linguística e da antropologia, é possível retirar os traços do “comportamento verbal” dos textos e que esses traços podem ajudar a reconstituir um fenômeno social¹¹. De acordo com Ginzburg (1989), no discurso está estabelecido o confronto entre duas culturas diferentes. Os documentos devem ser lidos “como produto de uma inter-relação especial, em que há o desequilíbrio entre as partes envolvidas”. Ao mesmo tempo, apresentam as realidades sociais e materiais, e a realidade material não pode estar separada do material semiótico transcrito no discurso. Para decifrá-lo, o historiador desembaraça “o emaranhado de fios que formam a malha textual dos diálogos” (Ginzburg, 1989, pp. 207-209).

Por um lado, com relação à análise do discurso da *Revista* foi feito um duplo tratamento com as fontes: uma sincrônica, já que era esperado compreender os embates entre uma ideologia dominante e uma concorrente; outra, diacrônica, pois o historiador precisa compreender as mudanças, as deformações do vocabulário observadas nos documentos, bem como as permanências que disfarçam as alterações dos significados na cultura.

Além disso, é possível dizer que os enunciadores em EBSA hierarquizam o significado dos enunciados, estabelecendo maior ou menor importância aos eventos, acontecimentos e aos atos das pessoas implicadas. Nos discursos de condenação dos jovens, ou de construção de um novo tipo de juventude, os ritos, afetos, práticas, ficavam em segundo plano para o

¹¹ Carlo Ginzburg citou as Atas dos julgamentos do Tribunal do Santo Ofício como um exemplo de documentação em que é possível uma percepção dialógica entre o inquisidor e o réu, tal qual o antropólogo e a cultura investigada. No caso do pesquisador italiano, o uso dos documentos foi para pesquisar a feitiçaria. Para desenvolver uma analogia entre as práticas dos inquisidores e as práticas dos antropólogos, este autor se amparou nos pensamentos do antropólogo Clifford Geertz sobre o aspecto textual do trabalho etnográfico; e as ideias de Bakhtin, tais como “consciência linguística”, dialogia e polifonia.

sujeito enunciador, pois o que estava em jogo era a defesa de ideias mais urgentes, como a “ordem social”, “o desenvolvimento”, “subversão” etc.. Os elementos circunstanciais, acidentais, elementos ocultados, mesmo sendo considerações menos importantes no momento do registro, foram itens observados durante a análise. Portanto, não fugiram dessa análise os jogos de palavras, refugos da fala, a projeção de estereótipos, enunciados banais e até mesmo o silêncio.

A partir dos resultados constatados após a organização das fontes, do levantamento e interpretação dos dados do banco e da análise de discurso este trabalho foi separado em quatro capítulos.

O capítulo 1 mostra o histórico da Editora do Brasil desde a sua fundação até o ano de 1980, analisando os métodos usados para a conquista de um lugar no mercado editorial de livros didáticos e de leitura no Brasil. Simultaneamente, foi apresentado o surgimento e o desenvolvimento do periódico educacional proposto pela Editora e principal fonte deste trabalho.

O capítulo 2 registra a análise referente aos estudantes de “esquerda” apresentando como eles foram conceituados nos anos 1960, no momento em que se mobilizaram em causas estudantis e políticas, antes e depois do golpe militar de 1964.

O capítulo 3 mostra como, nos discursos, surgiu e se desenvolveu um movimento de juventude com bons potenciais, a partir dos desdobramentos da mobilização estudantil e de outras variações das manifestações de juventude nos anos 1960 e início da década de 1970. A detecção e a exaltação dos pontos positivos no comportamento dos jovens são ali apresentadas.

O capítulo 4 é a apresentação dos planos idealizados para a juventude brasileira. Neste capítulo foram indicados os principais movimentos políticos pedagógicos de contra-ofensiva às manifestações juvenis depreciadas e apresentadas ao longo do trabalho. Também são apresentados os novos fenômenos estudantis referentes à década de 1970 e as considerações dos editores diante do manifesto juvenil inovado.

A Editora do Brasil S/A está contribuindo para o engrandecimento do Estado e o bem-estar social da sua gente, marchando paralela ao Governo.

EBSA, 1972, s/n.

Capítulo 1

A Revista da Editora do Brasil S/A – EBSA

A Editora do Brasil S/A – Sobre a sua fundação

O nascimento da sociedade anônima Editora do Brasil está ligado a um fato ocorrido em outra editora de livros didáticos. De acordo com Hallewell (1985), em 1943, a Editora Companhia Nacional foi “traumatizada” por um “cisma”, pois seis professores, “funcionários que respondiam pela execução de livros didáticos, deixaram a empresa para estabelecer a sua própria editora” (1985, p. 289).

Não foi possível constatar se a informação de Hallewell está totalmente correta, porém foi possível averiguar a existência de três desses professores e funcionários demissionários que partiram para a fundação de outra editora, tratou-se de Carlos Costa; Carlos Pasquale, Manoel Netto.

De acordo com Neves (2005), a Editora do Brasil teria sido pensada, em primeiro lugar, pelos auspícios de Carlos Costa e Manoel Netto, quando esses ainda eram, respectivamente, autor (de livros didáticos de Biologia) e funcionário (editor assistente) da Companhia Editora Nacional. Segundo a autora, Manoel Netto teria aceitado o convite de Carlos Costa para, juntos, formarem uma nova Editora (Neves, 2005, pp. 62-63)¹². Isso indica que, mesmo antes da fundação da Editora, já existia um relacionamento entre eles em outro ambiente de trabalho.

Já o sítio eletrônico da Editora do Brasil apresentou Carlos Costa como o fundador da empresa, “principal e maior acionista”, “médico de formação”, “autor de sucesso com livros publicados nas áreas de Química e Biologia”. De acordo com o histórico registrado no sítio, esse homem se associou com “outros autores” para “juntos” começarem “um trabalho consciente que visava oferecer textos de qualidade por um preço justo”¹³.

¹² São livros dos autores: Química para a 3ª. Série (Ensino Secundário); Química para a 4ª. Série (Ensino Secundário); Química para a 5ª. Série (Ensino Secundário). De Carlos Costa: História Natural - 2ª série do curso científico (Ensino Secundário); Elementos de Física, Química e História Natural: para o curso propedêutico das escolas de comércio (Ginasial). Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/index.htm>, dia 03/03/2008.

¹³ Texto disponível na internet: <http://www.editorado brasil.com.br/index>, em 04/11/2006.

Esse professor era o maior acionista de ações nominativas da empresa editora, com direito de voto nas assembléias (Junta Comercial de São Paulo, 1943, p.18 e 23). Foi professor do colégio pré-universitário da Universidade de São Paulo.

No dia 5 de agosto de 1943, foi registrada no 11º. Tabelionato de São Paulo a constituição da sociedade anônima sob a denominação de Editora do Brasil S/A, com o objetivo de “edição e divulgação de obras didáticas e de caráter cívico de real valor” (Junta Comercial de São Paulo, 1943, p. 10). A documentação [ficha de breve relato completa] aponta que a Editora foi aberta em 1943. Nesse documento, está a indicação de que a empresa cuidava da “edição e comércio de livros; indústria e comércio de papéis e artes gráficas”¹⁴. Em 1944, os membros da Editora adquiriram o material da firma T.F. de Campos e montaram "um pequeno núcleo de máquinas para a impressão própria". Para os fundadores, ter uma gráfica própria era a forma como "poderiam sobreviver" (EBSA, 1972, s/n.).

Dentre os trinta e seis membros fundadores, podemos constatar a presença de alguns professores da capital e do interior, funcionários públicos e membros atuantes na política de São Paulo, por exemplo, Alfredo Leite Gomes, autor de livro didático pela Companhia Editora Nacional; Joaquim de Campos Bicudo, inspetor federal de ensino; Otto Costa, advogado e, posteriormente, procurador geral do estado de São Paulo (1966-1969) (Junta Comercial de São Paulo, 1943, p. 21-23).

A formalização da sociedade anônima se deu por meio da união de algumas famílias, já que o documento apresenta alguns sobrenomes repetidos. Esse é o caso das famílias Costa; Pinto e Silva; Terreri; Bicudo e Campos Bicudo; Piza e Toledo Piza.

Mas eram as famílias Costa e Netto quem figuravam como membros mais atuantes no interior da Editora. As famílias Costa e Netto foram fundadoras da Editora e estabeleceram uma união que ultrapassou gerações. Os nomes Costa e Netto estavam relacionados à parte administrativa da empresa, mas ambos tinham a sua presença pairando por todos os

¹⁴ A ficha de breve relato completa consiste em um extrato, cujo teor contém listado e enumerado todos os documentos referentes a uma determinada empresa que pede a guarda da documentação na Junta Comercial de São Paulo. No caso das citações acima, as referências são dos seguintes documentos: Junta Comercial de São Paulo, 2007, p. 1 e Junta Comercial de São Paulo, 1943, s/n.

procedimentos da produção de livros e materiais editoriais. Eram eles que respondiam pela Editora¹⁵.

Os membros da família Costa apareciam em EBSA como as maiores personalidades do nome jurídico. Na fundação da empresa, Fernando Costa foi indicado como diretor-presidente da sociedade anônima. Ele morreu em 1960 e foi substituído por Carlos Costa, e este permaneceu no cargo até 1996¹⁶.

Manuel Netto iniciou a sua carreira na nova Editora como diretor-gerente. Ele foi um importante funcionário, dirigindo a seção industrial da Editora e era responsável pelos termos de abertura e encerramento de livros, assinatura de correspondências. Depois, Netto se tornou diretor-superintendente e passou a promover contratos e distratos com os autores, além de ocupar uma espécie de vice-presidência.

De acordo com um registro feito em nome da direção da empresa, a Editora foi constituída da “união e esforço de um grupo de professores”, com “parcos recursos” de capital cujos trabalhos surgiram como “decorrência natural dessa atividade idealista”, o que resultou em “motivo de espanto para muitos” (EBSA, 1951, pp. 2-3). Sobre o lançamento da Editora, eles confessaram que a concorrência comercial, com o “ar superior e penalizado”, teria dito: “Coitados! Estão doidos! Não irão longe...” (EBSA, 1957, p. 2).

O período em que Fernando Costa era o diretor-presidente (1943-1960) foi o momento em que a Editora do Brasil passou a se promover com a intenção de fixar o seu nome no mercado de livros. Para isso, os seus diretores se organizaram em torno de três ideias: montar um catálogo de livros didáticos; promovê-lo por meio de técnicas variadas; lançar uma *Revista* da própria Editora.

¹⁵ As famílias Costa e Netto trilharam um longo percurso nos quadros da diretoria da empresa, ultrapassando gerações. Após a saída de Carlos Costa em 1996, vários membros da família Costa assumiram os cargos de direção. Isso também aconteceu com Manoel Netto. (Junta Comercial de São Paulo, 2007, p. 3, 4, 13).

¹⁶ Os membros das famílias foram autores de livros pela Editora do Brasil. Aída Costa e Renato Pasquale foram nomes citados no catálogo em 1949, com livros para a disciplina de Português: o livro “Português para admissão ao Ginásio” (Sério Ginásial); “Português Pré-Normal”, (Série Normal); e, por fim, os volumes para as quatro séries do Curso Comercial. Posteriormente, outro membro da família Costa assinará como autor de livros didáticos dentro da Editora do Brasil. Trata-se de Otto Costa, autor do livro “Moral e Civismo”, publicado nos anos 1970 em conjunto com Victor Mussumeci e Felipe Moschini. Otto Costa também figura como membro fundador da Editora na Ata de constituição da Sociedade Anônima em 1943. O primeiro catálogo da Editora está na p. 323.

Em 1949, a Editora do Brasil possuía dois catálogos: um de livros didáticos (Coleção Didática do Brasil) e outro de livros de leitura (Coleção Infanto-Juvenil). O catálogo de livros didáticos tinha 70 autores compreendendo todas as disciplinas obrigatórias para o Ensino Secundário (ginasial e colegial). Já o catálogo da coleção Infanto-Juvenil contava com 23 autores, misturando autores da literatura mundial e autores brasileiros. O catálogo foi constituído por autores que migraram da Companhia Editora Nacional (Alfredo Gomes, Carlos Costa, Carlos Pasquale, Rui Ribeiro Couto), associado a nomes que lançaram livros por essa Editora e nela permaneceram por vários anos. Esses são os casos de Victor Mussumeci, Aída Costa e Fernando Furquim, este último, considerado pelos diretores como um “sucesso editorial”. Observando os nomes do catálogo da Editora do Brasil, em 1949, foi possível perceber que os editores apostaram em nomes que, segundo eles, eram desconhecidos. Alguns nomes, posteriormente, migraram para outras editoras, como é o caso de Amélia Kerr (Inglês), Antônio José Borges Hermida (História). Ambos se transferiram para a Companhia Editora Nacional e Benedito Castrucci (Matemática) que, a partir dos anos 1960, passou a publicar os seus livros pela FTD.

O nascimento da Revista da Editora do Brasil S/A – EBSA

Ao comemorar os 14 anos de existência da empresa, os editores registraram e se regozijaram com a “grata efeméride”, o que os mobilizou às primeiras investidas a fim de consolidar a Editora:

Para aquele agosto de 1943, quando em São Paulo, se fundou uma empresa editora, integrada quase que exclusivamente por elementos militantes no ensino e que, por isso mesmo, não visava à atividade estritamente comercial, mas sim, à norma de ação em que o objetivo editorial fosse considerado à luz do decidido propósito de cooperar na tarefa ingente da educação do povo brasileiro (EBSA, 1957, p. 1).

Dois meses após e, portanto, antes mesmo que iniciassem as atividades comerciais, pôde a Editora do Brasil S/A apresentar-se aos educadores patrícios com um pequeno volume, de 132 páginas, intitulada “A organização do ensino secundário no Brasil”, primeira obra da série chamada divulgação (EBSA, 1957, p. 1-2).

De acordo com os editores, foram lançados “vinte mil exemplares” desse volume sobre o ensino secundário “sofregamente disputado”, distribuído

“gratuitamente” pelas escolas do país. Para os editores, esse pequeno volume era uma “obra de divulgação” que levou aos “mais longínquos estabelecimentos de ensino” um empreendimento de pessoas com “idéias inovadoras” (EBSA, 1957, p. 2)¹⁷.

Segundo os editores, “inovador” foi o envio de um folheto explicativo para as escolas falando sobre o funcionamento do Ensino Secundário, logo após a confecção da Lei Orgânica de 1942. Para os editores, esses folhetos, espalhados pelo Brasil, cumpriram a função de elucidar o público quanto ao conteúdo da Lei de do ensino secundário, assinada por Gustavo Capanema e, ao mesmo tempo, divulgar o nome da Editora.

A indicação de que tal percepção da realidade, ou seja, a demanda existente por publicações que agilisassem o acesso dos administradores, funcionários escolares e professores ao conhecimento da legislação, normas e portarias, foi o que abriu frente para o lançamento de EBSA. Além disso, para quem estava iniciando os trabalhos com o capital “modesto”, um folheto foi uma mídia útil e, se comparada à produção de livros, barata.

Em novembro de 1947, os editores viram “a Editora na contingência de completar a obra assistencial que vinha prestando às instituições de ensino, a partir da publicação de um periódico” que tratasse desses assuntos referentes à organização do Ensino Médio (EBSA, 1957, p. 3). E, para isso, cuidou a direção da empresa em criar um Departamento Escolar (DE), no qual, ficariam inscritos todos os assuntos de natureza educacional (EBSA, 1957, p.1).

Antes mesmo de a *Revista EBSA* ser lançada, o DE passou a trabalhar com o “encaminhamento dos processos” e pela “representação dos interesses dos professores e dos estabelecimentos de ensino perante os órgãos federais” (EBSA, 1957, p. 3). Em 1969, fazendo uma retrospectiva do histórico da Editora, o editorial do periódico apontou que, em meio à correspondência enviada pelos professores ao DE, foi surgindo a ideia de confecção de um canal de comunicação entre a empresa e os leitores. Isso porque a

¹⁷ Após a publicação do folheto de divulgação “A organização do ensino secundário no Brasil”, vieram outros: “Cálculos de médias no ensino secundário”, “Instruções sobre os serviços de Inspeção”, “Instruções sobre o reconhecimento de Ginásios e Registro de Professores”, “Portaria Ministerial no. 67”, “A Organização do ensino comercial”, “Relatório de Inspeção e Cadastro Escolar”, etc. (EBSA, 1950, p. 3).

correspondência passou a "apresentar sugestões" a par dos serviços oferecidos e solicitados (EBSA, 1969, s/n.).

O sistema de trabalho e a função da Editora para com essa prestação de serviço se desenvolviam da seguinte forma: o DE da Editora do Brasil servia como intermediário entre os profissionais da educação e os órgãos públicos. Dessa forma, a Editora cumpria a função de encaminhar processos de registro profissional, de atribuição de aulas, e certificação. Desta forma, acompanhava e representava os interesses dos profissionais de ensino e dos estabelecimentos de ensino perante os órgãos federais.

Os funcionários do DE organizavam os pedidos e agilizavam os processos dos professores, cumprindo a "representação" prometida. Essa prestação de serviço, aparentemente, funcionou com pontualidade e agilidade. De acordo com as afirmações apresentadas em EBSA, "milhares de professores e centenas de estabelecimentos tiveram a sua situação regularizada perante o Governo Federal, graças à assistência da Editora do Brasil". As respostas aos primeiros encaminhamentos foram distribuídas na forma de folhetos de divulgação da Editora. Posteriormente, os resultados desses processos foram publicados em EBSA (EBSA, 1957, p. 3).

Esse DE foi pensado para ser um departamento cujos membros buscassem, compilassem e organizassem, para fins de publicação e divulgação, as principais leis, atos normativos, portarias e pareceres que fossem feitos ao longo do mês anterior. E, de acordo com o registro de EBSA, "teve vida longa, extinguindo-se somente quando da criação das Inspetorias Regionais de Ensino que passaram a se incumbir destes processos" (EBSA, 1978, s/n.)

A intenção da *Revista* era, principalmente, deixar os funcionários das escolas de Ensino Médio (administradores e professores) informados de maneira rápida sobre a legislação em vigor. A ideia divulgada pelos editores era, em primeiro lugar, a de facilitar o acesso dos interessados em educação a uma infinidade de decretos, leis, portarias, pareceres produzidos pelos diversos órgãos da administração pública federal em primeiro lugar (EBSA, 1957, p. 2).

A ideia para o lançamento de uma *Revista* foi germinada com a estruturação da educação nacional estabelecida nos moldes da Constituição de 1946. No que concerne ao professor do ensino secundário, os editores de

EBSA estavam se referindo ao provimento das cátedras, sobre a qual incidia a obrigatoriedade de concurso para título e provas, assegurando aos professores aprovados a vitaliciedade e a liberdade de cátedra (EBSA, 1947, p. 2). Segundo os editores da *Revista*, por causa do volume de pedidos, EBSA teve o seu lançamento antecipado de 1948, para 1947 (EBSA, 1947, p. 1).

É dessa forma que os editores sintetizaram a função de EBSA no número de lançamento:

O natural incremento dos serviços do Departamento Escolar, se, de um lado, nos revelou a necessidade de publicações periódicas que reúnam, selecionem, condensem e sistematizem as notícias referentes à legislação, aos atos administrativos e às ocorrências de real interesse para os educadores, de outro lado, inspirou-nos a persuasão de que uma organização com as finalidades, os recursos técnicos e o pessoal especializado e o poder de penetração da nossa, está indicada a tentar, com alguma possibilidade de êxito, a edição de uma revista de assuntos ligados ao ensino médio (EBSA, 1947, p. 1).

Atualmente, os membros da Editora do Brasil S/A divulgam em seu sítio eletrônico que a *Revista* EBSA era uma revista pioneira em "marketing de relacionamento":

Em 1947 [...] foi criada a Revista EBSA, dedicada aos professores brasileiros e distribuída gratuitamente para todos aqueles que demonstrassem interesse em assiná-la, sendo necessário, apenas, ser um professor em atividade. A EBSA foi um passo definitivo na direção do sucesso editorial. A fidelização dos professores, leitores, formadores de opinião em atividade de todo o país criou um elo de confiança entre a Editora e seu público. A EBSA foi um documentário de ensino de circulação mensal, transcreveu em mais de 50 anos de artigos, atos, eventos, textos da legislação e da administração federal, estadual e noticiários da imprensa, em geral. Foi uma publicação pioneira e inédita nessa prestação de serviço, tão necessária na época em que os meios de comunicação ainda não contavam com a tecnologia avançada de hoje, ou seja, a notícia em tempo real. Circulou até o final dos anos noventa¹⁸.

De acordo com os editores, idealizadores do plano, naquela época, "afora o Diário Oficial, inexistiam publicações de leis e regulamentos do ensino" (EBSA, 1957, p. 2). Esse tipo de prestação de serviços para os professores e burocratas escolares foi um espaço, até aquele período, inexplorado e pelo qual os responsáveis por EBSA acharam um caminho para divulgar os seus produtos e prestar o serviço educacional a que eles tanto almejavam. Esses

¹⁸ Texto disponível no sítio da Editora do Brasil S/A: <http://www.editoradobrasil.com.br/index>, em 04/11/2006.

editores consideravam a publicação das explicações sobre o funcionamento das legislações para todos aqueles que fossem envolvidos por matéria educacional, um veio publicitário pouco cultivado e, por isso, consideravam EBSA “pioneira e inédita”. Foi isso que eles afirmaram ao divulgar o nome da *Revista*:

Mas - aqui está o ponto alto deste vasto programa de colaboração com os educadores patrícios -, houve por bem a Editora do Brasil S/A lançar publicação mensal, regular e sistemática, que enfeixasse, em suas páginas, exatamente, as leis, decretos, portarias, circulares, despachos, etc., enfim tudo que é de interesse do ensino, dado à luz durante o mês. Assim editou a revista mensal EBSA, cujo nome se formou com as próprias iniciais, Editora do Brasil S/A, e que se constitui no repositório de todas aquelas informações, no verdadeiro documentário, como é realmente denominada (EBSA/SP, 1952, p. 270).

A *Revista* EBSA em 1947 se apresentou ao público como “Documentário de Ensino”: Um “órgão de informação de interesse para o Ensino Médio”.

Em sua primeira página, a *Revista* tinha estampado os nomes de seus dois diretores: Carlos Pasquale e Victor Mussumeci. Esses dois senhores fizeram uma carreira dentro da Editora do Brasil. Eles foram acionistas, funcionários, autores de livros didáticos, diretores da empresa e editores responsáveis por EBSA, aqueles que idealizaram o projeto editorial do periódico.

Carlos Pasquale entrou nos quadros da Editora, em primeiro lugar, por meio dos livros que ele havia produzido em parceria com Carlos Costa na Companhia Editora Nacional. Dessa forma, como autor, transferiu os seus livros de uma editora para outra, passando a trabalhar na nova empresa.

O nome do autor não constava na ata de fundação da empresa, no entanto, em 1945, ele teve o seu nome indicado como membro da assembléia geral anual, fato que o colocava na posição de proprietário de ações ordinárias da empresa. Na ata da assembléia de acionistas do ano de 1947, ele registrou a sua presença e foi reverenciado pelo presidente da empresa com o “voto de louvor pela colaboração que tem prestado à Editora” (Junta Comercial de São Paulo, 1947, p. 1). Na ata de mudança de estatutos da Editora do Brasil, em 1969, o seu nome já não constava em meio aos acionistas.

Carlos Pasquale passou a figurar como uma dos membros mais importantes da Editora, tornando-se uma figura quase "mítica" nos quadros da empresa, principalmente à medida que o seu nome tomava prestígio nas esferas da administração pública. As páginas de EBSA estavam sempre abertas para noticiar a evolução da carreira de Carlos Pasquale nos órgãos estaduais e federais de Educação. Por isso, em EBSA, havia espaço tanto para fazer congratulações pelas diversas nomeações as quais o autor fora submetido, quanto para fazer defesa de seu nome, quando este, por exemplo, foi apontado como partícipe em esquemas de corrupção em matérias divulgadas por outros órgãos de imprensa. Seus colegas de Editora conservaram o seu nome na qualidade de "diretor" da *Revista EBSA* como "homenagem ao fundador da revista", mesmo após o seu afastamento por conta dos seus envolvimento com a política (EBSA, 1967, p. 2).

Já Victor Mussumeci foi citado na lista nominal dos fundadores da empresa. Fez carreira dentro da empresa que ajudou a fundar, como autor e como funcionário¹⁹. Em 1945, foi transferido para o Rio de Janeiro, a fim de gerenciar a filial da Editora na cidade e, pelos serviços prestados, era constantemente louvado durante as assembléias dos acionistas. Com relação à função de autor de livros didáticos, Victor Mussumeci foi citado por Neves (2005, p. 62) como professor e autor da área de História. Na Editora do Brasil, nos anos 1960, além disso, esse professor lançou livros de História, Educação Moral e Cívica (EMC) Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

Eram esses senhores os responsáveis pelo que era publicado em EBSA²⁰. São eles os sujeitos que respondiam pelo Departamento Escolar (DE), pela compilação e organização das leis, serviços prestados pela editora, e também eram os principais contatos entre a Editora do Brasil e os órgãos governamentais.

¹⁹ Para saber mais sobre Carlos Pasquale e Victor Mussumeci, consulte o quadro sobre os da Editora do Brasil S/A na p. 304.

²⁰ A partir dessa data, passa a assinar como redator o professor paulista Alfredo Gomes, cujo histórico será apresentado adiante neste trabalho.

A Revista EBSA: Objetivos, funções, fixação no mercado educacional.

A Revista da Editora do Brasil S/A de número 1 foi publicada em novembro de 1947. Com 48 páginas, contentou-se em apresentar normas escolares, portarias e circulares, como, por exemplo, a Circular nº. 6 de 19/11/1947 que expediu a instrução para a execução de Leis sobre o ensino secundário em vigor (EBSA, 1947, p. 7).

Mais uma vez, os editores de EBSA, no editorial da *Revista* de número 1, retiveram um manifesto de humildade, ao afirmarem com o lançamento do periódico:

Aqui o têm os educadores patrícios no número inaugural, que, às imperfeições próprias a toda obra da humana, soma defeitos decorrentes do aparecimento antecipado. Estes, confiamos em que o tempo os corrigirá. Para as outras contamos com a benevolência dos leitores (EBSA, 1947, p. 2).

Passado um ano de existência, os editores da *Revista* EBSA anunciaram:

Embora não subestimássemos as possibilidades com que contava a Editora do Brasil para tentar uma obra de tanta relevância, longe estávamos de aprender, em toda a sua extensão e plenitude, a grande necessidade que realmente se sentia de um periódico dos moldes de EBSA (EBSA, 1948, pp. 1-2).

A *Revista* EBSA é lançada, por fim, para cumprir três princípios básicos: a) divulgar os resultados dos processos enviados ao DE; b) manter o profissional da educação informado sobre os principais atos normativos importantes para o cotidiano escolar; c) divulgar os produtos da Editora, mesmo que de forma evasiva. Esse é o local ocupado por EBSA no mercado editorial dos anos 1950-1960.

De acordo com os editores de EBSA “foi a Editora do Brasil que inaugurou no país essa forma de colaboração, inédita na apresentação e no conteúdo”. Voltada essencialmente para o “magistério secundário brasileiro, por toda sentida e apreciada”, pois “o número de processos já resolvidos no Ministério da Educação e Saúde, por intermédio da Editora do Brasil S/A, e o número de pessoas que colecionam EBSA falam por si só da eficiência e dos valores de tais serviços”²¹.

²¹ EBSA é distribuída gratuitamente às repartições públicas interessadas, à direção e ao corpo docente dos estabelecimentos de ensino de médio e às associações de educadores. Abaixo, os valores das assinaturas:

Seus editores perceberam que havia a necessidade de ocupar um espaço: o de divulgar os produtos da Editora, por meio de uma prestação de serviços. De acordo com os editores, a prestação de serviço os interligava ao “real interesse” dos professores, qual seja: ter o conhecimento das mudanças das leis, ter respaldo para agilizar os processos de suas certificações. Isso parece indicar que havia uma demanda de leitores interessados em assuntos de ordem burocrática.

EBSA parece ter sido mesmo um incremento “inovador”, que trouxe uma novidade para o mercado editorial. Ao fazer um paralelo com outros periódicos educacionais voltados para o ensino médio e também lançados nos anos 1950, foi possível detectar que esse padrão de EBSA era inovador por introduzir um aspecto que foi copiado pelas demais revistas. Os seus editores da *Revista* diziam que tinham satisfação “porque verificou ter frutificado o seu exemplo”, que é “seguido e imitado por outros”. (EBSA/SP, 1952, p. 272). Nesse caso, referiam-se ao lançamento de três outras revistas, sendo uma voltada para o ensino médio e outras duas voltadas para o ensino em geral: *Atualidades Pedagógicas* (1950 - pela Companhia Editora Nacional); *Boletim* (1951 - da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo Serviço de Legislação e Publicidade); *Revista do Magistério* (1952 – pela livraria Francisco Alves)²².

No entanto, ao contrário de EBSA, os editores dos outros periódicos mantinham a preocupação de estabelecer, para as suas respectivas publicações, um padrão mais associado à divulgação de teorias pedagógicas, a

	1948	1952	1963	1965
Anual	Cr\$ 80,00	Cr\$100,00	Cr\$1.000,00	Cr\$10.000,00
Semestral	Cr\$20,00	Cr\$ 55,00	Cr\$550,00	Cr\$7.000,00
Número avulso	Cr\$4,00	Cr\$10,00	Cr\$100,00	Cr\$1.000,00
Número atrasado	-	Cr\$20,00	Cr\$200,00	Cr\$2.000,00

²² O *Boletim* da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo era produzido pelo Serviço de Legislação e Publicidade. Tinha distribuição gratuita e seu objetivo era condensar em suas páginas “informações e esclarecimentos” de como funciona “a máquina administrativa do sistema educacional bandeirante” (*Boletim*, 1951, ano 1, nº 1). A *Revista do Magistério* era produzida pela Livraria Francisco Alves e tinha por “finalidade principal” a de “orientar o magistério em todas as questões de interesse administrativo coletivo, principalmente relativo à legislação” (*Revista do Magistério*, 1952, ano 1, nº 1). Por fim, a *Revista Atualidades Pedagógicas* era produzida pela Companhia Editora Nacional e era voltada para os professores do ensino secundário com o objetivo de produzir uma “adesão a um projeto político pedagógico” nesses profissionais (Silva, 2001, p. 19).

fim de formar os professores e, ao mesmo tempo, lançar a atenção desses profissionais para os seus produtos editoriais e marcas diversas. Para esses periódicos, foram mantidos moldes que priorizavam a teoria sobre as preocupações de esfera burocráticas e administrativas, embora houvesse neles seções semelhantes à *Revista* “pioneira”.

Silva (2001), ao estudar a padronização dos saberes pedagógicos e das práticas docentes veiculadas pela revista *Atualidades Pedagógicas*, fez a identificação das estratégias editoriais acionadas para a “constituição de uma unidade nacional” registrada em seu objeto de estudo. A pesquisadora apresentou a existência de um órgão muito parecido ao Departamento Escolar da Editora do Brasil, dentro da Companhia Editora Nacional. Tratava-se do Serviço de Assistência ao Professor (SEAP). Tal como o Departamento Escolar, o SEAP (“subseção do departamento de Relações Públicas”), fazia o encaminhamento de “requerimentos para a prestação de exames de suficiência, para a obtenção de registros e para a verificação prévia de estabelecimentos de ensino” (Silva, 2001, p. 14).

A autora afirmou que para a criação desse periódico, três fatores foram decisivos, dois deles de ordem político-pedagógica e um de ordem mercadológica, respectivamente: a) o interesse dos editores em abraçar um público em estado de significativa ampliação e sem habilitação escolar: o professor do ensino secundário; b) buscar a adesão desse profissional a um projeto pedagógico ditado pela AP; c) aplicar “intensa publicidade” nas páginas de AP, voltada para “uma clientela cativa”, em se tratando, de acordo com a autora, “de uma única revista disponível no mercado editorial de destinação exclusiva para o ensino médio e em especial para o secundário” (Silva, 2001, p. 20)²³.

A maior novidade de EBSA é que os seus editores não estavam tão preocupados com as teorias. Eles priorizavam os serviços educacionais

²³ Com a presente pesquisa é possível dizer que EBSA, três anos antes, já tinha sido lançada como uma Revista voltada para o ensino médio. Isso ameniza a afirmação de Silva (2001) de que *Atualidades Pedagógicas* era “a única revista disponível no mercado editorial de destinação exclusiva para o ensino médio e, em especial para o secundário” (Silva, 2001, p. 20).

voltados para o apelo burocrático, prático: o sentido da premência da vida profissional do professor.

Uma parcela desse serviço tratava-se do seguinte: os editores de EBSA mantinham diálogo com os professores, passando-lhes dicas de serviços, ou aliviando as suas dúvidas de trabalho. A fim de ilustrar essa atividade da Editora, seguem dois exemplos: os casos dos professores Androvaldo Ferreira, de Itararé (BA) e Maria Luisa de Carvalho Mendonça, de Rancharia (RS).

O professor baiano escreveu à *Revista* para perguntar se poderia se efetivar em um ginásio estadual “sem concurso”, no que foi respondido por EBSA:

De forma alguma se conseguirá a efetivação em Ginásio Estadual sem a prestação de concurso. No magistério secundário oficial só é possível a efetivação, tendo o candidato prestado concurso de ingresso e, logicamente, tendo sido aprovado (EBSA, 1952, p. 160).

Já a professora Maria Luisa de Carvalho Mendonça, de Rancharia (RS), interessada em saber se deveria dar abono de faltas para um determinado aluno que, por algum motivo, faltava às aulas em excesso, foi assim informada por EBSA: “O aluno, no caso citado, não tem direito ao abono de faltas. Entretanto, a legislação vigente permite, a critério da Secretaria da Educação, o abono de 10 aulas” (EBSA, 1951, p. 289).

Todavia, o tipo de serviço mais recrutado pelos leitores de EBSA era mesmo o uso da *Revista* como representação do professor em órgãos governamentais. Um exemplo ilustrou esse tipo de serviço: É a história do professor Celso Lemos. Esse professor teve o processo outorgado para o exercício de aulas em História Geral e do Brasil para o 1º ciclo, porém, o seu interesse era poder lecionar também no 2º ciclo. Foi informado ao professor que ele precisaria satisfazer uma das condições previstas no Artigo 10º do Decreto-Lei 8777 de 22/janeiro/1946. Em outras palavras, de acordo com a lei que dispunha sobre o registro definitivo de professores do nível secundário, o professor Celso deveria provar sua idoneidade e “provar condições” em, ao menos, um dos seguintes requisitos: “cinco anos de exercício efetivo do magistério secundário como professor da disciplina, ou das disciplinas requeridas; conclusão de curso superior, em que tenha havido o ensino da disciplina, em estabelecimento idôneo; aprovação em exame final da disciplina

ou disciplinas em que pretenda registro, prestado em estabelecimento de ensino superior julgado adequado pelo Departamento Nacional de Educação, mesmo quando não haja o requerente "concluído o respectivo curso" (EBSA, 1949, pp. 5 – 10).

Esse tipo de relação entre o leitor e EBSA foi intenso, principalmente nas duas primeiras décadas de sua existência. E o resultado desse intercâmbio era publicado mensalmente em EBSA. Progressivamente, foi possível detectar o aumento da demanda por esse serviço do DE, buscando o deferimento dos processos junto ao Ministério da Educação sob a representação da Editora do Brasil: junho/ 1948: 35 processos deferidos; em maio de 1949, houve 55 processos; em setembro de 1949, havia 222 processos encaminhados confiados ao DE da Editora e 59 processos deferidos. Uma parcela considerável de EBSA passou a ser ocupada com a apresentação dos processos encaminhados e deferidos feitos por professores com a promessa de resolução feita pela Editora do Brasil²⁴.

A agilidade com que os editores de EBSA recebiam informações sobre os atos governamentais não se dava exclusivamente por meio da compilação de leis que eram publicadas pelos Diários Oficiais. Muitas vezes, essas informações eram prestadas diretamente pelos diretores e funcionários dos órgãos competentes e, em muitos casos houve a interlocução entre as duas partes.

Um exemplo pode ser dado pela carta de agradecimento e préstimos do Diretor de Educação Física (DEF) no Ministério da Educação, Caio Miranda, em 1953. O agradecimento, a respeito da publicação das Circulares emitidas por essa Diretoria, foi registrado: "Creia-me servidor e admirador" (EBSA, 1953, p. 38).

Também sobre a "vigência de programas de História do Brasil e da América e dos programas dessas disciplinas publicadas com as Portarias no. 724 e 966 de 1951", respondeu o diretor do ensino secundário, Roberto Accioli, à EBSA:

²⁴ Em 1952, os processos "encaminhados" passaram a não ser publicados, por suposto porque passou a tomar muitas páginas da *Revista*. Passaram a ser publicados somente os processos "deferidos". Em julho de 1957, a Editora continuou atendendo aos professores, mas em vez de publicar os resultados em EBSA, passou a indicá-los como "despachos do diretor", feitos pela Diretoria do Ensino Secundário e publicados no Diário Oficial (EBSA, 1957, pp.12-15).

Em resposta às consultas formuladas por essa Editora relativamente às Portarias 724 e 966 de 1951, que aprovaram o programa do curso secundário, cumpre informar: 1º.) A Portaria 966.51 – Relativo a História Geral: programa mínimo/ Portaria 724: programa de estudos em unidades didáticas; 2º.) O Ministro revigora a Portaria no. 724, pois a Portaria 966 havia incorreções. Esperando que o assunto esteja convenientemente esclarecido, subscrevo-me cordialmente (EBSA, 1952, p. 15).

Outro diretor do ensino secundário, neste caso, Armando Hildebrand, também registrou os seus planos de trabalho para o ano de 1953 em EBSA: prestou contas do dinheiro gasto no ano de 1952 (com equipamentos) e apresentou que, para o próximo ano, haveria a redução nas normas de atividades burocráticas, a fim de não tomar o tempo dos profissionais de ensino com esse tipo de trabalho (EBSA, 1953, pp. 1-2).

Os três casos citados demonstraram que o trabalho dos editores de EBSA não se resumia a compilar as leis que eram aprovadas e impressas. Tal como o cargo de diretor técnico da Editora requeria, os contatos também deveriam se estabelecer por meio de uma relação mais direcionada, de modo a ir buscar a informação diretamente na fonte da autoridade constituída.

Os responsáveis por EBSA iam colher informações nos próprios departamentos de governo ou nos Diários Oficiais, fossem eles federais, estaduais ou municipais e outras fontes ligadas ao governo, tais como *Documenta* e os boletins informativos do Ministério da Educação (MEC)/ Instituto de Pesquisas e Estudos Pedagógicos (Inep); Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). A Editora empresa interessada em produzir livros didáticos, cumpria a função de "desembaraçar" a rotina burocrática dos profissionais de ensino. Além de produzir livros, foi desta forma que os seus diretores apareceram no mercado editorial.

A Revista de Editora do Brasil S/A (EBSA) e o seu público leitor

Duas décadas após o lançamento de EBSA, o seu editorial tinha expressado de forma exultante: Foram “duas décadas de existência ininterrupta” (EBSA, 1969, pp. 1-2). Mas, a princípio, EBSA não parecia ter muita credibilidade. Isso é o que aponta o professor Deus Batista, de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo:

Sou lente de Inglês do Colégio Estadual Muniz de Freire e no Ginásio Jesus Cristo Rei nesta cidade. Por algum tempo, fui diretor do primeiro educandário citado e tendo longa experiência no magistério, pois já leciono há vinte anos. Por estes e por outros motivos, posso dizer que não será das menos valiosas a minha opinião sobre a Revista que dirigem e orientam. E, para ser franco, não acreditei, no início que a sua publicação pudesse vencer os primeiros meses de vida, pois que é difícil entre nós, vencer qualquer publicação de moldes semelhantes, de orientação e de divulgação cultural (EBSA, 1950, p. 35).

Se, a princípio, tanto os editores quanto os leitores se mostravam titubeantes quanto ao sucesso da *Revista*, com o passar dos anos eles mudaram de opinião. No caso dos editores, eles inauguraram a *Revista*, dizendo que a exigência dos educadores inspirou-os “com alguma possibilidade de êxito” à edição de uma revista de ensino médio (EBSA, 1947, p. 2). Os seus editores iniciaram os trabalhos de EBSA, “modesta na feitura, com desambições, mas ambiciosa no afã de ser útil e prestante”, mas, com o tempo, a ideia já era outra, pois, segundo os editores, EBSA: não tem “excessos de pedagogotria”, “simplifica-se o problema para facilitar-lhe a *solução prática*” (EBSA-SP, 1952, p. 4 – *grifo dos autores*).

Os editores mudaram a forma de enxergar a *Revista* e os leitores fizeram o mesmo. Um exemplo dessa inversão pode visto na carta enviada pelo prof. Dom Estanislau Ausenka, do Colégio de São Bento em São Paulo. Diz o professor:

Com grande satisfação acuso o recebimento regular de sua preciosa revista EBSA, documento fiel e sempre atual no ensino de nossa Pátria. É certamente inútil eu tecer aqui elogios à querida “revistinha” (como aqui a chamamos), inútil porque supérfluo. Uma grande parte dos professores, talvez a grande maioria, não pode, por falta de tempo e mil outras dificuldades, acompanhar sempre a imprensa oficial e organizar um álbum de recortes de jornais. Pois aí está EBSA solucionando tudo e com grandes vantagens: Leis, portarias, Instruções, projetos de Lei, oportunas considerações e tanta outra coisa, tudo, enfim, o que tem alguma relação com o ensino, vem às mãos do professor numa “revistinha” de formato gracioso, numa revistinha que é sempre esperada com ansiedade (EBSA, 1951, p. 38).

O professor Estanislau deu algumas ideias sobre a relação dos leitores para com EBSA. Por meios de suas palavras, é possível constatar que os responsáveis por *Revista* EBSA acertaram na opção de informar os professores que, “por falta de tempo” e “mil e outras dificuldades”, dela se

utilizam como fonte de consulta. É interessante perceber pelas palavras do professor Estanislau que “grande parte dos professores” confirmava e apoiava a percepção do aspecto “prático” dado pelos editores, porque esses já “não tinham mais tempo” para fazer consultas mais aprofundadas em outros locais.

Tal pensamento fez eco com que pensava o secretário do Ginásio Estadual de Orlândia (SP), pois esse julgava a importância de EBSA por tê-lo poupado do trabalho enfadonho de procurar e codificar as normas e leis: “Publicação muito útil, que poupa as escolas o trabalho de coligir leis, regulamentos ou informações das mais diversas fontes” (EBSA, 1948, p.56). Ou ainda, como diziam os diretores do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito (RS) e do Colégio Diocesano de Uberaba (MG), respectivamente:

Preencheu uma lacuna sensível em nosso meio educacional, qual seja o de pôr os mestres, os diretores e todos os educadores do Brasil a par e em contato com todas as novidades educacionais brasileiras, facultando-lhes melhorar a educação, o ensino e os métodos disciplinares [...]

Sua revista tem suprido com muita eficiência a falha do Diário Oficial, que até hoje não houve meio de receber (EBSA, 1948, p. 50).

Por fim, para o caso do representante do Ginásio Salesiano Domingos Sávio, de Baturité (CE), o sentido prático da *Revista* foi exaltado de forma a não deixar dúvidas para ele da posição de EBSA diante das revistas concorrentes: “Supera a todas as outras revistas. Ótimo tamanho. Até mesmo o calendário no fim para o relatório, etc., merece louvor” (EBSA, 1948, p. 39).

Levando em consideração alguns indícios descritos das cartas - a falta de tempo, o excesso de trabalho dos professores, o pedido ávido para obter o conhecimento das leis com mais agilidade do que era possível pelo Diário Oficial – ficou mais claro perceber o significado desse “senso de praticidade” visto pelos olhos dos leitores. Os motivos que levaram uma “revistinha”, a princípio desacreditada, a se tornar uma “revistinha de formato gracioso” a ser esperada “ansiosamente” era o apego primordial de seus editores à rotina do trabalhador. O que significou auxiliar os funcionários de ensino naquelas tarefas em que era necessário o uso de informações retiradas de leis e outros assuntos circunscritos ao dia a dia escolar.

Além disso, EBSA parecia realçar a ideia de que os anos 1950 o trabalho dos profissionais da escola estava se fixando na agilidade dos procedimentos educacionais para além da lapidação, ou apropriação dos conhecimentos. Já que, um dos empenhos de um *clipping* era (e ainda é) o de reduzir (ou acelerar) o tempo gasto na procura dos assuntos de interesse espalhados por outros veículos de comunicação. É possível dizer que, em matéria educacional, EBSA parece ter suprido essa "lacuna" na vida profissional dos professores e funcionários das escolas.

Esse preenchimento de um vazio editorial pode ser constatado em dois comunicados publicados em EBSA, um indicando um parecer do jornal *Diário de Notícias*, o outro ressaltando as impressões dadas pela *Revista* ao professor Marcos de Sena, da cidade de Serro (MG).

O *Diário de Notícias* registrou:

Já tivermos a oportunidade de dizer, mas nunca será demais repetir e reafirmar, que essa publicação da Editora do Brasil representa, por todos os títulos, excelente contribuição a boa marcha do ensino brasileiro. Sem a preocupação de fazer proselitismo pedagógico, sem outro objetivo senão ao de ser prática e útil, a revista EBSA se impôs à admiração de quantos tratam, diuturnamente, das questões de ensino (EBSA, 1949, p.43)²⁵.

O desabafo de Marcos de Sena vai por um caminho parecido:

Há dias, tive a inaudita felicidade de poder ler esta tão benéfica e profícua revista para o professorado do ensino médio. Realmente fiquei encantado com a revista. Não se esquece ela que "virtius in medio est". Não é superficial não tampouco é um escrínio de decretos, que não se aprecia bastante. Ao invés, sabe, e com muita tática, incutir no leitor, o de que se trata, sem, todavia, cansá-lo (EBSA, 1948, p. 45).

Todos os periódicos educacionais voltados para o ensino secundário, inclusive EBSA, buscaram se firmar como veículos de divulgação de produtos didáticos em meio a uma clientela que não necessariamente perpassava pela licenciatura como meio de formação. O aparente sucesso da posição de *marketing* escolhida pelos editores de EBSA parece reforçar a ideia sustentada por Fonseca (2004), de que a multiplicidade de revistas pedagógicas surgidas nesse período pode ser encarada como um sintoma do processo de expansão do ensino secundário (p. 177). Em EBSA esse "sintoma" ficou registrado por meio da assistência que a Editora dizia prestar "para a instalação de novos

²⁵ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/09/1949.

estabelecimentos de ensino secundário [...] promovida pela iniciativa privada e por um grande número de pequenos municípios, através de seus prefeitos [...]" (EBSA, 1978, s/n.).

A prestação de serviços de EBSA em relação à iniciativa privada para a expansão do ensino secundário coincidiu, ao que apontou Carvalho (2003), sobre um posicionamento mais radicalizado dos defensores da escola particular que, desde a década de 1940, batalhavam pelo subsídio governamental às escolas privadas. De acordo com o autor, os membros da Igreja Católica, empenhados "em exercer influência através das elites dirigentes", se esforçou para que o governo subsidiasse as suas ações no âmbito do ensino médio. Em 1945, a iniciativa privada detinha 77% das matrículas do ensino médio (Carvalho, 2003, pp. 40-41).

E o sucesso de EBSA, em seu caráter particular, deve ser a expressão do que foi apreendido por Fonseca (2004), de que, às vezes, para o professor não licenciado, os cursos de formação e de suficiência eram "irritantes", exatamente por causa do "excesso de inovações pedagógicas" (Fonseca, 2004, p. 164).

EBSA tinha registrado as datas de palestras, seminários e congressos os quais julgava pertinentes para o aperfeiçoamento didático dos profissionais de ensino, sem se ocupar em discernir o conteúdo desses eventos. Talvez o sucesso de EBSA, nesse período de fixação no mercado, tenha sido decorrente de sua opção informativa, muito mais do que formativa²⁶. A boa aceitação do "clipping" jornalístico da parte dos professores nos faz supor algumas considerações importantes sobre a Revista EBSA: a) a ideia de que havia profissionais de ensino bastante propensos a aceitar a compilação feita pela Editora como uma "boa" matéria editorial; b) pensando no público não licenciado atendido pela *Revista*, relacionado à prestação de serviços feito pela Editora, foi possível considerar a preocupação dos leitores com a sua posição no cenário profissional: antes pensar no seu estabelecimento na profissão do que abastecer-se com conteúdo pedagógico.

Ademais, o aspecto prático de seu conteúdo pode explicar a posição dos editores pela escolha de seu formato (18 X 14 cm). Houve pouca preocupação em alterar a aparência do periódico ao longo dos anos, havia o

hábito de menosprezar as iconografias (fotos, gravuras, ilustrações), tinha a opção pelo uso do papel jornal, mais barato, ao menos até 1964²⁷.

De certa forma, a boa receptividade de EBSA parece ter apagado até mesmo o fato de esse periódico ter usado, entre 1947 até o início dos anos 1960, o papel jornal. Segundo Hallewell (1985, p. 435), o papel jornal tinha taxas especiais de subsídio governamental. Desde 1951, havia o imposto de importação de papel para livros. Esse custo só foi reduzido quando, em 1956, os custos de papel e de impressão foram reduzidos também. Além disso, o setor livreiro, em 1957, foi isentado de quase todos os impostos, exceção feita ao imposto de renda, pois a produção de livros passou a ser vista como um “indicador excelente” do “progresso cultural e um tributo à empresa privada brasileira”, segundo as palavras do presidente da época, Juscelino Kubitschek (pp. 442-443).

E foi exatamente essa sequência do “melhor do mesmo”, ao que parece, encadeada mês a mês, que fez de EBSA uma *Revista* aguardada: regular e distribuída nas mais variadas regiões do país. Em 1961, na seção “Várias”, foram apresentados os dados numéricos sobre o ensino médio, indicando que no país havia 3.748 estabelecimentos correspondentes a 6.767 unidades escolares, o que, à época, caso EBSA tenha ido para todas as escolas, dá uma ideia da sua tiragem (EBSA, 1961, p. 24).

Até mesmo o representante de certo *Studentato Universitario Internazionale* sediado em Roma, enviou uma carta à Editora, explicando o seu interesse e de toda a sua instituição para com assuntos educacionais em outros países e pelas discussões com estudantes do mundo todo sobre a educação. Perguntavam, por fim, se havia a possibilidade de “obtenção de EBSA em Roma”, no que foram respondidos afirmativamente (EBSA, 1962, pp. 41-42)²⁸.

Sobre o fato de abranger locais distantes pelo Brasil, “a todos os estabelecimentos de ensino médio do país” (EBSA, 1950, p. 3), surgiram duas cartas exemplares na descrição sobre os préstimos de EBSA²⁹. A primeira

²⁷ Para conferir os aspectos visuais da *Revista* ver os anexos na p. 351.

²⁸ Dentre aqueles que recebiam EBSA e que estão indicados na seção “Correspondência” podemos indicar também: Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; a União Paulista de Educação (EBSA, 1948, p. 38 e 58).

²⁹ Foi possível dar conta da abrangência geográfica alcançada por EBSA por meio da confecção de uma lista durante a pesquisa. A listagem contém o nome dos colégios cujas

chega à Editora de São Raimundo Nonato (PI) e fala em nome do Ginásio Dom Inocêncio.

EBSA é um verdadeiro guia e orientador para quem milita em estabelecimentos secundários nestes longínquos sertões, onde não se encontra a quem consultar, uma vez que o ginásio mais próximo está a 400 quilômetros, sendo a comunicação feita por raros caminhões. Felizmente encontramos destas organizações [sic], como a vossa, que nos prestam tão elevados favores, sem termos palavras de agradecimento (EBSA, 1948, p. 48).

É também por meio da seção “correspondência”, que se podem obter informações sobre a circulação, a regularidade da *Revista EBSA*. Esses são os casos de um professor anônimo do Rio de Janeiro, em 1951, reclamando por números antigos da Revista (EBSA, 1951, p. 12); de Antônio Serralvo Sobrinho, que exalta o “valor pedagógico” de EBSA feito com “tanta regularidade” (EBSA, 1951, p. 26); ou do Diretor de Ensino de Segundo Grau de Goiás, José Gonçalves Zuza, agradecendo a frequência de EBSA, “nossa bússola” (EBSA, 1951, p. 26).

A *Revista EBSA*, apesar de, aparentemente, ser bem aceita em associações de ensino e órgãos da administração escolar, foi direcionada, em primeiro lugar para os professores. A forma encontrada pelos responsáveis pela *Revista* para chegar com boa impressão junto aos professores eram duas: fazendo os já conhecidos serviços de utilidade pública de “real interesse” para com os professores; abusando de uma narrativa exultante, que, ao seu trabalho, cobria-lhe de louros, conferindo-lhe muita dignidade. Tais ideias podem ser exemplificadas por algumas abordagens escolhidas pelos editores: enaltecendo o caráter e o trabalho dos mestres brasileiros fazendo notícia de seus feitos, dando-lhes as congratulações por prêmios conquistados, trabalhos produzidos, ou por escrever obituários emotivos, ou seja, fazer uma “hagiografia” de professores.

Este argumento pode ser constatado na “oração” pela morte do Prof. Carneiro Ribeiro Filho. Ele era filho do mestre Prof. Carneiro Filho, ex-professor

cartas foram indicadas na seção correspondência de EBSA. Ao todo, foram contabilizados 318 colégios em todas as regiões do país. Essa pequena amostra foi elaborada a partir da enumeração das escolas e as suas respectivas localidades citadas em EBSA entre os números 11 (1947) e 15 (1948). Podem-se perceber cidades de todas as regiões do país: Três Corações (MG), Blumenau (SC), São Leopoldo (RS), Sobral (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), São João Del Rey (MG), Manaus (AM). Para averiguar a abrangência geográfica da *Revista EBSA*, ver os anexos na p. 306.

de Rui Barbosa. No seu obituário, primeiro falava-se do pai, para depois, falar do filho:

Filho do grande Ernesto Carneiro Ribeiro, o mestre de Ruy Barbosa, que se tornou famoso pela “Réplica” em torno da redação do Código Civil. Os meios educacionais da Bahia estão de luto com a morte do velho professor Ernesto Carneiro Ribeiro Filho, ocorrido em 3 do corrente. Quer na cátedra, quer nas agremiações culturais de que fazia parte, granjeara pela cultura e pela bondade, vasto círculo de amigos e alunos dedicados (EBSA, 1949, p.42).

Em EBSA, professores de diversas partes do país eram homenageados por seus feitos como educadores. A *Revista* tinha o hábito de apresentar uma pequena biografia do profissional, exaltando os seus principais feitos na terra natal, e citando as principais obras publicadas ou produzidas, caso tivesse sido este o caso.

Ainda havia uma forma mais direta de abordagem. Era a prática dos editores em promoverem excursões para professores. Os mestres eram incentivados a fazer um agendamento prévio e, dessa forma, passavam a ser convidados da Editora em passeios. O entusiasmo expressado pelas páginas da *Revista* era maior, quando as excursões e passeios tratavam de apresentar ambientes importantes e avanços tecnológicos.

Esse foi o caso das visitas programadas ao Planetário da Cidade de São Paulo, aproveitando a sua inauguração em 1957. Para os editores da *Revista*, a iniciativa era o de difundir o planetário “louvável” e “engenhoso”. No entanto, para o passeio era necessário fazer as “inscrições na própria Editora”. Aparentemente, o número de inscrições foi alto, pois nas férias de verão de 1958, entre dezembro e fevereiro, promoveu outras sessões especiais para mais professores interessados (EBSA, 1957, p. 1).

As respostas dos professores a essas práticas da Editora, ao menos as que foram filtradas e acabaram publicadas, demonstraram que havia uma empatia entre o público leitor e a *Revista*. E essa empatia foi ocasionada pelos mais diversos motivos já apontados. Por isso, há quem fizesse elogios exagerados: “É original, tem ótima feitura e deve ser difundida entre o magistério em geral”; “ótima e utilíssima”; “oportuníssima e sempre útil”; “temo-la apreciado sobremaneira”; “é interessante”; “é benemerita”; “excelente”³⁰.

³⁰ Essas são mensagens enviadas em nome das seguintes escolas, respectivamente: (Ginásio e Escola Técnica Comercial de São Cristóvão); (Colégio Dom Bosco de Campo Grande - MT);

É certo que não se pode confiar na ideia de que todas as cartas enviadas à Editora foram escritas com o intuito de elogiar os trabalhos da empresa e os serviços de EBSA. Entretanto, também não há como desconsiderar o fato de que as cartas compiladas para as edições anunciam com certa exaustão a boa ideia que foi o lançamento de EBSA: tinha as leis coligidas, as prestações de serviços eram agilizadas e divulgadas, os editores organizavam passeios e homenageava os professores, que demonstraram satisfação pelos serviços.

EBSA: veículo de promoção do desenvolvimento da Editora do Brasil, mas “sem vinculação interesseira no campo comercial ou da publicidade”.

Se o disfarce é o ato de camuflar alguma intenção ou uma obra sob falsas aparências, então os editores de EBSA praticaram esse ato. No momento de dissimular as intenções mercantis da Editora usando a *Revista* como veículo, era divulgado: não havia “interesses exclusivamente mercantilistas” (EBSA, 1950, p. 2). Na comemoração dos vinte anos de existência, a *Revista* divulgou que, após vinte anos de existência, o “documentário” seguia “sem vinculação interesseira no campo comercial ou da publicidade” (EBSA, 1969, pp. 1-2). Já nos festejos do “Jubileu de Prata” da *Revista*, os editores disseram que EBSA se sentia (sic) “orgulhosa pela sua própria independência de recursos” e conseguira garantir como “arquivo categorizado, vivo e imparcial” e “voltada para o interesse público para servir o professorado brasileiro”. Por isso, “venceu sem o amparo oficial, sem subvenções, sem quaisquer auxílios de ordem material” (EBSA, 1971, pp. 1-5).

Os editores de EBSA tinham orgulho disso, pois, se comparada às revistas concorrentes, EBSA era, como dizia os seus editores, cheia de “boas intenções”, pois não fazia propaganda de fábricas de móveis escolares, agências de viagens, bancos e uma visível divulgação dos livros produzidos nas casas editoriais concorrentes.

Dentro da infra-estrutura criada pela Editora para manter o relacionamento com os professores de forma duradoura, além da prestação de

(Ginásio São Geraldo de Divinópolis – MG); (Ginásio Sagrado Coração de Maria em Mossoró); (Ginásio do Estado Dom João Becker de Porto Alegre); (Ginásio e Escola Comercial Perdizes em São Paulo) (EBSA, 1948, pp. 38-60).

serviço, que parece ter sido o atendimento de uma necessidade, outra forma de atingir o seu público leitor foi apelar para a estratégia da propaganda disfarçada.

À exceção feita aos catálogos dos livros didáticos e de leitura anexados sempre ao final da *Revista*, como uma espécie de apêndice “tolerável”, foram poucas as apresentações de quaisquer produtos e marcas na *Revista* EBSA, a não ser por duas circunstâncias, em que se apresentavam produtos diferentes. Uma delas era uma apresentação da coleção “Gravuras-temas para o exercício de linguagem”, produzida pela Editora e de autoria de Aída Costa, Renato Pasquale e Renato Stempniewski³¹. A outra situação eram as apresentações dos produtos da Gráfica Cruzeiro, empresa responsável pela impressão dos produtos da Editora do Brasil³². Ao longo de vários números nos anos 1950 e 1960, essa Gráfica apresentou na contracapa um reclame para os seus impressos escolares: “Uma grande organização especializada a serviço do Brasil”, dizia a chamada.

Aliás, a relação mantida entre a Editora e a Gráfica ilustrou muito bem o procedimento para o anúncio de propagandas feitas em EBSA. Os editores publicavam em EBSA as circulares das Diretorias de Ensino Secundário, suprimindo ou modificando os impressos escolares (EBSA, 1949, p. 21), para alguns números adiante, anunciar que a Gráfica Cruzeiro do Sul estava “aparelhada a fornecer” esses mesmos documentos (EBSA, 1949, p. 25).

É possível sugerir que a Editora e a Gráfica mantinham uma relação de troca de favores, pois aquela, ao apresentar os produtos da Gráfica nas páginas de sua *Revista*, poderia gerar alguma espécie de abatimento no momento da impressão dos produtos. Além disso, em vez de fazer a propaganda direta, os editores preferiram criar subterfúgios para mostrar que a

³¹ Tratava-se de uma coleção de 14 quadros com motivos variados – passeio no campo, na praia, aos museus, vida urbana, vida escolar etc. – usado para estimular as crianças que estavam prestes a cursar a prova de admissão. A intenção era a de que elas produzissem redações para treinar a linguagem. Essa propaganda ocupava duas páginas e foi a única propaganda colorida de toda a história da EBSA. A reprodução da propaganda encontra-se nos anexos na p. 352.

³² A Gráfica Cruzeiro do Sul é indicada como o impressor de vários livros editorados pela Editora do Brasil S/A. Dentre eles: *Antologia da língua nacional*: para a primeira e segunda séries dos ginásios de Américo de Moura (1944); *Química*, de Carlos Costa e Carlos Pasquale (1949); *Primeiro livro de português: primeira série, curso ginásial* de Aída Costa (1951), entre muitos outros.

produção feita pelos “parceiros” era conveniente para todos aqueles que necessitassem dos ditos documentos.

Os editores de EBSA tornaram-se mestres na arte de criar evasivas para vender produtos e marcar o nome da Editora no mercado. E, se EBSA era vista por eles como “um passo definitivo para o sucesso editorial”, isso se deu, possivelmente, por causa dessa prática, já que a *Revista*, ao mesmo tempo que demarcava a sua posição entre os professores, criava uma imagem de empresa que renegava as práticas capitalistas correntes. Deste modo, foi construído pelos seus editores um escudo antimercenário.

Na *Revista*, era feita a valorização dos livros didáticos e paradidáticos por meio de resenhas publicadas, em vez da chamada direta para o livro. Dentre os resenhistas podemos citar o caso do educador Sud Menucci, que exaltou a boa qualidade dos quatro volumes de “Uma história e depois outras” do professor Rafael Grisi (EBSA, 1947, p. 43). E, também, a professora e autora Lucia Machado de Almeida, que no Terceiro Congresso dos Estabelecimentos Particulares de Ensino arguiu sobre as principais características de uma boa literatura infanto-juvenil, no que foi seguida pelas palavras dos editores de EBSA, quando esses afirmavam: “a Editora do Brasil cuida com especial carinho da confecção de livros de histórias agradáveis para as crianças (EBSA, 1949, p.50).

Por meio de EBSA, foi criado um programa que buscava os endereços de escolas, diretores e professores, para que fosse mantido um cadastro de consumidores. Em EBSA, há indícios de que a Editora do Brasil mantinha a divulgação de seus produtos de formas que, à época, eram consideradas inusitadas. Em 1952, por exemplo, fez a divulgação dos seus produtos por meio de coquetéis de lançamento em congressos educacionais. Desta forma, os editores buscavam ampliar o leque de seu *marketing* de relacionamento direto (EBSA, 1952, p. 428). Esdras do Nascimento, por meio de um artigo apresentado no *Boletim Bibliográfico Brasileiro* (BBB), oito anos mais tarde, recomendava essa mesma prática de coquetéis aos editores. Segundo esse analista, as tardes e noites de autógrafos era uma boa maneira para se vender livros, pois “alcançava” um “sucesso indiscutível”. Tal atividade era tida como

uma novidade cuja prática “ninguém poderia negar ou desconhecer” (BBB, 1960, p. 46)³³.

Essa posição “limpa” dos editores, que visava apagar a condição de capitalistas para evidenciar a posição de propugnadores de “boas intenções”, colocou-os na posição de patrióticos: ganhar dinheiro sem estar necessariamente pensando nele tornou-se uma “realidade”. Divulgar as informações de “real interesse” ao professorado, sem a vinculação “interesseira no campo comercial” tornou-se sinônimo de atitude cívica. Isso caracterizou alguns traços marcantes desses editores, dentre os quais a capacidade de dissimulação: portar-se com floreios para desviar a atenção do leitor. Os editores da *Revista* se afirmavam “neutros” com relação aos “fatos merecedores de destaque”. Também se afirmavam “neutros” porque não aceitavam e nem faziam “publicidade”, e só contavam com os recursos da “própria empresa mantenedora” (EBSA, 1972, p. 7). De certa forma, o empenho em repetir e em prolongar essa ideia, já que ela caracterizou a *Revista* por anos, demonstrou uma coerência editorial: a de não mudar de fórmula fortuitamente.

E, para alguns leitores incautos, foi fixada a imagem de uma editora sem “interesses exclusivamente mercantilistas”. Os leitores parecem ter sido apanhados pela estratégia de vendas camuflada em EBSA, pois como disse o Padre Oscar Hartmann, da Escola Apostólica de Santo Inácio, em Estação Salvador, no Rio Grande do Sul:

Saúdo com profusão a benemérita e tão patriótica Editora do Brasil, que se declara pronta a auxiliar-nos desinteressadamente com seus generosos préstimos, assistindo-nos onimodamente no Serviço Escolar [...] (EBSA, 1969, p. 43).

Na trajetória da Editora do Brasil se sucederam percalços editoriais, obviamente não comentados pelos editores de EBSA. Brigas judiciais com gráficas que prestavam serviços para a Editora e outras histórias que relacionavam o crescimento da empresa ao favorecimento advindo do Governo Federal podem ser citados como exemplos.

³³ O *Boletim Bibliográfico Brasileiro* (BBB) foi um periódico idealizado por Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira e era intitulado por seus editores o “mais completo registro de livros do país”.

O primeiro problema dizia respeito a uma série de complicações gráficas (provas, conferências, revisão, impressão) envolvendo a edição do livro "Tábua de Logaritmos", cuja responsabilidade estava a cargo da Indústria Gráfica Siqueira³⁴. Já o segundo caso, tinha relação com o lançamento do opúsculo intitulado "Câncer" de autoria de "Lucius Lattinus".

Esse opúsculo, de autoria desconhecida, foi divulgado nas escolas do país, e acusava a Editora do Brasil de enriquecimento ilícito por meio de favorecimentos advindos do Governo Federal, principalmente da parte de Carlos Pasquale, acionista da empresa e então diretor do Departamento Nacional de Educação (EBSA, 1957, p. 02). O conteúdo do texto foi veementemente negado pela Editora. Mas, de todo modo, demarcou que a história não é feita apenas de glórias.

Mesmo com os problemas enfrentados, o final da década de 1950 foi celebrado com ganhos.

Em junho de 1951, a empresa apresentou ao público paulista uma EBSA regional "dedicado especialmente ao ensino oficial do Estado", por uma "necessidade imperiosa": colaborar especificamente com o magistério público secundário paulista (EBSA-SP, 1951, pp. 1-2)

Já na edição de EBSA de abril de 1956, foi apresentada a incorporação da coleção de livros didáticos da Frère Théophane Durand (FTD), cuja direção, à época, estava nas mãos do irmão Marista Policarpo Ziliotto³⁵. A Editora do Brasil passou a ser responsável pela "edição", "projeção e difusão" da coleção FTD. Esse acordo era para ter sido firmado em 1949, quando houve a impressão de um "primeiro livro da Coleção FTD" pelas oficinas da Cruzeiro do Sul (EBSA, 1956, pp. 73-75).

³⁴ 4º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, 1971. *Carta das Indústrias Gráficas Siqueira à Editora do Brasil S/A*. Microfilme nº 245222/60. Município de São Paulo, SP.

³⁵ Os livros da Coleção FTD (sigla internacional que homenageava o Frère Théophane Durand) foram elaborados em Português, a partir de 1902, pelos irmãos Maristas residentes no Brasil e direcionados para as escolas desta e de outras ordens religiosas. Inicialmente, eram impressos na França, na tipografia de Emmanuel Vitte, de Lyon e, em 1908, começaram a ser impressos pela Tipografia Siqueira e distribuídos pela Livraria Francisco Alves. No entanto, os vários títulos e as sucessivas reedições dos livros da "Coleção FTD" não podem ser incluídos na produção didática dessas editoras que, neste caso, prestavam, respectivamente, apenas serviço de impressão e distribuição (Razzini, 2008, p. 62). Em 1963, a FTD funda uma editora própria, "obtendo autonomia de produção e distribuição" (Cassiano, 2003, p. 38).

De acordo com Hallewell (1985, p. 293), em 1954, com 100 publicações registradas, a Editora do Brasil figurou no quarto lugar no *ranking* das maiores editoras do país, ficando atrás da Cia. Editora Nacional (349), Melhoramentos (203) e Francisco Alves (137).

Em 1959, a morte de Fernando Costa, pareceu coincidir com o encerramento do período “romântico” de EBSA, já que foram interrompidos quase que totalmente os espaços de hagiografia dos professores. A partir deste período, inicia-se o que chamaremos de período “político”. Com a mudança do nome da presidência da Editora, a *Revista*, a partir dos anos 1960, começou a apresentar outros rumos. Os discursos abandonaram aquela característica estilística que mesclava o tom severo das leis com o paternalismo para com os professores e passava a publicar escritos que demarcavam mais claramente as suas posições políticas e as suas escolhas no âmbito da moral e dos costumes.

O Conteúdo da Revista EBSA nos anos 1960: católicos, militares e o ensino de Moral e Civismo.

Nos anos 1960, a Revista EBSA transmitiu a impressão de que a abastança tinha chegado à Editora, principalmente após 1964. Se por um lado, o patrimônio foi construído com o trabalho árduo de seus membros, por outro, as evidências demonstraram que esse sucesso, também, deu-se por conta do alinhamento da Editora com o regime da época. Esse alinhamento, percebido nos discursos publicados em EBSA, era tanto de ordem ideológica, por conta das posições políticas tomadas e pelas orientações educacionais dadas aos leitores; quanto de ordem prática, ou seja, pelas relações estabelecidas entre os membros da Editora com grupos específicos, apresentados ao longo do trabalho, que contribuíram com a demarcação do timbre da Editora do Brasil no mercado editorial.

Não há como explicitar o discurso da *Revista* EBSA nesse período, sem demonstrar os encaminhamentos que foram dados à Editora, já que esta é a responsável pelo periódico educacional e este, que por sua vez, foi o arauto das posições tomadas por seus responsáveis.

Se no caso de *Atualidades Pedagógicas* os editores responsáveis por aquele periódico optaram em não apontar claramente as suas posições políticas, fazendo-o de forma sutil (Silva, 2001, p. 92), em EBSA o movimento é ao contrário: não havia sutileza alguma.

Entre 1961 e 1964, podemos identificar a posição política dos editores de EBSA por meio da observação de dois casos diferentes. Primeiro, diante das discussões feitas em torno da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei 4.024 de 20/12/1961). Carlos Pasquale acreditava que o governo deveria amparar os estabelecimentos particulares com a subvenção financeira, pois, segundo o autor, na linha da *Declaração dos Direitos do Homem* (1948) as escolas particulares pagavam imposto e por isso, deveriam recebê-lo de volta (EBSA, 1958, p. 46)³⁶. Segundo, porque os editores se mostravam aterrorizados com as greves estudantis e manifestações dos estudantes acontecidas no início dos anos 1960. Tais eventos eram chamados de “desatinos” de grupos mancomunados com o governo de João Goulart: “*experts* do marxismo”, prova da “falta de vocação administrativa”, de “irresponsabilidade funcional”, demonstração de “desgoverno” e “subversão” (EBSA, 1963, p 2).

Com relação à educação nacional, logo após o golpe militar, seus editores estiveram ao lado do Governo, tentando suprimir, por exemplo, a polêmica diante da extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE). Eles ampararam a Lei nº 4.464 de 09/11/1964, mais conhecida como Lei Suplicy, que regulamentava o funcionamento dos órgãos de representação estudantil.

Ao longo da década de 1960, os editores passaram a valorizar os artigos publicados em jornais diários, fazendo ainda uma seleção de assuntos que eles julgavam de interesse dos leitores. Deste modo, foram vários os órgãos de imprensa citados em EBSA como fontes de informação em sua seção *Opiniões do mês*. Dentre eles, podemos citar os jornais: *O Estado de S. Paulo* (OESP), *a Folha de S. Paulo* (FSP), *O Globo* (Rio de Janeiro), e o *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro).

Foram contabilizados 82 artigos vindos da imprensa diária, dentro de um lote de 211 artigos. Os jornais mais utilizados para a transcrição de artigos

³⁶ Ao final do processo, os editores de EBSA aplaudiram com determinação a “sentença das urnas”, por causa da vitória “esmagadora” de Jânio Quadros à Presidência da República. Segundo os editores, a “Nação ratificou, amplamente, os princípios em que se inspira o projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional, já aprovado unanimemente pela Câmara dos Deputados” (EBSA, 1960, pp. 1-4).

foram: O Estado de S. Paulo (18), Diário de Notícias (10), Jornal do Brasil (10), O Globo (8), Jornal do Comércio (7), Diário de S. Paulo (5), O Jornal (5), entre outros³⁷.

A preferência da Editora do Brasil era por autores diversos. No entanto, eles tinham que ser intransigentes para com os movimentos sociais de esquerda e, mais especificamente, nos anos 1960, para com o movimento estudantil. Foram autores selecionados para falar por EBSA: Danton Jobin, deputado federal, que escrevia para o *Diário Carioca* e que se ocupou com a inquietação dos estudantes, greves estudantis e os conflitos dentro das escolas; Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, que escreveu sobre o vínculo entre professores e alunos, capaz de evitar as mobilizações grevistas nas universidades; Maurício de Medeiros da Academia Brasileira de Letras (ABL) que, ao escrever para *A Gazeta*, criticou a relação mantida entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os estudantes etc..³⁸.

Um dos nomes de maior destaque em EBSA era do jornalista e teórico católico Gustavo Corção, que contabilizou 11 artigos assinados por ele, 10 pelo *Diário de Notícias* (RJ) e um por OESP. Corção, conhecido por defender uma ética social católica em seus escritos nos jornais, tinha por ideal a opinião de que a política era função de uma “elite de bem”. Essa elite deveria se ocupar da manutenção de um equilíbrio que fosse avesso aos excessos e aos riscos de uma ordem social mantida pela multidão. A “elite de bem” era gente que já nascia com um espírito político e que não colocava interesses econômicos à frente dos interesses do bem comum (Silva, 2004).

As ideias de Gustavo Corção se ajustavam com os parâmetros de EBSA, tanto por conta dos discursos anticomunistas, quanto pelo fato de elas terem a essência das posições mantidas pelos diretores da Editora do Brasil. Posicionar-se entre uma elite que tentava demonstrar um desprezo pelos interesses econômicos. Além disso, esse posicionamento com ideais voltados para o catolicismo vão supostamente ao encontro dos ideais mantidos por uma

³⁷ Para ver o conjunto de autores apresentado em EBSA, ver os quadros dos textos citados nos anexos, p. 286.

³⁸ Por várias vezes, esses autores tiveram os seus artigos transcritos em EBSA. No caso das citações feitas nesse parágrafo, as referências são as seguintes: Danton Jobin: EBSA, 1962, pp. 66-67; Dom Vicente Scherer: EBSA, 1962, pp. 61-63; Maurício de Medeiros: EBSA, 1964, pp. 67-68.

parcela do público leitor, que eram os professores e funcionários de escolas confessionais.

É necessário dizer que não se tratava de apoiar e de ser apoiada por todos os católicos, já que em EBSA, ao publicar um expressivo número os textos de Gustavo Corção, os editores assumiam um compromisso com os católicos adeptos à causa de depuração do Brasil, por exemplo, dos “comunistas”. Por isso, optava por manter-se fiel aos escritos de D. Vicente Scherer, conhecido à época, entre outros assuntos, por atacar Anísio Teixeira acusando-o de “comunista”, por conta da sua participação na Campanha em defesa da escola pública. Ao mesmo tempo, evitava falar de doutrinas que, ao longo desse trabalho, foram apresentadas como “estranhas” aos interesses da Editora, como, por exemplo, da “Teologia da Libertação”.

Esse posicionamento católico, por parte dos editores de EBSA, e o vínculo da Editora do Brasil com os militares foram reforçados, quando em julho de 1967. Tomava a frente da redação da *Revista* o professor Alfredo Gomes, que de acordo com Costa (1978, p. 03) foi trazido à Editora pelas mãos de Carlos Pasquale³⁹ e foi um árduo defensor das ideias propugnadas pela Ação Católica e a manutenção de uma “vanguarda intelectual católica”, por parte desta política.

Aliás, a condição de apego aos ideais católicos na *Revista* EBSA ficou clara por conta de três evidências: a ampla defesa pela expansão do ensino secundário privado em conjunto com os colégios católicos; ao número de colégios católicos para os quais se voltou a própria *Revista*; e a defesa apaixonada feita em prol da educação católica pelo novo redator, o professor Alfredo Gomes⁴⁰. Isso, descontados os relacionamentos que o próprio Alfredo Gomes e o seu colega Victor Mussumeci mantinham com os clérigos – autores de livros didáticos, membros das Comissões Nacional e Regional de Moral e

³⁹ É necessário dizer que em EBSA, o golpe militar, chamado pelos editores de “Revolução”, não foi noticiado. As notícias posteriores já apresentavam o novo governo instituído. Além disso, em EBSA, há a prática de criar um consenso quando se pensava em “militares”. Os editores de EBSA, até por desconhecimento, ignoravam a presença de militares legalistas, e até mesmo comunistas, dentro das Forças Armadas.

⁴⁰ Dentre os 318 colégios listados na pequena amostra feita a partir da seção “Correspondência” de EBSA entre 1947-1961 não é possível afirmar com precisão quantos eram os colégios confessionais somente por conta do nome da instituição, mas é possível supor que não forma poucos. A listagem dos colégios pode ser vista na p. 307.

Civismo, diretores de escolas e representantes de editoras católicas, como veremos logo adiante.

Além disso, havia um compartilhamento de ideias muito afinado entre o que era propugnado pela *Revista* e o que estava contida na declaração *Gravissimum Educationis*, aprovada em 28/10/1965, durante o Concílio Vaticano II, em que foram tratados vários temas sobre a educação. Com relação à Encíclica, o mais importante aqui foi apontar o apelo dos bispos para que a atuação dos membros da Igreja não ficasse restrita às escolas católicas, ao que, seguindo as evidências documentais, foi prontamente atendido pelo redator-chefe de EBSA.

Alfredo Gomes, autor de livros didáticos, migrado da Companhia Editora Nacional, católico fervoroso, não se intimidava em escrever em EBSA, em “júbilo pelo nascimento do Salvador, o “Cristo Senhor que, em Si mesmo, trazia a mais importante de todas as mensagens”: “Glória a Deus nas alturas, e paz na terra aos homens de boa vontade” (EBSA, 1972, p. 3).

Alfredo Gomes também estava “à frente de campanhas em prol do restabelecimento da disciplina de Moral e Cívica nos currículos escolares”, durante o período de sua atuação na Comissão Estadual de Moral e Civismo em São Paulo e foi membro efetivo do Conselho Estadual de Educação. Ele afirmou que “procurou mesmo efetivá-la no estado de São Paulo quando foi membro e presidiu a Comissão Dinamizadora do Ensino Religioso, Social, Moral e Cívico, instituída na Secretaria da Educação” (Gomes, 1969, p. 6).

Dentro da Editora do Brasil, essa campanha deu margem à elaboração e produção de livros didáticos de Educação Moral e Cívica e congêneres: Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) e, como diz Filgueiras (2006), deu um fruto pioneiro até mesmo antes de 1964. Tratou-se do livro de Victor Mussumeci, um dos primeiros livros de OSPB publicado no país.

Como já é sabido, os membros da Editora mantiveram contato direto com os agentes responsáveis pelas ordenações educacionais. Por se apresentar como pioneira na produção e distribuição de livros de Civismo no país é possível sugerir que a Editora do Brasil já havia se preparado para os trâmites que seriam apresentados pela Indicação nº 1 de 1962 do Conselho Federal da Educação, cujo teor propunha a prática educativa da Educação

Cívica. No mesmo ano, houve a criação da disciplina de OSPB para o ensino secundário “como parte complementar do currículo escolar para o ciclo ginásial” (Filgueiras, 2006, p. 37). Talvez, não por coincidência, o livro de Mussumeci, no ano seguinte, já estivesse em sua 23ª edição⁴¹.

Em outubro de 1963, EBSA publicava a Portaria nº 419 de 17/10/1963 dispondo sobre a formação moral e cívica aos estabelecimentos de ensino médio, na tentativa de se “criar um lastro comum de unidade nacional” por meio do culto aos símbolos pátrios (EBSA, 1963, p.28).

No que diz respeito à relação dos responsáveis de EBSA com os militares, antes, neste trabalho, será necessário apresentar algumas particularidades. Na revista EBSA, era normal a transcrição de textos produzidos por militares. Esse foi o caso do Mal. Castelo Branco, quando ele se apresentou perante os estudantes para que, em vez de brigas nas ruas houvesse “diálogo entre os moços e o presidente da República” (EBSA, 1964, pp. 1-2). Sugestivo era o fato de EBSA ter publicado comunicados sobre os eventos e artigos organizados por militares, preferencialmente generais, preocupados com a educação do país e, mais precisamente, ocupados com o processo de instituição da disciplina de Educação Moral e Cívica nos currículos do país. Nas páginas da *Revista*, foi constatado um zelo excessivo pela manutenção de contatos pessoais que estivessem ligados a essa temática.

Antes mesmo dos anos 1960, em 1953, a *Revista* já demonstrava em suas “Crônicas do mês” a inquietação do General Juarez Távora com relação à falta de civismo nas escolas. De acordo com as páginas de EBSA, as palavras do general eram “muito objetivas e oportunas” e mereciam “ser meditadas” por causa da “pouca objetividade do ensino brasileiro”. O general Távora reclamava sobre o ensino da “moral” aplicado nas escolas, que devia “ser aprimorado pela elevação dos sentimentos e pela formação do caráter, aí incluída a disciplinação da vontade” (EBSA, 1953, pp. 14).

Em EBSA, entretanto, foi possível vislumbrar essa tendência ao “retorno” da EMC aos bancos escolares algum tempo antes do golpe militar. Isso porque os editores de EBSA achavam justo publicar em suas páginas

⁴¹ Referência retirada do Banco de Dados *Livres* e da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP: MUSSUMECI, Victor. 1963. *Organização Social e Política Brasileira*. São Paulo: Editora do Brasil, 23ª edição. No ano seguinte, este mesmo livro já havia atingido a 33ª edição.

aquilo que os membros da Escola Superior de Guerra (ESG) passaram a considerar como os indicadores da infiltração comunista no Brasil e de uma possível ameaça de guerra interna.

A ameaça de uma "possível guerra interna" foi tomada como uma linha editorial em EBSA. Por este motivo, essa discussão fará um breve deslocamento para os temas que eram desenvolvidos na ESG para que se entenda a posição dos editores de EBSA diante dos assuntos ligados a infiltração comunista no Brasil.

Martins Filho (2007), ao estudar a cultura militar entre 1959-1964, advertiu que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) fundava-se "na concepção de guerra total em três componentes: a guerra generalizada, a guerra fria e a guerra revolucionária". No sentido de guerra revolucionária, havia, de acordo com a DSN, uma estratégia político-militar que se destinava a vencer "a luta revolucionária ideologicamente dirigida" (Martins Filho, 2007, pp. 3-4)⁴². Os militares ligados à ESG, de acordo com o autor, formularam uma doutrina própria para combater a guerra revolucionária e um dos parâmetros dessa formulação foi a idealização de um "programa de alteração das relações civis-militares", como forma de "alcançar a unidade do país no apoio à luta do Exército". A ideia era a de que a população, tal como o Exército, anteviesse as etapas do avanço comunista em seu território no sentido de prevenir-se contra o inimigo (Martins Filho, 2007, p. 11).

Nesse ideário das Forças Armadas, os militares teriam condições de antecipar um ataque preventivo à subversão. Esta era vista pelos militares como índice de estágio pré-revolucionário, por isso era necessário formular uma ofensiva situada nas "ações de caráter defensivo", das quais a população faria parte. Tais ações seriam centradas na "formação moral e cívica da população, a fim de fornecer-lhe os meios para fazer face à ofensiva da subversão e lutar contra a guerra psicológica". A ideia era a de elevar o

⁴² Para Martins Filho (2007) "o meio castrense – principalmente a corrente anticomunista – foi capaz de desenvolver suas próprias doutrinas com surpreendente desenvoltura, criando uma cultura militar que vigoraria por mais de duas décadas". Para aprofundar suas idéias, o autor vai de encontro a uma concepção aceita generalizadamente de que o ideário militar pré-golpe "alimentou-se fundamentalmente da doutrina da segurança nacional originária dos Estados Unidos". Ao fazer o levantamento dos *Boletins de Educação do Exército*, foi percebido que há predominantemente referências francesas sobre os assuntos de guerra insurrecionais, tanto no Brasil, quanto na Argentina.

aspecto mecânico desse saber, tal como nos estágios militares, “com a criação de reflexos e atitudes adequadas” (Martins Filho, 2007, pp. 16-17).

Um dos sentidos prioritários da DSN era, a princípio, a disseminação institucional da doutrina, para que, depois, a linguagem “árida dos documentos militares” fosse traduzida para o mundo civil. Portanto, de acordo com Martins Filho (2007), a guerra revolucionária saiu dos “currículos militares” e foi anunciada ao mundo civil por meio da mobilização de aparelhos civis de circulação de informações: editoras lançavam livros, divulgavam cartilhas e jornais apregoavam a ideia de preparo psicológico anticomunista.

Dentro das Forças Armadas, mais precisamente nas escolas de comando e estado-maior, o General Moacir Araújo Lopes, membro da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, órgão que mantinha contato direto com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), era o especialista de “Liderança na Guerra Revolucionária”.

O general Araújo Lopes era o responsável pelas palestras sobre esse tema na área do conhecimento estratégico-militar dentro da ESG (Martins Filho, 2007, p. 18). Posteriormente, ele seria um dos tradutores dessa ideia de preparo do mundo civil, tanto na Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), já que era membro da Comissão, quanto por meio das conferências proferidas em locais específicos, como o Círculo Militar de São Paulo. De acordo com Filgueiras (2006), esse general foi um dos principais idealizadores do anteprojeto de Lei da disciplina de Educação Moral e Cívica (Filgueiras, 2006, p. 59).

O fato é que EBSA vai ao encontro dessa perspectiva quando, desde 1961, lançava apelos sobre a entrada e fixação de um “braço” comunista em meio aos estudantes brasileiros. Ao longo dos anos 1960, progressivamente, os textos da *Revista* ampliavam o foco do “perigo comunista” e passam a mostrar que, de “infiltração comunista”, tinha havido um movimento gradual de aumento de “organizações subversivas” dentro de diversas instituições. Em seguida, aconteceriam os saltos para os “atos de tumultos e sabotagem” e, por fim, em 1967, foi introduzido, em EBSA, o termo “terrorismo”.

Isso pode ser exemplificado pelos títulos dos seguintes artigos apresentados em EBSA: Denúncia de D. Jaime Câmara de conspiração contra a democracia (EBSA, 1961, p.39); IV Congresso Internacional de Estudantes,

em que foi apresentada uma moção contra os crimes praticados por Fidel Castro contra os estudantes cubanos contrários ao seu governo (EBSA, 1961, pp.32-36); *Infiltração comunista*, o primeiro artigo que associa os comunistas aos estudantes brasileiros (EBSA, 1961, p. 35); Comunismo atuante (EBSA, 1962, pp.76-77); *Comunização do ensino* (EBSA, 1962, p.37); *Os Estudantes e a Cortina de Ferro*, artigo que demonstra a opressão vivida pelos estudantes no leste europeu, invadido pela União Soviética (EBSA, 1963, pp. 66-67); Greves de Alunos (EBSA, 1963, pp. 72-73)⁴³.

Anteriormente foi dito que as perspectivas registradas em EBSA se encaminhavam para um fechamento de cerco ao governo de João Goulart. Entretanto, outros comentários e análises também demonstravam que o alinhamento dos editores de EBSA andava em paralelo com as designações propostas pelas diretrizes da ESG na circulação de ideias que instigavam as imagens de país desestabilizado por ordem de “inimigos” infiltrados nas instituições políticas, sociais e educacionais, por ordem de “inimigos” do país infiltrados.

Mas foi no período de acirramento das discussões sobre o retorno da disciplina de Educação Moral e Cívica para os bancos escolares que essa afinidade de ideias e posições dos editores de EBSA com os militares passou para contatos pessoais. E isso aconteceu principalmente por meio da atuação de Victor Mussumeci e Alfredo Gomes.

Não é de se estranhar, portanto, que tenha sido noticiado em EBSA, em 1966, a ida de Victor Mussumeci, representante a Editora do Brasil, à Terceira Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação Cívica, promovida pelo Conselho de Educação, e com os trabalhos abertos pelo Ministro da Educação e Cultura, Muniz de Aragão. Nessa reunião, foi debatido o tema *Educação Cívica*, em meio aos representantes dos Conselhos Estaduais de São Paulo (presidido pelo professor Erasmo de Freitas Nuzzi e o Padre Lionel Corbeil); Minas Gerais (Emanuel Pontes); Rio Grande do Sul (Irmão José Otão)⁴⁴. Além

⁴³ O texto de Aroeira foi transcrito de *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20/05/1962. O discurso do Senador Guido Mondim (PRP-RS), *Infiltração Comunista*, foi pronunciado no dia 04/12/1962 no Senado Federal. O artigo *Greves de alunos*, de autoria de Souza Brasil, foi transcrito do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/09/1963.

⁴⁴ O professor Erasmo Nuzzi foi Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. O padre Lionel Corbeil foi fundador do Colégio Santa Cruz de São Paulo e teve uma atuação bastante duradoura dentro do Conselho Estadual (1963-1986). Irmão José Otão foi membro da congregação Marista e um dos fundadores da Faculdade de Ciências Políticas e

de Mussumeci, também estiveram presentes à reunião professores, outros autores de livros didáticos, técnicos e membros do governo. Dentre eles, estavam presentes o Padre Gabriel Galache, Humberto Grande, Padre Orlando Vieira e o Marechal Inácio Rolim, membro da Liga de Defesa Nacional⁴⁵.

Nessa reunião, Mussumeci assistiu à conferência proferida por Alceu Amoroso Lima intitulada “Civismo: da casa ao cosmos”. Também ouviu o professor Newton Sucupira, então membro do Conselho Federal da Educação, considerando que era a partir da *civitas* que emanava o poder de “participação leal na edificação da Pátria e de um mundo melhor” (EBSA, 1966, p. 2).

Mussumeci também fez a sua intervenção no debate, salientando a ideia de que, no “estudo dos processos para formar o cidadão”, deveria ter sido considerada a exigência de quatro tipos de civismo (o patriótico, o institucional, o político e o solidarista). Para Mussumeci, havia fenômenos “não registrados no passado” que estavam alterando as relações entre as pessoas: o crescimento populacional, a crise da educação por “causa de uma vultosa multidão de jovens”, a aceleração da História, tudo isso, exigiria uma “efetiva evolução no conceito de solidariedade”.

Para o professor Mussumeci, naquele momento, o civismo seria fortalecido, à medida que fosse instituída no aprendizado das escolas, a ideia de “solidarismo” como o principal princípio moral mais importante a ser ensinado aos jovens, para haver o fortalecimento dos laços entre a pessoa e a sua comunidade. Segundo ele, “o binômio pessoa-comunidade” seria capaz de responder, por exemplo, aos problemas associados ao comportamento dos jovens e que, à época, foi tornada a grande preocupação desses produtores de

Econômicas em Porto Alegre, o que no futuro se tornaria a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nada foi encontrado sobre Emanuel Pontes.

⁴⁵ Humberto Grande é autor de numerosas publicações, como por exemplo: O Culto da Grandeza (1949), Trabalho, Cultura e Espírito (1961), Educação Cívica das Mulheres (1967), A Universidade do Trabalho e o desajustamento de massas e de classes (1965). Nos anos 1950, foi um grande divulgador do projeto sobre *Universidades para o Trabalho*. O Padre Gabriel Galache era jesuíta, foi diretor das Edições Loyola, e autor de livro didático e religioso pela mesma editora: Brasil: processo e integração – Estudos dos Problemas Brasileiros e Síntese da Doutrina Social. O padre Orlando Vieira é autor da *Pessoa Humana no mistério do mundo*. Já a Liga de Defesa Nacional é uma “entidade cívico-cultural” fundada por Olavo Bilac em 1916. Ela tem por princípio “robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo” e já foi agraciada com Ordens do Mérito Militar, Naval, Cruz Mérito Educação Cívica e Medalhas Tamandaré (por prestar relevantes serviços para a divulgação das tradições) e D. Pedro II (por prestar importantes serviços no âmbito da defesa civil): <http://www.ligadedefesanacional.org.br>, em 28/02/2008.

ideias (EBSA, 1966, p. 4). Voltaremos a essa questão do "solidarismo" como apelo aos estudantes brasileiros em breve.

Filgueiras (2006) e Oliveira et alii (1984) ressaltaram que o “conceito de civismo como expressão da solidariedade”, como parâmetro para as futuras incursões sobre o currículo de Educação Moral foi definido durante esse reunião. E como foi possível perceber, a atuação bastante incisiva do representante da Editora do Brasil, mereceu um destaque. A partir daí, o termo “solidariedade” faria parte de todos os documentos decisivos para a implantação da disciplina de EMC e, posteriormente, incidiu sobre os conteúdos dos livros didáticos.

A solidariedade humana como valor essencial para a unidade da Pátria aparecia nos discursos do Gal. Moacir Araújo Lopes. Consecutivamente, esse termo passou a fazer parte das finalidades da Educação Moral e Cívica no Decreto-Lei nº 869/69. Passou a ser um dos “valores permanentes” dentro dos subsídios para o Currículo e o Programa Básico de EMC proposto pela Comissão Nacional de Moral e Civismo e pelo Conselho Federal de Educação. Nos conteúdos dos livros didáticos, a “solidariedade” estava inserida nas instruções metodológicas para a prática de ensino⁴⁶. A questão é a de que o valor de "solidariedade" como princípio ético a ser exaltado foi um dos motores dos discursos da Editora, nos anos 1960. E a *Revista* refletiu todas essas as orientações para o seu público leitor.

Como indicou Filgueiras (2006) além de a Editora do Brasil ter sido a editora que mais publicou livros didáticos de EMC, os seus membros divulgavam que os livros de EMC publicados “achavam-se rigorosamente de acordo com o programa oficial de Educação Moral e Cívica”. De acordo com a pesquisadora, os livros publicados possuíam “praticamente os mesmos temas do programa curricular (2006, p.116). Nesse sentido, a Editora do Brasil, deixava evidente que o conteúdo de suas publicações de EMC, não só tinham as próprias ideias dos editores posta em circulação, tentavam criar uma

⁴⁶ É importante ressaltar que a idéia de “solidariedade” entre os brasileiros, no entanto, era uma das idéias que já “circulavam” anteriormente. Primeiro entre os *isebianos*, em especial Álvaro Vieira Pinto, que via no “trabalho” um ponto de solidariedade entre as diversas classes sociais que, segundo o pensador, buscavam o desenvolvimento do Brasil (Franco, 1978). Depois, dentro do próprio movimento estudantil, especialmente na Ação Popular, corrente saída da Juventude Universitária Católica (JUC), que via solidariedade como um dos elementos agregadores entre os estudantes ao povo, “grupo cego a ser guiado rumo às transformações sociais” (Fávero, 1994, p. 33).

intonia ideológica entre aquilo que eles acreditavam e o que passou a ser determinado pelos pensadores da ESG.

O livro de Mussumeci, Costa e Moschini, por exemplo, usou o conceito de Segurança Nacional distribuído pelo General Moacir Araújo Lopes como elemento fundamental para o entendimento de Moral e Civismo. O livro justificou a ação do governo de então (ações políticas, econômicas, psicossociais e militares) como garantias para a “consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, em face dos antagonismos existentes” (p. 160)⁴⁷.

É por meio da batuta de Alfredo Gomes, dando continuidade a sua preocupação com a moral e o civismo, que a *Revista EBSA*, em janeiro de 1969, apresentou a “peregrinação cívica” do Gal. Moacir Araujo Lopes, feita por meio de um ciclo de palestras pelo Brasil. Também foi por intermédio de Alfredo Gomes que a *Revista EBSA* publicou em julho do mesmo ano as palavras do General José Nogueira Paes, Diretor do Serviço Militar, encarregado por coordenar e controlar todas as atividades ligadas ao Serviço Militar no país. A publicação tratava-se da conferência proferida no Círculo Militar de São Paulo sobre *O Serviço Militar e as Responsabilidades das Autoridades e das Lideranças Cívis* (EBSA, 1969, p.3).

Alfredo Gomes não escondia e se c com os comprazia com os contatos pessoais adquiridos dentro do Círculo Militar. Dentro do Círculo, por exemplo, ele idealizou e escreveu o livro “Nomes Tutelares: Alameda Cívica Mal. Maurício José Cardoso” que foi publicado em 1971⁴⁸. Foi nesse ambiente que o redator de EBSA pôde manter relação com esses conferencistas vindos da caserna, conservando um contato, senão de amizade, no mínimo, mantido pela afinidade de ideias.

⁴⁷ Fernando N. Moschini era padre e esteve ligado à Federação do Comércio de São Paulo. Participou da Campanha de Educação Cívica realizado pela União Cívica Feminina em 1964, sendo conferencista de diversos estudos sobre os problemas nacionais promovidos por aquela entidade (Filgueiras, 2006, p. 103).

⁴⁸ O livro *Nomes Tutelares: Alameda Cívica Marechal Maurício José Cardoso* é um pequeno dicionário com a biografia com nomes considerados célebres da História do Brasil, e tem o prefácio escrito pelo General Claudio Cardoso, presidente do Círculo Militar de São Paulo. São citados no livro nomes como os de Fernão Dias Paes, Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), Luis Alves de Lima (Duque de Caxias), Joaquim Marques Lisboa (Almirante Tamandaré), Cândido Mariano da Silva Rondon, Artur da Costa e Silva, e do próprio Gal. Maurício José Cardoso. Também foram citados Alberto Santos Dumont, Rui Barbosa, José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão de Rio Branco). A única mulher citada foi Ana Justina Ferreira Néri.

Em certa ocasião, em setembro de 1969, dentro do Círculo Militar, o Gal. Moacir de Araújo Lopes teve a “gentileza” de oferecer a Alfredo Gomes, em “caráter reservado”, um exemplar do anteprojeto de Lei sobre a Educação Moral e Cívica, elaborado em 31 de julho de 1968. De acordo com Gomes, o anteprojeto ainda “estava sendo estudado pelo próprio Governo da República”. E, sem “aludir ao documento” que lhe fora entregue, Alfredo Gomes e o general conversaram sobre a infeliz supressão da disciplina com o advento da “Revolução de 1930” (EBSA, 1969, pp. 2-3)⁴⁹. Em meio à conversa, general e professor, tiveram lampejos de melancolia diante da não continuidade da EMC nos currículos.

Mesmo antes desse encontro, EBSA demarcou outro aspecto da “peregrinação cívica” do general Araújo Lopes. Tratava-se da premiação de cinco trabalhos, com prêmio fixado em dinheiro, do Concurso Nacional do Guia de Civismo, na qual foram premiados professores da rede oficial de ensino. Tanto o presidente da comissão julgadora do evento, o próprio general, quanto o Ministro da Educação, Favorino Bastos Mércio, atestaram que “os cinco trabalhos” seriam publicados pelo MEC e que constituiriam “base da educação cívica em todas as escolas de nível médio do país”. Naquele momento, o general adiantava que se encontrava no CFE, “para exame”, o projeto pelo qual seria incluído o civismo nos currículos escolares (EBSA, 1969, p. 37).

Esse caráter de “antecipação”, já percebido anteriormente nos escritos de EBSA, e o “caráter reservado” das transações dadas a entender nesse trecho, nos conduzem a três vestígios a respeito das práticas efetuadas pelos sujeitos responsáveis por EBSA: 1) De que os seus editores conseguiram, com antecedência, compreender as normas que seriam aplicadas ao mercado do livro didático e, por isso, conseguiram se organizar previamente para atender a demanda por livros didáticos; 2) Essas informações repassadas, às vezes, de forma “reservada”, dão um sentido de estreitamento de laços, criando um aspecto de cumplicidade para com um representante do governo instituído; 3) os editores de EBSA foram partícipes dos fóruns de discussão organizados

⁴⁹ De acordo com Cunha (2006): “Nesse período, a EMC ora foi incluída no currículo, ora foi dele suprimida: presente na ‘lei’ orgânica do ensino secundário (1942) até o fim do Estado Novo; ausente na República Populista, para retornar com toda a força em 1969 (Decreto-Lei 869), sendo mais uma vez suprimida em 1993 (Lei 8.663)” (Cunha, 2006, p. 5087).

pelos dirigentes da CNMC, nas discussões e decisões que, em breve, interfeririam no currículo das escolas, na produção de livros, nos conteúdos aplicados nas disciplinas e, por isso, colocava-se em um local privilegiado de poder. Local em que, de acordo com Mathias (2004, p. 192), estava concentrado “o maior número de militares no período”, ou seja, os fóruns de discussão e as comissões de planejamento.

De acordo com Mathias (2004), os militares fizeram uso das comissões, fóruns de discussão e grupos de trabalho como os ambientes preferenciais para a discussão de medidas e tomada de decisões no sentido de promoção das mudanças necessárias que gerariam as reformas para o “Brasil Grande”. Militarização aqui entendida como a presença física de membros militares nesses órgãos de decisões⁵⁰.

Para a autora, no caso da Educação, os militares preferiram essa via de trabalho, pois dessa forma, tentavam se desviar do poder dos órgãos executores e planejadores constituídos na tentativa de esvaziar os poderes advindos dos burocratas de carreira, pois era basilar naquele momento ter o controle das decisões. Segundo a autora, estava se falando em se desviar das discussões empreendidas no Ministério da Educação e, principalmente, do Conselho Federal da Educação, já que este órgão, mesmo que normativo, estava investido de poderes amplos, de acordo com a LDB/1961.

Isso justificaria, de acordo com os dados colhidos pela autora, uma maior militarização das Comissões e dos grupos de trabalho do que dos órgãos administrativos já instituídos. Para a autora, isso equivale dizer que “não era nos Ministérios”, nem no “varejo da administração”, mas sim nos “cargos de consultoria” e de “transformação de demandas em políticas”, que “concentravam o poder e a faculdade de formular e implementar as políticas públicas” vindas da parte dos militares (Mathias, 2004, p. 200).

⁵⁰ A extensão universitária no Brasil, por exemplo, foi amplamente discutida em comissões e fóruns. Foram projetos posteriormente implantados a partir dessa prática de associação civil-militar o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), o Projeto Rondon, e o Projeto Mauá (1966). A Comissão Meira Mattos (1967) e o fórum *A educação que nos convém* (1967), iniciativa conjunta do governo, da PUC-RJ e do Jockey Clube do Brasil também nos servem de exemplos para mostrar os trabalhos feitos por associações civis-militares (Mathias, 2004, p. 165). O Projeto Rondon será analisado no capítulo 4 deste trabalho.

Aqui, não se está falando que essa tentativa de desvio acontecia por conta de uma total oposição dos militares às delegações do CFE, durante o período. Como demonstrou Martins (2002), apesar desse órgão de natureza "técnica", "normativa" e "decisória" ser um "um dos mais altos patamares na hierarquia da administração pública, uma vez que estabelece o poder de fato dos seus representantes" (Martins, 2002, p. 69) e funcionava com poderes limitados, no momento em que se contrapunha às decisões do governo.

Segundo a pesquisadora, o papel de "elaborador de medidas legitimadoras do governo ao qual estava ligado eram muito fortes" e, por isso, o "seu papel foi tão determinante na reforma educacional da ditadura militar", não constituindo um "poder paralelo" (Martins, 2002, pp. 84-85). O próprio CFE, era um local onde, à época, havia uma grande quantidade de católicos dentre os seus membros, "o grupo que organizava grande parte da rede particular de ensino, com as escolas de 1º e 2º graus e faculdades (Martins, 2002, p. 82). Portanto, é possível aludir que nem todos os componentes da instituição federal faziam oposição formal ao governo, já que a defesa da expansão do ensino privado era defendida pelo governo militar no período. Além disso, Martins (2002) demonstrou que, posteriormente, o órgão passou por alterações empreendidas da parte do governo militar de forma a "interferir em suas ações" (Martins, 2002, p. 67).

Ao que parece, se houve um "poder paralelo" atuando sobre a Educação brasileira, ele não estava no CFE, e sim, dentro dos ambientes das Comissões e fóruns de debate, já que ali, com a presença dos militares, foi possível a ampliação do rol de alianças e influências feito a partir da vigência de diversos tipos de relações pessoais (clientelismo, fisiologismo, nepotismo).

A partir das Comissões, aquelas parcelas dos militares responsáveis pela disseminação da doutrina organizada pela ESG podiam estabelecer discussões que, posteriormente, também entrariam na pauta do CFE e seriam tornadas normas. De certa forma, os grupos mantidos nas Comissões podiam tanto se desviar do "notório saber" dos membros do CFE, quanto ter o sinal de que muito dificilmente o órgão faria contraposição direta aos interesses dos militares também participantes dos debates educacionais.

De certa forma, isso explica os duelos e jogos de força empreendidos entre os membros do CFE e da CNMC, no período de instituição da EMC como

disciplina escolar, e as “diversas críticas públicas” feitas pelo General Araújo Lopes ao Conselho Federal, por conta da relutância desse órgão em instituir a EMC como disciplina nas escolas (Filgueiras, 2006, p. 62).

Segundo Filgueiras (2006, p. 97), a Editora do Brasil foi uma das editoras que mais se destacou no período militar⁵¹. Para Cassiano (2003), foi uma das editoras que fez parte de um salto quantitativo de vendas de livros didáticos e infantis, por conta da expansão da rede de ensino e das modificações propostas pelas a LDB (Lei 4.024 de 20/12/1961) e a Lei nº 5692 (11/08/1971). De acordo com Cassiano, mais de 60 editoras figuraram entre produtoras de livros didáticos naquele período, mas além da Companhia Editora Nacional, que já dominava o mercado desde 1940, a Editora do Brasil passou a figurar como uma das mais importantes editoras do país (Cassiano, 2003, p. 40).

Cassiano (2003) estreitou essa perspectiva, e atribui essa expansão no desenvolvimento da produção de livros nos anos 1960, como resultado da associação entre as editoras aos programas governamentais, tais como a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), que verteu investimentos na ordem de US\$ 9 milhões (Cassiano, 2005, p. 40). Isso evidenciou o motivo pelo qual os editores de EBSA eram favoráveis ao acordo entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* (USAID) e, mais precisamente, ao acordo de nº 9, de 6 de janeiro de 1967, cujo teor estabelecia exatamente a cooperação para as publicações técnicas, científicas e educacionais.

⁵¹ Filgueiras (2006) pesquisou 62 livros de EMC do período. A pesquisadora indicou que 9 deles foram publicados pela Editora do Brasil e fizeram parte da lista de livros aprovados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Victor Mussumeci, com o seu livro de Educação Moral e Cívica para o ginásio, alcançou a marca de 91 edições.

Munakata (2008) demonstrou que esse convênio, caracterizado por seu “gigantismo”, pretendia estimular “o fortalecimento e a expansão da indústria editorial de livros técnicos e didáticos, auto-suficiente e economicamente sólida no Brasil, que pela expansão do mercado reduzirá o custo do livro”. De acordo com o autor, esse acontecimento provocou “alvorço” nos meios editoriais. Dentre as editoras com parcerias regulares com o Estado no processo de edição, figurava a Editora do Brasil, com 14% dos livros editados⁵² (Munakata, 2008, pp. 3-5).

Os membros da Editora do Brasil, além da participação direta nos fóruns de discussão para a fundamentação da disciplina de EMC, foram sujeitos beneficiados pela política de uma comissão que tinha por objetivo “tornar disponíveis cerca de 51 milhões de livros (técnicos e didáticos) nos próximos três anos, pela rede editorial e de distribuição existente” (Munakata, 2008 p. 3). A introdução da disciplina de EMC nos currículos parece ter incrementado o rendimento da Editora, mas, como é possível ver, o alvoroço causado pelos acordos com a USAID injetou ânimo da produção de vários outros tipos de livros.

Além disso, os sujeitos responsáveis pela Editora, em caráter particular, estavam convencidos de que as relações feitas com as autoridades do poder público fossem federais, estaduais ou municipais, viabilizavam com maior facilidade a ampliação geográfica da Editora.

Por fim, foram encontrados registros de que os representantes da Editora, antes mesmo da fixação das filiais, já estabeleciam contato com as representantes locais. Isso foi possível de ser definido por meio da fala do diretor do Colégio São Luis, no Maranhão, quando este, diante de outras autoridades políticas, dizia estar emocionado por congratular o amigo Carlos Costa. Pois, “tantas vezes tive a ocasião de recebê-lo aqui na nossa cidade, na sua peregrinação”, já que “ele, pessoalmente, vinha aos estados para saber como se conduzia a Editora do Brasil” (EBSA, 1972, s/n.).

Na inauguração da sucursal de Teresina (PI), por exemplo, estavam presentes: o Secretário da Educação Dr. Raimundo Wall Ferraz; Dom José Freire Falcão, arcebispo metropolitano; Maria Mercedes Costa, coordenadora

⁵² As outras editoras são: FTD (10%), Abril (8%), IBEP (7%), ao Livro Técnico (6%) e Tabajara (5%) (Oliveira et alli, 1984).

do Instituto Nacional do Livro; e Raimundo José de Carvalho, Diretor do Ensino Estadual de Segundo Grau. Em outras cidades, tal procedimento se repetiu, como no caso da abertura da sucursal de São José do Rio Preto e Santo André, tomadas por autoridades locais, tais como prefeitos, vereadores, representantes da Igreja etc.

Editora do Brasil nos anos 1970: A consolidação de uma vontade.

No dia 22 de janeiro de 1971, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua página 9, apresentou um anúncio de página inteira, expressando a inauguração do parque gráfico da Editora do Brasil em Guarulhos. Dizia o anúncio: “Viu, Gutenberg? Inauguramos o maior parque industrial do livro no país”⁵³.

Em concomitância a esse anúncio, EBSA publicou os dados sobre o novo parque gráfico fixado na cidade na grande São Paulo. A nova área industrial tinha 16 mil metros quadrados de área em concreto armado, com área-depósito de 2 mil metros quadrados e a capacidade de produzir 50 mil livros por dia e um milhão de livros por mês, dispondo de “off-set, fotolitos e impressoras, a serviço de 600 autores, 100 desenhistas, 240 técnicos e centenas de educadores”. O parque gráfico, segundo eles, era um dos “maiores da América Latina” (EBSA, 1971, s/n.)⁵⁴.

O triênio 1971 – 1972 – 1973 pode ser considerado o período áureo da Editora do Brasil. Com relação aos livros produzidos, foi possível constatar, por exemplo, que entre 1970 e 1975, dos 117 registros de documentos apresentados pela Editora, no 3º Oficial de Registros de Títulos e Documentos de São Paulo, 80 deles eram de contratos de edição de livros.

Nessa mesma época, a peregrinação pelo Brasil feita pelo presidente da organização, o professor Carlos Costa, durante a abertura de sucursais, foi entusiasticamente comemorada. Foram abertas as filiais de Brasília (1971),

⁵³ Veja o anúncio nos Anexos da p. 353.

⁵⁴ Durante a inauguração do parque gráfico, mais uma vez os editores de EBSA se cercaram de políticos locais e membros de cargos públicos estaduais e federais. Nesse caso, a presença da conselheira do Conselho Federal da Educação, professora Esther de Figueiredo Ferraz é anunciada com honra. À época, ela era também Secretária da Educação do Estado de São Paulo. Mas, além de ser uma autoridade convidada, a professora Esther também esteve presente como amiga de Carlos Pasquale, amizade nutrida por “por muitos anos”, “qualitativamente fraterna”, e que foi fortalecida durante o tempo em que ambos trabalharam no Conselho Federal de Educação (Documenta, 1970, p. 10). Ver fotos da inauguração nos anexos na p. 354.

Campo Grande (1971), Goiânia (1972), Santo André (1972), Teresina (1972), São Luis (1972), Bauru (1972), São José do Rio Preto (1973)⁵⁵. Para os editores da *Revista*, era da capital do estado de São Paulo que partia o centro irradiador de conhecimento representado pelo grande número de sucursais espalhadas pelo país. O alargamento da rede de distribuição e a ampliação do departamento editorial foram tornadas metas que combinavam com o "crescimento do Brasil" e um "ideal de agigantar-se" passou a ser acompanhado por uma "nova palavra de ordem" na Editora: "Integração!", ou melhor, "integração Escola-Empresa", porque "só a conjugação de esforços de uma e de outra" daria ao Brasil "a base necessária ao cumprimento do esforço governamental em favor da educação do nosso povo" (EBSA, 1972, s/n.).

Esse surto de crescimento talvez seja a explicação da pressa e a insistência com que um grupo de Lojas Maçônicas e uma entidade denominada *Liga Progressista Democrática*, unidas em um mesmo documento, pediram a troca de suas ações: suas ações preferenciais ao portador, para ações preferenciais nominativas, o que significa pedir preferência no momento da divisão de dividendos da empresa, quando a empresa passa a reconhecer o proprietário dos títulos⁵⁶.

Esses episódios nos direcionaram para dois sinais interessantes: a) que dependendo do montante das ações negociadas um estudo sobre editoras deve levar em consideração os interesses daqueles que são sócios-proprietários da sociedade anônima; b) não parecia coincidência que alguns clubes maçônicos tivessem o interesse em comprar ações da Editora do Brasil já que, à época, vários militares na ativa eram maçons e conjuminavam pensamentos muito parecidos aos propugnados por EBSA e pela Editora em questão, tais como a "lealdade máxima do cidadão à nação" e o expurgo aos radicais de esquerda (Almieri, 2007, pp. 42-43).

Ficou evidente nas páginas da *Revista*, nesse período, que os tempos de humildade haviam ficado no passado, os documentos centralizados em EBSA, segundos eles próprios, "passariam à História da Educação" (EBSA,

⁵⁵ A Editora do Brasil já tinha sucursais abertas nas seguintes cidades: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em 1975, abre a filial de Florianópolis.

⁵⁶ Eram as lojas maçônicas citadas: "Everaldo Dias", "Estrela do Ocidente", "Graal do Ocidente"; a Delegacia Litúrgica do "Supremo Conselho do Brasil para o rito Escocês Antigo e Aceito". Citado em: 4º Registro de Títulos/ SP, 1971, microfilme nº 1223691.

1971, p.5). Outros três eventos marcaram muito bem essa nova condição: a prática da visitação de professores ao parque gráfico como uma nova forma de divulgação das mercadorias da Editora; a produção de um vídeo documentário sobre a fabricação de livros; e uma excepcional consideração pelos infortúnios da concorrência.

Em 1973, a Editora do Brasil lançou o serviço de visitação de professores à sua gráfica para que esses conhecessem os aspectos da produção de livros didáticos e, paralelamente, apreciassem o catálogo da Editora, levando a cabo a ideia de integração "empresa-escola". O serviço consistia em uma visitação monitorada pelas instalações da editora e da gráfica, a fim de que os professores observassem o processo de produção industrial, o maquinário, os técnicos encarregados pela fabricação do material etc. Ao final, era oferecido um almoço de confraternização nas instalações da sede (EBSA, 1973, s/n.). Naquele mesmo ano, os membros da Editora, por conta do lançamento do documentário "200 milhões de livros: uma história de amor" foram convidados para o debate "a produção e uso de livros no país" televisionado pela Rede Cultura.

Todas essas manifestações eram entendidas como triunfo de uma vontade: "Simbolismo e realidade da aliança entre homens, cimentada pela fraternidade, alimentada pela santidade, o que equivale dizer 'vida reta' e pela servidão da justiça" (EBSA, 1972, p. 3). A ideia de "vida reta" era a crença dos editores. No entanto, na arena do mercado de livros, isso, eventualmente, era descumprido, pois não se contiveram em apontar na direção da Editora Abril, ao denunciá-los pelo descumprimento do item sobre a presença de brasileiros natos nos órgãos de direção das empresas de orientação intelectual e jornalística⁵⁷.

Já EBSA manteve-se fiel ao seu princípio de periódico educacional defensor das causas da Moral e do Civismo. Para fazer a divulgação sobre o I Simpósio de Educação Moral e Cívica, Gomes, em 1975, voltava a reiterar que "os valores morais da nacionalidade", "a unidade nacional", o "culto à Pátria" etc., deveriam ser respeitados. Isso, segundo o cronista, seguindo "a

⁵⁷ Na Ata da assembléia geral ordinária de 13/09/1947, a diretoria da Editora do Brasil deixa bem claro a condição de seus membros: "são brasileiros" (Junta Comercial de São Paulo, 1947, p. 1).

concepção espiritualista da vida" e a "concepção democrática do Estado" (EBSA, 1975, pp. 9-12).

Em fevereiro de 1976, do presidente da CNMC, Geraldo Mantedônio Bezerra de Menezes, um "honroso ofício" saudando a crônica feita meses atrás. A crônica teria sido lida na sessão plenária de 19/01/76. Sobre EBSA, diz o presidente-conselheiro: "são os nossos votos que V. Sa. e a EBSA, sob a orientação sadia da Editora, continuem a prestar sua valiosa colaboração à causa da moral e do civismo, a que tanto podem servir os meios assistemáticos da educação" (EBSA, 1976, p. 4). E assim continuou sendo feito até 1980, quando Otto Costa, o mais recente redator de EBSA, transcreveu trechos do livro *Educação Moral e Cívica* de sua autoria pela Editora do Brasil, para dizer que a estrutura Constitucional do Brasil girava em torno, segundo o autor, das seguintes "instituições máximas": a "Família, a Escola, a Justiça, a Igreja, as Forças Armadas, a Pátria" (EBSA, 1980, p. 6).

Tantos "méritos" nos anos 1970 só foram tristemente contrapostos em mensagens publicadas na *Revista* com as mortes de três dos seus principais funcionários: Carlos Pasquale e Victor Mussumeci, ambos falecidos em agosto de 1970, e Alfredo Gomes em julho de 1978.

O processo de expansão da empresa se prolongou até 1978, quando foram inauguradas as sedes próprias das filiais de Brasília (DF), em julho, e a de Vitória (ES), em novembro. Em Brasília, a sede contava com 4.500 metros quadrados, auditório com 300 lugares e "estacionamento para 100 veículos". Tanto em Brasília, quanto em Vitória, os edifícios foram construídos especialmente para servirem de sede regional da empresa demarcando que os seus proprietários não tinham o interesse por "representações".

Em 1978, a empresa familiar, mantinha-se "genuinamente brasileira" e estava "implantada em todos os quadrantes do território nacional" (EBSA, 1978, s/n.).

A Revista da Editora do Brasil – EBSA S/A (1961-1980)

O conteúdo divulgado pelos editores de EBSA adentrou na demanda ofertada pelos colégios privados, especialmente os confessionais que estavam em um período de ampla expansão nos anos 1950-1960 (Carvalho, 2003, p.

40). Isso, de acordo com os editores da *Revista*, se deu de uma forma considerada por eles “diferenciada”. Tratou a *Revista* de prestar serviços aos leitores, a compilar a legislação e a selecionar matéria educacional que os editores consideravam pertinente. Foi uma editora familiar que cresceu primeiro produzindo livros didáticos, atendendo uma demanda dada pela expansão das escolas brasileiras. Posteriormente, nos anos 1960, beneficiou-se da expansão do mercado livreiro feito nos termos do Acordo MEC-USAID, em 1967.

Nas páginas de EBSA, os editores se gabavam pelo seu êxito editorial. Segundo eles: "Nenhuma publicação contemporânea ou coeva, ao que se sabe, manteve-se ininterruptamente, sem solução de continuidade ou completo desfalecimento" (EBSA, 1977, p. 4).

EBSA apresentou as posições dos sujeitos que não se esqueciam dos 10% de gratificação anual para os funcionários (Ata da Reunião ordinária de setembro de 1946). Como profissionais liberais, aproveitaram as oportunidades mercadológicas de uma época, compreenderam um viés das vontades dos professores, apresentaram tino comercial e se lançaram ao mercado editorial amparados pela ideia do *self-made man*. Esta ideia pode ser muito bem representada por uma transação de crédito datada em novembro de 1971 e feita entre as famílias Costa e Netto e o Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Dois anos antes da inauguração do parque gráfico, vários imóveis da família Costa e Netto (o prédio sede da Editora em São Paulo, um "prédio residencial", dois terrenos), foram dados para a garantia de dívida ao banco estadual e este a repassou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). É possível aferir, portanto, que os membros dessa editora familiar se lançaram em um grande risco financeiro para que, enfim, o seu empreendimento fosse levado a cabo. Eles também souberam interpretar os movimentos sociais internos ao mercado de livros, usando-os de forma a alçá-los entre as principais empresas do gênero.

Nos anos 1960, período de competitividade empresarial, os diretores da Editora do Brasil passaram a não se valer somente da aceitação dos seus produtos e do *marketing* proposto para eles. Isso foi somado a outras possibilidades de arrolamento de capital e elevação do *status* da empresa, tais como: a obtenção de vantagens no campo da produção do conhecimento; benefícios das políticas governamentais; e liberdade na promoção, para as

escolas de ensino médio do país, de valores culturais que lhe foram caros. Isso demonstrou que houve uma ampliação do inventário de possibilidades de crescimento da marca e enriquecimento dos agentes, mas também evidenciou um esforço, direto e indireto, em se manter ao lado do regime militar.

Entretanto, foi possível perceber que um interesse da parte dos editores, foi manter-se ao lado do poder governamental em todos os níveis. Os contatos pessoais foram usados para a defesa de interesses comuns ou para ampliar o leque de colaboradores da Editora.

Os editores admitiam que a Editora estava “contribuindo para o engrandecimento do Estado e o bem-estar social da sua gente, marchando paralela ao Governo”. Segundo os editores, “só assim, com essa colaboração lado a lado” seria possível avançar para o “futuro com segurança, com firmeza” (EBSA, 1972, s/n.). Estar paralelo ao governo significava lutar, apenas, contra uma “possível ameaça de guerra interna por conta da invasão comunista”, ideia planejada na ESG e que a EBSA reverberou com ênfase. Também em EBSA, ficaram registrados os debates e os planejamentos instituídos pela CNMC dos quais os membros da Editora tiveram atuação destacada. Significou também, que, na diversidade do tecido social, os editores de EBSA souberam manter relações sociais que ampliaram o seu mercado de livros.

Dessa forma, pensando nas relações estabelecidas entre grupos civis e militares nesses ambientes de debates, podemos dizer que as políticas públicas também foram resultado de interesses particulares, e não representavam somente os anseios modernizadores de uma parcela dos militares. Existiam demandas difusas da parte da sociedade que foram intercaladas nesse jogo de alianças. Os diretores da Editora do Brasil souberam como se aproximar de facções decisivas ao seu negócio, de forma a interceder nas políticas voltadas para a produção de livros didáticos. A ponto de ter os seus editores, em conjunto com representantes de outras editoras e entidades civis, opinando nas formulações das reformas voltadas para os livros.

Todas essas considerações nos deram pistas sobre o que significava ser um *clipping* educacional. Com relação aos discursos veiculados em EBSA, uma competência dos editores foi a de agregar vozes advindas de diversos grupos e sujeitos, de forma a dar uma impressão de “unidade”. Por um lado, EBSA era

uma vitrine do que estava acontecendo em matéria de Educação. Tratava de assuntos reais e, enquanto assessorava os professores, entregava a eles as informações objetivas. EBSA detalhava o acontecimento.

No entanto, ao informá-los sobre discussões prolongadas, fazia-o de forma parcelada, apresentava um “todo” organizado por meio de uma seleção, dando, na verdade, uma “aparência” de todo.

O procedimento era feito pela seleção e manutenção de uma listagem de autores e um aglomerado de artigos vindos de outros veículos de comunicação escrita. Esse periódico tentou criar uma unicidade entre o que os editores pensavam e os valores pregados em outros canais. A imprensa diária, as entidades governamentais, os professores citados etc., foram referenciais apresentados como “parceiros” e eram os legitimadores desse universo construído pela *Revista*. É correto pensar, portanto, que EBSA era uma revista educacional que também tinha um conteúdo transportado da imprensa diária, o que a colocava como uma condição pedagógica à reprodução do “senso comum”.

Membros conservadores da Igreja, agentes leigos dessa mesma Igreja, militares na ativa, membros de entidades civis, jornais de circulação diária, pessoas que, individualmente, tinham recebido legitimidade pública para divulgar as suas opiniões etc., foram publicadas e transcritas em EBSA. De forma que a *Revista* se transformou em um instrumento de agremiação e de amplificação de “verdades”, das quais ela foi produtora, reprodutora e consorte. Essencialmente a verdade de um grupo “católico”, “familiar”, de “educadores”, “editores” que pregava a ética de uma “elite de bem”.

Os jovens entraram na arena política de EBSA a partir das greves estudantis organizadas no início dos anos 1960. A *Revista* captou, por exemplo, os artigos de jornais que progressivamente demonstravam repulsa ao comportamento dos estudantes, enquanto eles tomavam as suas posições diante de movimentos sociais. Inicialmente, a *Revista*, com relação aos jovens, criou essa impressão de “unidade” fomentando e estimulando a crise. Não que os responsáveis por EBSA se anunciassem como favoráveis à crise, mas a mantinham alimentada. Por meio dos artigos, era reiterada a posição de que haveria uma ruptura no equilíbrio político, como resultado da ação de grupos de estudantes desordeiros. Com relação ao conteúdo, a ideia era manter-se

atrelada a uma autoridade para que não fosse alterada a “tranquilidade do espírito como condição do progresso” (EBSA, 1972, p. 7).

Portanto, a representação de juventude feita em EBSA deve ser compreendida dentro do mercado de publicações educacionais: periódico, livros didáticos, livros de leitura. E compreendê-la, por meio desses discursos, também significou enxergá-la em relação às considerações sobre a “necessidade” de implantação de uma disciplina de EMC no currículo escolar.

Diante da crise, a *Revista*, criou uma pauta que tentava divulgar os fundamentos de uma ideologia que deveria ser entendida como uma colaboração política mútua dos vários segmentos citados em suas páginas.

Esses editores prefeririam abrir mão dos seus próprios direitos políticos e civis em benefício de uma harmonização dos costumes, mesmo que ela fosse fruto de formas muito violentas de condução do país da parte dos seus parceiros “lado a lado”.

“Num dia eu estava andando pelas ruas de Copacabana e uma menina abriu os braços para mim e disse: ‘oi estudante!’. Eu achei fantástico”.

Vladmir Palmeira. Os valores de 1968.

“Solta no ar, a frase de uma criança sintetiza a admiração sentida, num certo e breve momento, pelos estudantes: ‘depois das cenas bacanas que eu vi, acho os banguê-banguês da TV muito chatos. Não quero mais ser mocinho, quero ser estudante”.

Daniel Aarão Reis Filho: 1968, o curto ano de todos os desejos.

Capítulo 2

Estudante: Um “Monstro Jurídico-Político”

Em 1966, o jornalista Gustavo Corção, escreveu, em um artigo transcrito em EBSA, que qualquer país suportava “uma dose razoável de tolice”. Para o autor, “tolice” era o fato de uma parcela da juventude brasileira, à época, estar apegada ao ideal de uma radical transformação social do país por meio de uma Revolução Socialista. Nesse texto, uma parcela dos estudantes brasileiros foi nomeada como “anormal”. Isso, porque uma minoria “triste”, “feia”, burra”, todos “idiotas sugestionáveis”, tinha sido “corrompida por uma “paixão irracional”, fruto de uma “uréia de teor marxista” que tornou a juventude o “problema número 1 do Brasil” (EBSA, 1966, p. 42-43)⁵⁸.

Corção, ao mesmo tempo em que se mostrava revoltado com os atos estudantis, enaltecia o Ministro da Educação Moniz de Aragão, porque ele era um “homem lúcido, devotado aos problemas universitários, bom democrata”, não era uma pessoa que se intimidava diante das manifestações estudantis. Da parte de Gustavo Corção, a ideia de que os adultos estavam se curvando diante dos jovens estudantes, além de colocá-los em uma posição de superioridade, pareceu que os mais velhos, nesse período, ficaram um pouco temerosos com as proposições juvenis. Esse artigo pode ser considerado típico do que estava impregnado nos discursos empreendidos em EBSA, desde o início da década de 1960: uma parcela dos estudantes brasileiros havia se transformado em um grande problema. De acordo com Corção: um “monstro jurídico-político” (EBSA 1961, p. 1)⁵⁹.

Pelos textos publicados, foi observado que em 211 artigos entre 1961 a 1980, foi dada a preferência para os estudantes como tema de discussão, já que 60 artigos falavam sobre a categorial estudantil. A “juventude” apesar de ter tido o maior número de referências [163], esteve no título de 23 artigos. No entanto, até 1968, os estudantes foram o tema em 45 artigos, já a juventude em 13. Após 1968, percebeu-se que a juventude foi tema em 18 artigos e os estudantes em 15.

⁵⁸ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07/08/1966.

⁵⁹ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/11/1961.

Pela análise dos dados foi possível dizer que houve uma pequena mudança na preferência das discussões, passando de estudantes para jovens. Entretanto, mesmo em artigos em que o tema era o estudante, aspectos ligados à juventude também eram evidenciados⁶⁰. Este capítulo, entretanto, ficará concentrado na discussão sobre os estudantes.

Em um dos artigos publicados em EBSA, transferido de *O Estado de S. Paulo*, Corção explicou melhor o significado dessa expressão para o seu leitor. O jornalista contou que jovens secundaristas, reunidos em Congresso na Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES), discutiram assuntos que iam “muito além dos problemas estudantis”. Dentre os assuntos, havia questões nacionais, tais como a “posição da Petrobrás e o desenvolvimento nacional”, “Estudante e a realidade brasileira”, a “Reforma Agrária”, a renúncia [de Jânio Quadros] etc.; e questões internacionais: “O Estudante e o desarmamento mundial”, a “Autodeterminação dos povos”, a Encíclica *Mater et Magistra* etc. (Corção, 1961, p. 42). Para o autor, os debatedores eram muito jovens para discutir tais temas, “meninos” ainda, que por suas idades nem podiam assistir a todos os filmes e que, “por mais forte razão” não podiam votar, portanto, não havia como levar a sério esse tipo de discussão, vinda da parte de garotos (EBSA, 1961, pp. 42-43)⁶¹.

Mas para Corção, o aspecto mais revoltante desse episódio era o fato da AMES ter “personalidade jurídica” e “estatutos”, mesmo tendo sido “constituída por menores”. O fato de haver uma composição estudantil com natureza jurídica aconteceu, segundo o autor, porque não havia no Ministério da Educação “alguém que tivesse pena dos moços e que fosse mais homem do que os meninos”. Para Corção, era melhor que os juízes tivessem a coragem de assumir a alcunha de “reacionários”, pois eles preferiam continuar a proibir a entrada de jovens em filmes e concertos de harpa, mas não proibiam o funcionamento da AMES, que “se resolveria simplesmente com a ordem do juiz de menores” (EBSA, 1961, p. 44).

⁶⁰ Para acompanhar a relação entre o tema em discussão (estudantes) e a contagem das referências em relação ao veículo de divulgação publicado em EBSA, ver os dados na p. 340 e 341. Os dados levantados sobre os estudantes secundaristas e universitários em várias referências podem ser vistos na p. 323.

⁶¹ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/11/1961.

O termo “monstro jurídico político” foi cunhado pelo jornalista por conta das práticas de agremiação usadas por estudantes secundaristas do Rio de Janeiro. De acordo com o autor, o fato de esses jovens estarem associados em entidades com natureza jurídica não condizia com práticas próprias à idade. A constituição de uma associação legalmente estabelecida por meio da atuação de “meninos” era, por si só, motivo de desprezo. Para esse jornalista, o episódio não seguia em conformidade com a lei, pois havia um problema que relacionava a condição etária dos jovens e sua atuação no mundo “adulto”.

A forma hesitante como os juízes, “homens” e adultos, estavam tratando do assunto também foi um item alinhavado pelo autor. Todas essas questões indicaram que o tal “monstro” tinha uma história, que, à revelia de alguns adultos, tais como os membros da *Revista* e seus correligionários, teve atuação social. Percebeu-se que muito antes do golpe militar de 1964, já havia um clamor pelo fim das agremiações estudantis.

A juventude estudantil de “esquerda” quer mandar no campo social.

*Precoces, irracionais, sugestionáveis; levados, teleguiados, escravos; ignóbil, abjeto; hipnotizados, tolos, burros, ingênuos, simplórios; idiota; oportunistas, estéreis*⁶².

Para explicar a “subversão juvenil”, os responsáveis por EBSA publicavam textos repletos de “vazios”, como, por exemplo, um texto retirado de *O Globo*⁶³, que poderia levar os leitores a acreditar na “subversão estudantil” como um verdadeiro perigo. De acordo com o “vibrante vespertino”:

Agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) informaram à reportagem que, numa diligência realizada há dias em local mantido em absoluto sigilo, descobriram farta documentação que compromete seriamente elementos ligados ao meio estudantil (EBSA, 1965, p. 31).

⁶² Os estudantes foram assim caracterizados em EBSA nos seguintes números: OESP, 1961, pp. 42-44; OESP, 1964, pp. 58-60; o *Diário de S. Paulo*, 1964, pp. 56-57; Corção, 1964, p. 66-67. (transcrito do *Diário de Notícias*); Corção, 1966, pp. 42-43 (transcrito do *Diário de Notícias*); *Jornal do Brasil*, 1965, pp.35-36. Os jovens foram qualificados por esses adjetivos porque, de acordo com a concepção da *Revista*, eram hipnotizados por cooptadores comunistas infiltrados nas escolas.

⁶³ Transcrito de *O Globo*, Rio de Janeiro, em 18/07/1965: “Moscou deu um milhão de dólares para estudantes fazerem a subversão no país”.

O trecho não especifica o tempo, o ambiente, nem que documentação fora encontrada. Logo a seguir, o texto versou sobre um pretenso plano articulado em Moscou, exclusivamente em nome dos estudantes de Minas Gerais:

Os documentos apreendidos r[e]velam que a Rússia enviou ao Brasil um milhão de dólares em duas etapas, para a corrupção do meio estudantil nacional. Com diversas publicações em série para a formação de bibliotecas contendo a maioria das brochuras e normas de conduta para jovens comunistas e simpatizantes, instruções de aliciamento de novos adeptos e formação dos líderes marxistas. Os agentes identificaram o remetente desse material. Seu nome não deve ser ainda divulgado, mas se pode adiantar que se trata de um estudante brasileiro que se encontra na Rússia desde 1963, para lá encaminhado para estágio de liderança comunista (EBSA, 1965, p. 31).

Além de não identificar os sujeitos envolvidos na trama, ainda houve a associação do plano a um “estudante brasileiro” também não identificado, mas que, de acordo com o texto, dava sérios motivos para que o funcionamento da UNE fosse tolhido, com a seguinte justificativa:

Fontes do DOPS informaram a O Globo não haver dúvidas quanto à estreita ligação entre o movimento de estudantes mineiros e os documentos apreendidos. Entre estes, adiantaram, existem diversas cartas do mesmo remetente, encaminhadas desde o ano 1963, lembrando o dever dos estudantes comunistas e filocomunistas do Brasil de se manterem atentos contra toda e qualquer investida destinada a tolher ou mesmo coibir definitivamente os movimentos da UNE e da União Internacional dos Estudantes [...]. Esses documentos ressaltam a necessidade particular de se desenvolverem medidas destinadas à penetração dos estudantes nos meios de divulgação – jornais, estações de rádio, de televisão, agências noticiosas e revistas – para disseminarem ali, a pretexto de se defender a democracia, os ideais da revolução marxistas (EBSA, 1965, p. 32).

Segundo o jornal, teria sido registrado nas cartas apreendidas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) o uso de “um milhão de dólares” da parte dos estudantes:

O missivista fala sobre os países comunistas, dizendo do interesse que estes têm pelo Brasil, e recorda o artigo de Prestes sobre Fidel Castro e uma reunião de mulheres em Cuba. Solicita de seus comparsas, aqui no Brasil, que lhe enviem guias e rotetiros [sic] (não especificados), para que ele possa melhor servir a causa do Partido. Finalmente, recomenda a boa aplicação da verba de um milhão de dólares encaminhada para o trabalho de agitação, doutrinação e corrupção, meios que se deve utilizar para a implantação da ditadura vermelha (EBSA, 1965, p. 33).

Esse texto, publicado em um jornal e, logo a seguir, em um periódico educacional, contou uma história desamparada de provas materiais. O texto dizia que os responsáveis pela operação não apresentariam os documentos encontrados em “local de absoluto sigilo”, e não é possível descartar a ideia de que este texto é difamatório. Mas esse discurso tinha por intenção, em primeiro lugar, divulgar para os seus leitores uma incerteza: ela vulgarizava a ideia de que os estudantes conturbavam a ordem, tendo sempre a “desordem” como a principal qualificativa.

Mas além de reproduzir um discurso cheio de lacunas, o texto procurou deixar o leitor apreensivo, ao usar termos como “comparsas”, “disseminação” e “doutrina”, palavras para onde se projeta a luz do discurso. O artigo suscitava a perseguição e a desconfiança, pois, segundo o registro, havia um plano de “penetração dos estudantes nos meios de comunicação” e, por meio desse plano, havia um resultado a ser alcançado: a “implantação da doutrina vermelha”. Além disso, o periódico educacional deixou registrada uma “associação” dos jovens estudantes mineiros ao comunismo internacional, dizendo que eram agentes de uma corrupção.

A *Revista*, como agregadora de vozes de outros veículos de informação, divulgou sistematicamente a ideia de que a “subversão”, uma agressão à ordem, estava associada aos estudantes.

Esse juízo, usado para gerar medo, faz-nos pensar em duas imagens: a) a despeito da vontade dos editores de EBSA que esperavam o apoio e o cumprimento das normas (sociais, escolares, legais), os jovens descumpriam as regras, ou melhor, utilizavam as organizações estudantis para práticas diferentes do que era esperado, portanto, a posição e a atuação social e política desses jovens eram objetos de preocupação; b) nos discursos divulgados em EBSA, a palavra “subversão” foi tornada um lugar-comum, pois ela foi usada como forma de apagar quaisquer outros atributos desses estudantes mobilizados⁶⁴.

Martins (2008) afirmou que o senso-comum não se trata apenas “instrumentos das repetições e dos processos que mobilizam a vida de cada um e de todos” (Martins, 2008, p. 52). Para o autor, o senso comum é comum não simplesmente porque seja “banal”, mas porque é um conhecimento compartilhado entre sujeitos da relação social. O senso comum é um conhecimento que depende de uma interação, portanto, é interessante pensar tanto nos significados produzidos e compartilhados no momento de sua confecção, quanto no “método de produção desses significados” (Martins, 2008, pp. 54-55).

Estar associado aos comunistas, a fim de subverter uma ordem, era o grande estereótipo dado aos estudantes. Quais outros comportamentos e hábitos dos jovens estudantes foram ridicularizados para que esse estereótipo sobressaísse? Quais fatores retirados do cotidiano dos estudantes contribuíram para alimentar e manter esse clichê?

⁶⁴ Os atos de subversão da juventude eram assinalados pelas seguintes idéias em EBSA: de que o Brasil seria subordinado às estratégias “dos mercenários” e “falsos infiltrados nas organizações estudantis” ao “império comunista” (EBSA, 1964, p. 60); de que teria havido a “infiltração” dos jovens no “alto escalão contra os interesses da Pátria” (*Folha de S. Paulo*, 1964, p. 63); de que o jovem deixou-se levar pelo marxismo que “exerce influência” na juventude universitária brasileira (OESP, 1966, pp. 51-53).

Em 06 de junho de 1962, a propósito das greves dos estudantes, motivadas pela luta em favor de uma representação discente nos órgãos colegiados, e a pedido da federalização da Universidade Mackenzie em São Paulo, o Ministro da Educação e Cultura, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, divulgou esclarecimentos públicos que abrangiam uma gama de assuntos que diretamente não dizia respeito aos estudantes, mas que, ao final, acabava resvalando para os ambientes que faziam parte da trajetória dos jovens e que muito tinha a ver com uma forma de organização das suas experiências juvenis⁶⁵.

Sobre a representação estudantil, o Ministro disse que, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os estudantes deveriam “ter representação nos órgãos colegiados das Universidades e Escolas Superiores”.

De acordo com o registro, ele estaria zelando pela “autonomia universitária”, deixando em aberto a discussão ao pedir “aos Reitores e aos universitários” que encontrassem “a solução” que melhor consultasse “aos superiores interesses do ensino”. Mesmo assim, advertiu que terminaria naquele mês o prazo para que as “Universidades e Escolas isoladas submete[sssem] ao exame e aprovação do Conselho Federal da Educação a reforma de seus estatutos, adaptando-as as diretrizes da nova lei”, (EBSA, 1962, p. 44)⁶⁶.

Sobre a não federalização da Universidade Mackenzie por parte do governo, o Ministro se justificou, dizendo que já teria havido muitas despesas da União com a federalização de Escolas e Universidades, e que “30 bilhões de cruzeiros” anuais, desde 1960, havia sido gastos com o ensino superior. Mas que para o ensino médio, o orçamento “não ultrapassava seis bilhões”, o que, de acordo com o Ministro, vinha “agravando o contraste” entre o número de doutores formados e o “número alarmante de analfabetos” (EBSA, 1962, p. 45).

⁶⁵ No período compreendido por este trabalho, o país teve 20 Ministros da Educação. A lista, para o acompanhamento do trabalho, encontra-se nos 326.

⁶⁶ Tratava-se do artigo 78 da LDB nº 4.024 (20/12/1961): “O corpo discente terá representação, com direito de voto, nos conselhos universitários, nas congregações e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas universidades”.

O pronunciamento apontava que, pelos gastos do governo e pela pressão que este estava exercendo nos responsáveis pelas universidades para o cumprimento da Lei, havia, naquele momento, um foco de atenção nas Universidades: sobre o seu funcionamento, a relação que as autoridades universitárias tinham com os seus alunos, quantias sendo gastas em sua expansão etc. Além disso, para o Ministro, o fato de o orçamento privilegiar o Ensino Superior deixou evidente a preocupação acumulada no governo sobre os gastos nesse nível de ensino.

Paralelamente, nos artigos da *Revista* havia também a preocupação para qual lado deveriam ser focadas as finanças do governo, se para o Ensino Superior ou para o Ensino Primário. Na época, tal tensão ainda era reforçada pelo jargão: “O governo gasta pouco com a Educação”, e “como emprega mal o pouco que gasta” (EBSA, 1962, p. 1)⁶⁷.

Em editorial de EBSA, ficou claro a tendência dos editores em benefício do Ensino Primário e, citando Jacques Lambert: “O Brasil quer ilustrar-se antes de enriquecer; quer multiplicar os bacharéis e os doutores antes de multiplicar aqueles que simplesmente sabem ler” criando um “parasitismo da classe média intelectual, que só faz manter a miséria popular”, acabaram demonstrando aos seus leitores alguns os “culpados” pela preeminência do Ensino Superior (EBSA, 1962, p. 2).

Portanto, por mais que os discursos empreendidos em EBSA associassem os atos estudantis ao comunismo, o pronunciamento do Ministro deu indícios de que no cerne da universidade havia problemas cuja resolução, em primeiro lugar, dependia da aplicação de recursos. O fato de esses recursos estarem focados principalmente no Ensino Superior, além de gerar certa consternação, indicava que ali, da parte de EBSA, residiam os culpados por outra “mazela” significativa do país: o analfabetismo. Para os responsáveis pela *Revista*, havia uma associação direta entre os problemas de outros níveis educacionais e uma elite intelectual (alunos e professores), cujo privilégio era mantido pelas grandes somas de dinheiro lançadas para dentro da Universidade.

⁶⁷ Dados do Censo de 1960 apontavam as verbas destinadas para o ensino: Ensino Primário: 5.905.000.000,00 (12%); Ensino Médio: 7.178.000.000,00 (15%); Ensino Superior: 36.419.000.000,00 (73%).

Paralelamente, ficou manifesto que para os responsáveis pela *Revista* os membros da universidade compunham um grupo de intelectuais privilegiados que, conjuntamente, não abririam mão do seu *status*, mesmo que o fortalecimento financeiro do Ensino Primário e a alfabetização de grande parte da população dependessem disso. Repousou na cabeça desses jovens em questão, em cujo trajeto havia o cumprimento do Ensino Superior, mais uma responsabilidade: a de serem privilegiados e responsáveis por outros problemas educacionais em outros níveis de ensino.

No entanto, mais do que criar conjecturas de que os estudantes eram também responsáveis pelo detrimento dos demais ramos de ensino, EBSA, afirmava que os jovens estudantes participativos estavam ameaçando a própria integridade das instituições das quais faziam parte. Na EBSA, o arcebispo de Porto Alegre D. Vicente Scherer não se sentiu constrangido em afirmar que a universidade brasileira, “templo sagrado”, estava se transformando em “caserna de adestramento” (EBSA, 1962, p. 63).

A princípio, os editores de EBSA reclamavam dos estudantes que, entre 1961 e 1964, manifestaram-se preocupados com a questão da representatividade do corpo discente dentro das Universidades, por meio da luta pelo 1/3 e; com relação às denúncias sobre o mau funcionamento das escolas superiores⁶⁸. Dos 71 artigos contados dentro desse período, 41 debatiam a questão da representatividade.

Em resposta às manifestações dos alunos que pediam pela federalização da Universidade Mackenzie, e frente às manifestações pela luta do 1/3, o Reitor desta Universidade e diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, prof. W. A. Maurer, em 22 de junho de 1962, escreveu:

Se não entendem de ensino, se desconhecem as questões técnicas implícitas na administração dos órgãos universitários, o que poderão ambicionar com representações maciças nesses órgãos? (EBSA, 1962, p. 59).

⁶⁸ O movimento do 1/3 foi articulado pelos estudantes agregados à UNE e significava a possibilidade de os estudantes universitários conseguirem um instrumento de decisão nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, podendo participar da estrutura administrativa das escolas, e adquiriu “ares geracionais” de acordo com a interpretação de Groppo (2007, p. 242).

Para ele, “greve” rimava com “grave” e a Universidade não podia “ficar a mercê de agremiações de cunho nitidamente político”, pois a “inexperiência” dos jovens era uma afronta para com aqueles que eram mais “experientes” e proprietários das técnicas de administração (EBSA, 1962, p. 59).

O que o Reitor do Mackenzie não admitiu era que, diante da sua recusa em ceder as cadeiras aos estudantes nos órgãos deliberativos, ajustando os estatutos da instituição, havia também uma preocupação de fundo administrativo que, ao final, era de sua própria competência. De acordo com a documentação, a data limite para que as instituições de ensino enviassem os seus estatutos modificados para o Conselho Federal de Educação (CFE) com a inclusão da participação dos estudantes nos órgãos colegiados era em 27 de junho de 1962, portanto 5 dias após a deflagração da greve dos estudantes.

Portanto, o reitor ficava com dois problemas para resolver: um, porque não cumpria o que foi estabelecido pelo artigo 78 da Lei 4.024/1961; dois, porque, diante do assunto referente à representatividade dos estudantes, a Universidade Mackenzie foi uma das escolas que, após o esgotamento do prazo foi somada às 40 universidades brasileiras (23 federais, 14 particulares, 3 estaduais) que foram paralisadas pela greve geral decretada pela UNE (Poerner, 1968, p. 206).

O comentário do professor Maurer ante ao movimento que ameaçava “subverter a ordem natural das coisas” (EBSA, 1962, p. 52) pode ser analisado em conjunto ao que disse o jornalista Danton Jobim, no *Diário Carioca* do Rio de Janeiro, quando este comparou o aluno brasileiro ao estadunidense⁶⁹:

O que se está verificando nos meios estudantis não sucede, por exemplo, nos Estados Unidos, onde o nível de vida é alto e o ensino superior é caro, contrastando com o ensino secundário gratuito. O pobre americano que ingressa numa universidade faz grandes sacrifícios para estudar, sendo obrigado a dar “full time” em sua escola. Não pode embarcar em aventuras políticas ou ideológicas, que significariam desperdício de tempo, que é dinheiro (EBSA, 1962, p. 67).

Para Jobim, ainda havia a necessidade de entender as “peculiaridades” pelas quais passavam os estudantes brasileiros diante da vida universitária:

⁶⁹ Transcrito do *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 02/06/1962.

O estudante brasileiro, em geral, trabalha para viver, passando a maior parte do seu tempo fora da escola, solicitado permanentemente por outros interesses que não os relacionados com a atividade estudiosa. Dispende algumas horas nas aulas e laboratórios durante os dias da semana, mas o seu mundo, a sua vida, os seus verdadeiros centros de interesse, estão aqui fora (EBSA, 1962, p. 67).

Nos dois discursos, estava embutida a ideia de que o jovem estaria perdendo tempo com as ambições políticas dentro da universidade. O primeiro autor dizia que o jovem era “inexperiente” e que, portanto, não tinha o conhecimento para participar da gestão de um órgão “técnico” como a Universidade. O outro discurso, ao comparar o estudante brasileiro ao estadunidense, deixou claro que o jovem brasileiro estudava pouco, gastava o dinheiro que era empreendido no tempo e desperdiçava ambos, estudo e tempo, em atividades do lado de fora da escola.

O comentário do jornalista Jobin acabou se justapondo com uma pesquisa publicada no Brasil em 1965 e organizada por Lipset (1965), nos Estados Unidos. Para este autor, o estudante “ocupado” com os estudos tinha menos tempo para se organizar politicamente. O autor defendia a ideia de que quanto maior fosse o “investimento” no aluno, menor seria a sua “mobilidade”. De acordo com esse pesquisador, o motivo dos estudantes latino-americanos exigirem maior participação na gestão das universidades estaria associado à quantidade de tempo disponibilizado para os estudos [considerado inferior ao dos estudantes estadunidense] e a falta de assunção das responsabilidades pelos assuntos estudantis da parte dos professores do Ensino Superior (Lipset 1965, pp. 47-59).

Também para esse autor, o “investimento”, “per capita”, em determinadas áreas do conhecimento podiam ser motivo de desestímulo para mobilizações políticas. Para o autor, era possível observar a menor frequência de atos e manifestos advindos de alunos das áreas das Ciências Naturais “que geralmente exige estudos e trabalhos mais intensos” do que as “matérias artísticas ou as Ciências Sociais”. Essa observação, feita mediante o exemplo da Índia, demonstrou que em departamentos que funcionam sob “baixo investimento per capita” não inculcava no estudante o “sentido de auto-realização na busca de conhecimentos, não oferecendo boas perspectivas de emprego” (Lipset, 1965, p. 48).

Em primeiro lugar, essa condição de “investimento” no estudante passou a ideia de que se havia alguma seriedade na atividade estudantil ela podia ser medida pelo capital investido no sujeito. Estava publicado em EBSA que o dinheiro investido em jovens era de Cz\$ 17 milhões até os 18 anos. De acordo com o indicado, levaria “13 anos para amortizar esse investimento” (EBSA, 1966, p. 17). O estudante deveria se sentir culpado pelos atos contraproducentes, porque o seu conhecimento não poderia ser desperdiçado já que valia dinheiro.

Em segundo lugar, o que estava valendo na análise é a condição do estudante brasileiro que foi desprestigiada porque escolheu fazer política em vez de assumir compromissos julgados “mais interessantes” para a sua carreira, que de estudantil, passaria à profissional.

A despeito do cunho preconceituoso e da tentativa de introjeção da mentalidade acadêmica estadunidense na rotina de outros centros de estudo distribuídos pelo Terceiro Mundo, o pensamento do pesquisador e do jornalista confluiu para a opinião de que os estudantes brasileiros não usavam o seu tempo útil em estudos. Isso, porque, a despeito do privilégio de se ingressar na universidade, o estudante, de forma geral, não estava se enraizando na rotina escolar, por isso, o centro de interesse dos jovens se deslocava para outros locais. Portanto, esses dois pensamentos demarcaram que a ideia de “localização” dos estudantes é um objeto de análise, já que estar dentro ou fora da escola, parece ter sido um ponto de atenção dos registros.

A questão da “localização” dos estudantes, ou melhor dizendo, o estabelecimento de locais preferenciais para atividades estudantis, chegou a ser assunto dos debates nos Conselhos Universitários e, até mesmo, dentro do Conselho Federal de Educação (CFE). Um exemplo dessa discussão foi parar nas páginas de EBSA.

De acordo com os textos da *Revista*, a UNE, em 1962, entrou no CFE com uma representação a favor de dois estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Alcir Henrique da Costa e Ailton Henrique da Costa, contra uma sanção aprovada pelo Conselho Universitário da mesma instituição. Essa sanção foi resultado de um pedido feito pelos coordenadores do curso de Sociologia e Política contra os dois alunos. No Parecer nº 377/1962 do CEF, publicado em EBSA. Almeida Júnior, conselheiro do CFE, além de avaliar a sanção aplicada pelo Conselho Universitário, disse que havia no órgão federal, naquele período, 1.950 recursos análogos à história dos dois irmãos (EBSA, 1962, p. 22).

Segundo o documento, havia um impasse sobre a decisão do Conselho da PUC. De acordo com o Conselho, os dois irmãos teriam sido “expulsos” da Universidade. Posteriormente, a ideia era a de que ambos tinham recebido uma suspensão de 90 dias e que não lhes fora permitida a renovação da matrícula. Isso porque eles teriam pixado muros nas ruas da cidade com *slogans* pedindo pelo retorno à legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que foi considerado falta grave pelos membros do Conselho Universitário.

Para esse relator, haveria “solução menos drástica e mais direta para o caso”, pois mesmo que a LDB concedesse autonomia universitária, e o Decreto nº 19.851/ 1931 oferecesse autonomia disciplinar ao Conselho Universitário, considerar este órgão como “última instância” seria “incompatível com o disposto no parágrafo 25 do art. 141 da Constituição Federal” (EBSA, 1962, p. 22)⁷⁰. Em outras palavras, isso significava que os jovens podiam se defender em outras instâncias. Além disso, por conta do excessivo número de “casos análogos”, podemos constatar que, os jovens universitários incomodavam os dirigentes das universidades com esses atos de interferência no espaço público e/ou desobediência aos regimentos das instituições.

⁷⁰ Pelo parecer do conselheiro Almeida Jr., tratava-se da Constituição Federal de 1946: Art. 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade (§ 25 - é assegurada aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela, desde a nota de culpa, que, assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas, será entregue ao preso dentro em vinte e quatro horas). A instrução criminal será contraditória.

Já o conselheiro Ajadil de Lemos considerou que uma garantia legal tinha sido violada e que os alunos deveriam ter a “necessária reparação dos direitos”, pois a falta cometida teria acontecido “extra-muros” e, por si só, “não constitui falta disciplinar propriamente dita”. E mesmo que os argumentos vindos da PUC tivessem apregoado que os alunos não contribuíam “na esfera de sua ação, para o prestígio crescente da Universidade e o respeito de suas finalidades espirituais”, o ato não estava circunscrito territorialmente ao “elenco penal escolar”, por isso não constituía “infração disciplinar”, mas fruíram na esfera do “dever moral do aluno da PUC” (EBSA, 1962, p. 23).

Esse exemplo demonstrou que as formas como os jovens utilizavam os espaços públicos, além de dar-lhes visibilidade, apresentou um elemento de tensão “clássico” nos discursos sobre a juventude e os seus espaços de direito: os jovens deviam estar apartados do mundo político. A sua condição de “estudante”, não combinava com a rua, pois este local era um ambiente de perigo.

No caso dos dois alunos da PUC-RJ, havia ainda uma questão de demarcação curricular, pois a ação cometida pelos estudantes do lado de fora da instituição teve repercussões do lado de dentro. Da parte dos membros da instituição esperava-se que os jovens fossem a extensão moral do que era ensinado na instituição, pois isso determinava a condição do seu “prestígio”.

Mas não eram apenas os movimentos estudantis feitos do lado de fora das instituições que preocupava os colaboradores de EBSA. Os atos feitos internamente também tinham um significado denso.

Em 1961, em EBSA, foram publicados três documentos significativos a respeito do comportamento juvenil nos anos 1960. Esses documentos registraram o movimento de greves dos estudantes em Recife que, durante um mês “inquietou a Nação e de que a Imprensa de todo país publicou amplo noticiário” (EBSA, 1961, p. 52). No presente estudo, o registro dessa história no trabalho não tem por objetivo historiar o movimento estudantil, mas apontar o quê, nesse quadro de eventos, indicou umas das preocupações publicadas pela *Revista*. Tratava-se da movimentação dos estudantes diante de assuntos que, por não estar diretamente ligada ao estudo, condição característica fundamental de um “estudante”, era preocupante.

De acordo com os documentos, no dia 06 de junho de 1961, a mando do Presidente da República, Jânio Quadros, foi encaminhado para universidade pernambucana, o Ministro da Educação, Brígido Tinoco, que esteve presente no local, acompanhado pelo Prefeito Miguel Arraes. Após trinta dias de invasão nos prédios da administração da Universidade pelos estudantes, o Ministro disse que não aceitaria qualquer “pressão” da parte dos estudantes, mas que estaria disposto a ouvi-los e “punir funcionários omissos e faltosos”, caso estes desocupassem a Universidade. Essa acareação resultou no afastamento do reitor, prof. Soriano Neto (EBSA, 1961, p. 53).

Dois dias depois, os alunos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) manifestaram a solidariedade aos colegas nordestinos e protestaram sobre as “eventuais arbitrariedades cometidas pela tropa do Exército”, a propósito da desocupação dos prédios. Com reservas, os alunos da FFCL disseram ter sentido uma “estranheza” para com a atitude de ocupação feita “indevidamente” junto aos “bens pertencentes ao Estado”.

Além disso, os alunos da USP expressaram confiança na “ação do Executivo para solucionar o problema”; apelaram para o “bom senso dos colegas recifenses, no sentido de aguardarem as providências das autoridades”. Mas, antes de “convocar uma assembléia-geral extraordinária para debater esse assunto”, expressaram inquietação pelo fato de que “pessoas alheias à cultura e à tradição brasileiras” estavam “contribuindo para conturbar a ordem necessária ao desenvolvimento harmônico dos verdadeiros interesses da Nação”. (EBSA, 1961, p. 54).

Cessada a greve, foi entregue ao Ministro uma lista de denúncias da parte dos estudantes recifenses, no dia 19/06, em São Paulo. A lista apresentava irregularidades de várias ordens. No âmbito administrativo, os jovens apontaram que a Universidade tinha se transformado em ambiente adulterado: havia “irregularidades nos concursos para o preenchimento das cátedras”, “número excessivo de funcionários [...], muitos dos quais nomeados por apadrinhamento do diretor, “filho do diretor, que ocupa ao mesmo tempo, o cargo de juiz em comarca do interior”, “absoluto desprezo pela conservação do patrimônio da Faculdade” etc (EBSA, 1961, pp. 54-55)⁷¹.

Com relação aos professores, o documento explicitava que: os professores não se interessavam pela vida universitária da Faculdade; o grande número de aulas era ministrado pelos assistentes, “geralmente sem competência”; o horário satisfazia “apenas aos interesses dos professores”, visto que exerciam “atividades extracurriculares”; quanto aos assistentes, havia aqueles que não eram “conhecidos pelos alunos”, os que eram “conhecidos, mas não dão aulas” e os que eram “conhecidos e incompetentes” (EBSA, 1961, pp. 54-55).

Naquele mesmo dia, foram nomeados membros para uma sindicância “com amplos e ilimitados poderes, inclusive para afastar, liminar [...] todo ou qualquer servidor, para o fim de bem promover as diligências necessárias à rigorosa verificação das denúncias e acusações” (EBSA, 1961, pp. 54-55).

Um mês depois, em julho, esse grupo de sindicância, mesmo tendo reconhecido de que não havia “desmandos no estabelecimento” e que a administração financeira de seu diretor, prof. Soriano Neto, não podia “ser atacada”, acabou acatando a continuidade da suspensão das funções dada ao diretor. Por fim, a comissão aconselhou a formação de “um grupo de trabalho”, da qual faria parte “obrigatoriamente” um “representante do corpo discente”, a fim de propor medidas para a “dinamização do ensino e das atividades escolares” (EBSA, 1961, p. 60).

⁷¹ Nota oficial da Presidência da República, Palácio do Planalto 06/06/1961; Manifesto dos Estudantes – FFCL, São Paulo, 08/06/1962; Denúncia dos Estudantes do Recife, Recife, 19/08/1969.

Em resumo: Desde o caso da federalização da Universidade Mackenzie, foi possível observar que, no início da década de 1960, os estudantes tinham vez e voz junto às autoridades locais e federais. A partir de suas práticas, os jovens eram chamados para serem ouvidos, seus pronunciamentos eram divulgados pela imprensa e a posição dos estudantes, e até mesmo os possíveis embates acontecidos dentro da categoria eram “amplamente divulgados” pelos jornais. Os jovens eram notícia e, se, por vezes, eram rechaçados pelas autoridades, outras tantas vezes tinham as suas denúncias registradas e as reivindicações atendidas.

No caso da greve em Recife, as reivindicações dos estudantes se condensaram nas relações entre professores e alunos, e entre os estudantes e os seus pares. No primeiro caso, a contratação de professores e o funcionamento do sistema de cátedras eram o mote das reivindicações⁷². Isto porque, para os grevistas do Recife, o sistema de cátedras era uma forma de favorecimento em que não necessariamente estava em jogo a competência acadêmica.

As ideias defendidas pelos estudantes nesse tipo de manifestação eram repudiadas de acordo com o publicado em EBSA. Tanto por meio da associação feita entre os estudantes aos “elementos estranhos” à comunidade, mas também pela forma como tais ideias eram defendidas. Nesse sentido tratou-se muito mais de analisar a greve dos estudantes e a ocupação dos ambientes escolares como a realização de atos planejados, que de forma atípica, instauraram ações cuja instabilidade incomodava por demais os mais velhos.

⁷² A discussão sobre as cátedras avançou por toda a década de 1960, até elas serem suprimidas na Constituição de 1967, elaborada durante o governo militar, e desaparecerem com a Lei nº 5.540 de 28/11/1968 (Lei da Reforma Universitária). Essa discussão pode ser vista sob muitos ângulos. Da parte de alguns grupos, como por exemplo, o de OESP, a extinção das cátedras era considerada o fim de uma era e o marco do declínio do ensino intelectual no país. No entanto, a extinção das cátedras, auto-suficiente e vitalícia, pelo sistema departamental e o desmembramento das FFCL em institutos de ciências básicas, parece ter sido fruto de um consenso produzido por intelectuais que deixaram publicados os seus depoimentos sobre o assunto (Celeste Filho, 2007, p. 20). Celeste Filho, no entanto, admite que, mesmo dentro das universidades, esse assunto não poderia ter sido um consenso, citando o caso da votação decisiva sobre a extinção das cátedras na USP em 20/11/1968, quando não houve o comparecimento de professores das Faculdades de Medicina, Direito e da Escola Politécnica (Celeste Filho, 2007, pp. 162-163).

Também foi peculiar que os próprios estudantes da FFCL da USP considerassem a "ocupação" da reitoria em Recife como um fato estranho. De acordo com Hurre, Pagan-Reymond e Reymond (1997), ficar alojado dentro da instituição de ensino era uma prática nova de manifesto e, por isso, causava estranheza entre os próprios estudantes. Os jovens americanos, franceses, japoneses e alemães também utilizaram tal prática no mesmo período o que demonstrou, além da circulação mundial de um costume inventado, a emersão de uma forma irreverente de uso dos espaços escolares (Hurre, Pagan-Reymond e Reymond, 1997, p. 224).

Outro ponto a ser analisado foi o ato de suspensão de aulas por meio de greves estudantis. Se, da parte dos sujeitos registrados em EBSA, o estudo era um dever dos estudantes, a paralisação desse ato por meio de "greve" parecia mais acintosa, ao menos por três motivos: perda de tempo; aplicação do tempo com uma prática improdutiva; forma deturpada de associação entre os estudantes e trabalhadores. Foi apontado em EBSA que: "Documentos oficiais não julgam o estudante como uma classe dentro da organização econômica social", "greve estudantil não é greve como a dos trabalhadores", portanto não há motivo para que sejam abonadas as faltas durante o período de paralisação (EBSA, 1961, pp. 55-56).

Os editores de EBSA vão buscar no jornal *Província do Pará* um artigo cujo teor manifestava apoio aos jovens da Faculdade de Direito da USP, que, por meio do Partido da Representação Acadêmica (PRA), não aceitavam os propósitos de greve articulados por outro grupo de estudantes. Para ele, o direito de greve não cabia a quem não estivesse "em situação de subordinado quanto a interesses de caráter econômico".

Para os membros do jornal paraense, os jovens da “tradicional Faculdade” demonstravam a “sua responsabilidade perante a própria Pátria”, esta que “não precisava de políticos improvisados, nem de líderes prematuramente formados, mas de homens que sedimentaram a sua cultura através do estudo” (EBSA, 1965, p. 50)⁷³. De acordo com o que foi publicado no jornal paraense, eram maus estudantes aqueles que se preparam às pressas para exercer a política. Para esse grupo, a política deveria estar fora da escola, neste caso da universidade, pois este era o ambiente que deveria formar o “futuro” político, caso fosse esse o caminho escolhido pelo graduado.

Mais tristemente ainda, EBSA atestou que, da parte dos estudantes, as escolas e os professores passaram a serem vistos como “patrões”, portanto os jovens denunciavam que os profissionais ligados ao ensino eram menos tutores e mais proprietários (EBSA, 1964, p. 75)⁷⁴.

Os documentos revelaram também que, em meio às mobilizações da categoria, havia ainda estudantes que assumiam posições políticas diferenciadas, e que essas posições dependiam do lugar ocupado pelo estudante na hierarquia universitária; da graduação das atividades; e, também, do grau de confiabilidade que tinham para com a atuação do Estado, como foi apontado pelo manifesto dos alunos da FFCL/USP. A ideia de que nem todos os estudantes se manifestavam como oponente da autoridade de plantão será analisada mais além no trabalho. Aqui vale dizer que o tirocínio estudantil podia não só incomodar os mais velhos, professores, diretores de escola e governantes, mas também os indivíduos da mesma faixa etária.

Mas, decerto que o embate entre os estudantes e as autoridades, professores e diretores, dentro das instituições escolares era outra das grandes preocupações dos editores de EBSA, o que pode ser constatado nas duas histórias a seguir.

⁷³ Transcrito de *A Província do Pará*, Belém, 17/08/1965.

⁷⁴ Transcrito do *Diário de S.Paulo*, São Paulo, 01/11/1964.

De Porto Alegre, o arcebispo Dom Vicente Scherer, em 1962, ao mesmo tempo em que se mostrava aliviado pelo refluxo das greves estudantis e feliz porque “vai se normalizando a vida”, jogou a culpa na “luta de classes” pelas “disputas entre alunos e professores”. Esta, “sempre odiosa e destruidora”, acabou “transferida para o setor universitário e deflagrada entre mestres e discípulos, aberta ou velada”, o que causou “danos irreparáveis à vida comunitária das escolas superiores” (EBSA, 1962, p. 61).

Já o artigo *Hienas soltas no campo*, publicado em *O Jornal* do Rio de Janeiro e transcrito em EBSA, analisou a luta pelo 1/3 da seguinte forma: “O que a UNE quer é apenas um pretexto, seja qual for, para retirar os rapazes das aulas e lançá-los às ruas para provocar os poderes públicos e desmoralizar os professores”. Para o jornal, caso o Ministro Brígido Tinoco e o Presidente da República cedessem à “imposição descabidas dos estudantes comunistas”, isso importava na “liquidação do prestígio dos mestres universitários” (EBSA, 1962, p. 70)⁷⁵.

Portanto, a relação “problemática” entre alunos e professores não era um fato isolado em Recife. Em EBSA, alunos que tentavam “tomar” a autoridade dos professores eram tornados “problemas”. Ou seja, uma das principais questões referentes à relação entre professores e estudantes residia na preservação de um domínio que até então era ocupado pelos mais velhos, pois a autoridade estava associada à idade, aos maduros, aqueles que tinham a permissão social, o crédito para administrar a própria vida. Os estudantes informavam que esses critérios poderiam ser dialogados.

Da parte de alguns estudantes, existiu mesmo a pretensão de troca de posições entre professores e alunos, como manifestou o estudante Vladimir Palmeira: “Nesse momento, usamos violência. Durante anos, nunca sequer fizemos concentração na porta do Conselho Universitário, mas nesse dia [sic] nós fomos e os professores foram obrigados a descer dos pedestais para discutir com a massa estudantil” (Palmeira, 1999, p. 125).

As histórias apontadas não significavam que o aluno quisesse tomar as vezes de professor, mas que os professores tivessem a consciência de que os seus títulos, por si só, pareciam não mais delimitar o seu status. O que foi indicado demonstrou que os jovens passariam a opinar sobre essa questão.

⁷⁵ Transcrito de *O Jornal*, Rio de Janeiro, 05/06/1962.

Em EBSA, foi apresentado o fato de que estudantes e professores tinham as mais variadas afinidades e antipatias, e essas reações tinham relação com os acontecimentos e as tomadas de posições travadas no cotidiano das escolas. No entanto, eram apresentados como eventos subjacentes, porque o mais importante era demonstrar a generalização da subversão comunista⁷⁶. Mas a pretexto da luta política, como indicou Celeste Filho (2006, p. 155), por exemplo, em meio ao processo interno para o desencadeamento da reforma universitária na USP, houve muita disputa de posições que foram resolvidas com a desculpa das posições políticas.

Como demonstrou Celeste Filho (2006), naquele período era possível expurgar um professor de uma instituição, sendo suficiente associá-lo ao movimento estudantil. Como no caso da professora Maria José Werebe, que tentou transferir a Cadeira de “Orientação Educacional” do Departamento de Educação da FFCL/USP para o Instituto de Psicologia, e causou um conflito com o grupo comandado por Roque Spencer Maciel, então diretor do Departamento. Entretanto, bastou associá-la à greve dos alunos feita em rechaço à mudança do regulamento do Colégio de Aplicação, conhecido ambiente de luta secundarista, para que fosse solicitada a sua expulsão dos quadros da Universidade (Celeste Filho, 2006, pp.152-155).

⁷⁶ O que havia era uma diversidade de comportamentos entre os docentes. Havia os professores que se sentiam traídos, e julgavam os atos dos estudantes como “imerecidos” e “imperdoáveis” (Foracchi, 1972, p. 99), havia os catedráticos, que eram “encontrados resmungando pelos corredores da Faculdade; havia os “professores-escriturários, especializados em “técnicas-administrativas” (Poerner, 1968, pp. 216-217); havia professores que nem permitiam e nem aplicavam intervenções políticas em sala-de-aula, porque havia, em muitos casos, uma separação bem definida entre mundo político e mundo acadêmico (Sevillano, 2007, s/n).

Portanto, em EBSA o embate entre alunos e professores estava centrado em três focos: a) discussões entre os professores e alunos eram motivadas por uma questão de hierarquia de idades e de posições dentro das escolas: o professor era superior ao aluno porque era mais velho e, portanto, mais experiente. O estudante, por sua vez, tinha como aspiração estar em uma posição de autonomia suficiente para ditar parte dos rumos de sua rotina escolar; b) essas discussões eram motivadas por interesses e conflitos de posições ocasionadas por disputas dentro da rotina escolar, uma questão mais ordinária do que a “luta de classes”; c) nas páginas de EBSA, o embate entre alunos e professores era evidenciado como forma de denunciar os jovens, pois o consenso entre os professores e alunos mobilizados politicamente seria um “sinal” de que os dois grupos eram comunistas.

O que estava em jogo era a tomada, da parte dos alunos, de alguns espaços cerimoniais que davam prestígio aos professores e o posicionamento mais diretivo de alunos e professores diante de ocorrências acontecidas no dia a dia. Isso, porque as decisões e as escolhas de caminhos tomados no momento da resolução de problemas demarcavam o movimento dos grupos em defesa de suas posições, que poderiam ser políticas, mas as rixas e até mesmo antipatias pessoais não poderiam ser desconsideradas.

A convivência entre estudantes, professores; a formação de grupos; a "vida comunitária entre as populações estudantis" também foi vista como um "problema" pelo professor Manfred Kuder. Esse professor, vindo da Universidade de Bonn para proferir uma palestra sobre as antigas instituições de ensino superior da Alemanha Federal⁷⁷. Para o professor, "a liberdade do ensino e sua organização em associações estudantis" tinha relação com a "urbanização moderna", a "instituição de 'campos universitários'" e a "integração de vida comunitária entre populações estudantis e urbanas" (EBSA, 1965, p. 9). Em EBSA, a "integração de vida comunitária entre populações estudantis e urbanas" passou a ser determinante para uma "reforma universitária" urbanística.

⁷⁷ Manfred Kuder era diretor do "Studienkolleg" junto à Universidade de Bonn e proferiu palestra no Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no Centro de Pesquisas Educacionais.

Mas a questão dos jovens possuírem autoridade, de ter um poder atribuído a eles próprios, não circunscrevia apenas aos estudantes mobilizados nas ruas e escolas. Para o jornal *O Globo*, em 1963, havia um erro grave na conduta do então Ministro da Educação, Paulo de Tarso Santo. Ele, com 37 anos, como “jovem titular”, foi chamado de ingênuo.

O Ministro recebeu críticas do jornal porque teria dado dinheiro para o “Seminário do Mundo Desenvolvido” organizado pela UNE. Por isso, o Ministro e subliminarmente João Goulart foram censurados: “a coisa pública” não devia ser “entregue aos moços” (EBSA, 1963, pp. 59-60)⁷⁸. Um “lamaçal” amparado pelas ambições dos “Jangos e Brizolas, dos Riffs e Darcys” (EBSA, 1964, p. 60)⁷⁹. Fazendo uma clara comparação entre os políticos brasileiros e o personagem Riff, o jovem, desocupado e rebelde, do romance musicado *West Side Story*.

No ano do golpe militar, os responsáveis pela *Revista* falavam da mobilização estudantil com mais rejeição ainda, principalmente para depreciar o governo destituído: “Vimos ultimamente, no governicho deposto, meninos de 15 e 16 anos opinando sobre Reforma Agrária e a política internacional, e palpitando sobre atos e decisões dos seus mestres!” (EBSA, 1964, p. 74)⁸⁰.

No primeiro caso, a desmoralização do Ministro foi diretamente relacionada à sua “pouca idade” e, mais ainda, de forma ambivalente, o artigo acabou associando a juventude à má administração da “coisa pública”.

⁷⁸ EBSA noticiou o acontecimento: O Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido aconteceu em Salvador sob o patrocínio da UNE. Trinta e nove países mandaram delegação para o evento. Foram convidados como “observadores” delegações de “países desenvolvidos” tais como “Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e outros”. Durante o evento foram debatidos: “O Estudante e a luta de emancipação nacional”, “Universidade e desenvolvimento” e “O mundo subdesenvolvido” (EBSA, 1963, p. 41). Transcrito de *O Globo*, Rio de Janeiro, 06/06/1963.

⁷⁹ Transcrito de OESP, São Paulo, 28/04/1964.

⁸⁰ Transcrito do *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 01/11/1964.

Em EBSA, o problema foi associação entre os jovens e o poder político, pois a adequação de ideias entre esses dois grupos era insuportável. Portanto, o deslocamento de quem deveria ser sujeito da “autoridade”, ou a perda de um direito de ser fazer obedecer, dava um medo generalizado. Isso também pôde ser constatado em um exemplo da Faculdade Nacional de Filosofia, onde, em 1964, aconteceu um novo influxo de greves estudantis, que teria causado “pânico” na direção da escola (EBSA, 1964, p. 68)⁸¹

Dessa vez, os estudantes paralisaram o processo de escolha do diretor da Escola, porque julgavam a lista tríplice de possíveis nomes para o cargo, um engodo. A lista, composta pelos professores Eremildo Viana, Nilton Campos e Djacir Menezes, teria sido uma “burla” com o interesse de beneficiar a candidatura do primeiro professor, cujo nome havia sido indicado pelo reitor Pedro Calmon.

De acordo com EBSA, somente um professor saiu vitorioso da história, pois venceu a “desordem e a barricada de um grupo de estudantes comunistas” e, “acompanhado de seis alunos que se dispuseram a lutar do seu lado”, conseguiu dar aula de uma matéria que “parecia bem indicada para a ocasião: “criminologia”. Tratava-se do professor Sobral Pinto, cujo “panache” poderia “causar inveja a muitos moços” (EBSA, 1963, pp. 72-73).

No entanto, o fato de os jovens insistirem pela “substituição de todos os nomes” da lista e desejarem “participar da escolha dos nomes” era o que causava descontentamento ao matutino carioca. De acordo com o texto: os “trabalhadores” queriam “mandar no campo social”, “os sargentos” queriam “chefiar os quartéis”, “os estudantes” queriam “dirigir as universidades”. E os estudantes, agindo dessa forma, estavam fora de ordem (EBSA, 1963, p. 72)⁸².

⁸¹ Este artigo foi escrito em 1964, mas trata-se de uma retrospectiva que tem como referência os acontecimentos ocorridos na FNF. Consta na reportagem do *Diário de Notícias* de 18/09/1963 que o diretor da Faculdade Nacional de Filosofia teria sido aprisionado dentro da instituição pelos alunos. Transcrito de *A Gazeta*, São Paulo, 25/04/1963.

⁸² Transcritos, respectivamente de: o *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/04/1964; *O Globo*, Rio de Janeiro, 06/06/1963.

Estudantes são “sub-reptícios”, “lobos em pele de cordeiro”.

*Mercenários; gatuno, patife; politiqueiros, demagogos; sem escrúpulos; torpes; desonestos, assafadados; maliciosos, mascarados, corruptos, mercenários; subreptícios, "lobos em pele de cordeiros"; tristes, feios;*⁸³.

De acordo com o jornalista Gustavo Corção, havia um contra-senso na atuação da justiça com relação aos jovens. Como já foi, o jornalista não aceitava a fundação de associações jurídicas feita por menores, por considerá-las, quanto a atuação social dos jovens secundaristas, inoportunas. Mais do que isso, o jornalista julgava a existência de um verdadeiro disparate judicial, com relação aos jovens, impingido na seguinte história.

De acordo com o autor, uma jovem teria sido barrada em um concerto de harpa e flauta, por ser menor de 17 anos, mesmo estando acompanhada por seus pais. No entanto, outra jovem, pode permanecer até duas da madrugada em um encontro de representação estudantil, "freqüentado por vagabundos dos dois sexos" (EBSA, 1961, p. 43)⁸⁴.

O autor questionava o que era apropriado ou inapropriado aos jovens. Com esse artigo, o jornalista tentava demonstrar a existência de um aparato de "exploração psicológica de menores", feito por guias comunistas. Mas o principal era fazer a ponderação sobre o comportamento do juiz: se ele continuava a proibir "filmes e concertos de harpas" para menores de idade ou a presença de menores de idade em reuniões de representação estudantil (EBSA, 1961, pp. 44).

⁸³ Os estudantes foram assim caracterizados em EBSA nos seguintes números, respectivamente: OESP, 1964, pp. 58-60 (transcrito de OESP); EBSA, 1964, pp. 1-3 (Crônica do mês); *Folha de S. Paulo*, 1964, pp. 63-64 (transcrito de *Folha de S. Paulo*); *Diário de S. Paulo*, 1964, pp. 56-59 (transcrito de *Diário de S. Paulo*); Rizzini, 1964, pp. 74-75 (transcrito do *Diário de S. Paulo*); Corção, 1966, pp. 42-43 (transcrito do *Diário de Notícias*). Os jovens foram adjetivados dessa forma não só porque eram “cooptados” pelos agentes comunistas, mas, também, porque teriam feito mau uso do dinheiro público.

⁸⁴ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/11/1964.

No final de abril de 1964, foi publicado na *Revista* com a assinatura de OESP um texto cujo conteúdo demarcou o aparecimento de uma nova personagem na cena estudantil. Sobre ela recaíram as grandes culpas pelo “desvio” da juventude, que passava por um estágio de “hipnose coletiva”. Era um tipo de personagem que já havia deixado rastros em outros artigos: “elementos estranhos” à comunidade. Tratava-se do “estudante profissional”, um elemento para o qual foi descarregada a culpa pela elaboração de uma lei que controlasse as agremiações estudantis.

O surgimento desse ator é um marco para o início do processo de fechamento das atividades estudantis livres, já que ele, de acordo com os artigos da *Revista*, deu uma grande justificativa para o cerco aos estudantes. Essa consideração pode ser vista nas palavras publicadas em OESP:

Ouvimos dizer, e não estranhamos a notícia, que entre os mais extremados partidários da organização de um movimento tendente ao retorno do petebo-comuno-peleguismo ao Poder figuram os estudantes, falsos ou verdadeiros, que vinham agindo como simples mercenários nas cúpulas subversivas de várias entidades estudantinas, colaborando na obra de apátridas na subordinação do Brasil ao império comunista (EBSA, 1964, p. 60)⁸⁵.

O “estudante falso ou verdadeiro”, tido como “simples mercenário” foi tornado sinônimo de mau elemento, segundo o conteúdo de EBSA, porque tornava a sua permanência nos meios universitários um momento para ação contrarrevolucionária.

Para o jornal, esses estudantes eram “mercenários” porque prolongavam a sua permanência na escola, utilizando o seu tempo em benefício partidário. E, para Corção (1965) foi o sistema parcelado de dependências de matéria que permitiu esse abuso dos “patifes” e “gatunos” (EBSA, 1965, pp. 36-37)⁸⁶.

Em setembro de 1964, EBSA noticiou e apresentou de forma compilada, o discurso do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, na Câmara dos Deputados para “prestar esclarecimentos” sobre a situação por ele encontrada no momento em que assumiu a pasta.

⁸⁵ Transcrito de OESP, São Paulo, 28/01/1964.

⁸⁶ Transcrito de *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/08/1965.

No documento, o Ministro da Educação fez um longo depoimento sobre a transferência de dinheiro público para as entidades estudantis, advertindo aos deputados que o Ministério da Educação, até aquela data, já teria aberto 100 “processos sumários” para punir as “irregularidades verificadas” nas entidades estudantis (EBSA, 1964, pp. 35-36).

Esse depoimento foi o desfecho dado a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aberta dez meses antes, a pedido da Resolução nº 74 de setembro de 1962, com a finalidade de entender o uso da aplicação das verbas federais dentro da União Nacional dos Estudantes (UNE) e nas demais entidades estudantis. A Comissão foi instituída a pedido do deputado Raymundo Padilha (UDN). O relator da Comissão foi o Deputado Geraldo Freire (UDN)⁸⁷.

EBSA foi tornada uma difusora ostensiva dos resultados da CPI. Portanto, buscou-se saber o teor da própria CPI para entender qual era a posição dos estudantes nos documentos. Os trabalhos da Comissão aconteceram paralelamente à formulação da Lei Suplicy. A justificativa para a abertura da CPI - a idealização de que a UNE era uma “força de vanguarda do comunismo internacional” e que esse “pequeno número de verdadeiros adeptos [inspirados pelas ideologias marxistas]” operavam como “minorias adestradas” (DCN, 1964, p. 3316) fez eco em EBSA⁸⁸.

A CPI por meio de seu relator chegou a várias conclusões, mas centralizou o termo em dois itens: na ideia de que as entidades estudantis (UNE, entidades secundaristas, centros acadêmicos) sofriam uma invasão de membros do Partido Comunista; e na ideia de que teria havido desvio de verbas da União, em especial por parte da UNE.

⁸⁷ Para maiores informações sobre a CPI da UNE, ver os anexos p. 327.

⁸⁸ Levando em consideração o fato de que parte dos membros da CPI pertencia a partidos políticos abertamente desfavoráveis ao movimento estudantil, é possível supor que tais denúncias fossem proclamações distorcidas. Mas caberia uma pesquisa mais detalhada sobre a relação entre essa CPI e a formulação da Lei Suplicy, que regulamentou o funcionamento dos órgãos estudantis.

Neste último item, de acordo com o parecer do relator, havia a necessidade de instituir uma fiscalização mais rigorosa. Esse rigor deveria ser condensado tanto sobre os procedimentos de eleição dentro dos órgãos estudantis, quanto nos métodos de emissão de dinheiros em benefícios das entidades, que três anos antes dispunham da transferência direta de dinheiro público por meio do Ministério da Educação.

De concreto, nos documentos, havia o fato de que os estudantes não apenas lutaram pelo 1/3, mas estiveram mobilizados em vários outros compromissos em que foram utilizadas dotações oferecidas à UNE pelo Governo, seja por meio da Seção de Divisão Orçamentária da Divisão de Orçamento do MEC, seja por meio do dinheiro oferecido por empresas estatais, como a Petrobrás, entre outras⁸⁹ (DCN, 1964, p. 2660 e 2662). O relatório da CPI apontou que, dentre os “problemas” já apresentados, um, que era sobressaltado, tinha relação com a negligência da parte dos estudantes da agremiação em entregar os relatórios obrigatórios sobre os gastos do dinheiro, episódio que teria se repetido mais de uma vez.

Dentre a grande quantidade de trabalhos efetuados havia, por exemplo, a editoração e publicação do livro *A questão da Universidade*, do professor Álvaro Vieira Pinto, por meio da Editora Universitária, de propriedade da UNE (DCN, 1964, p. 2657). As dotações recebidas pelo exercício no ano de 1962 apontaram o uso de 5 milhões de cruzeiros referentes a vários tipos de gastos: despesas com a “UNE-Volante”, refeições, hospedagem, serviços prestados, idas ao cinema, carregador de bagagens, 53 passagens aéreas e 20 passagens rodoviárias etc. (DCN, 1964, p. 2660). Também no ano de 1962, o Centro Popular de Cultura (CPC) utilizou a quantia de 3 milhões de cruzeiros para o pagamento de despesas com uma lista com 43 fornecedores (DCN, 1964, p.2661)⁹⁰.

⁸⁹ Processo nº 201.099-62 (D.O – MEC), cuja requisição foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União pelo ofício nº 188, de 12 de julho de 1969

⁹⁰ De acordo com Morhy (2007, p. 49): “Do Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, despontaram pessoas de destaque no mundo cultura brasileiro, como as que deram origem ao Cinema Novo. Alia atuaram entre outros, Oduvaldo Viana Filho (o Vianinha), Leon Hirszman e Carlos Estevam Martins, que desenvolveram talentosas e criativas atividades culturais, com o apoio direto da própria UNE”. O principal valor do CPC era o de “conscientizar o povo”: “O CPC promovia muitas atividades artísticas e sociais, inclusive em favelas e outros lugares pobres. Havia também o teatro da UNE, que ficava no andar térreo, e que teve também papel cultural importante. A UNE-Volante percorria o Brasil conscientizando e mobilizando para a Reforma Universitária, em momentos enriquecidos por espetáculos teatrais, musicais, cenográficos” (p.

De acordo com os deputados, essas atividades também não estavam de acordo com os afazeres extra-escolares dos estudantes. Além disso, a falta de relatórios de prestação de contas atestaria a falta de responsabilidade dos jovens com o uso do dinheiro da União. Esse tema foi reiteradamente utilizado em EBSA (e em outros veículos de comunicação), para justificar a proibição das entidades estudantis.

Sobre o assunto do uso do dinheiro público, os artigos emitidos por vários jornais e que foram retransmitidos por EBSA tinham títulos alarmantes: “A corrupção no meio estudantil”, em OESP (EBSA, 1964, pp. 60-61), “Ministério da Subversão”, no *Diário de Notícias* (EBSA, 1964, pp. 62-64), “O Ministério da Educação e o comunismo”, no *Jornal do Commercio* (EBSA, 1964, pp. 64-65) etc..⁹¹

Posteriormente, o Decreto nº 55.057 de 24/11/1964, dispunha exatamente sobre as dotações orçamentárias destinadas às entidades estudantis, pedindo que, da parte da entidade, fossem apresentados antecipadamente os planos para a aplicação de recursos e comprovação ulterior dos auxílios recebidos.

Os artigos veiculados por EBSA foram concentrados no reforço da ideia do anteprojeto da Lei Suplicy, em apontar, acusar, mas, principalmente, em encontrar quem seriam os culpados pelos comportamentos discrepantes dos estudantes mobilizados. Foi alardeado na *Revista* o processo de “saneamento” da juventude em diálogo com o processo de sua “vitimização”, pois, de acordo com os responsáveis por EBSA, a juventude estava “desorientada pelos falsos líderes assalariados” com o intuito de subverter a juventude (EBSA, 1964, p). Por este viés, a discussão sobre a sociabilização dos jovens foi transformada em pauta de possíveis políticas públicas, e assim foi feito, conforme veremos mais tarde.

52). Foram atividades desenvolvidas: a) Peças: “A mais-valia vai acabar, seu Edgar”, de Oduvaldo Viana, revelou o talento de Carlos Lyra, “Eles não usam Black-tie”, de Gianfrancesco Guarnieri, e “Revolução na América do Sul”, de Augusto Boal, “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto; b) Cinema: Alex Viany e Cacá Diegues, eram nomes ligados ao CPC. O filme “Cinco vezes favela” é emblemático; c) Música: A “canção do Subdesenvolvimento”; d) Publicação: “Um dia na vida do Brasilino”.

⁹¹ Transcritos, respectivamente de: OESP, São Paulo, 28/04/1964; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/04/1964; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/04/1964; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/04/1964.

EBSA selecionava e amplificava o que era publicado pela imprensa para as escolas, e o processo de saneamento das atividades extra-escolares, diante do que já foi descrito, apresentava os estudantes como uma categoria social doutrinada, de forma coesa e fechada, por outra categoria, alienígena à escola. Tratava-se, primeiro de apontar os culpados pelos "transtornos", para, ao mesmo tempo, iniciar um processo de "limpeza" da categoria estudantil. Por isso, tratar os estudantes "mercenários" de forma coesa foi uma estratégia discursiva que facilitava o entendimento do leitor, pois colocava na mesma condição os comunistas, os trotskistas, os apedeutas etc..

Como explica Reis Filho (1999), seria necessário fazer uma distinção entre o movimento estudantil e os partidos revolucionários, já que os representantes "nem sempre conseguiam impor seus pontos de vistas 'iluminados' para a massa, para o movimento social" (Reis Filho, 1999, p. 69). No sentido de apontar essas diferenças de atuação dos estudantes profissionais no meio estudantil, e fazer a crítica ao discurso de EBSA, apontaram-se aqui algumas nuances sobre o relacionamento entre os estudantes e os estudantes "mercenários".

Tanto Aldo Arantes como José Serra, presidentes da UNE em 1961 e 1964, respectivamente, atestavam a presença de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante as reuniões nos órgãos estudantis. No entanto, o primeiro afirmou que havia um equilíbrio político-ideológico no órgão, mas não uma "influência" direta dos "estudantes profissionais comunistas" sobre os estudantes (Santos, 1980, p. 17). O segundo disse, durante o seu depoimento na CPI, que os representantes do Partido compareciam com alguns membros durante as reuniões, da mesma forma que membros da UNE compareciam às reuniões do Partido (DCN, 1964, p. 2657). Isso, de acordo com o relato de Serra, descontando os chamados "independentes" que trabalhavam na "linha auxiliar" para fermentar a atuação dos estudantes, mas que não tinham registro como partido político (Morhy, 2007, p. 53). Nesse aspecto, o que havia entre os estudantes era um movimento de grupos com vários matizes ideológicos, em vez de um grupo "teleguiado" por outro⁹².

⁹² Aldo Arantes participou da política secundarista em Goiás e foi eleito presidente da UNE com o respaldo da Juventude Universitária Católica (JUC). Por conta das divergências da condução de parte dos integrantes da JUC com a alta hierarquia da Igreja Católica, houve o desmembramento da esquerda jucista em uma organização política conhecida como Ação

Mas, agregar todos aqueles que eram considerados inimigos em um só bloco de pessoas tinha o interesse de orientar os leitores para a formatação de uma tipologia de estudante "desnecessário": aquele que se ocupava de atividades extra-escolares que não estavam adequadas às normas. Porque atuavam com política, administravam dinheiro público, e pelos padrões da *Revista*, sem ser autônomos o suficiente, pois não se responsabilizaram pelos gastos não registrados. E assim ficou registrado em EBSA: estudante não era autônomo. E quando tinha esse poder, não o exercia direito.

Os grupos estudantis de esquerda, visto de forma unívoca em EBSA, eram a representação do grupo que não "canalizava bem" os bons objetivos educacionais, uma "boa linha política", os "bons costumes". Portanto, a solução dada em EBSA era considerá-lo uma "massa irracional", da forma como percebia no prof. Maurer da Universidade Mackenzie:

Não é preciso ser psicólogo para saber que a conduta das massas prima pela irracionalidade. As massas não possuem, como o indivíduo, uma razão capaz de refletir, julgar, ponderar e decidir. Agem por impulsos irrefletidos, por submissão passiva ou por solidariedade de grupo (EBSA, 1962, p. 58)⁹³

Sobre os "agrupamentos", Carlos Rizzini, que havia sido diretor dos Diários Associados, escreveu no *Diário de S. Paulo* sobre a "integração dos estudantes", localizando-a como um elemento característico do trânsito dos estudantes pelos níveis de ensino:

Dada a transitoriedade dos cursos técnicos e superiores, da curta etapa universitária, não existe classe nem destino estudantil. Existe um meio em perpétua renovação, existe um trânsito, com uma só e exata finalidade, que é aprender. É em torno dos problemas permanentes dos estudos, na sucessão das classes, que os estudantes são chamados a manifestar-se (EBSA, 1964, p. 74)⁹⁴.

Popular (AP). A AP dominou os quadros da UNE com um movimento que, até 1964, era considerado como "cristianismo progressista" de "tendência marxista". José Serra também participou da política secundarista e foi eleito como presidente da UNE como membro da AP. De fato, como aponta Groppo (2007), o Partido Comunista Brasileiro teve forte influência sobre o meio estudantil, pois "servia de referencial a todas as organizações de esquerda", principalmente até 1964. Posteriormente, com o processo de fechamento político, a AP "seria justamente a organização juvenil brasileira que faria a viragem ideológica mais extrema destes anos – convertendo-se ao maoísmo ortodoxo e dogmático de modo fanático" (Groppo, 2007, p. 236).

⁹³ Transcrito do *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 02/06/1962.

⁹⁴ Transcrito do *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 01/11/1964.

Para o autor, no entanto, havia um chamado, exterior à escola, que foi valorizado pelos estudantes. Para Rizzini, os jovens foram “afastados” das limitações da escola e passaram a se “intrrometer” nas questões públicas, “reservadas a sua futura madureza” levando-os a discutir e opinar sobre assuntos “cujo conhecimento é objeto de um currículo a percorrer”. (EBSA, 1964, p. 74).

No entanto, a despeito dos jovens estarem se distanciando das atividades próprias a sua idade, havia o “consolo” de que os moços participavam de tais atividades como expressão em “trânsito”. Existia a ideia de que, passado o período das atividades estudantis, esses sujeitos, voltariam à “normalidade”. Isso reforçava a ideia de que, com a chegada da maturidade, seria estabelecida uma moral definitiva que poderia, aí sim, ser levada a sério.

No artigo "Um grito de alerta", também de outubro de 1964, publicado em *O Globo*, o jornal apontou o problema da atuação política dos estudantes nas universidades: "Ficamos irritados e contristados quando vemos os estudantes se encaminharem para a agitação política procurando utilizar a sua condição de universitário no embate partidarista" (EBSA, 1964, p. 69)⁹⁵. Já ficaram claras as condições de prematuridade vista pelos autores citados em EBSA. O que ainda não foi explicado é como esses colaboradores se sentiam mediante por intervenção das suas reiteradas queixas.

Os membros do jornal ficavam "irritados" e "contristados" com o embate partidarista dentro da universidade. Mais do que perceber a existência do debate partidarista dentro do "templo do saber", é interessante notar a raiva com que os grupos registrados em EBSA tinham desse comportamento. Estimular a distância entre um tipo de política, em especial a partidária de esquerda, do ato de estudar, era uma bandeira de luta. Mas, ao mesmo tempo, acionou reações violentas.

⁹⁵ Transcrito de *O Globo*, Rio de Janeiro, 03/10/1964.

Em outubro de 1964, oito meses após o golpe militar, Corção, escrevendo para o *Diário de Notícias* e criticando a "Carta de Princípios" publicada pela União Metropolitana dos Estudantes (UME) disse que, de "forma alguma", tal como atestava o documento criticado, a "sociedade" estaria "perplexa com a tomada do poder pelo Exército". Para Corção, os representantes da UME não sentiam o "ridículo" por terem feito essa declaração, e despreparados para "demandas" da vida ao "intervir como grupo de pressão" com a "efervescência da idade", "a fim de "perturbar o funcionamento normal das instituições". Eram despreparados porque não podiam "clinar", nem "advogar", "assinar plantas", "casar", "negociar", "fabricar" e, "consequentemente, despreparados para influir na política" (EBSA, 1964, p. 67)⁹⁶.

Essa perspectiva se desencontrou com o que foi argumentado por Ventura (1988) ao explicar como o estudante, gastava o tempo. Sobre o tempo de estudo, disse o jornalista: "somado o tempo gasto nas assembléias com as horas despendidas nas passeatas, os estudantes daquela época devem ter tido pouca disponibilidade para estudar". Por esse ponto de vista, a política tomou o tempo, tendo como local de atuação, o ambiente escolar. Já sobre o tempo de fazer política: "mais do que fazer amor, mais do que trabalhar, mais do que ler, fazia-se política": a política, para este grupo, "estava na moda" (Ventura, 1988, p. 83).

Seguir pelos caminhos de uma atuação política, tendo o ambiente escolar como canal, simultaneamente ao tempo de estudo foi apresentado como uma forma pouco convencional de seguir pelos ritos "normais" e "celebrados" no curso da vida. Para os autores, o estudante não era um "modelo cultural" e no espaço entre deixar de ser criança para se tornar um adulto, os artigos demarcaram um rechaço dos jovens às expectativas desses autores. Da mesma forma, ficou manifesto o pânico que os mais velhos sentiam diante dessas atitudes.

⁹⁶ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13/10/1964.

Para os autores em EBSA, havia, primeiro, uma mágoa desses jovens por eles tripudiarem com as condições dadas para que se tornassem adultos. Para os autores, existiam “locais” de permanência dos jovens enquanto eles adquiriam os direitos da forma adulta. Se por um lado, os autores indicavam algumas trajetórias estabelecidas socialmente, os estudantes julgavam possível “antecipar o futuro” praticando política dentro e fora da escola. Ver os jovens pleiteando um espaço político era um problema ancestral e não fazia parte daquilo que um jovem deveria cumprir.

Estudantes eram a “desgraça da nova geração”, “traidores da Pátria”.

*Astutos; maculados, indecentes; repugnantes, nojentos, obscenos; perversos, possuem alto teor de uréia e colesterol; traidores da Pátria, desgraça da nova geração; ultrassasiados, mimoseados, filhinhos de papai.*⁹⁷

A comiseração foi a forma usada pelo jornalista Dalton Jobin em 1966 no sentido de opinar sobre a atuação dos estudantes. Para o autor, não se devia ser “muito severo com quem quer firmar a sua personalidade” mesmo que fossem “barulhentos”, “apressados”, “rápidos”, os estudantes turbulentos eram dignos de pena (EBSA, 1962, p. 66). Aliás, no caso desse artigo, o autor pediu maior tolerância para com os jovens porque eles tinham como “cometer erros e injustiças”, exatamente porque se lançavam em “campanhas barulhentas inspiradas em razões apressadas”. Portanto, segundo o autor, aos mais velhos cumpria o dever de tentar compreender o “fenômeno da efervescência dos nossos estudantes”, pois eles eram o “termômetro da nossa sociedade” (EBSA, 1962, p. 67)⁹⁸.

Nesse caso, a inspiração que tornava os estudantes “apressados” e “efervescentes” passou a ser um objeto de estudo já que, como “termômetros” os jovens podiam medir o estado mental da sociedade a partir do que eles sentiam.

⁹⁷ Os estudantes foram assim caracterizados em EBSA, nos seguintes números, respectivamente: OESP, 1964, pp. 58-60; *Folha de S. Paulo*, 1964, pp. 63-64; o *Diário de S. Paulo*, 1964, pp. 56-58; *Corção*, 1966, pp. 42-43; *Correio do Ceará*, 1970, p. 67; OESP, 1970, p. 3.

⁹⁸ Transcrito do *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 02/06/1962.

As companhias escolhidas, os usos que faziam dos espaços, as transgressões aos limites espaciais determinados, as "infrações simbólicas" etc. foram apresentadas como indícios do descontrole dos estudantes. Mas, também os artigos não deixaram de criticar alguns planejamentos para o futuro, as ideias, os sonhos...

De acordo com os responsáveis por EBSA, os objetivos das entidades estudantis teriam sido desvirtuados, em benefício de objetivos "fictícios, imaginosamente construídos", fora da realidade. É dessa forma que, lastimosamente, OESP divulgou como era o funcionamento das entidades estudantis:

Perderam-se assim estas associações numa curiosa espécie de bovarismo, pois os papéis que normalmente estariam investidas foram substituídos romanescamente por objetivos que elas legal, material e moralmente não tinham condições para realizar (EBSA, 1964, p. 58)⁹⁹.

Nesse caso, o questionamento se voltou para o desgaste dos jovens que, no presente, atuavam em benefício de planos futuros "fictícios". De acordo com OESP, esse ato, "irremediavelmente" os comprometia (EBSA, 1964, p. 59).

Tratava-se de divulgar a ideia de que o "exame de questões precipuamente estudantis" tinham sido relegadas ao segundo plano, em benefício de uma "visão mistificadora das coisas", esta, muitas vezes, empreendidas por teóricos como o "sr. Vieira Pinto" (OESP, 1964, p. 58). Uma possível aliança intelectual entre os estudantes com o professor Álvaro Vieira Pinto, autor do já mencionado livro *A Questão da Universidade* era preocupante. Vejamos o motivo.

⁹⁹ Transcrito de o OESP, São Paulo, 13/12/1964.

Nesse livro, o autor disse que da universidade, órgão "alienado e alienante", poderia ser irradiada uma força transformadora capaz de uma "transformação progressista" a fim de retirá-la da sua condição de "alienação". Essa força transformadora era o estudante. De acordo com o professor, os estudantes "conscientes" seriam a "vanguarda", que por suas qualificações intelectuais, estimularia outras forças sociais "ascendentes": camponeses e operários. Vieira Pinto propunha uma reviravolta estudantil dentro do centro de procriação de "gerações componentes das classes econômica e culturalmente dominantes" que era a universidade (Pinto, 1994, p. 14).

Se, por um lado, o professor Vieira Pinto, estimulava o estudante a pensar num futuro projetado, por outro, estimulava-o também, a atuar, no presente, como uma força social em benefício da comunidade (Pinto, 1997, p. 13). A forma de demonstrar isso ao estudante foi deixá-lo em uma encruzilhada: ou ele se aliava às "classes dirigentes", para, no futuro, tornar-se "sócio" delas ou; se fazia "membro militante das classes trabalhadoras" (Pinto, 1997, p. 61).

Portanto, a visão do professor Vieira Pinto era bem diferente ao que era pensado em EBSA. O professor dava duas escolhas aos estudantes, a primeira, causava a impressão de "caminho seguro"; a segunda foi apresentada como um desafio. Foram três as ideias assustadoras: a ideia de mobilização para as grandes causas e a necessidade de transpor os muros da escola em prol de grupos sociais "ascendentes" apareceu como temor real; fazer da política, motivo de encontro de jovens em ambiente escolar, pareceu extravagante; a proposta de tornar o ambiente universitário um espaço para a formação de uma elite política e intelectual associada aos pobres era um disparate.

Foi transcrito de OESP, em 1966, um artigo dizendo que a entrega dos jovens à “sedução do marxismo” acabou por acalmar as “suas inquietações”. De acordo com o jornal, o marxismo, “disfarçado de ciência”, dava “respostas às suas dúvidas”, conferindo-lhes “sentido absoluto para vida”, pois trazia “um apelo emocional” que os fazia imaginar-se comprometidos “com uma causa”: a de “salvação da humanidade”. Portanto, tornava-se compreensível que esses mesmos jovens se convertessem em “neófitos do credo messiânico”, levados pela “força demoníaca do mito” (EBSA 1966, pp.52-53)¹⁰⁰.

Retirando o caráter especificamente ideológico que associava o marxismo ao credo demoníaco, uma das considerações importantes desse juízo estava ligada ao preenchimento dos anseios juvenis com as “grandes causas”. Em EBSA, isso era visto como uma expressão *bovarista*, no sentido de que, da parte dos analistas, as grandes causas eram uma manifestação de juventude vazia. A aspiração em desempenhar um papel que “não condizia com a realidade” significava, segundo esses discursos, acreditar em ilusões. Ou, podemos deduzir, como a personagem de Flaubert, acreditar em ilusões, levadas por romances sentimentais, enquanto seguia insatisfeita com a sua vida real.

O jovem era compreendido como o resultado de uma conturbação espiritual. A preocupação com as “grandes causas” - os meios para se alcançar uma revolução socialista, a formação de uma consciência revolucionária no proletariado por meio da liderança estudantil, a ideia de uma “vanguarda estudantil” que mobilizaria os demais grupos sociais para a tomada de poder etc.. – representariam um desempenho no vazio. O que para Corção significou a inexpressividade de uma “precocidade mozartiana coletiva” (EBSA, 1966, p. 42-43).

¹⁰⁰ Transcrito de OESP, São Paulo, 23/01/1966.

Mesmo admitindo, sutilmente, que alguém muito jovem poderia ter um talento a ser desenvolvido, o autor desconsiderou a possibilidade que isso pudesse acontecer coletivamente: os jovens, agindo assim eram precoces, mas não eram coletivamente geniais. Para Corção, a instabilidade dos planos revolucionários juvenis era a expressão de uma “inculcação emocional” amparada por “gritaria”, adestramento para a “futura sincronização de gestos e berros nas praças da tão sonhada República Socialista Brasileira” (EBSA, 1966, p. 42-43)¹⁰¹.

A tristeza nos discursos de EBSA não se resumia somente diante da constatação do vínculo dos jovens às grandes causas, mas às pequenas também.

Essa tristeza pode ser captada no estilo de Maurício Medeiros, quando o comentarista escreveu em *O Globo*, apresentando o retorno das agitações estudantis, em 1966. Para o comentarista, triste era o fato de os estudantes tomarem “qualquer pretexto como motivo de agitação”, por exemplo, os preços da comida nos restaurantes universitários (EBSA, 1966, pp. 56-57)¹⁰². O tema de inspiração para a manifestação estudantil podia ser grande ou pequeno, ambos “desprestigiados”. Mas, o que chateava os autores era a agitação reincidente dos jovens. O embaraço das pessoas mais velhas para com o desarranjo provocado pelos mais jovens também é histórico.

Os estudantes em 1968: “mais dinâmicos”, “mais ativos”, “mais dúcteis e emotivos”.

Em abril de 1969, Arthur Alonso, padre jesuíta, apresentou um trabalho durante o VI Congresso da Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC)¹⁰³ denominado *Universidade Católica e Desenvolvimento*.

¹⁰¹ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07/08/1962.

¹⁰² Transcrito de *O Globo*, Rio de Janeiro, 27/04/1966.

¹⁰³ Espanhol, radicado no Brasil, padre jesuíta, reitor do Colégio Santo Ignácio no Rio de Janeiro. Fez parte da diretoria nacional do Sindicato de Diretores dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Rio de Janeiro, e foi membro da Comissão Executiva dos seus Congressos Nacionais de Educação. Em 1945, na cidade de Bogotá, foi membro do Congresso Interamericano de Educação Católica; e nele que consolidou a sua mais importante realização: a fundação da Associação de Escolas Católicas (AEC), na qual desempenhou, por vinte anos, o cargo de presidente. Participou do processo de promulgação da Lei de Bases e Diretrizes de 1961, principalmente como “defensor da liberdade de ensino”. Pe. Alonso organizou vários Congressos Interamericanos de Educação Católica, alguns tendo sido por ele presididos, como

Enquanto apresentava, o padre fez uma retrospectiva sobre a atuação dos estudantes, durante a década de 1960.

O conferencista tinha por tese de que uma parte da juventude, pouco tempo antes – pois ele falava do passado apresentando o arrefecimento dos movimentos estudantis, após o ano de 1968 – sofria de "fascinação do progresso" (EBSA, 1969, p. 2). Para o padre, o destaque dado à rebeldia do estudante era um "estratagema velho como o mundo", pois o jovem sentia o impacto de alçar ao "posto imediato na vanguarda das conquistas sociais", aproveitando o "natural ardor de iniciativa" (EBSA, 1969, p. 2).

Ou como dizia Alfredo Gomes, os estudantes eram levados pelas "ideias e necessidades humanas", estas comparadas como a "água que se bebe e o ar que se respira" (Gomes, 1969, pp. 2-3).

O professor Alfredo Gomes, escrevendo em 1968, disse que a "Revolução de 1964" tinha recrudescido o movimento estudantil brasileiro. Isso, de certo modo, explica o "vazio" de artigos sobre estudantes no ano de 1967 em EBSA. No entanto, em 1968, o "movimento estudantil" era "internacional". E segundo o cronista, os jovens tinham sido "substituídos" em "escalões mais ativos, porque mais dinâmicos, dúcteis e emotivos" (Gomes, 1968, p. 2).

O padre Arthur Alonso, indicou um "arrefecimento" no movimento estudantil. Já Alfredo Gomes, em seu texto, deu um indício de que, em 1968, os estudantes em atuação eram mais "dinâmicos". Essas duas considerações indicaram o que pode ter sido uma modificação no formato do movimento estudantil em 1968, após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Outros comentários apontaram e atestaram essa condição de refluxo e posterior retomada dos estudantes à luta política.

o que ocorreu em 1951, no Rio de Janeiro. Entre 1956 a 1962 foi reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Integrou em 1962 a Delegação Oficial Brasileira à Conferência da UNESCO e OEA em Santiago do Chile, cujo tema foi "Planejamento da Educação para o Desenvolvimento Econômico e Social". Padre Alonso não via com bons olhos as mudanças anunciadas pelo Concílio Vaticano II, principalmente a aproximação da Igreja às questões sociais, o que o fez entrar em divergência com membros da ordem jesuíta. Disponível em "Educação Jesuíta": <http://www.pedroarrupe.com.br>, em 11/09/2009.

Grosso (2007, p. 235), Dirceu (1999, p. 89), Sirkis (1999, pp. 112-114), Ventura (1988, p. 45) e Gabeira (1979, pp. 81-82) deram indícios de que em 1968, durante o período de um novo levante estudantil, a presença dos estudantes secundaristas foi atuante e que a mobilização dos estudantes teria sido dinamizada com a presença de jovens ainda mais novos. Também Ridenti, após uma ausência de reação ao Golpe Militar, teria havido uma cisão dentro do próprio movimento estudantil, já que parte das lideranças, principalmente as ligadas ao partido Comunista (PCB), teriam perdido o controle para novos agrupamentos. (Ridenti *apud* Pellicciotta, p. 112).

De acordo com Grosso (2007) o movimento estudantil passava por um novo momento, acompanhando a circulação de uma "nova esquerda", que teria sido organizada no período após o golpe militar. Segundo o pesquisador, "os que haviam começado em 1963, 1964, viram-se subitamente com responsabilidades de direção" e, nas "organizações e partidos da nova esquerda, a média de idade beirava frequentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos" (2007, p. 235). Essa ideia também foi registrada por Gabeira (1979, p. 52) ao afirmar que ele mesmo, aos 27 anos, era considerado maduro para entrar na luta armada.

Sirkis, estudante que à época entrou na clandestinidade, (1999, pp. 112-114) afirmou que o seu "batismo de sangue", a escolha pela clandestinidade, aconteceu em 1968, quando ele tinha 18 anos, ao término do ensino secundário, logo após o anúncio do Ato Institucional nº 5 (AI-5). E, segundo as suas próprias indicações, outros, tais como ele, fizeram o mesmo.

Por hipótese, podemos dizer que a substituição dos estudantes nos quadros do movimento estudantil, apontado por Gomes, demonstrava o trânsito dos estudantes e a apresentação de um novo grupo arregimentado nas escolas. Depois, que, de fato, houve um "arrefecimento" do movimento estudantil, pois este foi cercado por uma série de proibições legais e violências de várias espécies. Mas que esse esfriamento das atividades estudantis, evidenciado no discurso, também podia ser resultado do desvio de parte dos estudantes para atividades clandestinas e para a luta armada; ou do prosseguimento da vida pelos canais "possíveis"; ou o encaminhamento para uma vida "alternativa"; ou ainda, por conta das prisões.

Para Alfredo Gomes, esse novo dinamismo estudantil estava mobilizando "os até então reduzidos em âmbito operário" e que a agitação propalada por eles parecia transplantado da "velha experiência das agitações na Rússia czarista [...]" (Gomes, 1968, p. 2).

Para Alfredo Gomes, em março de 1969, os jovens estudantes tentavam ser uma vanguarda precoce, nem tanto porque se inspiravam em designações para o futuro, mas sim, por conta de inspirações que teriam sido reverberadas de um passado distante, de práticas e atuações de estudantes de outras eras da História.

Isso porque, para o professor, a história "no seu papel de arquivo da experiência humana, aberto à consulta e à pesquisa" poderia "explicar o presente e prever o futuro". Para o professor, a História não se repetia, mas, tinha na sua forma "helicoidal", a possibilidade de que certos fatos pudessem ser realçados "pela semelhança, às vezes, próxima e profunda". Por isso, segundo professor, era possível admitir uma "identidade de causa e efeito" entre fatos acontecidos entre tempos e espaços diferentes (Gomes, 1969, p. 1).

Esse texto foi um recado do redator de EBSA àqueles que insistiam na ideia de que a "indocilidade da juventude" daqueles dias era uma "manifestação de juízo crítico, 'forma de contestação' e prova de inconformismo". Para o autor, essas perspectivas positivas sobre os jovens era uma forma de os acionar. E o autor encontrou pontos de semelhança entre esse evento e episódios acontecidos no século XIX, a ponto de fazer analogias entre as revoltas juvenis do passado e as daquele presente: indicando que jovens sempre inspiravam jovens.

Para o cronista, havia semelhança entre Vera Zassoulitch, assassina do chefe de polícia na Rússia; Sofia Pervskaia, assassina do Czar Alexandre II; e Ulianov (Lênin) sujeito que incitou a "ditadura do proletariado" e os seus comparáveis históricos: os "blousons noirs", os "teddy-boys", os "vitelloni" e os "beatniks" (Gomes, 1969, pp. 3-6).

Vale dizer que todos os grupos dos novos "desajustados sociais" citados no trecho acima foram simplesmente copiados do estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) chamado *Con La Juventud*, publicado em 1969.

Sobre as políticas de juventude propostas pela Unesco, discutiremos alguns termos mais adiante, já que elas passaram a ser referência da *Revista*. Neste momento, deste documento da Unesco foi importante ressaltar o seguinte: em 1969, o rechaço às normas da sociedade era o que os jovens distribuídos pelo mundo tinham em comum, mesmo que as manifestações juvenis que explodiram pelo mundo se apresentassem bem diferentes (Unesco, 1969, p. 21).

Mas para Gomes, o realce que era dado aos jovens revoltados era potencializado pela ação de outros tantos jovens. O autor identificou uma comunidade histórica de jovens "desviados", que podiam ser identificados tanto no passado, quanto no presente (Gomes, 1969, pp. 3-6). Também apresentou a ideia de que os jovens, também em outras épocas, se inspiravam para a contestação, pela literatura da qual eles eram tema e na atuação de seus pares. Existiria, portanto, uma ligação mental entre os jovens e os autores dos livros, e outra que era estabelecida pela identificação de jovens para com jovens.

A ligação afetiva, simbólica ou real, dos mais jovens com determinados sujeitos, transformados em ícones, também era motivo de contrariedade. Nesse sentido, sentir-se inspirado pela Revolução Cubana e, seguindo a lógica, de seus líderes Fidel Castro e Che Guevara, foi motivo para tachá-los de agentes do "macarthismo às avessas" (EBSA, 1961, p. 35). Mas, os líderes revolucionários de uma geração, como é possível ver logo a seguir, não eram os únicos agentes responsáveis em potencializar essa onda jovem pelo "credo messiânico" de "salvação da humanidade".

Eugênio Gudín, escrevendo para o *Diário de S. Paulo*, ao analisar os escritos do General Murici, Chefe do Estado Maior do Exército, concluiu que no início dos anos 1970, os estudantes, ao promoverem o "terrorismo estudantil" tinham como parâmetro um "culto exagerado da personalidade infantil", advinda dos estudos de Freud. Mais ainda, que os estudantes viviam em uma época em que era permissível usar os jovens como "instrumentos de propaganda".

Era considerado um acinte o uso de jovens para fazer propaganda de certos governos como no caso de Mao-Tsé-Tung com a Revolução Cultural. Para Gudin e para o General Murici soava injustificado o afeto dos jovens por esse tipo de líder (EBSA, 1970, p. 61)¹⁰⁴.

Mas o ódio dos autores publicados em EBSA não tinha a ver somente com as lideranças espacialmente longínquas. Em EBSA, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, Almino Afonso, o professor Álvaro Vieira Pinto, presidentes de associações estudantis, colegas de escola que "cooptavam" outros alunos, fossem líderes políticos ou estudantis, eram um problema a ser resolvido. Para os editores de EBSA e autores transcritos não havia desculpas para aqueles que se sentiam atraídos por esses guias.

Essa questão do deslumbramento dos jovens para com outros jovens, e a posição da imprensa como fonte de inspiração juvenil não era uma exatamente uma miragem do professor Alfredo Gomes. Como demonstraram Cruz (2008) e Gabeira (1979), ter visto outros sujeitos de faixa etária semelhante nas páginas de jornal e revistas, famosos, era um verdadeiro dínamo para a sua própria decisão e atuação.

Para o então estudante secundário Sebastião Velasco Cruz, por exemplo, a fantasia de ser sentir um guerrilheiro era muito forte por causa das revistas em circulação, principalmente com a constatação de que Che Guevara e Fidel Castro eram jovens. Para o então secundarista, o fato de a ideia de revolução estar "por toda a parte" arbitrava a "imaginação de todos": para os jovens, para quem tomou o poder no Brasil, para os militares. De acordo com o seu depoimento, "não era por caso que a ideia de revolução pairava na cabeça dos adolescentes" (Cruz, 2008, s/n)¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Transcrito do *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 27/09/1970.

¹⁰⁵ Depoimento dado pelo professor de Sociologia da Unicamp Sebastião Carlos Velasco e Cruz durante a IV Semana de Ciências Sociais: 68 – 40 anos, acontecido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH/USP) entre 12 e 16 de maio de 2008.

Fernando Gabeira, à época funcionário do Jornal do Brasil, deu outro sentido para a circulação de informações dadas por periódicos, jornais e revistas, que estimulavam as "fantasias" juvenis. Conforme apontou Gabeira (1979), a entrada na luta armada era "um sonho de muitos de nós", os jovens. De acordo com o depoimento, para todos aqueles que atuavam armados havia uma "mitologia particular" que conferia a eles "todas as qualidades do mundo" (Gabeira, 1979, p. 86). Para Gabeira, as informações dos jornais eram um verdadeiro estímulo, pois os jovens leitores em vez de apreenderem a notícia propriamente dita, se fixariam nas "descrições mirabolantes" dos "jovens de nervos de aço; louras que tiravam uma metralhadora de suas capas coloridas". Segundo Gabeira, ir para a luta armada significava alçar um degrau no prestígio dentre os jovens. Sair no jornal se tornara uma meta (Gabeira, 1979, pp. 86-87).

Para o desespero dos autores da *Revista* a ideia de revolução como tática transformadora de estruturas pairava sobre as cabeças dos jovens, não porque fosse uma ilusão, mas porque havia a prova material, impressa, com fotos e depoimentos, demonstrando um mundo revolucionado por jovens. O que nos faz pensar: mais do que ideia de ser revolucionário, o que havia era uma vontade de sê-lo: ser estudante, ser uma vanguarda estudantil, ser revolucionário, tudo era eram representações que conectavam os jovens no período, e para desespero dos autores publicados em EBSA, foi tornada uma alternativa possível de vida. Portanto, ao que parece, ao desprestigiar um sonho, os autores de EBSA queriam era refrear a vontade dos jovens em seguir por esse caminho.

Para o jornal OESP, em 1972, era sacrílego falar em "idealismo juvenil" empenhados na "luta pela liberdade e pela justiça", quando as armas usadas eram "roubos, ataques, seqüestros, vinganças e táticas de guerrilha" (EBSA, 1972, pp. 38-39)¹⁰⁶. OESP noticiava o assassinato do diretor-geral da Fiat argentina Oberdan Salustro e que uma jovem brasileira estaria envolvida no "crime".

¹⁰⁶ Transcrito de OESP, São Paulo, 16/04/1972.

A principal ideia do jornal era discutir a validade dos direitos humanos especial para quem cometia atentado político e atestar que transformar os "assassinatos comuns inconfundíveis" em movimento político era estratégia de gente sinistra (EBSA, 1972, pp. 37-38). Em EBSA, o "desvio" dos jovens para a luta armada EBSA foi mencionado ora de forma direta, ora indireta. Se, a princípio, a luta armada não estava diretamente ligada ao mundo escolar, em EBSA, foi possível apreender que, como trajetória possível na vida dos jovens, ela apareceu como uma condição possível. Para alguns jovens, deixar de ser estudante, por opção, era uma forma de prosseguir com suas vidas. Para outros, não havia outro caminho a ser seguido, já que, como estudantes, já eram cidadãos perseguidos.

Se por um lado, os líderes, individualmente, estimulavam a revolta, mais perigoso ainda, em EBSA, eram as alianças inspiradoras feitas em grupo: o pacto entre os estudantes e os operários e, a já sinalizada, relação ou mistura entre os estudantes universitários e colegiais.

Sobre o primeiro tipo de acordo, o texto anunciou uma manifestação de 150 mil operários norte-americanos, em Nova Iorque, contrários ao comunismo. Segundo o artigo, a contrariedade dos operários deveu-se às guerras da Coreia e do Vietnã, onde seus filhos eram combatentes. De acordo com o jornal, havia jovens mimados querendo ganhos pessoais com a sua "formação humanista", enquanto outros jovens combatiam nos campos comunistas. O artigo passava uma ideia de que tendo a vida farta e levados por "parasitas sociais", os estudantes contrariavam o maior símbolo de liberdade, ali defendidos pelos operários, "construído com sangue e suor" que eram as conquistas do "bem-estar social" (EBSA, 1970, pp. 65-67)¹⁰⁷.

Sobre o contato entre os estudantes mais velhos com os mais novos também havia preocupação. Em um artigo retirado do *Correio do Ceará*, estudantes do ensino superior teriam agendado um comício dentro de um colégio oficial¹⁰⁸. Para o jornal *Correio do Ceará*, houve uma briga dentro da escola e os "invasores", "traidores da pátria" teriam sido os articuladores do evento da qual saiu um aluno ferido. Segundo o artigo, dentro dos

¹⁰⁷ Transcrito de OESP, São Paulo, 22/05/1970. Em outro artigo, o movimento *hippie*, outro tipo de atuação juvenil, também foi vinculada à ideia de "ultrassaciação", pois a "vagabundagem" de um *hippie* era explicada graças às proteções advindas de "pais ricos" e aos "recursos obtidos por todos os meios" (Gomes, 1969, p. 5).

¹⁰⁸ Transcrito do *Correio do Ceará*, Fortaleza, 09/11/1970.

estabelecimentos de ensino superior e médio, havia uma faixa etária caracterizada pela "impresscionabilidade", intoxicados por ideologias: uma "desgraça para a nova geração" (EBSA, 1970, pp. 66-67). Segundo esse artigo, além de o contato entre os universitários e colegiais ser uma inconveniência, ainda havia a possibilidade de essa prática se instalar na rotina das novas gerações.

Essa crise de "inversão de valores" também foi esquematizada por Jarbas Passarinho, quando o coronel, Ministro da Educação, paraninfou uma turma de profissionais variados que se formava em conjunto na Universidade de Brasília, em 24/julho/1970. Durante o seu discurso, o Ministro citou uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) que teria sido feita em um "dos estados mais politizados do Brasil". A pesquisa teria mostrado que dentre os jovens, quando comparados aos seus pais, "69% achavam que a sua geração era mais utilizante", "85% mais determinada e rebelde", "65% menos patriotas" e "81% menos religiosos" (EBSA, 1970, p. 33).

Sobre os resultados da pesquisa, o Ministro conclui que a "tendência à revolta" era "uma consequência natural do jovem", porque ele nada "concedia à conveniência". Para Jarbas Passarinho, tornaram-se rebeldes os jovens que não compreendiam a "conveniência" como um sinônimo de convenções sociais que deveriam ser seguidas. Para o Ministro havia uma "tendência natural à radicalização" que produzia uma "rigorosa dicotomia entre o certo e o errado, entre o bom e o mau", "puro e o impuro" (EBSA, 1970, p. 33).

O Ministro da Educação julgou que os valores da juventude estavam presos a uma dicotomia representada por dois horizontes: "o ímpeto de Quixote" e o "fanático rigor de Savanarola e Torquemada". Por esse motivo, os jovens não admitiam "o meio termo" (EBSA, 1970, p. 33). Até essa parte do discurso, o que faltava à juventude era a temperança. Os jovens optavam pelas súbitas arremetidas na vida, que, por ser da natureza do jovem, parecia equivocado.

No entanto, o Ministro não deixou de ressaltar que a juventude apontada nessa pesquisa, tinha determinação e era "mais utilizante". Logo adiante no discurso, o autor lançou aos ouvintes a ideia de que os jovens eram "celeiros" que, quando não recrutados pelos "partidários da violência", prosseguiriam em compasso com as altas esferas militares no "esforço atual de

edificar no Brasil uma sociedade, justa, livre, democrática e soberana" (EBSA, 1970, pp. 34-35). As ideias de "determinação" e "utilidade" ficaram marcadas como traço da juventude em 1970.

A juventude, criticada em EBSA dava grandes saltos morais, e, também, grandes saltos históricos, isto, de acordo com a imagem de "saltos históricos" desenhada por Alfredo Gomes. Em dezembro de 1970, o mesmo redator-chefe, voltou ao pensamento de História helicoidal, para desenvolver duas ideias. Uma para enaltecer a capacidade humana de se ajustar e viver uma vida "útil", concorrendo "para o bem-estar social". A outra, para creditar a certos "grupos isolados", por isso, "irrequietos e ativos", "perigosos e vingativos", o saldo das manifestações violentas do ano de 1970.

Tratou o redator de listar todos os atos, por ele considerados violentos e isolados, para ao final dessa análise dizer que o ano de 1970 não deveria ser caracterizado como o "Ano da Violência", pois os "novos niilistas prejudiciais à ordem e à tranquilidade" se alimentavam de "negativismo". O que, disfarçadamente, repõe o fato de que havia jovens úteis, e eles eram "positivos" (Gomes, 1970, pp. 5-6)¹⁰⁹.

O medo de uma geração e a aflição com o mundo jovem.

Os artigos e textos selecionados ou produzidos pelos responsáveis por EBSA privilegiaram entre 1961 a 1972 os estudantes, em especial aqueles que participavam de movimentos políticos de esquerda, por meio de agremiações e atividades extra-escolares variadas nos principais centros urbanos do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁰⁹ Foram considerados atos "violentos", "isolados", "perigosos", "vingativos": O sequestro de Karl Von Sprei, embaixador da Alemanha Ocidental, morto na Guatemala; morte do General Pedro Eugênio Aramburu, assassinado na Argentina; morte por execução do norte-americano Dan Mitrone, no Uruguai; do Ministro Provincial do Trabalho, Pierre Laporte, morto no Canadá; do general René Schneider, baleado no Chile; o atentado ao Papa Paulo VI por Benjamin Mendoza y Amor, nas Filipinas; o atentado do grupo Pantera que vitimou o juiz do tribunal de San Remo na Califórnia (Gomes, 1970, pp. 5-6).

EBSA se ocupou, em primeiro lugar, em analisar a juventude estudantil, portanto, a sua preocupação principal reside em apresentar as suas perspectivas e caracterizações delimitando os conceitos peculiares desse status juvenil. Tratavam, portanto, de registrar os seus conceitos sobre a parcela de estudantes matriculados em escolas oficiais do país, dando ênfase, nos anos 1960, aos estudantes universitários.

As atividades estudantis, dentro da lógica dos discursos, foram difundidas primordialmente como um indicador de uma possível "sublevação comunista" no país que seria acionada pelos jovens e por outros "asseclas" do marxismo internacional.

Essa "parcela" da juventude à qual a *Revista* demonstrava indignação, à primeira vista estava envolvida pela capa do "perigo comunista". Portanto, a retórica construiu a ideia de "disfunção", colocando os jovens na posição de seres pervertidos, atados a uma teoria de conspiração que dava primazia à ideia de inimigo externo, com a intenção de causar medo. Os jovens estudantes mobilizados dos anos 1960, "depositários do medo", causavam grande inquietação nos responsáveis por EBSA¹¹⁰. Mas os medos não diziam respeito apenas à ameaça comunista ao Brasil, nem ao medo com o jovem. Esses medos foram evidenciados diante daquilo que os jovens faziam e não sobre o que lhes "faltava". Os estudantes trouxeram o receio para todo um agrupamento de formadores de opiniões: uma vanguarda intelectual católica leiga e sacerdotal; jornalistas; produtores de livros; militares parceiros.

¹¹⁰ O termo "depositários do medo" foi usado em Abramo, 1997, p. 29, quando a pesquisadora explicou a ideia de que, pela sociologia funcionalista, a juventude, como categoria de análise, "só está presente para a ação social como 'problema' e 'objeto de falha', uma 'disfunção' ou 'anomia' do processo de integração social. O aspecto da "sociologia do desvio" como "ação socializadora que se desvia de um padrão normativo" também é analisado por Peralva (1997, p. 29).

A partir dessa perspectiva, na *Revista*, os estudantes foram usados principalmente para o ataque daquilo que destoava dos diversos pontos de interesse dos editores. Causou indignação, por exemplo, o relacionamento dos estudantes da UNE com as autoridades federais no início dos anos 1960, que por meio de uma relativa confluência de ideias, andaram em parceria na aplicação de projetos sociais. As práticas juvenis foram usadas como um elemento incentivador para a deposição do governo de João Goulart e, posteriormente, como principal justificativa para a formulação de uma Lei que controlasse as entidades juvenis.

Os estudantes que se mobilizaram politicamente eram vistos nos artigos da *Revista*, como seres que se compraziam com a turbulência. A preocupação primordial dos editores de EBSA estava focada, em primeiro lugar, ao que eles mesmos apresentaram, embora com ódio, como uma conquista da juventude à época: agir como pessoas adultas. Ser jovem e agir como adulto era, para esses sujeitos, simplesmente agir de forma "precocce". Significava escolher ser inconveniente por optar em viver um tempo da qual eles não pertenciam.

Para os editores de EBSA, o medo gerado pelas tomadas de posições juvenis não poderia ser visto de maneira isolada. De fato, um elemento que foi destacado no comportamento dos jovens e que pode ser visto como um "grande perigo" dizia respeito às formas de agrupamento empreendidas por eles: tanto pelas coalizões articuladas em diversos espaços, quanto pelo fato de afluírem para junto deles, outros grupos com um potencial de mobilização.

Portanto, "perigosas" eram as agremiações articuladas entre os jovens: entre eles e os seus pares, entre eles e um determinado tipo de professor, intelectuais, operários etc.. A posição tomada pelos sujeitos vindos "de baixo" que poderiam adotar as honras de comando era a outra face do terror. Em EBSA, esse era o mundo de cabeça para baixo.

É importante compreender por que, em EBSA, o estabelecimento de determinados tipos de laços coletivos para os jovens passou a ser considerado "perigoso". O que está delimitado nessas perspectivas tem a ver com as companhias escolhidas por eles, enquanto ainda eram jovens. Mas também tinha relação a que tipo de influências e ideias eles se apegariam durante o seu trânsito para o mundo adulto.

O periódico reforçava a concepção de que uma parcela dos jovens estava deslocada de um vetor comum, objetivo de “toda a sociedade brasileira” que era a de seguir uma “história tranqüila e humana”. Os discursos de EBSA pregavam por uma necessária cautela, enquanto os estudantes demonstrassem, por atos, uma intimidação à “correta” continuidade social. O “desvio” do caminho traçado pelos jovens estudantes estava renegando uma herança cultural vinda, segundo os autores, de “toda a sociedade brasileira”.

A Editora do Brasil, por sua vez, cumpriu a missão de canalizar para as escolas espalhadas pelo Brasil essa inquietação vinda de vários órgãos da imprensa do país, mas que a *Revista* transformou, ou como os próprios editores e leitores diziam, facilitou o entendimento do fenômeno. O senso comum criado, além de apelar à caça aos comunistas, também despachou para as escolas um profundo rancor pelo desprezo dessa parcela de estudantes para com as representações de futuro disponíveis e deixadas de herança.

Esse “desvio” juvenil foi representado pela ignorância dos jovens em seguir por caminhos não designados a eles (EBSA, 1972, p. 8). Isso explicava os motivos de raiva dos editores de EBSA com relação à ideia de “antecipação do mundo adulto”: os jovens não eram entendidos como seres finalizados. Eles eram incompletos. Físico e moralmente em formação, um jovem era entendido, em princípio, como um ser humano em tempo de espera. A sua condição histórica era desqualificada.

Podemos identificar algumas reações dos autores dos artigos tendo relação ao que foi apresentado por Mayer (1977). Para o autor, é necessário estabelecer uma diferenciação de comportamento entre os tipos conservadores. Para o pensador, os conservadores são os grupos que cingem políticas de acatamento em benefício de sua geração e posição social; os reacionários são mais afeitos à mudança dos rumos da História, defensores da restauração das instituições; e contra-revolucionários são aqueles que possuem uma concepção conveniente e instrumental de ideologias e programas, gente militante, com o intuito de tomar o poder.

Para todos eles permanece a suspeita diante de tudo que é novo e inovador e uma profunda negação à igualdade de direitos. No entanto, da parte dos conservadores, há uma prevalência em lutar por sua continuidade privilegiada e que, por isso, dentro de uma conjuntura desestabilizada, são habituados a buscar a agremiação dos grupos apreensivos para que haja tanto a manutenção de sua situação, quanto o fomento de oportunidades para melhorá-la.

Portanto, há discursos cujas características privilegiam diferentes apelos conservadores, da forma de Gustavo Corção, por exemplo, abertamente reacionário. Mas, ao mesmo tempo, essas diferenças, no momento de instabilidade social, acabam se diluindo em benefício de uma “causa” maior que normalmente é apresentada como acima de quaisquer interesses econômicos e partidários e sem a menor relação com as diferenças sociais. No momento da agremiação conservadora diante dos movimentos perigosos da sociedade, pobres e ricos podem ser os adeptos da causa.

Mas, o que os jovens objetivamente fizeram que causou tanta indignação?

Os estudantes descritos nos artigos desalinham as relações de hierarquia – profissional, geracional - e tornaram-se insubordinados diante das autoridades constituídas. Mas essa insubordinação tinha um significado especial para os responsáveis por EBSA: a autoridade conferia prestígio somente ao adulto, e as manifestações e práticas estudantis pleiteavam esse espaço. E, dentro da universidade, a questão em evidência não era a de ser indisciplinado com a autoridade, mas fazer dela algo que pudesse ser distribuído para mais pessoas. Segundo os discursos, os jovens abdicaram de algumas autoridades tradicionais para buscá-las nas páginas das revistas e jornais.

E de acordo com os artigos, esses estudantes "desviados" passaram a frequentar e fazer uso de ambientes cerimoniais simbólicos dos adultos e ainda tentava alterar-lhes o significado. Por exemplo, tentar fazer uso do púlpito acadêmico, não para defender a educação das "personalidades condutoras", mas para seguir como uma "vanguarda estudantil" em benefício dos mais pobres. Isso causou ira.

Mas, se pensarmos os estudantes apresentados nos discursos em relação àqueles que reclamavam deles, veremos, além do medo e da revolta, um amargor diante da passividade de "homens feitos" ante a presença do movimento estudantil; o clamor para que alguém tomasse providências a fim de "reposicionar" a juventude; a raiva, por ter sido ferida uma "tradição", cujos contornos ainda não temos bem definidos por enquanto; a queixa por causa do tumulto, do barulho, movimentos feitos dentro da rotina que tanto irritava os cronistas.

Por fim, de acordo com os discursos, a própria forma de fazer política entre os dois grupos era diferente. Pois os estudantes em questão desconsideraram o tempo de "preparo" de um dirigente. Em EBSA estava desconsiderada a ideia de jovem político, ou político jovem.

“Cada geração vê um mundo novo. A geração dos anos 60 via um mundo novo e jovem”.

Tony Judt. O Espectro da Revolução.

“A história de jovens revolucionários, é também uma história de homens maduros e de velhos: ao longo do caminho, alguns correm e tropeçam tanto quanto outros”.

Sergio Luzzato. Jovens revolucionários: 1789-1917.

Capítulo 3

O "poder jovem": um mito remodelado

O "poder jovem" para a Revista da Editora do Brasil S/A.

Em outubro de 1965, a partir de um artigo publicado no *Jornal do Brasil*, foi indicada em EBSA que o "bom estudante" deveria estar conectado à ideia de vida atuante e que tal "vida" deveria ser lançada ao futuro por meio do desempenho profissional. O estudo escolar com vistas a se obter uma profissão passou a ser confundido com atividade cidadã (EBSA, 1965, p. 64)¹¹¹.

Um ano mais tarde, em outubro de 1966, com uma chamada para os "problemas da juventude", os editores de EBSA apontaram que a população jovem com menos de 20 anos chegava a "ultrapassar 50 por cento da população total" no Brasil. Em EBSA, "grande parte dessa parcela da população", sem que ela fosse definida em quantidade, era "improdutiva econômica e socialmente por várias causas, entre as quais o analfabetismo e a ausência da educação de base" (EBSA, 1966, p. 27).

A capacidade de agir, estando essa ação vinculada ao trabalho produtivo, passou a ser visto como uma espécie de "poder" do jovem. Não foi por acaso que tanto Alfredo Gomes, redator de EBSA, quanto Nelson Rodrigues, escrevendo para o *Jornal da Tarde*, em 1968, caçoassem do "podem jovem", da forma como era apreendido pelos próprios jovens, e, segundo os dois autores, absorvido por uma parcela da sociedade.

Para Alfredo Gomes a juventude seria a fase em que se verificava "o crescimento físico e o desenvolvimento mental" e não havia, "salvo para a minoria de demagogos" uma juventude "constituída em poder". Para o redator, "poder" significaria ter "capacidade para agir" a partir do vernáculo italiano "podere". No entanto, a capacidade de agir dos jovens estava, no discurso do redator, atrelada à "vivência", e, portanto, os próprios jovens quando buscavam antecipar a velhice, desconheciam até mesmo o significado de "ser jovem". Também havia no mundo os velhos que não sabiam envelhecer, e que

¹¹¹ Transcrito do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/09/1965.

desejam ser "eternamente jovens". Ambos, "velhos-jovens" e "jovens-velhos" eram "conflitos" que geravam mais "conflitos" sem condições "normais, naturais, psíquicas ou físicas para constituírem a 'juventude' em busca do... poder!" (Gomes, 1968, p. 4).

Para o autor o "poder jovem":

Este *slogan*, como outros conhecidos que, na história, fizeram e estão fazendo do homem um sub-homem subjugado pela máquina política do controle que acalma o estomago com o pão da matéria e embota a consciência, e com ela, o espírito, pela supressão da liberdade na ordem democrática, apanágio do homem válido e autêntico (Gomes, 1968, p. 4).

O autor, ao apresentar o "poder jovem" enxergava-o como um mote repetitivo, um *slogan*, que não falava especificamente aos jovens, mas que era capaz de embotar a "consciência" e o "espírito" do "homem válido e autêntico". Para o autor, esses homens estavam se diminuindo, tornando-se "sub-homem", porque foram subjugados pelo domínio da frase de efeito, encarada como "máquina política do controle". Por conta da força desse mote, os homens estavam perdendo forças.

Para o autor, a supressão da liberdade "na ordem democrática" era o aprisionamento dos homens à ideia de que ser jovem significaria a reclusão por um poder opressor capaz de tirar a energia da consciência. Se por um lado, essa frase demarcou que "ser jovem" era uma espécie de poder opressor, impossível desconsiderar, por outro lado que, sob o autor, existia um "poder opressor" capaz de "tirar a energia da consciência".

Vale comentar, além do mais, que, sobre o "poder jovem", Alfredo Gomes respondia, em entrevista, a uma pergunta feita por dois alunos da 2ª série do Curso Científico (16 anos): "Que conselhos daria a um jovem, nesta hora que a juventude se constitui um verdadeiro poder?".

Deste modo, se para o professor, os jovens não tinham poder algum, ou melhor, que tal poder dominava moralmente os adultos, para os jovens entrevistadores, o poder, visto como algo compartilhado entre a comunidade juvenil, era "verdadeiro", portanto, real e legítimo (Gomes, 1968, p. 2)¹¹².

¹¹² A entrevista tratou-se de um trabalho organizado por uma "jovem professora licenciada, de muito boa formação, dedicada e entusiasta" e por dois estudantes, um deles "filho de um general pessoa a que estou ligado por laços de amizade há quase três décadas" e um "nisei", alunos de um dos Institutos de Educação da capital paulista (Gomes, 1968, p. 1).

Já para Nelson Rodrigues a história de que a juventude buscava um poder, só dava condição para que o jovem fosse "impune". Para o escritor-jornalista, o jovem não era julgado pelas pessoas, e ninguém o condenava. Segundo o autor, os jovens não seriam e não teriam "um poder" nem pelas condições estatísticas, nem por uma condição de caráter. No caso da estatística, o autor acreditava em uma "gigantesca impostura" da análise dos números, já que, dentre os "jovens" estariam incluídos os "recém-nascidos, as crianças de seis meses, de um ano, dois, três, quatro, até dez", portanto, não havia uma maioria jovem (EBSA, 1968, pp. 58)¹¹³.

Sobre o "caráter" disse o jornalista: "dirá alguém que um jovem de 18 anos pode ser um pulha da pior espécie", pois "há canalhas de todas as idades". E pior:

E os reitores, os mestres, as universidades, os intelectuais, a imprensa, todos babam pusilânimes diante do mito", este que, em outras palavras está condensado na opinião de que se "um sujeito nasceu em 1950, e pelo simples fato de ter nascido em 1950, passa a merecer a nossa ilimitada confiança" (EBSA, 1968, pp. 58-59).

Para Nelson Rodrigues, o poder jovem, já era qualificado como um mito, pensado como uma representação imaginária que ativou a mentalidade popular: reitores, mestres, os intelectuais, a imprensa, de uma parte dos seus leitores, "todos", ficavam boquiabertos diante do mito. Eles não o julgavam. Em contrapartida, demonstrou que os jovens mesmo sendo, em sua opinião, "canalhas" deveriam ser considerados a partir de sua idade e de seu próprio comportamento e não exatamente seguindo o parâmetro da sua pré-condição para ser um adulto.

Nelson Rodrigues desconsiderava a possibilidade de relacionar *o poder* ao jovem, mas, pelas suas palavras, vários outros grupos, pareciam discordar dessa opinião. Ao menos como sujeito histórico com influência e energia, capaz de se marcar como um "mito", aos olhos de Nelson Rodrigues, indignado, parece que a juventude estudantil foi capaz de ser.

¹¹³ Transcrito do *Jornal da Tarde*, São Paulo, 04/10/1968.

"Juventude Transviada": Um fenômeno universal.

Em EBSA e pelo repertório apontado em suas páginas, algumas perguntas deviam ser respondidas: Quais fatores deixaram os estudantes tão rebeldes? Quais fatores na trajetória escolar influenciaram para que houvesse essa inquietação generalizada? E o que a escola tem a ver com isso? O que teria "desvirtuado" os estudantes brasileiros de um ideal de estudante, tanto em sua trajetória quanto em suas atitudes, e as formas propostas para controlar e alterar esse quadro passa a ser discutidas a seguir.

Para Daniel Rops, escrevendo em *O Estado de Minas*, em 1962, fez uma analogia entre a juventude rebelde de 1962, "transviada", com o conteúdo de um livro chamado *Cri d'appel d'un blouson noir*, anônimo, mas, segundo o autor "absolutamente autêntico". Tal livro, segundo o relato de Rops, contava a história de *Moustache*, um jovem bandido, que foi resgatado por duas pessoas que se consagraram "no esforço sobre-humano, de pescar e procurar a recuperação dessa juventude transviada". Os dois salvadores, bem sucedidos na empreitada, fizeram de *Moustache* um jovem redimido.

Pelas palavras do autor, *Moustache* não era um "vagabundo qualquer", mas sim, um menino que "tendo brigado com os pais resolveu viver a sua vida". Segundo o autor, os "jovens transviados", que "nos parecem tão depravados", na verdade, "foram meninos infelizes, crianças sem carinho" sofreram as consequências de uma "sorte cruel" (EBSA, 1962, pp. 76-77)¹¹⁴. Os estudantes estavam sofrendo de faltas: não receberam o afeto de alguém, lhes faltavam predicados morais.

Para o artigo vindo da *Folha de S. Paulo* em julho de 1964, os jovens nas universidades clamavam por governo e mestres "a pedir" muito mais do que aulas. De acordo com o texto, eles buscavam "a troca de ideias, um líder intelectual, um companheiro mais experimentado no estudo". Por isso, os estudantes, ao mesmo tempo em que podiam fazer "esforços" pela "alfabetização em favor do interesse nacional", também eram uma "importante força que certos grupos poderiam manobrar a favor de seus interesses" (EBSA, 1964, pp. 62-63)¹¹⁵. Por saber de um potencial juvenil para o esforço, "certos

¹¹⁴ Transcrito de *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10/06/1962.

¹¹⁵ Transcrito de *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05/07/1964.

grupos" de "oportunistas" tomaram a frente e passaram a "contaminar as mais puras fontes do nosso amanhã" (EBSA, 1964, p. 64).

Portanto, paralelo ao ataque aos estudantes "teleguiados", passou a circular uma ideia de que os jovens sofriam de carências que poderiam ser rapidamente supridas, e que os mais velhos, ora de forma obtusa, ora calculada, poderiam tanto abrir mão, como se aproveitarem das "puras fontes do amanhã".

De acordo com Alfredo Gomes, o comportamento da juventude inquieta era um clamor por atenção (Gomes, 1968, p. 6). Para o autor, diversos fatores exerceram forte pressão sobre a moral e o comportamento dos estudantes resultando nos processos emocionantes dos quais eles mesmos se sentiam vítimas. Para o professor, havia uma herança do século XX, de "falta de paz" imbricada no comportamento dos jovens. Segundo o autor, o jovem era vítima do "inusitado curso do progresso, acelerado, sobretudo" (Gomes, 1968, p. 3).

Os elementos mobilizadores da juventude estudantil, fazendo com que ela partisse das escolas para as ruas foram identificados em quatro núcleos fundamentais. De acordo com EBSA: a família, vista como instituição em declínio; o sistema formal de ensino em funcionamento antes do golpe militar; os meios de comunicação, vistos como transmissores de um repertório extravagante à escola; e as formas de agrupamento e socialização dos jovens.

Voltando à metáfora do estudante como "monstro político-jurídico", foi possível perceber uma alteração de discurso que passou a tentar sanar os problemas apresentados, e os estudantes foram transformados em uma categoria administrável: projetos foram propostos, planos educacionais apresentados, leis etc.. Tudo com a intenção de "remediar" o problema.

A família: de "núcleo nevralgico" a "instituição enfraquecida".

Como resultado direto da 2ª Guerra Mundial sobre a família aconteceu, segundo EBSA, "em países cuja densidade de população aumentara", um afrouxamento da disciplina social. Teria havido uma excitação da busca do prazer, como decorrência das próprias dificuldades e sofrimentos, e do "relaxamento dos costumes". Para esse autor, parte das "sementes da discórdia e da confusão" foi o "excepcional número de filhos nascidos das

uniões de circunstâncias, as mulheres entregues à sorte desfavorável" ou que lhes impossibilitara a "constituição de lares moral e legalmente formados" (Gomes, 1969, p. 5).

Para Alfredo Gomes, o "inusitado surto do progresso" do após 2ª Guerra impactou a família, com "as repercussões dos desajustamentos psíquicos ou emocionais" que a enfraqueceu como "célula *mater* da sociedade". Segundo o autor, o que carecia à juventude era a "falta na assistência efetiva, constante e ativa dos pais em relação aos filhos, no confinamento de um novo tipo de residência urbano – o apartamento" (Gomes, 1968, pp. 1-5).

Para o professor a família de "outrora":

era o núcleo nevrálgico de ação educativa, sedimentada pela tradição, pelo conteúdo religioso que a lastreava, e pelos sólidos laços que lhe cimentavam a unidade, erigindo-a num grupo forte e característico, tanto que uma família era uma família. [...] A sociedade surgia, também, como um corpo harmonicamente constituído pelas células familiares. Sociedade de planos diferentes, porém, interrelacionados. A ascensão de um para outro plano resultará da promoção social e econômica (Gomes, 1968, pp. 1-2).

A concepção de família do autor veio do passado. O seu lamento tinha a ver com a sua experiência que expressou uma sociedade como célula de "diferentes planos" separados pela "promoção social e econômica". Demonstrou que a ordem social tinha relação com uma harmonia entre classes sociais diferentes. Essa "unidade", desunida, era uma tradição que, segundo a fala, vinha por meio da família. Para Gomes, a família, entendida como uma instituição educadora de tradição segregadora, tinha perdido um tempo de glória.

Também pensando na família, para o Superior Geral dos irmãos Maristas, Irmão Basílio Rueda Gusman, após visitar a sua congregação no Brasil, em entrevista, teria falado que formação cristã da juventude "dentro do espírito do Concílio Vaticano II" era muito difícil naquele período. Para o entrevistado, o lar, se não preparado "convenientemente", levando em consideração "as mudanças de estrutura" pelas quais passava "o mundo contemporâneo", poderia "suscitar conflitos" gerados dentro do próprio "seio familiar" (EBSA, 1968, p. 52).

No Concílio Vaticano II, no item sobre formação do jovem, ao qual o irmão marista se referia, foi declarado que os neófitos deveriam ser os amplificadores dos melhores exemplos dos seus antepassados, pais e mestres, para rumar ao futuro. A herança vinda da família também deveria ser legado para as outras gerações (Concílio Vaticano II, 1965, s/n). O elo entre os tempos deveria ser reforçado.

Na declaração *Gravissimun Educationis* sobre a educação cristã, aos pais foi afirmado, o "primeiro e inalienável dever e direito de educar os filhos". Também havia a obrigação dos pais passarem a auxiliar a escola por meio da "associação de pais", para assessorassem "todo o trabalho da escola e em particular a educação moral que na escola deve ser ministrada" (*Gravissimun Educationis*, 1965, s/n). Portanto, era esse o ideal de família e eram essas as suas obrigações: tornar-se rigorosa testamentária dos elos entre os tempos, ser vigilante para com o filho.

Essa imagem de família forte havia sido pregada em EBSA nos anos 1950. A concepção de família como unidade estrutural básica de toda a sociedade seguia a proposição dada pelo Papa Pio XII e foi publicada na *Revista* em 1951. O Papa, falando para um grupo de pais franceses, disse que a família não existia em "função da sociedade", mas ao contrário, era "a sociedade" que existia "para a família". A família vista de forma conjugal e elementar, seria a "célula fundamental e o elemento constitutivo da comunidade e do Estado" (EBSA, 1951, p. 28).

Logo a seguir à mensagem do Papa Pio XII, foi publicada em EBSA uma conferência proferida pelo professor Lucas Nogueira Garcez, então governador do estado de São Paulo. Tal conferência, que também contou com a presença do cardeal-arcebispo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, foi proferida na I Semana de Estudos sobre a Família, no auditório da Biblioteca Municipal. Durante a mensagem, o governador disse que a família era a "forma primitiva e natural de sociedade", mas havia outra família "mais elevada no plano da graça: a família Cristã".

Segundo o autor, quem entendia a importância da fraternidade e da autoridade paterna, como valores fundamentais dentro da família, não tinha dificuldades em compreender a existência da família de Deus e de uma "paternidade comum" que criava "laços de fraternidade de todos os homens".

Portanto, ao obedecer ao Pai comum, também se obedecia e cumpria "a lei social, que baseada na lei eterna" merecia, segundo o palestrante, "o mesmo acatamento" (EBSA, 1951, p. 29).

De acordo com essa premissa, o indivíduo, por influência de seu meio familiar, servia a "edificar o Estado segundo a Justiça", pois um Estado segundo a Justiça, era "um estado cristão". Esse indivíduo, certo desta justiça, não tornaria a sociedade uma "entidade disforme" que levava "os homens a uma filosofia do desespero". O autor concluiu que o Estado cristão era "um meio", era o "estado supletivo da função familiar", e o Estado, como o explicado, era o que fossem as famílias, tendo, portanto, a "obrigação de protegê-las para se conservar a si próprio" (EBSA, 1951, p. 29).

A família cristã deveria ser, portanto, "robusta" (EBSA, 1951, p. 29). E compreendida dessa forma, em EBSA, a família seria o sinônimo de instituição resistente, inabalável, poderosa e influente, além de instituição que, superior e aliada ao Estado, como corpo unido, acabariam por se proteger e também se conservar. Por esse motivo, as divagações sobre a dissolução da família publicada nos anos 1960 soavam melancólicas.

Os editores percebiam os rasgos nessa ideia de família como o desenho de célula maior. Conforme a ideia proposta em EBSA, essa grande reunião de membros, unidos em uma única grande instituição, a "família cristã", conseguiria se proteger. Mas, para os editores de EBSA, nos anos 1960: havia mães "entregues à sorte desfavorável", criando os seus filhos sozinhas; lares ilegalmente formados, não conformados pelo matrimônio; falhas de uma pretensa educação "tradicional" que separava ricos e pobres; conflitos dentro da família, com dificuldades de manter esse elo reforçado entre as gerações etc.

Em 1960, o VI Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino delegou à família, "fator educador e orientador natural e primário", a tarefa de "acompanhar" bem de perto todo o serviço de Orientação Educacional da escola. A ideia de família vigilante podia ser anexada à escola, por meio da associação de pais, ou transportada para lá, já que o orientador educacional era visto "muitas vezes" como o "único meio de minorar as deficiências do lar e do ambiente educacional" (EBSA, 1960, p. 42).

Os estudantes eram "vítimas do sistema de ensino"¹¹⁶.

Em dezembro 1961, foi publicado na *Revista* um resumo de uma entrevista coletiva concedida pelo então Primeiro Ministro, Tancredo Neves. No resumo, ficou estampado que, com relação à Educação, o maior problema nacional naquele momento, era o fato de que 600 mil jovens em 1960 atingiriam a "idade de trabalhar ainda analfabetos", enquanto 550 mil outros chegariam "à maioridade civil em idênticas condições" (EBSA, 1961, p. 56).

Sobre o ensino médio, o Ministro disse que havia também uma "crise" instalada, pois "apenas nove de cada 100 jovens brasileiros" tinha acesso a esse ramo de ensino. Dentre esses, sete entre dez estudantes estavam inscritos em cursos acadêmicos e apenas dois por cento (2%) estavam matriculados em cursos técnicos. De acordo com o Ministro, oitenta por cento (80%) dos alunos matriculados abandonavam o curso e ficavam "despreparados para qualquer ocupação". Ainda, segundo o político, mesmo com a multiplicação das escolas de nível superior, cuja expansão teria acontecido "ao sabor de fatores acidentais", não foi dada a importância para "a ampliação das oportunidades de matrícula", além de ter havido, de acordo com o político, o rebaixamento dos "padrões acadêmicos". Segundo os dados apresentados, havia mais de 400 escolas superiores, mas apenas 40 delas matriculavam mais de 500 alunos (EBSA, 1961, p.57).

Os dados oferecidos pelo Serviço de Estatísticas do Ministério da Educação confirmaram a fala do Ministro. De acordo com os dados, para cada 100 crianças no ensino primário, havia 16 na escola média. O ensino secundário era o tipo de ensino que mais computava alunos, 960,5 mil, sendo que 877 estavam no 1º ciclo e 83,5 cursavam o 2º ciclo. Números bastante superiores daqueles apresentados nos demais tipos de ensinos: comercial (210 mil), normal (100 mil), agrícola (30,8 mil) e industrial (6,7 mil)¹¹⁷. De acordo com o apresentado em EBSA, entre o decênio 1951-1961, o ensino médio teve

¹¹⁶ Citado em: Duarte, Paulo. 1966. Estudantes. *Revista da Editora do Brasil S/A*. São Paulo: Editora do Brasil, pp. 57-62. – Transcrito de Folha de S.Paulo, São Paulo, 24/04/1966.

¹¹⁷ BRASIL. 1961-1962. *Sinopse Estatística do Ensino Médio*. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), CIBEC/Inep/MEC. BRASIL. 1961-1962. *Sinopse Estatística do Ensino Superior*. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), CIBEC/Inep/MEC.

a sua matrícula duplicada, saltando entre 1951 e 1960 de 581.599 alunos para 1.177.427 (EBSA, 1961, p. 26).

Ao decompor a fala do Ministro, foi percebido que, no início da década de 1960, foram considerados "problemas educacionais": em primeiro lugar, uma condição generalizada que apresenta a juventude brasileira como despreparada para exercer um trabalho, tanto pela falta de estudos adequados, quanto pela falta de alfabetização de uma grande parcela de jovens.

Depois, havia a entrada e o fluxo de alunos no ensino médio: o ramo de ensino recebia poucos alunos, destes, apenas 20% conseguia concluí-lo. Havia um acúmulo de jovens no ensino secundário e poucos alunos distribuídos pelos cursos técnicos. Por fim, mesmo que menos de 0,9% dos estudantes chegassem ao ensino superior e com a abertura indiscriminada de escolas desse nível, o número de vagas ainda seria insuficiente em relação aos pleiteantes.

Enfim, os problemas se acumulavam tanto no ensino médio, quanto no ensino superior, o que reiterava a imagem de que no entremeio entre esses dois níveis de ensino, pensando nos trânsitos dos alunos, havia entraves sérios com os quais os estudantes se depararam.

Se, por um lado, como vimos no capítulo anterior, os estudantes que adentravam ao ensino superior eram vistos como uma elite privilegiada, que em EBSA, foram responsabilizados pelo deslocamento do orçamento federal para um nível de ensino "não prioritário"; por outro, foram tornados "vítimas" do sistema de ensino, porque entre a passagem do ensino médio para o ensino superior, no início dos anos 1960, havia problemas de ordem educacional com diferentes planos e abordagens.

Tais problemas, fragmentados e com planos superpostos, cuja responsabilidade não era do estudante, incorriam diretamente nas suas trajetórias escolares e de vida. E esses problemas, segundo EBSA, eram os mais variados possíveis: acúmulo de alunos no ensino médio e superior, o preço das mensalidades escolares, a má formação dos professores etc..

As greves detonadas pelos estudantes universitários no início dos anos 1960, ainda que relacionadas aos "bolchevistas" e "incompreendidas", acabaram recebendo a alcunha de "justas" por alguns analistas. Isso porque os motivos que teriam conduzido os estudantes à greve eram: "a violenta

majoração do preço da matrícula, da anuidade e de valores de taxas, tudo isso agravada pelo alto custo dos livros e de outros materiais escolares" (EBSA, 1962, p. 76-77)¹¹⁸.

Para Elisário Rodrigues, escrevendo para o *Diário de S.Paulo*, em janeiro de 1964, o jovem estudante, voltava das férias "após merecido repouso" a fim de "retornarem às aulas em condições favoráveis de aprendizagem" e não as encontrando viravam alvos fáceis de estudantes profissionais. E esse fato, somado à falta de "condição favorável" para as aulas, estimulavam o "clima de agitação permanente nas escolas brasileiras de grau médio e superior" (EBSA, 1964, pp. 75-76)¹¹⁹.

Elisário Rodrigues de Souza, jornalista do *Diário de S.Paulo* e Paulo Duarte escrevendo na FSP em 1966, apontaram para o retorno das férias pelos estudantes. Para o primeiro autor, o sentido do período de férias já estaria corrompido, pois em vez do estudante gozar "de merecido repouso", gastavam as suas férias em "franca e declarada atividade" que os "encaminhava para a esquerda" (EBSA-SP, 1964, p. 1)¹²⁰. Já o segundo autor, julgou que a aliança entre os "subversivos de plantão" e os estudantes era o "desespero dos verdadeiros estudantes" (EBSA, 1966, p. 59)¹²¹.

Se por um lado, as férias escolares eram vistas como um alívio, por outro, o retorno delas era cercado de expectativas, já que nem sempre os alunos estavam dispostos a permanecerem quietos.

Na EBSA, nesse mesmo período, a concessão de bolsas de estudo ao ensino privado foi tornada um caminho viável para o problema da expansão do ensino e o crescimento do número de matrículas, principalmente no ensino secundário. Prevista nas alíneas "a" e "b" do artigo 94 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 4.024/1961, o tema de concessão de bolsas e a proteção às escolas particulares, outro tema caro à *Revista*, foram duplamente contemplados e, como veremos, relacionados ao fluxo de estudantes.

Por exemplo, para tornar distintivo o trabalho do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, notório defensor da concessão de bolsas de estudo durante as discussões da LDB/1961, foi dado destaque ao seu trabalho

¹¹⁸ Transcrito de *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20/05/1962.

¹¹⁹ Transcrito do *Diário de S.Paulo*, São Paulo, 14/01/1964.

¹²⁰ Transcrito do *Diário de S.Paulo*, São Paulo, 14/01/1964.

¹²¹ Transcrito de *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24/04/1966.

na instituição de bolsas de estudo. Soava bem intencionado da parte de EBSA o custeio "parcial", por meio de 10 mil bolsas de estudo às famílias interessadas, em forma de "empréstimo" junto ao Banco do Estado, para os estudos de nível médio, nos estabelecimentos oficialmente reconhecidos. De acordo com os cálculos apresentados "elevaram-se a mais de 50 mil as oportunidades oferecidas pelo Estado, de matrículas nas escolas de ensino médio" (EBSA, 1962, p. 36).

Portanto, em EBSA, a distribuição de recursos da União aos "estabelecimentos e ensino", englobando os privados, foi tornada uma "alternativa" para a questão do aumento da demanda sobre a quantidade de vagas disponíveis. Neste caso, a questão da "vitimização" dos estudantes foi tornada um pretexto, para tornar outros pontos de pauta dos manifestos – falta de vaga nas escolas e maior acesso ao ensino médio – as desculpas para que os financiamentos públicos para os estabelecimentos particulares se firmassem definitivamente.

O fluxo dos alunos ao longo das séries, a questão da aprovação e reprovação dentro das escolas e a articulação do ensino médio ao superior também causaram preocupação em alguns dos autores transcritos em EBSA.

Sobre o ensino médio, a iniciativa da Diretoria do Ensino Secundário, que por meio de circular de Gildásio Amado, em 1963, permitiu aos alunos a chance de prestar exames de segunda época em até quatro disciplinas, causou reações, tanto a favor como contra a ordem. Isso foi registrado respectivamente nas críticas transcritas do *Jornal do Commercio* e o *Diário de Notícias*.

De um lado, o *Jornal do Commercio* dizia que a "necessidade de facilitar o ensino" estava sendo confundida com o "excesso de concessões, licenças e permissões" que estariam rebaixando os padrões de estudo. Para o jornal, essa prática significava o "'facilitário' comercial aplicado ao ensino" (EBSA, 1963, pp. 49-50)¹²².

Por outro lado, para o *Diário de Notícias*, por meio da crítica de Jairo Dias de Carvalho, conceder a chance para que os estudantes pudessem fazer exames de segunda época era "perfeitamente justo e normal". Afinal: as deficiências de aprendizagem "muitas vezes", estavam restritas às práticas

¹²² Transcrito do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18/04/1963.

escolares do colégio escolhido; havia a elevação do custo do ensino; e a "perda de um ano de um ano letivo", segundo o autor, repercutia "consideravelmente em todos os orçamentos" (EBSA, 1963, pp. 50-51)¹²³.

De qualquer forma, o mais importante, nesse caso, foi perceber um interesse em conduzir os alunos de forma mais corrida para a próxima etapa de escolarização. Como veremos a seguir, sem a garantia de que o recebimento do estudante, na próxima etapa, seria facilitado.

Para a articulação do ensino superior com o ensino médio, uma das "soluções" publicadas em EBSA veio da parte do prof. Eliseu Paglioli, Ministro da Saúde e reitor licenciado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após participar do Fórum de Reitores em Curitiba, o reitor discorreu sobre o fenômeno de "inflação universitária". Havia uma abertura de estabelecimentos isolados de ensino superior por toda a parte. Mas, logo depois, eram lançados os "pedido de federalização" com vista à manutenção pelos cofres públicos.

Segundo o professor, essa prática evidenciava dois problemas inconcebíveis: não havia disponibilidade de uma "docência idônea" nem "recursos financeiros" (EBSA, 1963, p. 36). Portanto, era necessário refrear a abertura "inflacionada" de instituições de ensino superior. Isto é:

menos estabelecimentos de ensino superior [desde que, está visto, bem providos e eficientes ao máximo] para que, desse modo, o ensino primário, o ensino rural e o ensino técnico-profissional possam ser mais amplamente aquinhoados, a bem do preparo de gerações capazes de serem engajadas na grande batalha do desenvolvimento nacional (EBSA, 1963, p. 36).

Essa ideia de distribuição de pessoas pelo ensino médio resvalava tanto numa suposta impossibilidade de o ensino superior comportar a todos aqueles que o buscavam, em uma expansão de tipo "inflacionada", mas também jogava para o ensino médio, a responsabilidade da "grande batalha para o desenvolvimento nacional". Da parte do reitor, houve a concepção de bloquear a passagem de alunos, jogando ênfase em uma educação de nível médio.

Outra dessas artimanhas, publicadas em EBSA para o sistema de ensino, foi retratada pelo *Jornal do Commercio* de julho de 1964. O jornal afirmou que o "custo médio de um estudante universitário, no sistema federal",

¹²³ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04/02/1963.

de acordo com a apresentação de dados levantada pelo Ministro da Educação, andava "pela casa de 1 milhão anual" e "cinquenta por cento de todas as verbas" estariam sendo aplicadas no ensino superior.

Como já falado, havia críticas sobre os altos custos do ensino superior brasileiro. Mas, a defesa pelo ensino superior pago, além de recair no discurso de que somente estes privilegiados gozavam os favores da universidade gratuita, passou a considerar a ideia de que os alunos deveriam se espalhar por outros ramos do ensino colegial, "no sentido orgânico de preparação para a vida". A ideia era de que com a aptidão desenvolvida, o aluno assumiria a sua posição na vida, "na indústria, no comércio" etc. (EBSA, 1964, p. 68).¹²⁴

E de acordo com o estudo de Dantas (1997) essa ideia de distribuir os alunos diante as portas da universidade não era uma ideia apenas dos colaboradores de EBSA. Dantas (1997) advertiu sobre um movimento da parte de professores de cursos universitários, no caso USP, para impedir que chegassem até esse nível, alunos que não estivessem devidamente preparados, por conta das "deficiências do ensino secundário". De acordo com a pesquisadora, como o governo não resolveria, em curto prazo essas "deficiências", caberia às universidades definir esquemas "compensatórios" para proteger seus cursos e instituições e, com isso, manter o status da universidade (Dantas, 1997, p. 27).

Resguardar o ensino superior da população que fazia pressão sobre ele, distribuindo-a pelos ramos do ensino médio, concedendo-lhe uma terminalidade, pareceu, para os editores de EBSA, uma boa forma de dissolução do problema da falta de vagas no ensino superior.

A despeito de os estudantes mobilizados dentro das universidades terem sido, segundo EBSA, cooptados pelo "comunismo internacional" por meio de "estudantes profissionais", para fazer agitação improdutiva, foi possível perceber que a atuação estudantil ofereceu uma série de sintomas daquilo que a própria *Revista*, apresentou como um "torvelinho de experiências improvisadas" (Gomes, 1968, p. 2).

Nesse artigo, Gomes afirmou que havia se "rompido o equilíbrio das elites dirigentes" durante o processo de ascensão social. Para o autor, nos anos 1960, a "ascensão era menos organizada" e as "novas camadas sociais"

¹²⁴ Transcrito do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10/07/1964.

eram preparadas "mais extensivamente e menos intensivamente". A explicação para que tal fenômeno social se sucedesse caiu sobre o enfraquecimento do triângulo selecionador no sistema de ensino, que tinha nas escolas superior o seu "ápice". O autor julgou que a autoridade com o apoio dos "livros", na "linguagem vistosa erudita e apurada" eram as armas de que serviam "as elites dominantes" na sua "pregação de melhores condições de bem-estar material" (Gomes, 1968, p. 2).

Também Alfredo Gomes, fazendo um exame retroativo em 1970 sobre o sistema formal de ensino, apontou que o fulcro do problema, segundo ele, estava exatamente instalado entre a passagem do ensino secundário para o nível superior. Para o professor, os egressos do ensino secundário teriam ficado "conscientes" de que o "certificado jamais lhes seria solicitado no aproveitamento para o serviço público". E "despreparada", por conta da improvisação dos profissionais responsáveis "tanto pelo ensino quanto pela orientação" e pela "rede escolar", sem "pessoal devidamente qualificado e sem recursos suficientes" (Gomes, 1970, p. 4), tratou de transformar a universidade em:

meta de aspirações de uma juventude despreparada a que se acenou com a quase supressão dos processos seletivos e aplicação de outros em que a cultura, baseada no estudo apurado, foi substituída por conhecimentos hauridos em publicação de vulgarização, periódicos e veículos de comunicação propensos a dar guarida ao que não impõe maior esforço mental (Gomes, 1970, p. 5).

De forma indireta, para o autor, os estudantes foram caracterizados como: preguiçosos, com o conhecimento acelerado, vítimas de vulgarização, empreendedores de uma competição numérica (Gomes, 1970, pp. 3-7).

Pela análise de Carlos Flexa Ribeiro para o *Jornal do Brasil*, em março de 1967, a crise política era fruto da "educação em falência" e advertiu sobre o prolongamento de "pontos clássicos de estrangulamento". Tais zonas de estrangulamento teriam ficado mais aparentes à medida que a procura pelos três níveis de ensino foi aumentada, tornando-se uma "aspiração generalizada" (EBSA, 1967, p. 26)¹²⁵.

O artigo despejou a sua crítica para vários pontos da sociedade, concentrando a análise aos desagradados de grupos e forças de contenção às

¹²⁵ Transcrito de *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 e 6 de março de 1967.

mudanças, de onde não foram poupados: os políticos, que faziam uso do "tráfico político dos recursos da educação, para fins eleitorais e de carreira"; a classe média e alta, "que por conservadorismo [...] quer, acima de tudo, que os filhos 'passem no exame e saiam doutores'"; o magistério oficial de ensino superior, "na sua parte menos disposta às mudanças"; na parcela dos estudantes que lutam por "objetivos extra-universitários"; na imprensa de "oposição" que protegia o regime de "super-proteção" em que uma classe média abastada educava os seus filhos" (EBSA, 1967, p. 27)¹²⁶.

E mesmo que o estudante chegasse ao ensino superior, diante do "torvelinho de situações improvisadas", ainda havia a questão de, talvez, não conseguir estudar, já que a quantidade de alunos pleiteantes e aprovados excedia a quantidade de vagas. Em 1968, o número de vagas no ensino superior era cinco vezes inferior ao número de candidatos que as disputavam (EBSA, 1973, p. 61). E esse entrave na vida do estudante foi um problema que perpassou toda a década de 1960. Também por conta desse afluxo de estudantes rumo à universidade, o *Jornal do Commercio* registrou, em 1963, havia mais excedentes de vestibulares "do que em todos os anos anteriores" (EBSA, 1973, p. 48)¹²⁷. Excedentes eram os candidatos que obtinham a média nos vestibulares, mas não se matriculavam nas escolas de nível superior, pois o número de aprovados excedia ao número de vagas disponíveis.

Por fim, a questão dos "excedentes" deve ser compreendida como um ponto destacado dentro da visão de crise educacional que se estendeu ao longo da década de 1960. Ponto destacado porque revelou um caso bastante deficiente no ensino superior em relação ao ensino médio (Cunha, 2007, p. 83; Fávero, 2006, p. 32; Mathias, 2004, p. 166; Valle, 1999, p. 38; Foracchi, 1972, p. 152).

O tema dos excedentes, publicado em EBSA, também fez parte da reunião extraordinária do CFE de 13 de dezembro de 1967, diante da discussão sobre o "projeto de articulação entre o ensino médio e superior" do conselheiro Valmir Chagas. Diante da expectativa do Conselho de que haveria mais ingressantes em universidade no ano seguinte, foi feita a apreciação do projeto. Para o redator os problemas da falta de articulação entre os dois níveis

¹²⁶ Transcrito do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 e 06/03/1967.

¹²⁷ Transcrito de *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10/12/1963.

de ensino eram de planejamento, estatística, orçamentos de medidas político-administrativas (EBSA, 1967, p. 62).

Para que houvesse uma expansão de matrículas seria necessária a "criação de novas carreiras profissionais e mudança estrutural na sistemática atual com ginásios voltados às formas de trabalho e dois ciclos universitários" (EBSA, 1967, p. 62). Pois, à escola média, dependeria do sentido de continuidade que fosse lhe emprestada à transição para o ensino superior; da mesma forma que se tornaria "tanto mais simples e natural" a transposição ao trabalho, caso o sentido seja de terminalidade. Já o ensino superior poderia ser reordenado em dois ciclos: o primeiro, de cursos técnicos, para os alunos egressos do ensino médio que não "revelassem o pendor para os estudos longos, de três os mais anos letivos; o segundo, para quem continuasse nas carreiras (EBSA, 1967, p. 64).

Mais do que apresentar as formas de melhor distribuir, ou até mesmo impedir a entrada dos alunos nas universidades, na *Revista*, houve quem demonstrasse que a "irrupção das massas de assaltantes legítimos" não deveria surpreender a universidade. Pela análise do *Jornal do Commercio*, havia uma nova "fisionomia social" que encurtou a "distância medida entre a universidade e a sociedade" (EBSA, 1967, p. 57)¹²⁸. De acordo com o jornal, a universidade desencadearia uma nova forma de seleção: interna e dentro dos moldes da meritocracia: encontrando como resultado o aparecimento de "gênios" que, pelo "espírito da emulação", se sobressairiam diante da massificação (EBSA, 1967, p. 57).

Para Alceu Amoroso Lima, dentro do CFE, talvez numa tentativa de aliviar a pressão da discussão, os "excedentes" eram um problema internacional (EBSA, 1967, p. 64). Isso coaduna com um fenômeno similar acontecido na França em 1968 e analisado por Judt (2007) para quem "tudo vivia lotado" (Judt, 2007, p. 50). O pesquisador demonstrou que, numa época de crescimento econômico e prosperidade, o maior problema enfrentado pela Europa, "não era como alimentar, vestir, dar moradia ou empregar o número crescente de jovens, mas como educá-los" (Judt, 2007, p. 48).

Tempos mais tarde, a *Revista* EBSA vai informar que o Ministério da Educação estava preocupado com os estudantes que recorreram às

¹²⁸ Transcrito do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 05/10/1967.

universidade em outros países, após a tentativa frustrada de fazer o curso no Brasil. De acordo com o artigo, os alunos saíam do Brasil "decepcionados" e voltavam ao país "humilhados", por conta das hostilidades sofridas (EBSA, 1974, p.64).

De acordo com os discursos da *Revista*, o sentido de "improvisação" do sistema de ensino reforçava a revolta dos estudantes. De acordo com os discursos, um volume acumulado de jovens, ao sair do ensino médio, tinha a expectativa de continuar seguindo a carreira universitária. Isso, segundo a *Revista*, em parte decorrente de uma modificação na "fisionomia social" que tornou a universidade uma instituição "mais próxima" do estudante. Entretanto, havia uma barragem constituída por meio de dois fenômenos educacionais diferentes, que juntos, criaram uma zona de estrangulamento: o primeiro empurrava os alunos para frente durante o ensino médio, já que o debate social quanto aos procedimentos de aprovação e reprovação dos jovens deu indícios sobre a aceleração do fluxo escolar; o segundo barrava-os às portas da universidade. No caso da universidade, vários foram os problemas apontados que condicionavam o bloqueio dos alunos: falta de vagas; empecilhos das mais variadas matizes; o preconceito explícito pela "invasão" da massa estudantil.

Os estudantes politicamente ativos foram apontados na *Revista*, furtivamente, como sujeitos que faziam as manifestações denunciando o mau funcionamento de instituições de ensino. Foram apontados como vítimas de fenômenos sociais e educacionais que foram surgindo por conta desse choque entre os níveis de ensino em um momento crucial de determinação de carreiras.

As manifestações contra o mau funcionamento das instituições de ensino; as denúncias quanto aos desvios de verbas; as críticas empreendidas ao sistema de cátedras; aos problemas relacionados aos excedentes etc. tudo isso, acabou demonstrando que, como "vítimas", sofreram os danos oriundos de problema jurídico e estrutural, ou seja, as disposições esperadas pela Lei, que eram as garantias de prosseguimento dos estudos em ambientes aparelhados para tal fim, não eram de todo atendidas.

Esses estudantes reagiram diante da situação de desorganização e desamparo que esse entrave produziu. E vale destacar que, em EBSA, esse

desamparo foi usado como motivo para que o ensino médio tivesse uma característica de terminalidade. Primeiro, na expectativa de que com esse procedimento os jovens fossem associados mais diretamente ao mundo do trabalho; segundo, porque era uma forma de resguardar a universidade, ápice da "pirâmide seletora", da incursão de alunos despejados pelo ensino médio brasileiro.

Essa condição de desamparo parece ter sido tão forte que até mesmo *O Globo*, em 1964, em mais um dos seus ataques aos estudantes, para fazer defesa de um rigoroso critério seletivo na entrada da universidade, e de uma Reforma Universitária, realizou uma das poucas críticas ao governo militar dentro da *Revista*. De forma sutil, repercutiu aquilo que já era conhecido como uma reivindicação estudantil, a alteração da função da universidade brasileira: a universidade não devia se ocupar com "pseudo-ensino", "deveria liquidar com as "igrejinhas" que mantinham as "universidades estagnadas", deveria "estimular a pesquisa científica e tecnológica". Por fim perguntou: "lhes damos [aos estudantes] condições de estudo e pesquisa?". E depois respondeu: "Não, não lhes damos, o que é um crime de que se deve envergonhar toda a Nação" (EBSA, 1964, pp. 68-69)¹²⁹.

Práticas Escolares e Extra-Escolares

- Os professores

Seja dentro ou fora das escolas, os maiores responsáveis para o fomento da sanha juvenil eram os seus professores. Fossem nas escolas ou nas universidades, residia na relação entre o professor com o seu aluno, tanto a gênese quanto a solução do problema. Primeiro, porque o professor estava promovendo e sendo conivente com os alunos; segundo, porque, em suas práticas escolares, uma parte dos professores estava pregando doutrinas fanáticas por meio de práticas escolares "suspeitas".

Se no capítulo anterior foram observados quais eram os embates dos estudantes para com os seus mestres, nesta parte do trabalho, será observado como os editores de EBSA julgavam a responsabilidade dos professores sobre

¹²⁹ Transcrito de *O Globo*, Rio de Janeiro, 03/10/1964.

tais acontecimentos: o comportamento do professor e as suas práticas escolares.

Em 1962, o Cardeal Arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, clamou pela "cooperação" de professores e alunos, pedindo para que voltasse a "reinar um de cordial entendimento entre alunos e professores (EBSA, 1962, p. 61). Para o cardeal, ele mesmo chanceler da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), era necessário adotar entre professores e aluno a "política da mão estendida". De acordo com o Cardeal, caso isso não se procedesse, o que restaria da universidade seria "a estrutura material de edifícios", mas composta por pessoas estranhas e indiferentes (EBSA, 1962, p. 62).

Para o chanceler os estudantes, pessoas com "interesses pessoais", e mestres, sujeitos com "alta vocação" estavam a "exigir reciprocidade de afetos, empenhos e devotamento". Segundo a percepção do cardeal, alunos e professores nem sempre tinham opiniões idênticas e isso acarretava em discussão política que não era da alçada da universidade (EBSA, 1962, p. 62).

Sobre a relação entre professores e alunos o que estava em jogo aqui foi o posicionamento dos professores diante dos embates sobre a posição da autoridade relatados no capítulo anterior. Também ficou demarcado que havia um tipo de professor que estava disposto a entrar em choque com os estudantes.

O general presidente Castelo Branco, ao se encontrar com estudantes no Rio de Janeiro, em 1964, segundo EBSA, teria dado a sua dica sobre a relação entre alunos e mestres. Para o militar, os estudantes deveriam se amparar na ciência constante e na palavra dos mestres. Estes poderiam ser contraditos, mas com uma argumentação amparada pelo estudo (EBSA, 1964, p. 2).

Em meio às discussões sobre a Lei Suplicy (Lei 4.464/65), o próprio Ministro da Educação, lançando vistas para a redução dos cursos, disse que o problema entre os professores e estudantes residia na falta de tempo para que fosse estabelecida uma "verdadeira vida universitária" (EBSA, 1965, p. 51)¹³⁰.

Nos casos apontados, ficou evidente que havia, entre os professores e alunos, grupos que divergiam. Já discutimos a respeito da crítica empreendida

¹³⁰ Transcrito do *Jornal do Commercio* – Rio de Janeiro, 12/06/1965.

pelos jovens a uma parcela dos professores. Mas, da parte dos professores pouco afeitos às posições de seus estudantes, os autores apontados parecem pedir para que houvesse afeto, "mão estendida" e relações "estreitas e cordiais".

De acordo com o jornalista Paulo Duarte, até aquele momento, a universidade estava repleta de "rinocerontes" "pensionistas", "reitores que ficavam namorando altos postos" enquanto os alunos, seja por "desespero" ou "abandono", procuraram apoio nos "delegados da subversão" (EBSA, 1966, pp. 61-62). Nesse caso, os professores foram vistos como os transmissores dos desafetos, pois foram apontados como professores carreiristas cujas práticas não eram perdoadas pelos estudantes.

Por fim, o autor do texto advertia o Governo dizendo: os estudantes continuavam afastados do governo "por culpa exclusiva do governo" que continuava a apoiar os "pensionistas", porque usavam a cátedra como "trampolim" para ganhar cargos no Governo, o que desanimava os professores sérios (EBSA, 1966, p. 62).

O *Jornal*, do Rio de Janeiro, disse que os professores "se acumpliciaram com a agitação estudantil, quando não a promoveram, por inclinações ideológicas ou porque andavam a cata de popularidade". De acordo com o jornal, a convivência ou a complacência com os agitadores seria agora não apenas um crime contra a Revolução, mas contra os próprios jovens, que a lei deseja ver realmente livres do terrorismo cultural" (EBSA, 1965, p. 33)¹³¹.

Convivência e complacência seriam sinais de "perversão institucionalizada", segundo Corção em outro texto. Por isso, as universidades deveriam se livrar de professores "omissos", os reitores deveriam ser "mais viris" e o governo deveria respeitar a mocidade, não permitindo a permanência deles nos órgãos (EBSA, 1964, p. 64)¹³².

Terrorismo cultural, compreendido, nos dois casos apontados, como a imposição de vontades, partindo de professores para com alunos, e não, da forma corrente que à época tratava da perseguição sistemática aos jornalistas,

¹³¹ Transcrito de *O Jornal* – Rio de Janeiro, 01/07/1965.

¹³² Transcrito de *Folha de S.Paulo* – São Paulo, 05/07/1964.

padres, escritores, editores, artistas, livreiros, professores secundários, professores primários, educadores etc., empreendida pelo Governo¹³³.

Para Flavio Suplicy de Lacerda, dirigindo-se ao "estudantado médio e superior" durante as comemorações de 7 de setembro de 1965, os estudantes foram desviados da "grande finalidade que os levou às salas de aula", por meio de "armas vis e desqualificadas" na tentativa de erigi-los em "classe, à moda marxista". Uma das armas "vis e desqualificadas" era o trabalho do professor dentro da escola (EBSA, 1965, p. 23).

Durante o comentário da eleição obrigatória de representantes discente estipulada pela Lei 4.464, OESP, em 1965, reclamava da "omissão dos professores e da indiferença cômoda das autoridades escolares" que constituíam "um poderoso fator negativo", pois impediam "a criação de novas formas de convivência universitária" dadas pela Lei. Para o jornal, os professores "por descabida presunção ou por infundado receio" procuravam "manter-se alheios aos problemas" que afligiam os estudantes.

Os três comentários, de Corção, Suplicy e Oesp apresentaram ouros diagnósticos sobre a atuação dos professores. Havia os professores omissos, porque eram complacentes diante dos abusos estudantis; fracos, porque não demonstravam a sua posição de autoridade; desqualificados, porque ensinavam um conteúdo equivocadamente e; indiferentes, pois passavam apáticos diante da possibilidade de ensinar outros caminhos aos alunos, que não fosse a "luta revolucionária". EBSA, além de demonstrar quais seriam os motivos para que um professor fosse perseguido, ainda demonstrou que, o professor, como responsável pelas mazelas da Educação, possui um caráter histórico.

¹³³ A expressão *terrorismo cultural* foi criada por Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) para designar os atos de violência dos militares à classe cultural brasileira, instalando o "terror" na rotina de professores, reitores, artistas, livreiros etc.. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, mar.1965. p. 248 e 278

Em OESP, a "omissão dos professores" merecia uma "análise mais pormenorizada", pois não adiantava enquadrar disciplinarmente as associações representativas dos estudantes, já que o "quadro de anomalia política" tinha a ver com os trabalhos dos professores e dos funcionários dentro das instituições de ensino (EBSA, 1965, pp. 34-35)¹³⁴. Portanto, seriam enquadrados todos aqueles que se mantinham dentro de um quadro de "conivência" com os estudantes. E, nesse aspecto, EBSA apresentou evidências de que a família e a escola deveriam ser tornadas órgãos responsáveis pela segurança pública.

- As teorias que circulavam e os livros proibidos.

Independentemente das "transformações políticas sofridas pelo governo brasileiro", a "aceitação do marxismo" continuava "relativamente inalterada", pouco importando que se tratasse de um "marxismo reduzido a algumas fórmulas gerais, geralmente aprendidos em livros de divulgação, entusiásticos e superficiais". Era essa a ideia que OESP tinha do marxismo discutido naquele momento (EBSA, 1966, p. 51)¹³⁵.

De acordo com o jornal, tendo por referência Ernesto Cassier no livro *O Mito do Estado*, o marxismo ensinado nas escolas era uma fantasia, uma tecnologia, "fabricado no mesmo sentido e de acordo com os mesmos métodos utilizados na fabricação das outras armas – metralhadoras e aviões". Para OESP, essa prática funcionava como o "Ministério da Verdade" de Orwell, no livro 1984, ativamente "reescrevendo a história a serviço da propagação do mito" (EBSA, 1966, pp. 52-53).

Por isso, o marxismo infiltrado no meio estudantil era um caso de "sedução", com "forte apelo emocional" e o jovem tendia "a entregar-se a qualquer doutrina fechada, de suficiente prestígio" as suas dúvidas fossem aplacadas (EBSA, 1966, p. 52). Para finalizar OESP pediu o desenraizamento desse tipo de conhecimento, tecnologia de "formas gerais", que gastava as "energias juvenis" a dar "vazão aos contraditórios sentimentos do espírito humano", "da mente e do coração da juventude" (EBSA, 1966, pp. 52-53).

¹³⁴ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/08/1965.

¹³⁵ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/01/1966.

De acordo com Alfredo Gomes, Marx, Freud e Marcuse eram os três teóricos "profetas" que fomentavam na juventude "fórmulas salvadoras" para mitigar os seus "anseios e angústias". Suas teses acabaram "servindo de bandeira aos inconformados, aos avessos à disciplina do trabalho, da lei e da ordem, acabaram fontes de luta, postas em termos de disputa política 'pela vida e por Eros'" (Gomes, 1969a, pp. 2-3). Portanto, para o autor, as "fórmulas salvadoras" buscavam alternativas ao trabalho, disciplina, "da lei e da ordem", postas em termos de disputa política, também para aplacar os anseios e angústias dos jovens.

Marcuse era o nome mais atacado em EBSA, pois era inconcebível que um homem "com os seus setenta anos de idade" se propusesse a liderar jovens, intelectuais, para, ao final, se tornar "o mais subversivo dos 'profetas da juventude'" (Gomes, 1969b, p. 2). Da mesma forma que era inaceitável o "culto à personalidade infantil", vindo da parte de Freud (EBSA, 1970, p. 61). Para o general Araújo Lopes, ao discorrer palestra no Instituto de Educação sobre "As causas das crises estudantis", havia sim uma "negativa influência do filósofo Herbert Marcuse nos meios estudantis do mundo inteiro", sobretudo em *Eros e Civilização* (EBSA, 1969, p. 35)¹³⁶.

Também para o professor-redator, alguns livros poderiam ser entendidos como "cantos de sereia" para ativar os jovens a levantar bandeiras de "revoluções culturais", muitas vezes, para fazer "ressurgir os movimentos juvenis revoltosos do século XIX, como já vimos no capítulo anterior.

Também foi o professor Alfredo Gomes quem listou uma gama de livros que, segundo ele, desencadearam "estímulos" que provocavam e alimentavam "agressividade crescente" dos jovens (Gomes, 1968, p. 5),

A sua explicação sobre a relação dos livros com a revolta juvenil advertia sobre a existência de um grupo, produtor de conhecimento, que alimentava a juventude com teorias que falavam dela mesma. Isso pode ser compreendido por meio da seguinte explicação:

¹³⁶ O General Moacir Araújo Lopes discorreu sobre a "negativa influência do filósofo alemão Herbert Marcuse nos meios estudantis no mundo inteiro" no Instituto de Educação de São Paulo, no Círculo Militar de São Paulo e na Universidade Católica de Campinas em abril de 1969 (EBSA, 1969, pp. 35-36).

São aproveitadores que transferem para a juventude o próprio inconformismo manipulando reações, desencadeando estímulos que provocam e alimentam uma agressividade crescente. E não poucos desses exploradores da juventude estão "conscientizados", "mentalizados", "nilitizados", fazendo ressurgir "consciente ou inconscientemente" o mesmo movimento que deram substância aos livros de Turgueniev ("Terras Virgens" e "Pais e Filhos") de Tchernychevski ("Que Fazer?"). Movimento que foi "um estado de espírito" da "inteligência" criando "grupo de revolucionários realistas pensantes" cujos objetivos eram destruir tudo o que fosse possível de destruição, pois só o que fosse bom resistiria aos seus golpes, acabando-se a "velharia inútil". O lema "golpear à direita e à esquerda". Dele surgiu a vasta "organização secreta" de "jovens" louvados e exaltados por Bakunine, que buscava nos roubos os recursos para a execução dos seus atos de terrorismo, no século XIX. Foram eles, elogiados pelo "paladino da Pré-revolução", o anarquista e discípulo de Proudhon, por Lavrov, seguidor de Marx, e por Tkatchov, acólito de Babeuf e de Blanqui, que levaram aos "Dez dias que abalaram o mundo" e continuam a perturbá-lo (Gomes, 1968, p. 5).

O autor fez menção, de uma forma bastante diretiva e linear, a um universo de referências envolvendo intelectuais, escritores, imprensa, jovens e revolucionários do século XIX. A intenção era a de explicar a formação de um agrupamento consciente, "um estado de espírito" de inteligência, "revolucionários realistas pensantes", os niilistas, que seriam, antes de tudo, os produtores e agitadores de ideias, que teria abastecido duas, até três gerações de revolucionários.

De acordo com o autor, o "movimento de jovens nihilistas" no século XIX, em destaque nos livros de Turgueniev e Tchernychevski, teria se alastrado naquela época e fez com que uma filosofia marcada pela abolição das convenções e tradições fosse absorvida pelos jovens leitores. Segundo o autor, os jovens "nihilistas" passaram a se ocupar em causas associadas. Portanto, houve uma preocupação com as "inspirações" dos jovens. E que os niilistas carregavam bandeiras anti "velharia inútil", batendo com golpes por todos os lados, reverberando uma força que se fazia sentir nos anos 1960 do século XX. Perseguir livros e professores ressoou como uma ideia vinda do passado.

Proibir a alimentação dos jovens com teoria que versavam sobre eles mesmos foi uma preocupação de fundo. Para Gudin, jornalista do *Diário de S.Paulo*, a fundamentação teórica alimentava a raiva dos estudantes com suposições. E um dos artigos escritos em 1970, o autor não aceitou as análises sobre a juventude feitas pela antropóloga Margaret Mead, por Tristão de Athayde e por Dom Helder Câmara.

Para o autor, a invenção do computador não explicava uma "divisão drástica e irreversível entre as gerações", tal como entendia Margaret Mead, porque os jovens brasileiros não tinham contato com essa máquina. A premissa original de se combater uma "violência opressiva" do governo também não explicava o fenômeno da raiva estudantil, da forma como compreendia Tristão de Athayde e Dom Helder Câmara. Isso porque nos Estados Unidos e o Uruguai, países que primavam pela "integralidade do regime democrático", também aconteciam revoltas estudantis, como eram os casos das revoltas das universidades de Berkley, Columbia e Chicago e a "baderna" "tupamaro-estudantil", (EBSA, 1970, pp. 60-61)¹³⁷.

De acordo com o autor, havia um descompasso entre o que os analistas falavam e as forças reais que mobilizavam os estudantes brasileiros, forças essas mais relacionadas à rotina dos jovens – desajustamentos sociais, problemas com os professores, desconsideração dos pais para com a rotina dos seus filhos etc.. Para o autor, o excesso de teorias só aumentava a sensação de que os estudantes tinham mais razão do que realmente tinham. Ademais, além da "perigosa" relação direta entre os intelectuais e estudantes, havia uma relação indireta, da mesma forma grave: tornar os jovens um tema de estudo também deveria ser visto com desconfiança.

Mas será que a circulação de teorias e o uso de livros para e sobre a juventude era tão presente assim ao ponto de causar esse desgosto? Para melhor analisar e medir a confiabilidade dos eventos registrados nas reclamações do periódico educacional com essa história de circulação de uma cultura juvenil autofágica, posta em mobilidade por livros e teorias, eis, brevemente, outras interpretações sobre o período.

¹³⁷ Transcrito do *Diário de S.Paulo*, São Paulo, 27/09/1970.

Ventura (1988) nos informou que havia mesmo um repertório comum a uma geração, não responsabilizando os estudantes pela venda maciça desses livros. Marx, Marcuse, Freud estavam na lista. Mas, além deles, havia: Mao, Guevara, Debray, Lukács, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse e Norman Mailer. Dentre os autores nacionais, foram citados, Caio Prado Jr. com *A Revolução Brasileira*, Celso Furtado, *Um Projeto para o Brasil*, Luis Carlos Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. (Ventura, 1988, p. 54).

O autor também admitiu uma preferência estudantil por livros que davam uma "contribuição prática à pedagogia revolucionária" e para esse caso, foram citados Debray, *Revolução na Revolução*, Os pensamentos de Mao, *Os Diários da Revolução*, Guevara e, *O Vietnã segundo Giap*, de Vo Nguyen Giap (Ventura, 1988, pp. 54-55). Não obstante, houve autores que apresentaram o "uso prático" dos livros, sem que houvesse uma preocupação no aprofundamento da teoria, como um método corrente (Sirkis, 1999, p. 115; Weber, 1999, p. 39; Ventura, 1988, p. 55).

Para Ventura (1988, p. 55) havia um excelente "álibi" para esse método de leitura esquemática, e este vinha de outro livro: *A obra aberta* de Umberto Eco. De acordo com o jornalista, o conteúdo deste livro deu à recepção uma autonomia em relação à emissão, transformando-a em ato intencional, o que gerou uma possibilidade de retirada de sentidos, significados e mensagens "nem sempre vislumbradas pelo próprio autor". Ficou contextualizada a frase "importava menos ler Marcuse do que discuti-lo" (Ventura, 1988, p. 59).

E os livros seriam usados em sala de aula pelos professores, como em exemplos dados no Colégio de Aplicação da UFRJ, no Colégio Brasil, em São Paulo, ou; circulando em grupos de estudos, palestras, seminários, nas casas, nas repúblicas, nos bares etc.. Até mesmo Gustavo Corção teria reclamado da divulgação de uma conferência sobre Herbert Marcuse feito em um "jornalzinho de um dos principais colégios do Rio", "arrancando cartazes" e falando "palavrão" (Ventura, 1988, p. 59).

E mesmo a atitude autônoma do estudante, feita por curiosidade pessoal, não podia ser descartada, pois, como disse o então estudante secundarista Cruz (2007), ele mesmo teria se interessado pelas *Obras Escolhidas* (Marx e Engels), comprando-as em um sebo, para depois não compartilhar essa "verdade" com ninguém, "a não ser indiretamente, com os professores de história e geografia, os quais passei a questionar freqüentemente em sala de aula" (Cruz, 2007, p. 107)¹³⁸.

Em contrapartida, a professora Emília Viotti afirmou que na USP não se tratava de política em sala de aula, pois "havia uma separação bem definida entre o mundo político e o mundo acadêmico". Mas, segundo a depoente, assuntos sobre a Reforma Universitária e outros problemas brasileiros eram temas fora dos horários de aula (Costa, 2007, p. 2).

Portanto, ao que parece, é possível que essas teorias tenham sido tema de aula em sala e, mesmo indiretamente, a política pode ter se tornado tema de discussão. Mas, correto mesmo, era o fato de que a política, como pauta de discussão, ou como motivo para atuação era preferencialmente discutida em espaços que orbitavam o ambiente escolar, espaços de circulação dos estudantes. E mais, que não necessariamente havia o interesse pelo aprofundamento da teoria posta nos livros. Parecia ser mais interessante a fomentação do rebuliço com ideias e táticas revolucionárias.

Em especial, Alfredo Gomes, observava analogias entre as duas situações históricas separadas pelo tempo, os niilistas do século XIX e dos estudantes rebeldes dos anos 1960, porque enxergava semelhanças na forma como os jovens, antes e depois, ao lerem certos livros, se agitavam, já que esta literatura lhes representava com uma potência.

Um dos artigos, entretanto, indicou a existência de mais um problema com relação aos livros lidos pelos jovens e que este não estava diretamente relacionado às "rotineiras" atitudes de desagregação social praticadas pela juventude. No entanto, pode ser visto como um exemplo de como os tópicos usados para a introjeção de uma "mentalidade policial" na escola foram variados.

¹³⁸ Os depoimentos de Alfredo Sirks, Henri Weber e Sebastião Velasco foram publicados em GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. 1999. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Tratava-se da prática de alguns professores de ensino médio em pedir aos alunos um tipo de leitura que chocava os pais. E estes, teriam ido até o Conselho Federal de Educação, por intermédio do Juizado de Menores, tentar impedir o uso de livros. Eram as obras caçadas: *O Primo Basílio* [Eça de Queiroz], a obra de Jorge Amado e de Érico Veríssimo (EBSA, 1965, pp. 42-43).¹³⁹

O jornal *O Globo* foi buscar a opinião de vários autores e jornalistas sobre o assunto, e entre os consensos e as divergências apontou que, os professores usariam o bom-senso com os alunos diante das cenas mais "vigorosas", pois elas podiam "perturbá-los mais do que esclarecê-los (EBSA, 1965, pp. 42-44).

O principal problema da discussão era o conteúdo inadequado para o nível de maturidade dos jovens. Essa era a posição de Dina Silveira de Queiroz e de Gustavo Corção, para quem, respectivamente, *O Primo Basílio* era inapropriado para "olhos inocentes e ingênuos" e a "leitura antecipada", "só poderia ser prejudicial" (EBSA, 1965, p. 44).

Houve quem considerasse inaceitável a reclamação dos pais pela retirada de livros do acervo escolar. Alceu Amoroso Lima, membro do CFE, professor e escritor, julgou que esse caso revelava uma "mentalidade policial, que se pretendia "transplantar para a escola". Já José Guilherme de Araújo Jorge, poeta e romancista, achou a queixa um "absurdo", "falso puritanismo", "injustificável". (EBSA, 1965, pp. 43-44).

Mas todos os entrevistados julgaram que era da competência do professor fazer uso de tais livros e eram eles os responsáveis sobre a seleção do que os jovens deveriam ler e como deveria ler.

A ex-diretora do ensino secundário, professora Lucia Guimarães, por exemplo, preferiu manter a confiança no "tato e no bom-senso dos professores". Mas não sem ponderar que seria "condenável se estes, em sala ou no colégio, preferissem precisamente os trechos mais fortes ou imprudentes das obras naturalistas ou realistas para temas de estudo" (EBSA, 1965, p. 43).

¹³⁹ Transcrito de *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/07/1965.

Aparentemente, a questão da "mentalidade policial" que circulava na escola não vigiava apenas os livros teóricos ou de táticas militares guerrilheiras. Da parte dos pais, foi apontado um rechaço aos professores que desenvolvessem um conteúdo "inapropriado" aos jovens. A despeito do comentário sobre o "falso puritanismo", que já denota um curso das discussões que poderiam ser feitas em sala de aula, foi possível destacar a paranóia diante do planejamento do professor, pois a mera dedução de que os jovens passariam pelos trechos mais excitantes da obra, era um risco.

Fora da escola: um repertório de obras que "comercializa os sentidos".

Para o reitor da Universidade Mackenzie, prof. W. A. Maurer, a discussão de que os alunos poderiam ter participação efetiva na direção da Universidade, só porque a "universidade era feita para o aluno", tinha um problema de "forma" e de "conteúdo".

De forma porque essa ideia era uma "pretensão descabida estribada em um evidente sofisma, impróprio de acadêmicos que já deveriam ter aprendido a respeitar as normas de um raciocínio lógico": sou aluno e por isso posso mandar na universidade. De conteúdo, pois uma "universidade não é uma assembléia política, onde a dialética dispensa o saber, onde os lugares-comuns fazem às vezes de cultura" (EBSA, 1962, p. 59)¹⁴⁰.

A discussão sobre o *slogan* já pontuou a preocupação desse grupo da *Revista* com relação à forma de pronunciamento e uso das palavras. Mas, o *slogan* não era o único problema a ser apontado no período. Falar palavrão e acima de tudo não combinar a fala aos maneirismos adequados durante a expressão também foram um assunto delicado em EBSA.

¹⁴⁰ Transcrito do *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 02/06/1962.

Para Gustavo Corção, a falta do domínio da norma culta da língua portuguesa e os gestos da enunciação durante os discursos eram tão ruins quanto à interpretação dada pelos jovens sobre os problemas estudantis e políticos. De acordo com Corção, ao avaliar o relatório 1960/1961 da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (AMES), constatou que o jovem Nei Sroulevitch, representante da entidade, não devia “ter boas notas em português”, embora tivesse “títulos” para “discorrer sobre os assuntos do universo” (EBSA, 1961, pp. 42-43)¹⁴¹.

Da parte do reitor e jornalista, houve um choque de cultura diante da loquacidade dos jovens e a sua forma de expressão. A expressão retórica dos jovens demonstrava que a capacidade de mobilização das massas, para a ampliação dos movimentos políticos, não estava diretamente relacionada ao domínio erudito da língua. A raiva do reitor do Mackenzie, com o pronunciamento dos estudantes perpassava pelo uso do lugar-comum, visto como uma banalidade, para o convencimento dos demais membros da comunidade escolar.

Essa problematização com os gestos e linguagem dos jovens percorreu a década de 1960 e adentrou os anos 1970. Tanto que para o escritor e jornalista Vivaldo Coroacy, também o jornalista Nelson Rodrigues e, por fim, Alfredo Gomes, redator de EBSA, não aceitavam a “vulgarização do vocabulário”.¹⁴² (Gomes, 1971, p. 5).

O escritor Coroacy, ao discutir sobre as palavras que eram suprimidas ou incluídas em dicionários, levando em consideração as expressões preconceituosas, admitiu que “por via de regra, a grande maioria dos dicionários da língua não registravam os vocábulos obscenos e torpes”, pois havia “sempre um limite imposto pelo pudor e bons costumes à eficiência dos dicionaristas”.

¹⁴¹ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/11/1961.

¹⁴² Citações dos jornalistas, respectivamente: Vivaldo Coroacy, transcrito de OESP, São Paulo 30/06/1961; Nelson Rodrigues, transcrito do *Jornal da Tarde*, São Paulo 04/10/1968.

No entanto, o escritor advertia que o fato de determinada palavra não constar no dicionário, não impedia que elas fossem usadas como "parte integrante da língua". Para o escritor, os "palavrões" não faziam parte de dicionários, mas andavam "quotidianamente poluindo a boca dos garotos" e eram "muitas vezes proferidos em alto e bom som" (EBSA, 1961, p. 65-66)¹⁴³.

Para ilustrar essa argumentação, o autor nos contou a história de Juja, menino que teria frequentado "um dos mais conceituados colégios do Rio" e, "até com certo orgulho" acabou proferindo um palavrão diante da avó: "nome feio que não sabia, deste tamanho". D. Olga, a avó, "quase desmaiou aos ouvir dos lábios puros do neto um dos mais cabeludos e explosivos vocábulos que já houvessem ferido seus castos ouvidos" (EBSA, 1961, p. 65).

Para Nelson Rodrigues uma das práticas características dos sujeitos daqueles dias era "acusar". E para o escritor, para ser "contra", bastava falar um palavrão: "Porque o palavrão é contra sim, o palavrão acusa"¹⁴⁴. Para o jornalista havia pessoas que estavam "acima de qualquer julgamento terreno e do próprio Juízo Final" mesmo falando muito palavrão. Esse alguém era "o jovem" (EBSA, 1968, p. 58)¹⁴⁵. O jovem atravessava "a selva de palavrões" e, de acordo com o escritor, as pessoas, fossem eles o pai, a mãe, o professor, o sacerdote, o sociólogo o poupava. Para o autor, as pessoas ainda não tinham reparado, mas o "jovem revolução":

Não deu um gesto, uma idéia, uma frase. Ou melhor dizendo: deu uma frase, ou seja, a celeberrima "É proibido proibir". E houve um deslumbramento mundial. Foi impressa, cochichada, berrada em todos os idiomas. Uma frase, escassadamente, uma frase – foi o que rendeu, até esse momento, "o jovem" (EBSA, 1968, p. 58).

¹⁴³ Transcrito de OESP, São Paulo, 30/07/1961.

¹⁴⁴ Pode ser visto uma referência ao "palavrão reprimido" da música *São Paulo, meu amor* de Tom Zé, vencedor do IV Festival da Música Brasileira da Record em 1968. Também ficou célebre o artigo "Palavrinhas e Palavrões" escrito por Millor Fernandes para o *Correio da Manhã*, em 31/03/1968. No texto, o autor rebateu as críticas de *O Globo* sobre a sua tradução da peça *A volta ao Lar* de Harold Pinter, afirmando a inevitabilidade do uso do palavrão na tradução já que eram chulas as expressões existentes no original. Sobre os *slogans*, conferir a p. 330-331.

¹⁴⁵ Transcrito do *Jornal da Tarde*, São Paulo 04/10/1968.

De acordo com o escritor, a própria retórica estava em jogo, com as manifestações em forma de jargão. De acordo com a sua posição, o mau uso das palavras não estava apenas registrado na sua pronúncia, na forma como os jovens estavam abordando a sua audiência. Era também, um problema de elaboração das ideias para a argumentação, "gesto", no arranjo que se fazia de tais ideias, "uma frase", na condução da oratória e o preparo antecipado do discurso, "cochichada" e "berrada". Todo o discurso, de acordo com Rodrigues, acabou reduzido a expressões repetitivas, transformadas em legendas. Não havia, segundo o autor, somente um problema de conteúdo, mas de configuração de discurso.

Alfredo Gomes relembrou a conhecida "Oração aos moços", discurso escrito por Rui Barbosa para os bacharelados da turma de Direito da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1920. Por ser um "monumento de vernaculidade", a peça foi defendida como tarefa escolar para ser "estudada por professores e alunos de todas as escolas do país" (Gomes, 1971, pp.5-6).

Na concepção publicada por EBSA, a cultura se desfazia de um conhecimento da Retórica: falava mal, sem propriedade. Estava perdendo uma precisão, o domínio da norma culta. Não recebia os conhecimentos ao estilo "Rui Barbosa" ou sobre "Rui Barbosa" etc..

Portanto, para Gomes, pensando no ponto de vista do estudante, ele estava perdendo uma cultura bacharelesca, estava rejeitando uma herança educacional.

O autor criticou o abandono da "velha, carinhosa e tranqüila conversa brasileira" que passou a ser de "internacionalíssimo diálogo". Para esse autor, lastimosamente: o "curso de atualização" tinha se transformado em "curso de reciclagem", a "inteligência" foi transformada em "inteligentzia" etc.. Para o redator de EBSA, eram mal ensinados nas escolas "o vocabulário" e a "própria construção do idioma" (Gomes, 1971, pp.5-6).

A nova forma de falar não era interessante para o autor, a não ser:

Para exibir desmandos de todos os gêneros, números e graus do "pra frentex", pululam gíria, jargão, pleboísmo, exibindo apenas a ignorância, já posta em termos de normalidade e profundo conhecimento da "língua do povo" (Gomes, 1971, p.6).

Alfredo Gomes sofria porque ele mesmo estava participando de um processo cultural em que vários "dialetos sociais" foram embrenhados e

passaram a ser usados nas mais diversas ocasiões e nos mais variados espaços. O desprezo do autor incidiu sobre ter que conviver com diversos níveis de linguagem – popular, comum, culto "posta em termos de normalidade". No caso da crítica feita neste artigo foi ter que conviver com um tipo de linguagem que o alcançou.

Em 1971, o conhecimento e uso da "língua do povo" pelos jovens era um acontecimento. Fernando Gabeira, em outra conjuntura, disse que o manifesto elaborado pelos estudantes após o sequestro de Charles Burke Elbrick, era uma tentativa "ainda que não elaborada, de fugir da velha lenga-lenga da esquerda", e dos "discursos bacharelescos que não atraíam ninguém" (Gabeira, 1979, p. 114). Vladimir Palmeira registrou que o "linguajar empolado" dos antigos líderes do pré-1964 era "uma desgraça", pois o sujeito fazia "uma aventura literária" que começava com "Camões e terminava em Vinícius de Moraes" (Palmeira, 1999, p. 117).

Para os responsáveis por EBSA, a forma como os jovens estavam falando era ruim, mas a forma como eles estavam se portando era ainda pior, tanto no sentido da apresentação pessoal, quanto no sentido daquilo que era consumido por eles.

Para Alfredo Gomes (1968) havia um repertório, composto de vários atrativos que adentraram a escola e passaram a circular entre os jovens. Da parte de Gomes, a escola era o local do seu aprendizado dos jovens, mas eles buscavam outras fontes de conhecimento. Aparentemente, um conhecimento "ainda" verbalista e de repetição mecânica, "psitacista", estava convivendo com atrações advindas de outros ambientes. Neste caso, o problema vinha do choque entre o advento da comunicação de massa e a carência educacional dos estudantes: sem locais para "aproveitar a energia", com professores "sem preparo pedagógico e didático" (Gomes, 1968, pp. 5-6).

Por um lado, os estudantes eram "ingênuos" por dois motivos: aceitarem o fato de que a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão, o teatro, a "propaganda sensacionalista" terem adentrado no seu universo de referências; terem se transformado em "instrumento de propaganda". Para Alfredo Gomes, houve o reconhecimento de que os jovens tinham se transformado em difusores de mensagens, advindas de diferentes formas de mídias e expressões artísticas. Essa nova e estranha condição de recepção e

comunicação de sensações da qual os jovens são, ao mesmo tempo, alvo, atores e autores, impactou os editores da *Revista*.

Como já dissemos, Alfredo Gomes fez referência indireta ao estudo proposto pela Unesco em 1969, *Con La Juventud*. De acordo com esse documento, eram dois os problemas fundamentais dos jovens em rebelião pelo mundo. O primeiro era o fato de que pleiteavam uma "situação" e uma "consideração" que seria de direito deles. Esse direito se chocava diretamente com a posição do "mundo adulto" em considerá-los como seres em "espera" em uma espécie de "umbral da sociedade". O segundo problema, "de caráter intelectual e moral", tendia a "separar cada vez mais os jovens dos adultos" já que havia uma "cultura internacional especificamente 'juvenil'", oposta ao mundo adulto e que estava disponibilizada pelos modernos meios de comunicação que permitiu um conhecimento juvenil sem fronteiras (Unesco, 1969, p. 15).

O general Moacir de Araújo Lopes, que, em 1969, fazia a sua "peregrinação" em prol da disciplina de EMC, demarcou outras impressões sobre o conjunto de atitudes e reações dos jovens em face do meio social. Para o general, havia um excesso de publicidade e comercial em torno dos comportamentos dos jovens, principalmente com relação às suas manifestações sexuais.

A ideia do "princípio do prazer" desencadeada por Marcuse estabeleceu que a "tomada de poder de decisões dos estudantes" fosse demarcada como "combate à autoridade", "bicote [sic] às provas e aos exames" e a "negação da necessidade de negociações com o Governo" fossem tornadas práticas, incontestáveis e vitais (EBSA, 1969, pp. 35-36).

Em uma dessas palestras, o general associou o uso frequente do "palavrão" ao "princípio do prazer" que teria sido adotado pela cultura *hippie* (EBSA, 1969, p. 36). De acordo com o general, "a flor, o amor, o sexo e a porcária", bem como o "uso de anticoncepcionais e alucinógenos", as "perversões sexuais e o erotismo", eram divulgados "nas artes em geral e nas mais variadas publicações". Para o palestrante, não havia dissociação entre a "incidência do palavrão" e do "descrédito da autoridade e sua desmoralização" (EBSA, 1969, p. 36).

Além disso, o orador se lastimou com o fato de em Nanterre, após a "crise estudantil", terem sido encontradas, segundo ele, "quantidades surpreendentes de anticoncepcionais e sinais evidentes de falta total de higiene". A sua fala definiu, entretanto, que se a princípio essa moral tinha sido adotada por hippies, foi, também, identificada nos estudantes (EBSA, 1969, p. 36). Para o militar, isso significava a tomada generalizada de uma "moral libidinal em execução".

Para o palestrante, as manifestações que evidenciavam um extrapolado uso dos sentidos não estavam dissociadas do choque com as autoridades. Segundo o autor, as relações sexuais tinham se tornado uma questão pública, a sensualidade uma vontade praticada em obediência ao impulso, por gozo, e o uso de pílulas anticoncepcionais era um problema político¹⁴⁶.

Já para o professor Gomes, transformado em uma moda, o livro de Marcuse passou a ser considerado uma nova "investida [sic] 'ideológica'" já que a partir dessa "revitalização do freudismo", a "vagabundagem dos *hippies*" foi tornada uma "consciência pura revoltada contra as imposições, tabus e preconceitos" (Gomes, 1969, p. 5). No ano seguinte, o redator da *Revista* criou a expressão "comercialização dos sentidos" para explicar a exploração, por meio da publicidade, do "erotismo somado à noção da busca do conforto e do prazer, abandonando-se o preceito de procurar vencer com algum sacrifício para progredir, honrando-se moralmente" (Gomes, 1970, p. 5).

Se para os jovens os produtos estavam à disposição, estimulando o ato sexual, extrapolando os limites do "tabu e do preconceito", para o militar e para o professor, era acima de tudo a extrapolação de certos preceitos de comportamento: a relação sexual, de privada, era vista em público; o ato sexual, do controle, passou à prevenção, e os atos ligados ao prazer e conforto imediatos haviam se tornado, uma forma de "consciência pura". Tanto o militar, quanto o professor, formas de autoridade, estavam revoltados com essa comunicação da sensibilidade.

¹⁴⁶ Para Alfredo Gomes, referindo-se aos hippies, o "ser jovem": "Como o ideal [o comportamento dos *hippies*] não era, nem mais podia ser, o 'mens sana in corpore sano' recorreram, à maneira dos agrupamentos primitivos, à música, à dança, como a manifestação de ritos sincréticos, onde se juntavam [e juntam] protesto e lubricidade (Gomes, 1969, p. 4).

O General Araújo Lopes agrupou em uma mesma palestra distintas manifestações juvenis. Associou o comportamento dos hippies às atitudes dos estudantes em Natterre, sugerindo que essa ligação tinha relação com os produtos consumidos por eles, fossem eles legais ou ilegais. Ao final, o general apontou que o consumo entrelaçava jovens de forma ampla. Mesmo com que as manifestações fossem pautadas por objetivos diferenciados, havia elementos que unificavam os jovens, por meio de um compartilhamento de identificações, principalmente visuais, vindas da publicidade. Além disso, o militar observou que, nesse entrelaçamento, havia uma revolução da publicidade que ora dava visibilidades aos manifestos, ora nutria os jovens com produtos estimulantes.

Por caminhos enviesados, tanto o professor quanto o militar demonstraram que os jovens estavam presos a um ciclo. Mesmo que a revolta de ambos passasse pela exploração dos sentidos, já que “sentir” era essencial, ficou manifestada uma venda de produtos que fazia uso das contrariedades entre jovens e velhos e fazia uso do choque com as autoridades.

Posteriormente, Alfredo Gomes demonstrou que o indumento poderia ser reconhecido como a extensão do “conforto e do prazer” para dentro da sala de aula. A "parcimônia do indumento em quase ostensiva exibição das regiões pudendas como o uso de 'frentes 'únicas' e quejandos, sem resguardos internos", das moças e; o "repulsivo e anti-higiênico aspecto capilar, camisas abertas, de mangas curtas, calças semelhantes a calções [...] calçados sem meias, com sumárias sandálias", dos moços, davam a extensão do problema. (EBSA, 1973, p.5).

Alfredo Gomes fez um giro saudoso, voltando ao seu tempo de escola, para reforçar o quanto era chocante ver os estudantes se apresentando na escola despojadamente vestidos.

O professor, em um de seus editoriais, lembrou quando uma das examinadoras do curso noturno, em uma das provas orais, compareceu com traje de baile à escola, para depois seguir a um compromisso social. Para ficar "mais à vontade", retirou o casaco, deixando à mostra as espáduas. De acordo com o cronista, foi "um Deus nos acuda", pois alvoroçou o colégio: inspetores comunicaram à diretoria sobre a perturbação que a professora causava aos discentes; curiosos se juntaram na sala; a disciplina escolar foi ameaçada etc. Ao final, a professora, devidamente advertida, "cobriu-se como convinha" (EBSA, 1973, p. 4).

Mas, os responsáveis por EBSA e os autores publicados em suas páginas não eram os únicos que pareciam descontentes com os "exageros prejudiciais à formação dos jovens" (EBSA, 1971, p. 276). Três relatos emitidos pela *Revista* demonstraram que, em algumas localidades do país, teria havido repercussões sobre a apresentação pessoal dos estudantes.

De Curitiba, um diretor de uma escola profissionalizante enfatizou, segundo o relato, a "falta de higiene e libertinagem" de alunos que usavam cabelos compridos, citando a ocorrência de um jovem "que quase encontrou a morte ao ter a cabeleira enrolada na furadeira elétrica". Do Rio de Janeiro, o diretor de "um importante estabelecimento de ensino particular" teria determinado que só pudessem "frequentar as aulas os alunos de meia cabeleira e barbeados".

Também no Rio de Janeiro, um diretor acrescentou que rapazes de cabelos compridos eram "desajustados" e que só permitiria o uso de cabelos compridos pelos moços se "o uniforme escolar fosse abolido", pois não queria que houvesse a menor relação entre aqueles "transtornados" e a escola em questão (EBSA, 1971, p. 32). Ali, ficariam proibidos "cabelos compridos, barbas e bigodes", nem "calças boca de sino, pulseiras, correntes e outros enfeites caracteristicamente femininos".

Já em São Paulo, em duas escolas diferentes, os editores detectaram alguns problemas sobre o comportamento das jovens, uma por causa da "modéstia do vestuário" (EBSA, 1971, p.47); a outra, por conta das alunas de "saías demasiadamente curtas, que encontraram modelo entre as próprias professoras" (EBSA, 1971, p. 39).

Essa noção de "comercialização dos sentidos" estava associada ao ódio desse grupo pelos "chavões" e "slogans", a alternância do padrão estético advindo das manifestações juvenis que criaram e foram mostruários da moda, às revelações evidentes do corpo ou de partes dele. Comercializar os sentidos significava, para a *Revista*, distribuir visualmente, pelos mais variados meios de comunicação, um estilo de vida que envolvia a forma de falar, de se vestir, de se comportar diante do público. O que ficou evidente nos discursos foi a existência de um entrelaçamento de estilos, que, segundo eles, não deveria se combinar.

Para os editores de EBSA, e especialmente Alfredo Gomes, as sensibilidades resultantes de estímulos vindos por meio de ideias interpretadas de forma enviesadas; a aceitação da mensagem publicitária como modelo de comportamento; a entrada dessa cultura "comercial" na escola era simplesmente chocante. Mais do que isso, na escola, a identificação dos estudantes por meio das roupas diferentes; o docente que era vitrine daquela moda despojada; os atos de "consciência pura" de alguns, tornados uma propaganda para os demais estudantes, era ousado demais.

Na *Revista*, tal aversão a essas apresentações juvenis perpassou toda a década de 1960 e adentrou a década de 1970, mas teve nuances diferenciadas. Se até 1968, a *Revista* se concentrou em atacar os estudantes mobilizados politicamente, seja dentro ou fora do ambiente escolar. Após 1968, embora continuasse a atacar a política estudantil, os artigos passaram à ofensiva aos estilos juvenis e a relação disso com o mundo escolar.

Como reparar os "desvios" da juventude estudantil?

Como já dissemos, algum tempo antes do Golpe Militar de 1964, e das discussões sobre a Lei Suplicy, em EBSA, já havia um clamor para que as atividades políticas fossem extirpadas dos grêmios estudantis e das escolas. Várias foram as mensagens publicadas que demonstravam o descontentamento do grupo publicado em EBSA para com os atos estudantis feito por meio dos grêmios.

Recuperar o estudante brasileiro, fazê-lo "retornar" daquilo que era considerado um transvio, foi tornado mote das discussões, um projeto que corria em paralelo aos atos políticos estudantis criticados pela *Revista*.

De um lado, havia a necessidade de cercar os envolvidos pela educação dos jovens – pais, professores – tornando-os responsáveis ou criminosos, de acordo com o tipo condução essas personagens dessem ao empreendimento de resgate. Por outro lado, disseminando a crença de que grêmios estudantis poderiam funcionar, desde que funcionando de acordo com um padrão previamente estabelecido. E, por fim, criando dispositivos que apartassem as práticas "desviantes" dos exercícios estudantis "apropriados", Perseguir o estudante foi tornado uma prática pedagógica nos discursos, mas abstrair do movimento estudantil aquilo que era considerado "válido" também foi um projeto.

O papel dos responsáveis pela Educação: Criar uma "relação segura dos jovens com a vida".

A primeira advertência aos responsáveis pelos estudantes tinha um formato caricato. Ao falar de jovens que praticavam "atos anti-sociais" o juiz Alberto Augusto Cavalcante de Gusmão, do Juizado de Menores da Guanabara, em outubro de 1961, apontou quais eram as medidas de "repressão" a esses atos no processo de "dinamização" das atividades do Juizado. Uma delas foi anunciada no sentido de "suspensão e mesmo, quando for o caso, da cassação do pátrio poder dos casos da juventude transviada". No texto, o juiz dizia que um dos transvios de jovens também estava relacionado ao furto de "motonetas e automóveis na Guanabara" (EBSA, 1961, pp. 38-39). Pelo documento, quando se verificasse a necessidade "da parte dos pais as atenções e cuidados impostos pelo legítimo exercício daquele direito", isso denunciava a existência de ato antissocial. O manifesto político, também podia ser interpretado como crime que alcançava os pais.

Em um artigo de colaboração registrado em 1961, a professora Dulce Dantas, asseverou: *Como conseguir a disciplina dos jovens*. Para a professora, as "pessoas mais velhas", educadores e pais, eram da "maior importância", pois ambos tinham a "força do contágio" como um método de transmissão de conhecimento. Essa força poderia se valer "tanto para o que é bom e útil, como para o que é prejudicial", por isso, o ato da transmissão demandava certa

cautela. O "exemplo dos pais" entrava nesta categoria, porque imprimia pela "força do hábito e do exemplo" condutas boas ou ruins.

A autora repassou uma série de aconselhamentos para pais e professores. A professora não autorizava o uso de castigos físicos violentos, porque criavam "sentimentos de revolta, de vingança, ou ainda, aceitação passiva e covardia diante do mais forte". Porém, admitia o uso de advertências e as "privações de regalia" aplicadas no momento da falta. Isso para que o jovem tivesse a "consciência das responsabilidades dos próprios atos" e associar o castigo ao ato cometido. (Dantas, 1961, p. 76). Para a autora, era a "firmeza" dos pais e educadores "no cumprimento das penalidades e na exigência mesma do cumprimento das normas" a essência no processo educativo. (Dantas, 1961, pp. 75-76).

De acordo com a autora, era necessário ter claro que, independentemente do "temperamento do menor", as medidas preventivas e corretivas deveriam ser estendidas, sem exceção, em "benéfico da unidade do grupo" e elas deveriam apelar "à razão" do jovem (Dantas, 1961, pp. 76-77).

Para a professora, o "jovem disciplinado" era aquele: que cumpria "as normas e os regulamentos porque o fez corresponder a uma necessidade pessoal, interior"; sujeito capaz de fazer com que a lei externa encontrasse "ressonância no seu pensamento, na sua sensibilidade, no seu julgamento"; pessoa que exteriorizava "no cumprimento da norma, do regulamento, o que interiormente aceita" (Dantas, 1961, pp. 78). Ao final do texto, a "autodisciplina, a "disciplina de si e por si, independente da força de coação da intervenção externa", era o resultado dessa educação (Dantas, 1961, pp. 78).

No entanto, segundo o texto, o fundamental "era ajudar o jovem a atingir a maturidade adulta para o qual todos se encaminham" e "ter o cuidado de não conferir responsabilidades acima da capacidade de cada um, antecipando obrigações com preocupação de tornar crianças pequenas, adultos em miniatura". Ter a presença de uma pessoa adulta, "responsável", que orientasse o processo de educação dos imaturos; dando o "reconhecimento permanente da autoridade" era importante para que o jovem assumisse as "conseqüências dos atos deliberadamente objetos de uma escolha" (Dantas, 1961, pp. 77-78).

Em outro texto, a mesma professora Dantas, seguiu demonstrando que tanto os grupos artificiais, como os intermediários e naturais, poderiam se aproveitar de maneira muito positiva do "movimento gregária [sic] do adolescente", para iniciá-lo no "espírito da ordem". Segundo a autora, seja em grupos "artificiais" ou "espontâneos", a presença de um chefe adulto, poderia contribuir para que os "interesses naturais" dos jovens pudessem ser "espontâneos". Para a autora, os jovens estariam abertos ao conhecimento porque, após o período da puberdade havia a época quando os jovens buscavam identificação em outras pessoas além do lar. (Dantas, 1961, pp. 55-56).

Para o caso da educação "para-escolar" era importante a presença de um professor ou de um encarregado de atividades extra-classe. E a atuação desses profissionais deveria ser "discreta e distante" a fim de que os alunos tivessem "bastante oportunidades para desenvolver sua a capacidade de iniciativa e comando, sentindo-se mesmo responsável pelos resultados do trabalho do grupo" (Dantas, 1961, p. 56). Os exemplos de atividades juvenis modelos seriam o "escotismo, bandeirantismo e outras associações juvenis" (Dantas, 1961, p. 55).

Em julho de 1964, Alfredo Gomes, ao analisar o projeto de lei que dispunha sobre as organizações estudantis recomendou à mocidade que tomasse "ciência dos problemas nacionais" no exato momento em que eles se apresentassem e se desenvolvessem. (Gomes, 1964, p. 4). Para o autor o "desvirtuamento" das entidades estudantis, meninos agindo como homens, passou "a constituir uma das mais sérias preocupações dos educadores e dos homens de senso" (Gomes, 1964, p. 1).

Um ano mais tarde, em 1965, o tom de *O Jornal*, copiado em EBSA, era diferente. No texto, o jornal advertiu os "pais e responsáveis" a fim de que eles se capacitassem de seus encargos já que não haveria "complacência com os faltosos" no caso de mau comportamento dos estudantes. No artigo, a união entre professores, alunos e intelectuais, seria um movimento "anti-revolucionário". Dessa forma, ao Governo cabia "agir, no sentido de reclamar o mais absoluto respeito às leis, aplicando aos faltosos as punições previstas"

(EBSA, 1965, pp. 51-52)¹⁴⁷. Os pais, diante de tal aviso, poderiam ser responsabilizados por ausência no cumprimento de suas funções, que, neste caso tinha a ver com "contra-revolução".

Um mês depois, *O Jornal* clamou pela responsabilidade dos reitores das universidades brasileiras, a partir de um apelo do Ministro da Educação Flavio Suplicy, para que houvesse o "esclarecimento do estudantado no sentido de fazê-los cumprir as disposições legais referentes à reestruturação dos órgãos acadêmicos". Para o jornal, os reitores tinham se tornados cúmplices dos estudantes, e a "convivência" ou a "complacência" diante da Lei, era um crime.

O "terrorismo cultural" dentro das cátedras passou a ser visto como ato contra-revolucionário e contra os próprios jovens (EBSA, 1965, p. 33).¹⁴⁸ Jovens, pais e professores estavam enquadrados, por conta de possíveis crimes ocorridos dentro da casa e da escola. O termo "terrorismo cultural" foi usado em um periódico educacional para ameaçar pais e professores. Isso demonstrou a suscetibilidade da escola sobre os usos que se faz dela. Nesse caso: local de prevenção e de correção de "crimes".

Um ano mais tarde, Gustavo Corção escreveu em o *Diário de Notícias* que, no Brasil, a "maioria dos estudantes" era de "moços normais", mas que era "inegável" que a "minoridade de anormais" era mais "ativa". Segundo o autor, não haveria "coleguismo" que pudesse impedir uma "campanha de purificação dos meios universitários dos agentes comunistas", e que, por isso, os estudantes deveriam "compreender e ver com simpatia" as medidas governamentais que proibiam "as reuniões de caráter descaradamente comunista" (Corção, 1966, pp. 42-43).

Pais, professores, reitores, governantes, colegas todos eles tinham uma responsabilidade para com a educação dos jovens. Por aconselhamento, a *Revista* achou justo que todos educassem os jovens com "firmeza", "castigos justos", visando a criação de uma autodisciplina, a lei interna que não exigia freios externos. No entanto, cada vez mais foi divulgada a possibilidade de que os tais freios externos fossem usados. Havia uma enunciação de que leis simbólicas estavam morrendo, daí o pedido ávido por leis reais.

¹⁴⁷ Transcrito de *O Jornal*, Rio de Janeiro, 09/06/1965.

¹⁴⁸ Transcrito de *O Jornal*, Rio de Janeiro, 01/07/1965.

Da mesma forma, todos os responsáveis, passaram a responder uns pelos atos dos outros. O sujeito teria que reconsiderar a sua própria conduta, já que, por meio dela, seria feita a vigilância daqueles mediados por ele. Nos filhos e estudantes deveria ser estimulado: o clima de participação ativa; o conhecimento dos "problemas nacionais" de forma adequada; uma educação para-escolar que não abrisse mão das atividades em grupo, já que inevitável, mas que elas fossem organizadas por meio do planejamento dos adultos.

Criar uma "relação segura com a vida" para os estudantes podia significar: ser educado por meio de uma vigilância ao mesmo tempo ostensiva e privada.

Grêmios Estudantis: A alteração no formato

Essa desconfiança para com o funcionamento de uma educação extra-escolar em forma de grêmios existia antes mesmo dos anos 1960. Na EBSA, de forma retrospectiva, foi publicado um editorial analisando o veto do então Ministro da Educação, Clemente Mariani, ao acesso de estudantes secundaristas junto à sede da UNE na Praia do Flamengo. Com esse veto, o Ministro buscou impedir a abertura de uma associação de estudantes secundaristas junto aos estudantes universitários (EBSA, 1961, p. 2).

Em EBSA essa ligação entre estudantes mais velhos e mais novos era vista como uma "exploração psicológica de menores". Esse editorial deu indícios de que, parte dessa relação se dava por causa do grande número de estudantes secundaristas que, "por desajustamentos sociais e econômicos", já havia excedido a idade de permanência no ensino secundário. Sendo mais velhos, julgavam ser representantes de toda "classe estudantil" nos ginásios, que, por sua natureza era destinado a adolescentes. De acordo com o editorial, esses estudantes eram atraídos para a UNE, primeiro porque a sede estava situada em um "ponto central", depois, por causa do restaurante, e por fim, por conta das campanhas empreendidas pela entidade. (EBSA, 1961, p. 3).

Em outra crônica, os editores da *Revista* julgavam que as entidades estudantis, durante o governo de João Goulart, passaram por "desvirtuamentos" (EBSA, 1964, p. 1). Como atividade extra-escolar, os diretórios acadêmicos, poderiam atuar de forma "benéfica ao progresso da universidade" e deveriam manter-se "fiéis às verdadeiras finalidades, adstritas à obra educativa da universidade" (EBSA, 1964, pp. 4-5).

Quando da elaboração da Lei Suplicy de controles das entidades estudantis, em abril 1964, um artigo de OESP pedia para que seus leitores não desanimassem diante da empreitada de "tão ínfima minoria de jovens" corrompidos, pois eles deveriam ser reduzidos ao "silêncio e à imobilidade" (EBSA, 1964, p. 61)¹⁴⁹.

O mesmo artigo, no entanto, estimulava os leitores à crença "dos valores da mocidade", lembrando-os de que no Brasil havia uma juventude "desinteresseira e generosa". E aos "lídimos representantes da juventude estudiosa", iriam "resistir a todas as pressões espúrias tendentes à reconquista das posições perdidas pelos que vinham traindo a nação" (EBSA, 1964, p. 61).

Logo após o Golpe Militar havia, portanto: jovens "bons", "generosos", com "pureza", espírito "juvenil" e; havia jovens "maus", "mascarados", "mercenários da escravidão vermelha". E, ao partir em defesa das associações estudantis da forma como estipuladas na lei, o artigo publicado por OESP, reforçou:

na sua origem, tiveram essas entidades objetivo eminentemente recreativos, mas muito em breve, a maioria delas, a par de outras atividades de maior significação, como as de ordem cultural e assistencial, passaram a exercer ação caracteristicamente política (EBSA, 1964, p. 58).

E o problema principal, de acordo com o artigo, nem seria fazer "política" dentro dos Centros Acadêmicos, pois "nada a estranhar nem censurar nessa evolução", pois:

De censurar e estranhar seria a indiferença, pela política, da juventude nelas congregadas e que nas escolas superiores se preparar não só para as suas futuras atividades profissionais, mas também, sobretudo, para colaborar com a sua educação e o seu saber no desenvolvimento político da comunhão nacional (EBSA, 1964, p. 59).

¹⁴⁹ Transcritos, respectivamente, de OESP, São Paulo, 28/04/1964 e 29/07/1964.

Portanto, para OESP, havia um tipo especial de política. Ela deveria desenvolver um espírito de solidariedade tomado como forma de colaboração para a própria educação.

Essa condição de desvio pode ser observada com clareza no artigo "Notas e Comentários" do *Jornal do Brasil* em junho de 1961. De acordo com o jornal, a ideia de representações estudantis instituída durante a Reforma de Francisco Campos foi "magnífica e se inspirava nos melhores postulados pedagógicos". A ideia de participação direta na "vida técnico-administrativa do estabelecimento" a fim de estabelecer "uma ponte entre os corpos discentes, administrativo e docente, com o objetivo de se esclarecerem mutuamente" visando a fins "igualmente comuns e construtivos", era muito boa, segundo jornal. Entretanto, naquele momento, estava ocorrendo uma "inversão de valores", pois, segundo o jornal, a presença do "estudante profissional" extrapolava a ideia original (EBSA, 1961, pp. 73-74)¹⁵⁰

Em EBSA a "deturpação" dos grêmios estudantis era tudo o que escapava daquilo que, em 1960, havia sido delegado durante o VI Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.

Com relação ao ensino médio ficou estabelecido no Congresso, por exemplo, que os membros das escolas de grau médio como uma "micro-sociedade", deveriam se interessar por atividades extra-curriculares e complementares "adequadas", assim consideradas caso fossem incentivadas pela Direção da escola, ou por meio da "assistência" da Orientação Educacional do professorado e das Associações de Pais e Mestres.

Sobre a forma de atuação representativa dentro da escola, os credenciados pelas instituições de ensino particular deixaram resolvido:

O ensino de grau médio é destinado a pré-adolescentes, a menores, portanto, não se justificando que organizações estudantis, extra-escolares, transpondo direitos e obrigações das famílias falem em seu nome perante as autoridades e a opinião pública, como se estivessem realmente investidas de um mandato representativo que lhes não foi confiado por quem de direito (EBSA, 1960, pp. 43-44).

Segundo essa concepção a política feita nas escolas, era um ato totalmente vazio. Nas escolas, os estudantes intervinham naquilo que era de direito e dever da família e se portavam como representantes diretos de um

¹⁵⁰ Transcrito do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08/06/1961.

grupo de "menores", que não tinha direitos. Portanto, politicamente, eles não tinham nada.

Para Alfredo Gomes, política deveria ser feito em "organismos próprios" que eram os partidos, cujos departamentos estudantis deveriam ser "vitalizados". Para o autor, havia um número suficientes de partidos para "satisfazer a todas as tendências" (Gomes, 1964, p. 4).

No início do mês de julho de 1964, em artigo publicado na FSP, o jornal apontava para a existência de grêmios estudantis atuando, segundo o artigo, corretamente, e rechaçando a existência do "estudante profissional". Segundo o jornal a atuação dos grêmios "em muitas escolas continuou boa, participando os estudantes ativamente de trabalhos de indiscutível sentido social" (EBSA, 1964, pp. 63-64).

O jornal admitiu que o estudante brasileiro tinha motivo para se orgulhar de "bandeiras" já levantadas: "esforços da alfabetização em favor do interesse nacional, suprimindo falhas oficiais, de caravanas de objetivos sanitários, de obras de assistência social, de altos e belos gestos de solidariedade".

No final da década de 1960, a juventude "boa", "estudiosa", "democrática" devia se voltar para a "realidade brasileira", e como sugeriu Alfredo Gomes em junho de 1968, "oferecendo o que pode ser dado, contribuindo, contudo, para alfabetizar e educar o adulto; atender na conformidade dos recursos às populações urbanas e rurais, nas soluções dos problemas da educação e ensino [...]" (Gomes, 1968, pp. 3-4). Por outras formas, a intenção era propor à juventude, o que, em termos, já era feito de forma autônoma pela UNE no início dos anos 1960.

No entanto, no artigo, o ganho dessa luta foi transferido mais para uma "mocidade" e menos para os "estudantes", "pois tantas das qualidades que acabamos de apontar são expressão do entusiasmo e da independência dos moços" (EBSA, 1964, pp. 63-64)¹⁵¹.

E nessa mesma perspectiva, a de realçar o entusiasmo dos jovens pela ação, seguiu o Presidente da República, Marechal Costa e Silva, durante o V Fórum dos Reitores das Universidades Federais em outubro de 1964. O Marechal discursou afirmando que não havia incompatibilidade entre os

¹⁵¹ Transcrito de *Folha de S.Paulo*, 05 de julho de 1964.

estudantes brasileiros e o Governo e que jamais teria havido impedimento sobre a participação da juventude no "debate dos grandes problemas nacionais". Para o militar, a "mocidade estudantil com os transbordamentos e os entusiasmos tão próprios da juventude" deveria se sentir "chamada para participar e influir nos rumos do país" (EBSA, 1964, p. 63)¹⁵².

No entanto, de acordo com o marechal essa participação deveria ser "rodeada de cautelas necessárias para que os resultados, em vez de benefícios" não fossem "perniciosos à própria vida universitária". Por esse motivo, cumpria buscar os "setores estreitamente vinculados à subversão": "localizá-los e detê-los" (EBSA 1964, p. 63).

Em EBSA, o jornalista Paulo Duarte, dois anos mais tarde, foi quem primeiro defendeu a ideia de que era necessário apartar os estudantes em dois grupos, pois nem todos os estudantes tinham o "fito de implantar a intranqüilidade no país" (EBSA, 1966, p. 60)¹⁵³. Para o autor "queiram ou não queiram, o estudante era naquele presente momento um elemento de "alta importância na vida coletiva". Nesse caso, para o jornalista, não era possível a "amputação do braço sã" impunemente (EBSA, 1966, p. 62).

Esse sentido de "desvio" que tanto preocupava os cronistas publicados em EBSA pode ser exemplificado a partir do estudo de Pérez (2007) sobre a atuação da Juventude Estudantil Católica Feminina (JECF). De acordo com a autora, a JECF, braço feminino da Juventude Estudantil Católica (JEC) dentro dos colégios secundaristas, foi, em primeiro lugar, instituída como órgão estudantil por controle da Ação Católica, na forma de organização juvenil sob a autoridade dos adultos¹⁵⁴.

Com base na Doutrina Social da Igreja (DSI) a Ação Católica era o nome dado ao conjunto de práticas e ações criados pela Igreja Católica no século XX, pensando na ampliação de sua influência na sociedade, por meio da inclusão de setores específicos do laicato, na busca do fortalecimento da fé religiosa. A DSI tinha por finalidade fixar princípios, critérios e diretrizes gerais a respeito da organização social e política dos povos e das nações.

¹⁵² Transcrito de *O Globo*, Rio de Janeiro, 07/07/1964.

¹⁵³ Transcrito de *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24/04/1966.

¹⁵⁴ Retirado do Compêndio da Doutrina Social da Igreja, disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html, em: 17/10/2009.

Com relação às sociedades modernas a DSI considerava que a "a norma fundamental do Estado" deveria ser a "prossecução da justiça" e que a finalidade de uma justa ordem social era a de garantir a cada um, em respeito ao "princípio da subsidiariedade", a "própria parte nos bens comuns".

Deveria ser compreendido como "princípio da subsidiariedade: o respeito, a liberdade, a proteção e a vitalidade dos corpos sociais intermediários, tais como, a família, associações quaisquer, entidades culturais, econômicas, e outras que poderiam ser formadas "espontaneamente" no seio da sociedade. Por "bem comum" entendia-se: "O conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um dos seus membros atingirem de maneira a mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição". O bem comum tinha que ser entendido como uma "responsabilidade de todos".

A Ação Católica teve como meta estimular, principalmente a partir do final dos anos 1950, a fundação de organizações estudantis com o argumento de tentar melhorar a qualidade de ensino no país, inculcando nos jovens, via escola, a ideia de trabalho solidário sem filiação, nem política, nem partidária. Mas, ao mesmo tempo, buscar o "protagonismo juvenil na evangelização" e a "compreensão da autonomia da missão dos leigos" de forma a despertar "para a ação e pela ação" um "movimento de líderes naturais" despertados pelos problemas do meio social (Pérez, 2007, pp. 51-52).

De acordo com Pérez (2007), a despeito da fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CBBB), em 1952, que reordenou a hierarquia eclesial, manteve-se a ideia de afastar o engajamento político dos movimentos de juventude vinculados à Igreja. E o que houve foi uma progressiva tendência dos grupos vinculados à JEC em se conectar à Juventude Universitária Católica (JUC), às lutas, partidos e teorias políticas (Pérez, 2007, p. 62).

É importante dizer que a JUC era o órgão dentro a Juventude Católica que "mais entrava em conflito com a hierarquia da Igreja" por conta dos impedimentos ao engajamento político dados pela hierarquia eclesiástica (Pérez, 2007, p. 62). Aldo Arantes, 24º Presidente da UNE, era *jucista* e foi eleito com o apoio "da esquerda da JUC" (Arantes, 1980, p. 14) que, no início dos anos 1960, era a linha majoritária dentro dos congressos da entidade. A coligação de "esquerdistas", socialistas cristãos, da JUC, mais tarde se tornaria a Ação Popular (AP), grupo que, não admitia "a prática de violência", mas que, a partir de 1967, seguiu pela linha do "maoísmo ortodoxo e dogmático de modo fanático" (Groppo, 2007, p. 236).

Todos os apelos contrários ao funcionamento dos grêmios, em EBSA, foram pronunciados na esteira da discussão e implantação da Lei Suplicy. O que esses apelos escondiam era o fato de que a Lei Suplicy foi usada como dispositivo para cercar os estudantes de forma a desautorizá-los nas suas práticas autônomas, desvinculadas dos adultos e de órgãos de controle, fosse ele faculdade, escola, instituto etc..

Quanto ao conteúdo dos debates, foram estipulados os temas apropriados: "temas técnicos", temas ligados à "tradição estudantil", "complementação e aprimoramento da formação universitária etc., e os temas vetados: "propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Sobre o cerco aos responsáveis pelo ensino seriam advertidos com "falta grave" diretores de faculdade ou escola e reitores de universidades por todos os atos considerados de omissão e tolerância que permitissem ou favorecessem o descumprimento da Lei. Além disso, sob o regimento das instituições pesou o encargo pelo funcionamento, domínio de atividades e controle do orçamento das associações.

Da mesma forma, os estabelecimentos de ensino médio (Art. 18 – parágrafo único) somente poderiam constituir um grêmio com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas. Já as atividades deveriam se restringir aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo "sempre ser assistido por um professor" (Lei nº 4464 09/11/1964).

Deste modo, no momento de sua produção, e pensada grosso modo, a lei foi criada com esse viés que apelava para os "bons trabalhos estudantis"

sem o impedimento da participação da juventude no "debate dos grandes problemas nacionais".

Contudo, uma vez promulgada a Lei, podemos observar uma série de obstáculos que foram desconsiderados pelos cronistas que pregavam o seu estabelecimento. A ideia de dar fim às associações estudantis, nunca foi descartada.

Foi desconsiderado que os reitores e diretores podiam simplesmente vetar a existência de entidades estudantis no regimento para que não sofressem as sanções. Isso, descontado o fato de que, dado o controle acirrado que a lei previa havia a possibilidade de que, entre ser vigiado, e proibir o funcionamento do grêmio, os funcionários das escolas poderiam preferir a segunda opção. Também os grupos estudantis simplesmente poderiam ignorar a Lei e dar seguimento com as atividades, mesmo que fora da Lei. No momento de realização do que foi aventado pela Lei, por conta, algumas de suas cláusulas, vários órgãos estudantis foram fechados.

Mas nos discursos de EBSA, reorganizar os grêmios passou a ser enxergado como um plano pedagógico. Os discursos, entendidos como uma interpretação da Lei, apontaram para outro lado: foi criada a possibilidade de uma atuação "conveniente" para os grupos estudantis. Os grêmios, controlados por adultos, com tarefas voltadas para atividades consideradas "produtivas", com trabalhos relacionados diretamente às práticas escolares etc..

Esse plano de constituição de grêmios controlados foi bem aceito por alguns sujeitos, como no caso das senhoras do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e do reitor da USP em 1964. As senhoras representantes do MAF, em julho de 1964, movimento com sede em São Paulo¹⁵⁵, aplaudiram a decisão do Ministro da Educação, Flávio Suplicy diante da reestruturação dos grêmios estudantis. Segundo um telegrama enviado pelo grupo ao Ministro e publicado em EBSA, dizia as senhoras sobre seu convencimento no processo de "recuperação" da juventude desorientada (EBSA, 1964, p. 62).

Logo a seguir, foi publicado em EBSA um comunicado do reitor da USP, professor Gama e Silva, dizendo que a extinção da UNE não "implicava

¹⁵⁵ Declarado serviço de utilidade pública pelo Decreto-Lei nº 61.250/67.

em um cercamento da liberdade acadêmica"¹⁵⁶. De acordo com o reitor, pela Lei que passaria a regulamentar os órgãos estudantis, poderia haver "órgão central de estudantes" sem que esse estivesse "ligado a grupos políticos". Para o reitor, a participação dos estudantes da política era uma "necessidade". Mas, o reitor, como muitos outros, não aprovava que "as entidades de classe a que pertencem" tomassem "posição sobre teses polêmicas" (EBSA, 1964, p. 62).

O anteprojeto de Lei, redigido pelo Ministro da Educação Flavio Suplicy de Lacerda, para a organização das representações estudantis, acabou congregando esse anseio conjunto de organização do "bom estudante". E de acordo com o parecer do relator o bom estudante deveria pensar em seguir "um correto percurso do currículo escolar" já que o verdadeiro "líder político" não se afastava de suas obrigações escolares (EBSA, 1964, p. 63).

No plano político, o descarte das lideranças estudantis e/ou partidárias e todos aqueles que estivessem sob suspeitas de crimes contra a Segurança Nacional dentro das instituições de ensino foi jogado para a instância judicial: eles eram um caso de polícia. Estavam reduzidos à "imobilidade", e o sentido da ação era a de "encontrá-los e prendê-los". No entanto, como plano pedagógico o anteprojeto passou a valer para aqueles que foram classificados como "bons estudantes", fossem eles alheios à política estudantil ou sujeitos que voltassem ao "curso normal" da vida.

Para finalizar a exposição de motivos do anteprojeto de lei, o relator falou de uma "preservação do verdadeiro sentido das atividades extracurriculares", eram elas: 1) "prestigiar a representação legítima do corpo discente junto a todos os organismos universitários", entendendo como "legítima" aquela que for eleita pela obrigatoriedade de voto; 2) "fortalecer a autonomia da Universidade e incentivar o espírito universitário, resguardando a ordem e a serenidade, imprescindíveis para o trabalho intelectual formativo da universidade"; 3) "obstar que essas atividades complementares prejudiquem a

¹⁵⁶ Luis Antônio Gama e Silva: Nascido em Mogi Mirim, São Paulo, no dia 15 de março de 1913. "Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado, redator político e professor de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (SP). Entre 1963 e 1966, foi reitor da USP. No dia 4 de abril de 1964 foi nomeado Ministro da Justiça e, cumulativamente, em 6 de abril, Ministro da Educação e Cultura. Deixou a frente dos dois Ministérios no dia 15 de abril e voltou a assumir a reitoria da USP. No governo de 1967, Gama e Silva assumiu novamente o Ministério da Justiça, anunciando à nação, no dia 13 de dezembro de 1968, a edição do AI-5". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> (Galeria de Ministros) em 18/09/2009.

tarefa primordial do universitário" que seria a "formação do caráter"; 4) impedir a presença de "estudantes profissionais" ou "maus estudantes" que não tinham "gosto nem o interesse pela própria formação intelectual e a sua tomada de posse e o desvirtuamento das entidades estudantis; 5) "limitar as associações de estudantes de ensino médio em sua imensa maioria de adolescentes que se encontram em fase aguda de desenvolvimento físico e psíquico a objetivos cívicos culturais e esportivos", e que essas deviam estar previstas "no regimento da respectiva instituição de ensino e orientados pela direção" (EBSA, 1964, p. 54).

O que EBSA chamou de "desvio" da atividade extra-escolar estudantil insere-se naquilo que os editores já tinham apontado como mais um dos elementos dentro do quadro de crise do sistema de ensino e das reformas educacionais empreendidas em governos anteriores ao Golpe Militar.

Para os autores de EBSA, controlar os grêmios estudantis significava fazê-los funcionar como entidades voltadas para tarefas educativas e culturais, desvinculando-as de caráter político partidário, sob regência de adultos "responsáveis", em vez de extingui-los definitivamente. O problema com os estudantes estava no tipo de manifestação feita dentro dos grêmios e não no ato da mobilização em si.

Mais do que organizar o aspecto político das representações estudantis (montagem de chapas, obrigatoriedade de voto, formação de um "Conselho Universitário" de estudantes), as cinco primeiras cláusulas das finalidades dos órgãos de representação estudantil diziam respeito às características das práticas extra-escolares. Estas pensadas em confluência com o que o relator imaginava por rotina escolar. Eram elas:

- a) Promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativos dos estabelecimentos de ensino superior; b) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar; c) organizar reuniões e certames de caráter cívico-social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária; d) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos; e) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres (Lei nº.464, de 09/11/1964).

O preparo para a política ainda, segundo esses discursos, tinha a ver com a finalização dos altos estudos. Apartar os estudantes "aplicados" que seguiam "um correto percurso do currículo escolar", dos demais, que não a seguiam, foi tornado lei.

Os combates empreendidos pelos estudantes para que a Lei Suplicy não fosse levada a cabo eram desmoralizadas e violentamente condenadas, e os pedidos de extinção, cassação, liquidação dos estudantes mobilizados foram transformados em pedidos cada vez mais severos. Para os estudantes que conclamavam os colegas a repudiar a "tutela" do Ministro da Educação por meio da Lei, ficava, nos artigos, a ideia de um "certo ranço do velho regime" (EBSA, 1965, p. 49).¹⁵⁷

O funcionamento da UNE como "associação de caráter civil", mesmo após a sua proibição como "órgão representativo dos estudantes" foi considerada uma "presença incômoda" pelo *O Jornal* e para os editores de EBSA. Dessa forma, foi pedido que se fizesse uso do Ato Institucional nº 2 (AI-2) já que o Governo, de acordo com o jornal, não precisava "de maiores cautelas para extinguir esse renitente foco de subversão", lembrando que, "por muito menos, o governo de uma penada, liquidou a chamada Liga Democrática Radical"¹⁵⁸. O artigo se referia ao dispositivo que complementava o AI-2 cujo conteúdo dispunha sobre o poder de se baixar decretos-leis a qualquer momento, sob a justificativa de que os atos estudantis eram assuntos referentes à segurança nacional. Por fim, perguntou a todos os leitores: "Por que razão não fazê-lo com a UNE onde se abrigam os estudantes transviados a serviço da subversão?" (EBSA, 1965, p. 84).¹⁵⁹

E, de fato, assim foi feito, pois pelo Decreto nº 57.634, de 14/01/1966, as atividades da UNE foram suspensas. E para tanto, foi utilizado o poder do AI-2 e os termos do parágrafo único do artigo 6º do Decreto-Lei nº 9085, de 25/03/1946, que previa a suspensão de sociedade e associações que "houvessem adquirido personalidade jurídica mediante falsa declaração de seus fins". Ou seja, a UNE, de acordo com ordenamento jurídico estipulado

¹⁵⁷ Transcrito de *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12/08/1965.

¹⁵⁸ O AI-2 foi baixado em 27 de outubro de 1965 como resposta aos resultados das eleições que ocorreram no início deste mês. O AI-2 ficou vigente até 15 de março de 1967, sendo substituído pela nova Lei de Segurança Nacional e pela Constituição de 1967. Disponível no sítio eletrônico http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5744_2.asp, em 22/09/2009.

¹⁵⁹ Transcrito de *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03/12/1965.

desde as discussões da Lei Suplicy, foi suspensa foi agir sob "falsa declaração de seus fins". Posteriormente, em 1967, a Lei Suplicy foi revogada pelo Decreto Aragão, que reformulou a organização da representação estudantil, mantendo-a como órgão controlado por responsáveis adultos e com caráter cívico "construtivo" [Decreto-Lei nº 228, 28/02/1967]. A partir dele foram extintos "os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado" (Art.20).

EBSA passou a publicar termos, vindos das referências transcritas, como que para evitar falar de "movimento estudantil" ou "estudantes". Tratavam-se dos termos "mocidade estudantil" ou "juventude estudiosa". Juventude "estudiosa" era aquela que não seguia os ditames da UNE, que não passavam o seu apreço aos "agrupamentos cubanos infiltrados" (EBSA, 1961, p. 33); não se misturava aos estudantes grevistas (EBSA, 1962, p. 58); resistia "às pressões espúrias" (EBSA, 1964, p. 61). Quanto às suas práticas, a "juventude estudiosa" não se ocupava com atividades extra-escolares voltadas para a agitação, para a instabilidade: tinha autonomia para agir nas "boas causas" (EBSA, 1962, p. 66); voltavam, pois, a sua "energia exuberante" para o trabalho, para o estudo, era uma "revolução renovadora" agindo dessa forma (EBSA, 1962, p. 62)¹⁶⁰.

O termo "estudante" ou "estudantil", em EBSA, passou a ter o seu significado atrelado ao medo, ao pânico, às atitudes mal explicadas e de "agitações gratuitas". Por hipótese, pela consternação que o termo "estudante" passou a causar, houve um titubeio no uso dessas expressões nos discursos. Isso pode ser visto na propaganda do Centro Jovem Experimental da Associação Cristã Feminina:

O Centro Jovem experimental organizará de primeiro de setembro a quinze de outubro deste ano, em cooperação com as autoridades francesas, um curso intensivo de francês, para líderes do movimento da juventude, que precisam deste idioma como uma arma de cooperação internacional (EBSA, 1965, p. 22).

Recuperar a função pedagógica dos grêmios estudantis era uma questão de fundo para o grupo de EBSA. Mais ainda, o que deveria ser "recuperado" era um sentido de ação harmoniosa. O grêmio podia ser engajado, mas para criar efeitos de subsidiariedade, ou seja, criar formas de

¹⁶⁰ Citações transcritas de OESP, São Paulo, 22/10/1961 e 28/04/1964, e citação do Cardeal Arcebispo de Porto Alegre D. Vicente Scherer, em 22/08/1962.

ação em benefício do bem comum, mas sem que as instituições vitais (Família, Estado, Escola) fossem atacadas.

E "agir enquanto é tempo" foi o que pediu o editorial de OESP em janeiro de 1966. Para o jornal, "em política" vivia-se "sempre sobre terreno vulcânico", por isso, havia a necessidade de estar "preparados para as convulsões e erupções abruptas". De acordo com o jornal, as manifestações políticas de tendências marxistas era um "surto" que tinha se aproveitado do enfraquecimento das "forças unificadoras da vida social do homem" (EBSA, 1966, p. 53)¹⁶¹. Já o jornalista Elisário Rodrigues não mediu palavras para pedir uma "contra-ofensiva capaz de anular e desbaratar esse plano elaborado para tumultuar ainda mais a vida nacional" (EBSA/SP, 1964, p. 1). Pedir por um plano de ataque que atuasse dentro das escolas foi, no mínimo, considerar a escola como palco de guerra.

Vale a pena considerar que no prolongamento das reivindicações feitas em EBSA com pedidos de vigilância nas escolas e nos locais de circulação dos jovens, a procura por disciplinamento dos estudantes, as acusações contra os funcionários da educação etc., foram instituídas a Comissão Meira Mattos, ou comissão especial que propunha medidas relacionada com os problemas estudantis [Decreto nº 62024, 29/12/1967] e o Decreto-Lei nº 447, 16/02/1969 que definiu as "infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares", mandado a cabo, pelo parágrafo 1º do Art. 2 do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13/12/1968. Este, por sinal, totalmente desconsiderado pelos artigos em EBSA.

Enfim, esse cercamento total estava relacionado, antes de tudo, à liberdade do cidadão. Deve-se pensar que o movimento político, trabalho ativo de parte dos estudantes do período foi um dínamo para um amplo e progressivo processo de cercamento dos estudantes em seus diversos espaços de convivência. Além disso, que a sustentação do cerco aos estudantes esteve longe de ser de responsabilidade exclusiva dos militares do "alto comando da Revolução", senão respaldados por ávidos pedidos imprensa que se colocava como porta-voz autorizada da sociedade civil.

¹⁶¹ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/01/1966.

Mas como não destacar que esse ordenamento jurídico transformou a comunidade escolar em um ambiente passível de aplicação de penas circunscritas na Lei de Segurança Nacional? E como não pensar que ao final da década de 1960, professores, funcionários escolares e alunos, teriam seus direitos cassados caso as suas atividades escolares ou extra-escolares fossem consideradas "crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular"?

As "forças unificadoras da vida social do homem" decerto que ultrapassaram os limites da escola em sua batalha, mas o medo de proferir a palavra "estudante" denotou o grau de distinção alcançado por essa categoria juvenil, cujo poder, deveria, segundo os discursos, ser serenado, talvez convertido para práticas controladas.

Compreender como foi registrada essa mudança no periódico e qual seria o papel das escolas diante desse quadro é uma das propostas do próximo capítulo.

Quando eu era jovem, a crença corrente era de que a juventude é progressista por índole. Desde então isso se revelou falso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem formar organizações juvenis... A juventude não é conservadora nem progressista por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer oportunidade”

Karl Mannheim. O problema sociológico da juventude

Capítulo 4

A "Vanguarda Brasileira"

A purificação dos estudantes por sua juventude.

A promoção de uma "Juventude Estudiosa"¹⁶².

Os atributos de realização e serventia dados aos jovens já apareciam nos discursos publicados em EBSA no início dos anos 1960, em primeiro lugar associando o bom estudante ao trabalho. Mas outras histórias também surgiram após a demarcação da existência de um potencial juvenil que ficou destacado com as manifestações estudantis nos anos 1960. A primeira vez que o termo foi usado explicitamente foi em um artigo do *Correio da Manhã*, quando pensava em “acolher o crescimento demográfico de forma racional”¹⁶³. O “potencial” juvenil foi registrado em 6,13% dentre as referências sobre a juventude em EBSA.

Essa divisão de atributos dos jovens ficou registrada claramente em EBSA em setembro de 1969 pelo Gal. Araújo Lopes:

É preciso separar os movimentos válidos da juventude, perfeitamente defensáveis no que representam de renovadores da sociedade, daqueles que apenas se destinam a destruir valores definitivos da nossa civilização. Essas condenáveis e é preciso tornar obrigatório o seu controle e a destruição das fontes que os originam (EBSA, 1969, p. 36).

A ideia de existência de movimentos "válidos de juventude" já estava nos discursos de EBSA desde o início dos anos 1960 quando essa categoria social passou a ser proprietária de uma "energia exuberante" (EBSA, 1962, p. 62). Havia "potencial" nos jovens como justificativa da interligação entre os graus de ensino apresentado pela Lei nº 5.692 de 11/08/1971 (EBSA, 1972, p. 30); "potencial" como uma "vontade firme e reta no orgulho de nação soberana e independente" (EBSA, 1974, p. 3).

¹⁶² Para a discussão sobre a “juventude estudiosa” foi levada em consideração a análise dos textos cujo conteúdo registrou explicitamente ou fez referência às seguintes expressões: “juventude boa” (43 artigos), “juventude estudiosa” (16), “estudantes bons” (11).

¹⁶³ Transcrito do *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 08/09/1971.

A ideia de que determinados dotes representativos da juventude estudantil deviam ser observados, capturados e usados para o benefício do desenvolvimento do país perpassou os discursos de EBSA em simultaneidade aos ataques ao movimento estudantil e à mobilização política seja dentro ou fora da escola. Também a ideia de que os jovens eram detentores de uma força virtual que poderia (ou não) ser detonada no futuro teve várias formas, ora usada como elemento para a distribuição de jovens para as possibilidades de trabalho, ora como um fator moral imprescindível para a grandeza do país.

Portanto, a montagem de um ideário de jovem bom que fosse compatível e agregado às crenças dos editores de EBSA, se prolongou por toda a década de 1960 e adentrou a década de 1970.

Sobre uma "juventude estudiosa", que era "boa" recaíram as seguintes imagens: ela era um "puro manancial"; que deveria carregar a "mística de uma democracia autêntica", ou seja, a integração entre classes em "perfeita identificação com o destino do regime e da nacionalidade"; juventude boa como a "índole do nosso povo", "pura", "dócil", "sensível", que trabalhava, tinha amor à família e à Pátria¹⁶⁴.

No caso a seguir, o potencial juvenil teve nuances exageradas. EBSA publicou o comunicado de um Simpósio Nacional sobre superdotação em 1968. Durante o simpósio foi cogitado a possibilidade de uma "triagem" por meio de "testes psicológicos", a fim de que fossem testadas as capacidades do superdotado: "mini-gênio" que deveria ter o futuro condicionado aos "campos de trabalho dentro das esferas prioritárias dos interesses brasileiros"; seria formado em "classes-especiais" nas escolas e colégios com suplementação de estudos de "maior nível"; não poderiam abandonar os estudos por conta de "circunstâncias eventuais" que os desviassem do "campo natural de preparação pedagógica" (EBSA, 1968, pp. 46-47).

Esse jovem dotado de requinte intelectual, dez anos mais tarde, voltou a ser tema da *Revista* quando o CFE percebeu a entrada de uma "grande quantidade de 'atestados de superdotação'" apresentados por pais de alunos

¹⁶⁴ As expressões citadas foram cunhadas respectivamente por FSP no artigo "Estudantes" em 05/07/1964 (EBSA, 1964, p. 63); pelo Ministro da Educação em 1965, Flavia Suplicy de Lacerda (EBSA, 1965, p. 22) e OESP no artigo "150 mil operários respondem aos estudantes" em 22/05/1970 (EBSA, 1970, p. 66); por Alfredo Gomes, no artigo "responsabilidade de todos" (EBSA, 1971, p. 7).

ao órgão, no momento em que os seus filhos passavam no vestibular ser ter ainda concluído o 2º grau (EBSA, 1978, pp. 67-68).

Foi elaborado em EBSA, um rol de conhecimentos autorizados e apresentados exemplos de jovens "reais" que poderiam ser seguidos. A representação de um jovem laborioso, forjado, deveria ser compreendida pelos leitores como um mapeamento da verdadeira juventude estudantil. Entender como foi constituído um processo de purificação da juventude brasileira, bem como, o que foi sugerido pelos sujeitos produtores da *Revista* como forma de "desviar" a juventude do seu potencial à revolta e, também o de "organizar" o jovem "tranquilo", serão discutidos neste capítulo.

Juventude como "puro manancial" busca um Brasil melhor¹⁶⁵.

Desde o período das grandes greves estudantis perpetradas no início da década de 1960, os estudantes estavam associados à ideia de que eles só tinham tempo para atuar politicamente porque eram socialmente privilegiados e também porque não trabalhavam. Entretanto, não foi exatamente isso o encontrado em outras interpretações sobre o período.

Foracchi (1965, p. 3) se ocupou em caracterizar o "conjunto de mecanismos e processos" que presidiam à constituição do estudante como "categoria social" e reiterou a ideia de que estudantes de nível superior eram agentes excepcionais que usufruíam de uma oportunidade inacessível para a maioria dos jovens daquele período (Foracchi, 1965, p. 6). Mas divergiu dessa consideração de ausência do trabalho dos estudantes, ao dizer que, à época, havia um "traço marcante" de "*reciprocidade fundada na dependência familiar*" [grifo da autora], onde o estudante além procurar se manter, ainda colaborava para o sustento da família. De acordo com a autora, os vínculos entre os jovens e a família havia se alterado e houve a necessidade de que os jovens trabalhassem como um imperativo das circunstâncias dessa nova situação concreta de convivência: a vida em família estaria encarecida (Foracchi, 1965, p. 55).

¹⁶⁵ A juventude estudiosa como "puro manancial" foi analisada nas páginas de *Folha de S.Paulo* em 05/07/1964.

Gouveia e Havighurst (1969) ao analisar os dados por amostragem em escolas das capitais de cinco estados brasileiros salientaram as condições sócio-econômicas do estudante de grau médio, e nesse caso, reforçaram que os estudantes desse grau de ensino trabalhavam e esperavam ainda continuar trabalhando e prolongar os estudos no futuro. Os autores apontaram uma incidência de que o trabalho remunerado aumentava significativamente à medida que os dados se aproximavam das camadas mais pobres da população. De acordo com os dados, na idade de São Paulo, por exemplo, apenas 17% da camada de membros "homens" da "classe superior" trabalhavam enquanto cursavam o ensino secundário. Na "camada média" os estudantes trabalhadores compreendiam 35%, já na "camada inferior", 69%. Essa tendência de que o trabalho remunerado aumentava significativamente à medida que os dados se aproximavam das camadas mais pobres da população foi seguida em todas as demais capitais pesquisadas. (Gouveia e Havighurst, 1969, p. 112). Os autores também apontaram que, na maioria dos casos descritos, o trabalho constituía um "recurso temporário" de que se lançaria mão para "poder manter-se na escola" (Gouveia e Havighurst, 1969, p. 119).

Já a revista *Realidade* (1967), em uma pesquisa sobre a juventude brasileira feita em 1967, mostrou que havia 160 mil jovens nas universidades do país, o que equivalia a 2% dos jovens entre 19-25 anos. Dos jovens entre 14 – 25 anos (mil rapazes e moças que responderam a pesquisa), 61% estudavam, 34% trabalhavam, mas não foram apresentados dados demonstrando quantos faziam as duas atividades ao mesmo tempo (Realidade, 1967, p. 19).

Os dados e as análises apresentados, a despeito de indicarem uma faixa de estudantes que não trabalhavam, parecem apontar que a percepção dos editores de EBSA, que desvinculavam os estudantes do trabalho, fosse um senso comum. De qualquer forma, senso-comum ou não, o fato é que foi estabelecido na *Revista* um vínculo essencial entre os estudantes e o trabalho como uma pedagogia a ser aplicada nas escolas. Dessa relação, na *Revista*, foram desenvolvidas proposições educacionais, teóricas e práticas, algumas tornadas Lei, construídas como uma "proposta" para uma juventude estudantil "de verdade" que não confabulava com os seus pares revoltados.

O professor Eugênio Augusto Antunes, por exemplo, fez um discurso durante a abertura do curso Mauá de Tecnologia na Escola de Engenharia, e, segundo o documento, foi "ovacionado" pelos estudantes a partir do tema *A responsabilidade social do estudante no momento brasileiro* (EBSA, 1963, pp. 56-57). No seu pronunciamento, o mestre pediu a "reação" dos moços contra todos aqueles que procuravam corroer as instituições democráticas provocando "indisciplina e anarquia".

Como forma de "responsabilidade social", o estudante deveria "tomar posição nacionalista", repudiar "falsos conceitos de solidariedade", refletir com os atos de "indisciplina". Indo por esse sentido, o professor defendeu a tese de que a "criação de riquezas" era "imprescindível à elevação do nível de vida de um povo, pois "sem riqueza" não seria possível promover "saúde, nem educação, e muito menos justiça social" (EBSA, 1963, p. 57).

Para o mestre, a então presente situação dos seus alunos "favorecidos da sorte" impunha um "dever" que era o "de retribuir à sociedade multiplicado o farto quinhão" que eles recebiam, de forma a seguir o exemplo dado e agir com "responsabilidade social" (EBSA, 1963, p. 57). O trabalho era uma espécie de correta devolução moral e financeira do jovem para com a sociedade que lhe aparou.

A associação entre os jovens e o trabalho foi feita, também, por meio de um exemplo vindo dos Estados Unidos. Tratou-se da apresentação de quatro Programas estadunidenses de amparo ao pagamento da universidade. Amparo que deveria ser dado aos estudantes que trabalhavam e pesquisavam ao mesmo tempo e mantinham bom histórico escolar.

De acordo com o registrado, "aproximadamente" 60% dos estudantes universitários" ganhavam "não menos das duas terças partes de seus gastos, trabalhando fora da universidade" e "uma terça parte deles também trabalhavam durante as férias de verão". De acordo com um comentário, apresentado como um "conselho" seria uma crença entre os educadores norte-americanos a ideia de que trabalhar enquanto se estuda era uma "uma parte valiosa do preparo e desenvolvimento dos jovens" e não prejudicava "seu progresso acadêmico" (EBSA, 1964, p. 50) ¹⁶⁶. A ideia era "dar crédito" ou

¹⁶⁶ O artigo cita como Programas que beneficiariam os estudantes norte-americanos: Programa de Empréstimos para a Defesa do Estudante, sob a Lei Nacional de Defesa (1958),

concessão de bolsas de estudo a quem ocupava o seu tempo de forma "produtiva".

Aqui, já falamos sobre a raiva dos cronistas de EBSA para com os jovens que se intrometiam em assuntos que eram matérias pensadas como exclusividade de homens adultos. Essa precisão na sequência da vida, em que, dependendo dos atos, jovens e velhos não poderiam se misturar foi usado para amenizar o poder dos estudantes dentro das escolas e universidades. E o trânsito, de preferência fluído, de jovens pelas escolas, passando de um nível ao outro, foi utilizado como um alívio para os editores de EBSA, já que o incomodo pelas mobilizações deveria ser encarado como algo transitório, próprio de quem era estudante e jovem.

Mas ao criar um nó em que se relacionavam o destino dos jovens ao trabalho e ao "currículo a percorrer", "encadeados" dentro da escola, foi pensada uma revisão de certos "quadros" da educação brasileira associando-a à imagem de que os jovens estavam cobertos de potencial e energia para gastar pelo Brasil. Portanto, os discursos também tratavam de alterar as possibilidades das trajetórias estudantis, e não somente, de enfatizar um ensino voltado para o trabalho.

Mesmo Gustavo Corção divulgando a sua concepção de purificação dos meios universitários, focou com bom grado a capacidade dos jovens em analisar os fatos e colaborar com espírito participativo. O jornalista indicou ao então Ministro da Educação, Moniz de Aragão, para que os estudantes fossem ouvidos com "atenção", pois, como professor, ele teria encontrado, "muitas vezes", "problemas, conflitos, colisões em que os estudantes tinham razão contra as instituições comodamente paralisadas" (EBSA, 1966, p. 42).¹⁶⁷

De acordo com o jornalista, falando como "professor", havia "certos problemas universitários" que só os estudantes tinham a "capacidade de transmitir" e o Ministro deveria aproveitar o ensejo para fazer sentir aos jovens a obrigação em colaborar, "mas colaborar de um modo que até hoje não foi feito" (EBSA, 1966, p. 42). Para o autor do artigo, o sentido de cooperação, a

criado pelo Congresso Nacional. Foi citado o "United Student Aid Funds, Inc." (1961); o Programa da Associação Médica Norte-Americana; e os Programas "Cooperativos" de algumas universidades que "combinam os estudos com algum trabalho na especialidade escolhida pelo jovem que estuda e trabalha em semestres alternados" (EBSA, 1964, p. 51).

¹⁶⁷ Transcrito de *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07/08/1966.

capacidade de transmissão de ideias, e o dinamismo dos estudantes poderiam ser destacados como elementos dignos de atenção.

Austregésilo de Athayde escritor e então presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), de "improviso" em conferência no Palácio do Rádio em Belo Horizonte, teria afirmado: "o futuro pertence à juventude", não para "desperdiçá-lo", mas para "enfrentá-lo com responsabilidade e dever". De acordo com o escritor, todos os brasileiros estavam em "marcha" e os jovens estavam "em marcha em ritmo acelerado" e que esse caminho deveria ser "evolutivo" (EBSA, 1970, p. 21). O futuro deveria ser um objetivo, e o potencial, seria assumido com responsabilidade e pressa de forma a se tornar uma materialidade.

Segundo o escritor, a "maioria" dos jovens estaria "estudando ou pesquisando nos laboratórios" e a todos, lembrou que "os avanços científicos" deviam acompanhar o "avanço moral do homem". Por fim, citando Ortega y Gasset, o autor teria afirmado que as "principais riquezas de um país" não estavam "no subsolo, mas na capacidade do seu povo" (EBSA, 1970, p. 21). Para o autor, a aptidão da juventude, um poder quimérico, poderia ser acelerado. Neste caso, não houve queixas sobre a rapidez dos jovens.

Alfredo Gomes, redator de EBSA, em fevereiro de 1968, não hesitou em chamar a juventude brasileira de "magnífica" ao julgar em que a sua "energia" deveria usada:

deve ser aproveitada para a sua própria formação com o sentido de responsabilidade que lhe cabe de zelar pelo patrimônio territorial e moral deixado pelo passado que a geração do presente mantém. O patrimônio material e espiritual que não pode ser diminuído nem desfigurado (Gomes, 1968, p. 6).

Seis meses mais tarde, o responsável por EBSA demarcou que a juventude, tinha se desviado há tempos dessa responsabilidade. Isso, por ter criado um "desnívelamento cultural" com o esvaziamento do espírito e a valorização da matéria (Gomes, 1969, p. 6).

Portanto, o autor considerava que para um grupo de estudantes, já havia passado o tempo de se tentar uma transformação de caráter, dado o desnívelamento cultural em que se encontravam. Tratava-se de garantir o uso da energia de toda uma nova geração que ainda estando na escola, ou que

nela adentrasse, a fim de que ela mantivesse o patrimônio e as tradições passadas pelos mais velhos.

Alfredo Gomes, fazendo uma de suas análises sobre a História, terminou o seu texto, em 1969, apontando a responsabilidade da escola para com a campanha de purificação entre os estudantes. Para o autor, cabia "à Escola preparar os jovens contra as insídias, aguçar-lhes a perspicácia dos próprios juízos para não tomarem o erro pela verdade, a aparência pela realidade". A escola era vista como uma fortaleza que tinha com missão defender os estudantes "contra as minorias entenebrecidas e agitadas" (Gomes, 1969, p. 8).

Pouco tempo antes, durante as discussões sobre a Reforma Universitária e a Reforma Administrativa do MEC - Decreto nº 66.967/1970 - e antecipando uma "reforma no ensino" o redator da *Revista* pregou o que considerava como "providências essenciais" de modificações no sistema de ensino. E sobre essas "providências essenciais" qual seria o papel da escola?

O professor apontou quais deveriam ser as modificações na estrutura física das escolas (enriquecer a rede de ensino e melhorar as instalações escolares, diminuir ao máximo a capacidade ociosa dos prédios universitários etc.), as modificações curriculares (ensejar maior permanência diária dos alunos nas escolas, incentivar a educação de grau médio, principalmente estimulando o ensino técnico etc.), as modificações no sistema de ensino (flexibilizar harmônica e coordenadamente o ensino universitário, sintonizar a organização escolar com a dinâmica do aproveitamento dentro da ordem e do respeito que a devem presidir etc.). Sobre os jovens e as suas características, atrelados ao tipo de ensino modificado, disse Alfredo Gomes:

O discernimento do jovem na atualidade e a necessidade de lhe solicitar responsabilidade, assim como torná-lo quanto antes valor positivo pela produtividade, pelo exercício da atividade remunerada e pela participação na vida social ou comunitária, tudo isto está a indicar que, também, o ensino médio, deve tornar-se compacto e menos dilatado (Gomes, 1968, p. 3).

Sobre a possibilidade de modificação da estrutura do sistema seriado de ensino e a sua relação com a modificação das idades "legais", pronunciou o redator:

Muitos argumentos poderiam ser alinhavados para dizer da conveniência de recuar até a maioridade legal para os dezoito anos, como numerosos são os que mostram a inconveniência de reter os jovens por demasiado tempo, aos bancos escolares quer nos cursos que visam à cultura média e de iniciação profissional básica quer nos cursos de nível superior para o exercício da profissão mais bem lastreada técnica e culturalmente (Gomes, 1968, p. 3).

Para o autor, o jovem deveria ser tornado um "valor positivo" quando confundida a sua "participação" social a uma atividade profissional. Para tanto, parecia ser válida, tanto a possibilidade de alteração de uma idade oficial quanto à de aceleração dos estudantes durante o fluxo escolar. De certa forma, essa proposta apresentou a ideia de que o tempo de permanência na escola, como uma gestação necessária para o mundo adulto, poderia ser precipitado de forma a despejar os jovens, o mais rápido possível, para a produção econômica. A formação dos jovens, ainda que amparada por uma formação escolar precipitada, não pareceu indigna aos olhos do professor.

Essa condição "administrativa" da juventude estudantil também ficou evidente na fala do professor Pedro Calmon, quando ele avaliou um documento do Presidente da França, à época Georges Pompidou, fazendo referência à importância do completo isolamento entre os estudantes de grau médio os de nível superior. Para o professor, o "encontro entre gerações estudantis diferentes" acarretava "sérios prejuízos", pois não era justo que os "ginasianos" se antecipassem, nem que os "universitários" se retardassem a partir de um "encontro" dado pelo sistema de ensino (EBSA, 1971, p. 40).

Segundo Pedro Calmon, o regime de ensino brasileiro não permitia "fusões" e "perturbações" entre os dois níveis de ensino. O professor deu a entender que o "corte" entre os níveis de ensino, além de servir a um "problema de segurança", não contradizia um "fator psicológico também". Além disso, de acordo com o professor, "a mistura" era "realmente absurda, contrária à velha tradição brasileira" (EBSA, 1971, p. 40).

A condição de "desencontro" das gerações estudantis dada pelas possibilidades de modificação na seriação do sistema de ensino proposta pelos cronistas da *Revista* nos faz pensar a respeito da modificação do sistema escola em 1º. e 2º. graus.

A modificação do sistema de ensino proposto pela Lei nº 5.692/1971, a partir de terminalidade no 1º e 2º graus, e a função profissionalizante deste

último, tanto para cessar a pressão sobre a entrada no ensino superior, quanto para despejar profissionais de nível médio diretamente ao trabalho já foi item de estudo (cf. Mathias, 2004, p. 167; Hilsdorf, 2007, p. 126).

Sobre o 1º grau, era previsto pela Lei nº 5692/1971 que ele tivesse 8 anos sequenciais para a formação "da criança e do pré-adolescente"; foi subtraído o exame de admissão e abolida a separação entre o primário e o ginásio, extintos, também, por meio da Lei. O ensino de 2º grau, de 3 anos, foi separado do 1º grau, para a "formação integral do adolescente". Foi concedida a terminalidade de estudos às duas etapas de ensino.

O poder de organização do trânsito dos estudantes, associada à ideia de cumprimento de "etapas psicológicas", em conjunto com a separação entre estudantes de 1º e 2º graus, tornam pertinente pensar o quanto dessa modificação da Lei tinha relação com a vontade de distanciar os alunos com idades diferentes. Isso se levamos em consideração uma das reclamações dos colaboradores da *Revista* que dizia respeito a pouca idade com que os jovens estavam sendo introduzidos na prática política, durante o período do ensino médio, e particularmente no ensino secundário.

O ensino de 1º grau com 8 anos, fixado pela Lei 5.692/1971 aproximou ou púberes da infância, separando-a do 2º grau, voltada para adolescente. Diferente do que era proposto no encontro de alunos do 1º e 2º ciclos do grau médio que a antiga Lei nº 4.024/1961 permitia, já que introduzia o estudante aos 11 anos no ensino médio, para somente retirá-lo, às portas da universidade, com 17 anos. Seria interessante pensar o quanto a trajetória escolar dos estudantes propostas por diferentes estruturas do sistema formal de ensino influencia os aspectos relacionados à aceleração [ou não] de sua maturidade.

Voltando à discussão sobre o papel da escola nas "providências essenciais" de mudança no caráter da juventude, foi proposto que os pais compreendessem a função da escola como um centro elevado de distribuição de "horizontes". Para OESP, em artigo publicado em novembro de 1970, o tempo da juventude era um tempo em que muitos pais se perguntavam sobre "o ponto em que teriam falhado com os seus filhos". Mas o jornal foi complacente com esses pais culposos, dizendo que, por mais zelosos que eles fossem a sua "atuação era limitada".

De acordo com o artigo, reiterando outras posições já discutidas aqui, os jovens buscavam um "horizonte amplo" que já não cabia no "círculo familiar". E como a adolescência era um período de passagem, de "não ser" ao "ser" o jovem buscava também exemplos fora de casa. Na busca do seu próprio "ser", os jovens imitavam os modelos com os quais se identificavam. Por isso, o professor, "aquele que sabe", era um exemplo a ser seguido: "particularmente" os que lidavam "com Filosofia e Humanidades". Para o jornal, por fim, era por isso que a "escola, muito mais do que a família" tinha ou podia ter "um peso decisivo na vida juvenil" (EBSA, 1970. pp. 63-64).

Com esse exemplo, foi possível perceber que, para os editores de EBSA, a função da escola na educação dos jovens hesitou entre ser um ambiente de importância diminuída e ser um ambiente importantíssimo. Por um lado a importância da escola passou a ser medida pela rapidez na execução do tempo de obrigatoriedade escolar. A escola média e o a ser vista como um ambiente de rápida passagem obrigatória. Por outro lado, mesmo dentro dessa pressa, a escola, mais do que a família, deveria ter a propriedade da distribuição de futuros disponíveis.

Estar fora da escola, segundo essas perspectivas, passou a ser importante, contanto que esse deslocamento fosse pensado como uma etapa dentro de uma sequência linear na vida do estudante, e não, como algo que ele próprio pudesse interceder em simultaneidade ao seu tempo escolar.

Portanto, o trânsito dos jovens para a vida adulta, em EBSA, era adequado para jovens em tempo de "espera" dentro da escola com as aspirações voltadas às atividades remuneradas. Os jovens passaram a ser senhores de um tempo: o futuro. Pensando na condição de transitoriedade juvenil, julgando que todos os jovens se tornarão adultos, não há novidade nesse discurso, pois o "futuro" é a casa de todos. O que está em jogo aqui é compreender como e com quais interesses esse potencial juvenil, voltado para o futuro, foi constituído e utilizado.

O trabalho, visto como um resultado mais responsável na vida de um jovem, não foi a única perspectiva apreendida na relação entre o jovem e o seu próprio potencial. Essa "energia" juvenil acumulada pode ser estudada por vários ângulos.

Os jovens, como já vimos no capítulo passado, eram "conscientes dos problemas da comunidade", participavam de campanhas de solidariedade (EBSA, 1966, p. 27); portanto era necessário, ao país, fazer uso da "exuberância" dessa época da vida (Gomes, 1968, p. 6).

Sobre a participação de jovens em campanhas, muitas delas foram publicadas em EBSA demonstrando o empenho de várias instituições para alimentar a ideia de potencial juvenil de forma generalizada.

Sobre esse assunto, podemos citar as seguintes campanhas:

- Operação Juventude (Marinha do Brasil – Pará, em setembro de 1971): buscou fazer reparos em escolas;
- Campanha contra os tóxicos (Ministério da Educação – Brasil, em abril de 1972);
- Campanha em defesa da língua portuguesa (Editora do Brasil);
- Maratona Escolar para o 1º. e 2º. graus (Caixa Econômica Federal – Brasil, em julho de 1977): para estimular o hábito da leitura;
- II Maratona Cultural, etapas municipal, estadual, nacional, (Comissão de Moral e Civismo – Brasil, em março de 1980): competição cultural para o desenvolvimento da EMC¹⁶⁸.

Não hesitou a *Revista* em chamar os estudantes de "vanguarda brasileira", vistos como uma vanguarda de bons estudantes em um texto que apresentava os trabalhos do Projeto Rondon em 1967, um projeto sobre o qual falaremos mais adiante (EBSA, 1967, p. 37).

As formas como estimular a juventude a uma mobilização adequada, e os caminhos possíveis e autorizados, para que essa energia fosse bem utilizada, também foram pautas na *Revista* e passam a ser discutidos a partir de agora.

¹⁶⁸ Campanhas citadas, respectivamente em: EBSA (1971, pp. 41-42); EBSA (1972, p. 35); EBSA (1976, p. 4-9); EBSA (1977, pp. 56-57); EBSA (1980, p. 25).

Juventude Estudiosa como elemento de sustentação da "mítica do patriotismo"¹⁶⁹.

Fazer com que a juventude estudiosa também voltasse a sua crença para uma "mística da democracia autêntica" foi divulgado no discurso do Ministro da Educação, Flávio Suplicy, durante a já comentada comemoração do Dia da Independência do Brasil em 1965. Quando o Ministro apelou para que os jovens mantivessem a "cabeça erguida", estava a dizer sobre a capacidade de o jovem não ficar subserviente aos mandos de uma "minoría concentrada", para se voltar aos "destinos da Pátria".

Durante o discurso, os jovens estudantes foram transformados em "força viva do Brasil", porque somavam em "80 milhões de brasileiros", representantes da "maioria do eleitorado brasileiro". Portanto era, antes de tudo, uma força numérica. Para o Ministro, essa força numérica tinha como "característica" a "participação ativa e consciente na vida da comunidade". E participação ativa era o mesmo que "atuação cívica": "atuação patriótica em defesa de novas ideias e novos conceitos, na grande tarefa de aprimoramento do regime", dar "resposta aos desafios do presente e do futuro" (EBSA, 1965, p. 24).

Uma das imagens dadas por EBSA sobre os estudantes era de alívio pelo fato de que o movimento estudantil "de esquerda", cuja ação conseguiu "penetrar apenas numa parte relativamente pequena da grande massa dos estudantes brasileiros" não tinha sido generalizado. A maioria dos estudantes "através dos próprios inquêritos revolucionários, era totalmente inofensiva a qualquer doutrina subversiva" (EBSA, 1966, p. 58)¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Parecer do deputado Plínio Salgado sobre o projeto do governo que dispõe sobre o ensino no Exército, aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (EBSA, 1971, p. 43).

¹⁷⁰ Transcrito de *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24/04/1966.

O apelo feito à maioria dos jovens, pondo-os como uma força numérica, que por si só seria capaz de constranger os avanços de uma "minoridade concentrada", deu a entender que o plano para uma boa juventude foi feito para o grupo maior. Pois além de ela ser a força numérica "orgulhosa", passaria a ser o grupo representativo do "Brasil Grande". E mais uma vez a atuação cívica, em mais uma variação, aparecia como uma ferramenta de lapidação desse quadro.

Em EBSA, Alfredo Gomes, em 1969, enquanto defendia os princípios da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, apontou para uma "dupla responsabilidade" dos educadores com relação ao civismo aplicado nas escolas. De acordo com o autor, a dupla responsabilidade dizia respeito à aplicação da Educação Física como "obrigatoriedade" de "prática educativa" até a idade de dezoito anos e a instituição de uma disciplina escolar que envolvesse a "Organização Política e Social" (Gomes, 1969, pp. 1-3).

Sobre o primeiro assunto, o autor deu importância à instituição da disciplina de Educação Física como prática esportiva por duas ordens: a) A Educação Física devia propiciar ao jovem em cada uma das etapas do seu desenvolvimento o uso do "tempo em um espaço". Tempo usado em fisiocultura e atividades recreativas dentro de um espaço específico para esse fim; b) A Educação Física compreendida, "principalmente nas grandes cidades e nas áreas de maior densidade demográfica" como forma de libertação das crianças da "angústia nos apartamentos, permitindo-lhes recreação sadia e educativa".

Portanto, para a prática esportiva, vista como componente cívico, os educadores deveriam levar em consideração a manutenção de "convênios com agremiações desportivas", clubes de campo, "senão a própria construção de estádios escolares; ocupação dos períodos ociosos, posteriores aos horários de aula em sala "sob a supervisão de pessoal especializado", buscando, desta forma, impedir ao jovem a "distração perniciosa" ou se corrompesse no "abandono" que vivia, "tornando-se caso de polícia ou... de justiça" (Gomes, 1969, pp. 2-3).

Vista dessa forma, o civismo empreendido pela aplicação da Educação Física repassava à escola a responsabilidade de prover algumas "faltas nas vidas de jovens urbanos: a falta de espaço e a falta do que fazer. Segundo o

parecer, com a falta do que fazer, e com o pouco espaço disponível para as atividades físicas, os estudantes iriam buscar práticas "alternativas" pouco construtivas como fazer política fora da escola. A escola ficou responsável pela guarda de jovens, diante da possibilidade de cometimento de "crimes", mas também passou a amparar a família pela carência de espaços disponíveis nas cidades. Indiretamente, Alfredo Gomes, além de pregar, novamente, a ampliação e a melhoria do espaço escolar, que também era uma de suas preocupações, abriu margem para uma ideia de escola que fosse o ponto de convergência para outras instituições voltadas à educação da juventude.

Já sobre, o segundo assunto, a instituição ou não de uma disciplina que envolvesse o civismo como um conteúdo necessário nas escolas, o autor contribuiu com a sua opinião em um debate educacional que estava sendo desengatilhado em outras instâncias da forma como a apresentada no primeiro capítulo¹⁷¹.

Para o professor Alfredo, não se fazia "civismo" nem pela "prática" de Educação Cívica, nem com a disciplina "Organização Política e Social". O civismo, segundo o professor, era matéria ensinada como forma de praticar virtudes a partir da relação recíproca entre o estudante com o seu mundo, julgando que, em um mundo bom, seriam apreendidos bons conhecimentos, e, dessa forma, os jovens formariam o seu próprio "juízo crítico".

O civismo visto desse modo emanava de boas instâncias formativas, "como o ar que se respira", transferida aos neófitos para que eles cultivassem uma "convicção", tanto para praticar virtudes como subsídios para praticá-las. O Civismo teria "por fonte, base e alicerce" o comportamento "altamente credenciados ou quantificados, advindos de pais, professores, representantes do povo, autoridades etc." (Gomes, 1969, pp. 2-3). Porém, para o autor, naquele período, havia um "desfibramento cívico" generalizado e as fórmulas disciplinadoras eram desprezadas.

Portanto, segundo o autor, restou a inclusão da disciplina obrigatória de Moral e Civismo nas escolas, pois "sem programa básico, sem diretrizes emanadas dos órgãos competentes", a EMC prestava ao "desserviço de catequeses não desejadas". Mesmo diante da alegação de que a EMC "não

¹⁷¹ Para melhor entender os debates sobre a instituição da disciplina de Educação Moral e Cívica, ver Filgueiras (2006).

podia ser ensinada pela "formulação de regras de comportamento", o professor revelou que, fosse como prática ou como disciplinas, ambas eram "incompletas". Para o professor, o que estava em jogo era a oferta aos educandos do "entendimento de nossa organização política, lastreada pela tradição, história e formação da nacionalidade", mas por causa do desfibrilamento cívico generalizado o conhecimento cívico seria incompleto (Gomes, 1969, pp. 3-4).

Do mesmo modo, em uma das palestras proferidas por Moacir Araújo Lopes, intitulada *Rumos para a educação da juventude brasileira* havia a ideia de apreensão do conhecimento por uma espécie de iluminação. O autor julgava que Deus teria sido invocado pela maioria da população brasileira "para a iluminação das atividades nacionais". Por isso, só haveria *uma* "liberdade com responsabilidade" como forma de "verdade perfeita": um pedido implícito, e generalizado da população para que a "iluminação" acontecesse. Por este motivo, a educação devia desenvolver-se por meio de uma base "filosófico-religiosa". (Lopes, 1967, p. 18)¹⁷².

Sobre a juventude, o que preocupava o general era que, ao prazo de duas décadas, a ela seria passado o "bastão do comando das atividades nacionais". Mas, segundo o militar, naquele momento, encontrava-se os jovens "sem rumos", "descrentes de liderança" (Lopes, 1967, p. 8).

Após seis anos de aplicação nas escolas, o *Jornal do Brasil* em 1975 fez uma matéria discutindo a disciplina de EMC. O jornal apresentou as considerações do então Ministro da Educação, Ney Braga; do professor Tarcísio Padilha, do CFE; do ex-ministro, Senador Jarbas Passarinho e do General Bina Machado, ex-comandante do I Exército e da ESG.

Todos os senhores opinaram sobre a importância da introdução da disciplina nas escolas como resposta "à guerra revolucionária marxista-leninista". Discutiram também sobre a didática aplicada em aula e a formação de professores. Entretanto, sobre os estudantes, Jarbas Passarinho afirmou que o governo precisava "assumir uma posição consciente e responsável na comunidade" estabelecendo "hábitos e atitudes" que não permitissem à

¹⁷² Palestra proferida no Ministério da Educação e Cultura, na Universidade Federal de Goiás e no *Lions Club* de Leme, todas em 1967.

juventude se entregar a "uma mera afirmação pessoal mediante a contestação" (EBSA, 1975, p. 59)¹⁷³.

Para o Ministro Ney Braga, a "grande missão" da EMC era dar "consciência a nova geração" de que eles, os propositores da disciplina, não eram um "hiato, um intervalo, um parêntesis, inexpressivo na História do Brasil" (EBSA, 1975, p. 62). Sentindo-se ameaçado e tendo a honra de sua própria geração ameaçada, o Ministro julgou que para o aluno seria importante ter o conhecimento da existência deles.

Tanto Jarbas Passarinho quanto Tarcísio Padilha consideraram que a longa lacuna nas atividades de EMC no país, entre 1946 até 1969, foi a causa de disciplina ser considerada, pelos educadores, um "instrumento da ditadura". Segundo o professor Padilha, a juventude, dentro do "hiato", "sem a disciplina" ficou sem "parâmetros educacionais", "ao sabor dos meios de comunicação" e passou a "seguir as diversas correntes de opinião que recebia"

Neste caso, EMC foi apontada como uma potencializadora de atitudes educacionais: força dinamizadora que buscava um tempo perdido, a fim de inculcar *rapidamente* os valores histórico-culturais da nacionalidade. Além disso, a introdução da disciplina tinha o objetivo de demonstrar que, se havia um "hiato" na História do Brasil, ele estava na geração que não havia recebido esse ensinamento na escola (EBSA, 1975, p. 62).

Ao final, o General Bina Machado julgou que os valores daquela juventude eram os mesmos da "geração passada". Diferentes na "forma", iguais em "conteúdo". Sem maiores explicações, o general deu a entender que se o "conteúdo" dos jovens era o mesmo de antigamente, a disciplina de EMC servia muito mais para modelar uma forma de estudante (EBSA, 1975, p. 63).

Ver o jovem como um colosso que sustentaria o patriotismo mítico, reconduz à ideia de poder jovem, mas agora, sob um teto "sólido" de tradição. Ver a próxima geração como um receptáculo da existência de quem propõe a lei foi entendê-la como possível parceira. Ver o jovem como o pilar de uma democracia autêntica e mística, poderia dar a ele um sentimento de crença poderosa no país e em si mesmo. Por conseguinte, jogar a democracia em meio a uma ditadura, ao misticismo, também deixou o jovem desmanchado no ar. O jovem "bom", nesses discursos, era forte porque era etéreo.

¹⁷³ Transcrito do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08/06/1975.

Livros didáticos e infanto-juvenis e os bons valores para os jovens.

O jovem como ator do presente e líder do futuro eram duas ideias que estavam relacionadas ao que foi propugnado no livro de *Organização Social e Política Brasileira* de Victor Mussumeci e *Moral e Civismo* de Victor Mussumeci, Felipe Moschini e Otto Costa. Os jovens em ação estavam amparados pelos, segundo os autores, "quatro pilares do civismo": "o patriotismo, o civismo institucional, o civismo político e o solidarismo" (Mussumeci, 1964)¹⁷⁴.

Para os autores, os livros de civismo seriam um roteiro para o ensinamento das noções da organização Pátria. Como "pedagogia", primeiro, havia a ideia de "ajudar o jovem a ganhar a consciência de seu valor de 'pessoa' e adquirir compreensão da necessidade de agir como 'pessoa'", em favor das grandes instituições brasileiras, mais uma vez, família, Pátria etc. Depois, os editores fixavam a imagem de que o jovem devesse ser alicerçado por valores credenciados da família, da escola, do entorno, em busca da "verdade e para a justiça", a verdadeira essência de uma "ética do civismo solidarista" (Mussumeci, 1964, s/n).

Como respaldo à aplicação desse civismo solidário, a Editora do Brasil divulgava que todas essas ideias eram a também a vontade da Organização das Nações Unidas (ONU), com base no artigo 26 da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, que versava sobre o "direito à instrução"; da Igreja Católica com as suas análises sobre os "problemas sociais" na *Mater et Magistra*, e, ao final dos anos 1960, do Conselho Federal da Educação (CFE), das determinações do Decreto nº 58.023 de 21 de março de 1966, que estabeleceu a prática da educação cívica em todo o país, e, por fim, da própria lei sobre a instituição de uma disciplina de EMC.

Em EBSA, sobre o ordenamento jurídico que organizou a prática do civismo, visto como ato obrigatório da escola, deve ser levado em consideração que a constituição dessa "prática" apelaria para o uso de todos os veículos de difusão cultural para além dos muros escolares, fazendo uso de campanhas cívicas, comemoração de datas nacionais e concursos em torno dos livros. Por isso mesmo, de acordo com o Decreto nº 58.023 em seu artigo 5º, ficava

¹⁷⁴ Prefácio da 33ª edição de *Organização Social e Política Brasileira* (OSP) em 1964.

instituído um setor de Educação Cívica dentro da Divisão de Educação Extra-Escolar.

Sobre livros, os editores de EBSA, em maio de 1969, fizeram uma ampla defesa da literatura infanto-juvenil, compilando opiniões sobre o que seria uma boa literatura para jovens. Foram citados como especialistas em Literatura Infanto-Juvenil: Aureliano Leite e Lúcia Machado de Almeida; as resoluções tomadas pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados Federais (1948)¹⁷⁵; um manifesto da Associação Brasileira de Educação (ABE), produzido em 09/08/1948; uma palestra do professor Lourenço Filho (1966) versando sobre o mesmo assunto; e, por fim, a palavra do próprio redator, Alfredo Gomes.

O resultado da compilação apresentou que jovens necessitavam de um tipo de literatura voltada especificamente para eles, seguindo critérios em que estava em jogo uma linguagem que, ao entender dos editores, fosse acessível, sem ser vulgar. Ligada às etapas de desenvolvimento do jovem, sem que fosse pueril ou tola (EBSA, 1969, pp. 2-5). Além disso, pela seleção das ideias feitas pela Editora, chegou-se à conclusão de que a literatura infanto-juvenil tinha que ser "sadia, equilibrada e construtiva" (EBSA, 1969, p. 2).

¹⁷⁵ Aureliano Leite, escritor mineiro tendo por obras: *História de São Francisco de Paula de Ouro Fino*, *Cabo Maior dos Paulistas* e *Terra de Cacique*. Foi membro da Academia Paulista de Letras, sendo ainda presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Lúcia Machado de Almeida, também escritora mineira, nascida em 1912, escreveu o seu primeiro poema aos 14 anos, chamado "Desencanto". Notabilizou-se pelos livros da coleção Vaga-Lume (publicados pela Editora Ática), voltados ao público infanto-juvenil, que fizeram muito sucesso nos anos 1980. Entre os principais títulos escritos por ela, estão "Xisto no Espaço", "Aventuras do Xisto", "O Caso da Borboleta Atíria", "Spharion", além de "O Escaravelho do Diabo". De acordo com EBSA, ambos apresentaram relatórios à Câmara dos Deputados em 28/04/1948. O primeiro, levando as conclusões tiradas pelo III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, a segunda, apresentando um trabalho sobre a juventude amparada pelos pensamentos de Pestalozzi. Ambos tiveram as suas participações registradas nas Atas da Comissão de Educação e Cultura na mesma data (EBSA, 1969, pp. 1-2).

Para a ABE, um livro infanto-juvenil deveria instruir principalmente o conhecimento sobre o Brasil e o exterior; estimular hábitos e costumes, ao "espírito de iniciativa e à prática da cooperação"; recreativo, levando em consideração o "desenvolvimento das crianças e adolescentes". Uma boa literatura infanto-juvenil, segundo essa associação, deveria estimular temas "morais, patrióticos, construtivos e otimistas etc., evitando criar ou estimular descrença, indolência, luxúria, devassidão, preconceito de raça, crime, irresponsabilidade, passividade ou levar a qualquer prática nociva" (EBSA, 1969, p. 5).

Segundo Lourenço Filho, um bom livro infanto-juvenil, resumidamente, deveria: "oferecer ensejo para a evasão e o sonho [...], saber canalizar essa capacidade de sonho e evasão própria e natural na infância"; deveria oferecer "liberdade de espírito"; "alargar o mundo para o adolescente que se considera gênio dentro do seu mundo"; havia de "contentar a imaginação"; havia de ser "motivo para reflexões de estímulos a interesses normais e sadios" e ter a capacidade de "adaptação aos diferentes níveis ou graus de mentalidade infantil", para torná-lo, no futuro "consumidor de boas letras" (EBSA, 1969, pp. 5-7).

Como já discutimos, para os editores de EBSA, o desejo de "evasão", de "sonho" podiam ser reorganizados. Portanto, mesmo diante da literatura, não eram todas as fugas e aspirações que podiam ser autorizadas.

As ideias compiladas por Alfredo Gomes foram analisadas de forma deixar o livro infanto-juvenil com a seguinte característica: o livro deveria ser "interessante, dinamicamente motivado, escrito em linguagem simples e correta, sem cair na vulgaridade de palavras e expressões [...]", quanto à moralidade, não deveria "deturpar a puerilidade ou o desenvolvimento juvenil que, discreta e suavemente, hão de escalar o mundo adulto, sem traumas, saltos ou conflitos", uma boa literatura para crianças e jovens havia de corresponder "paulatina e continuamente à satisfação das necessidades reclamadas pelo desenvolvimento mental com vistas ao amadurecimento e consolidação" (EBSA, 1969, pp. 2-3).

No entanto, da parte da Comissão de Educação e Cultura foi feito um "apelo aos editores" a fim de que procurassem "ajustar essas publicações aos interesses intelectuais e morais da nova geração" (EBSA, 1969, p. 2). Alfredo Gomes, homem da editora, aproveitando as palavras do relatório, enfatizou que, algumas "obras máximas da literatura universal ou de maior expressão não endereçadas a crianças e adolescentes tem de ser facilitadas" no sentido de que deveriam "ser adaptadas ao 'espírito do século'" porque nelas existiam o fundamento motivador no enredo, embora os personagens se conduzam de maneira desatualizada", sem desconsiderar que esse processo de "adaptação" de obras já estava ocorrendo (EBSA, 1969, pp. 2-4).

Embora o espírito do texto recaísse sobre o tipo de literatura que poderia ser "aprovada" em atividades escolares voltadas para a categoria infanto-juvenil, contrapondo-a aos livros que deveriam ser banidos das escolas, o compilador dos textos omitiu duas informações: 1) os relatórios da Comissão de Educação e Cultura, feitos em 1948, estavam estudando a popularidade das revistas em quadrinhos entre os jovens e não atacava os livros considerados "subversivos".

A referência desse fato foi feita de forma indireta por Alfredo Gomes, no sentido de apontar que as revistas em quadrinho aceleravam o processo de "preguiça mental" dos jovens que eram conduzidos pela "influência mal orientada dos recursos áudios-visuais"; 2) o próprio Alfredo Gomes era um notório adaptador de livros clássicos para a infância e juventude, tendo publicado obras tais como *Por mares nunca dantes navegados* adaptação de *Os Lusíadas* de Camões, pela Editora Melhoramentos e "Robson Suíço", adequado a partir da obra de John Rudolf Wyss, pela Abril Cultural.

Por fim, das opiniões desse agregado foram listados os seguintes autores e livros "aprovados" para a juventude: Mark Twain, Dickens, Swift, Kipling, Perrault, irmãos Grimm, Anderson, Segur, Monteiro Lobato. Já os personagens lapidares, seguiam: Robinson Crusoé em Defoe; Starck, em Wyss, e Godfrey, em Júlio Verne (EBSA, 1969, pp. 2-4).

Os três personagens considerados exemplares para os jovens eram homens, imersos em condições adversas, náufragos em ilhas, que em meio à desesperança se lançaram em empreitadas de autossuperação e foram capazes de sair das dificuldades encontradas em um ambiente inóspito, usando a sagacidade individual. É possível fazer outras apreensões sobre esses personagens, como também, é possível considerar que essas qualificações das personalidades já fossem exemplares para os jovens muito tempo antes desse evento. No entanto, não é possível descartar o fato de que essas qualificações coincidiam com as qualidades pedidas à juventude pelos membros da *Revista*.

A formação de lideranças.

Em um sentido, na *Revista* havia a preocupação com a formação de lideranças que promovessem atos com pura espontaneidade, voltadas para a solidariedade e para o espírito de cooperação. Essa era uma das facetas do civismo. Pensando assim, os artigos da *Revista* propunham a construção de um molde de liderança que detonasse uma capacidade juvenil de agir "sem premeditação", como se uma possível aptidão inata para as boas atitudes pudesse ser transformada em hábito.

Por outro lado, havia também a preocupação com os exemplos de liderança que inspiravam a juventude naquele momento. A ocupação de EBSA se voltou para apontar outras formas de se enxergar um líder e se inspirar em seu prestígio.

Já foi discutido que, ao longo da década de 1960, pelo que foi apresentado nos discursos da *Revista*, havia uma contenda a respeito da capacidade da universidade em se manter como centro de formação de lideranças políticas e o comprometimento dos estudantes para com uma formação de bacharéis. Portanto, é possível pensar que a formação de novas lideranças competentes estava sendo deslocada também para outros ambientes e que esse fenômeno social, em que grupos discutiam sobre a preponderância ou não desse status da universidade, tenha sido indicado em EBSA.

Em 1965, o Ministro da Educação Flávio Suplicy dizia que com o uso da lei de controle das entidades estudantis a intenção era também a de criar "novas lideranças sadias, seguras e esteiradas no civismo objetivo e construtivo", a fim de ampliar a voz de uma juventude. Uma juventude que "não somente fala em progresso, mas que também o promove pelo trabalho na grande missão de realizar os ideais brasileiros" (EBSA, 1965, pp. 23-24).

O general Moacir Araujo Lopes, em 1969, procurou demonstrar que uma parte da juventude mundial passava por uma crise com um vetor de caráter regressivo que tentava levar "o homem de volta ao instinto". Portanto, a partir desse pensamento, ao mesmo tempo em que o jovem estaria associado às novidades do mundo moderno, parte das suas atitudes se voltavam, não para um movimento civilizador, evolutivo, mas sim, para uma ideia de primórdios. Em contrapartida, para o general conferencista, se havia um pedido de progressão da juventude, esta aconteceria por meio do "desenvolvimento de todas as forças da humanidade" e que as contribuições de grandes líderes, tais como Jesus Cristo, Moisés, Buda e Zaratrusta não deveriam ser descartadas (EBSA, 1969, p. 36). Para progredir era necessário buscar os bons e idealizados exemplos de líderes carismáticos do passado remoto.

Do mesmo modo que o comportamento dos jovens já tinha sido apontado como uma reconstituição, no presente, do niilismo do passado, na fala de Lopes, também houve um movimento para o passado, de forma a tornar as lideranças antigas, "aprovadas", modelos para os jovens daquele presente.

A partir de 1972, Alfredo Gomes, enquanto escrevia para a juventude, particularmente, encontrou outra bandeira de luta: defender as tradições do passado e batalhar pela construção de um imaginário sobre as honras de personagens da História. Para o autor, aquele mundo estava "maculado" pela "poluição", pois, não havia como compreendê-lo "sem ideias, ideais, sem tradições".

O termo "conflito de gerações", segundo o professor, era uma "psicose" (Gomes, 1972, p. 4). De acordo com a crônica, o desprezo para com as pessoas e atos do passado era uma doença advinda dessa ideia de conflito entre gerações, e o professor não compreendia o motivo da execração pública aos vultos do passado (Gomes, 1972, p. 5).

Da parte do professor-redator, em 1975, fazendo uma recapitulação do período de instituição da disciplina de EMC, o "esvaziamento moral e cívico da juventude brasileira" tinha relação com o "desdém pelas tradições, a repulsa aos pronunciamentos cívicos, como se estivessem superados ou devessem ser ignorados" (Gomes, 1975, p. 10). Para o autor, era mais lúcido contrariar a juventude que desdenhava das tradições (Gomes, 1975, p. 9).

Mais a frente no tempo, em entrevista, o mesmo professor disse que havia um abandono das atitudes e atividades cívicas representadas por cerimoniais que expressavam uma "herança nacional". Por isso, no entender do redator, faltava à juventude um civismo também como prática escolar desses cerimoniais (Gomes, 1977, p. 63).

Para Alfredo Gomes, ele mesmo membro da Comissão Estadual de Moral e Civismo e São Paulo eram nomes da tradição brasileira dignos de dar exemplos aos jovens: a) Vultos nacionais: Tiradentes, D. Pedro I, Duque de Caxias, o Almirante Tamandaré, a Princesa Isabel; b) Republicanos ilustres: Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Benjamin Constant; c) Presidentes: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Campos Sales, Rodrigues Alves; d) Eméritos homens de letras e ciências: Barão de Rio Branco, Joaquim Nabuco, Lafayette Rodrigues, Clovis Beviláqua, Miguel Couto, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas; e) Filosofia, Literatura e Artes: Álvares de Azevedo, Castro Alves, Casimiro de Abreu, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Victor Meireles, Carlos Gomes etc. (Gomes, 1967, p. 162-163).

Para o professor, já sabemos, um nome a ser lembrado eternamente era o de Rui Barbosa. Mesmo após a morte do professor Alfredo Gomes, EBSA continuou rememorando a figura do jurista, político, diplomata etc. No editorial de EBSA, ficou registrado que Rui Barbosa foi "injurado pelo olvido das gerações jovens, aliás, vexando fatos e vultos dignificadores das tradições [...] pela ignorância tendenciosa" que, segundo os editores, a "reinclusão da EMC e o fortalecimento de OSPB procuraram resguardar e defender" (EBSA, 1977, p. 3).

A busca por novas lideranças e as formas pelas quais essas lideranças surgiriam são bons caminhos para o entendimento das políticas voltadas para a juventude, defendidas em EBSA. O foco distintivo que a *Revista* faz para as

lideranças está bastante ligado ao civismo católico, nostálgico, pregado pelos colaboradores da *Revista*, e aquilo que Hobsbawm chamou de uso das "tradições inventadas" (Hobsbawm, 1997, p. 9) que é entendida da seguinte forma:

Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawm, 1997, p. 9).

A tradição inventada, segundo Hobsbawm (1997) inclui a ideia de que as "tradições" podem ser planejadas, formalmente institucionalizadas, dentro de uma sociedade em transformação. Sendo uma "tradição", volta-se para o passado. Mas, por ser planejada, torna esse passado uma construção história da qual é possível fazer um uso conveniente. De acordo com o seu pensamento, existe uma "engenharia social" para que uma tradição seja estabelecida (Hobsbawm, 1997, pp. 21-22). E nesse caso, um dos ritos fundamentais constantemente repetidos em EBSA, diziam respeito à forma como a juventude absorvia o prestígio de uma liderança, que tipo e de onde surgiam essas lideranças.

Já sabemos que os estudantes viam como ídolos os revolucionários e outros jovens militantes, às vezes, como eles, estampados em revistas e jornais de circulação. Tanto viam e se identificavam com eles. Em contrapartida, jornalistas, editores, e militares discutiam a "falta de civismo" dos estudantes ao repelir, segundos suas interpretações, outros tantos líderes brasileiros, preferencialmente do passado, pessoas que, segundos eles, eram exemplares e com os quais estes se identificavam.

Além disso, tal como registramos, observamos o General Araújo Lopes, o Ministro Ney Braga, e Alfredo Gomes reclamarem de que teria havido um "hiato" de aprendizado cívico, desde 1946 até o presente de então. A manifestação do Ministro Ney Braga chegou a afirmar que o civismo em pauta serviria para que as novas gerações soubessem da existência desses planejadores como um plano de auto-afirmação.

O civismo proposto aos jovens pregava a necessidade de estabelecer conexão com heróis do passado. Nomes que, segundo EBSA, já foram submetidos ao crivo da História e que, naquele presente, eram repelidos, por "ignorância" ou por "escárnio".

Mas, para inventar uma tradição também foi usado nomes e exemplos do presente. Sobre isso advertiu o artigo de Perseu Abramo nas páginas de EBSA em 1972.

Em um comentário para a *Folha da Tarde*, o jornalista Perseu Abramo anunciou, o que talvez fosse um novo "despertar" de novas lideranças, em que os veículos de comunicação e as campanhas institucionais fariam uma parceria. Tratou-se de uma campanha nacional destinada a "despertar em todo o brasileiro o gosto pela prática do esporte", em abril de 1972. De acordo com o jornalista, a campanha usando "a força de seus apelos publicitários", além de "slides e slogans", faria incidir sobre escolas e escolares "a presença viva de atletas famosos entre os alunos de 1º e 2º graus" (EBSA, 1972, pp. 39-40)¹⁷⁶.

A EMC, como disciplina, os livros de civismo, os artigos da *Revista*, os meios de comunicação em massa, as campanhas institucionais foram meios para que esse retorno ao passado, passado construído, fosse rapidamente absorvido. Se pensarmos que a construção de um passado, também implica uma inovação, já que é uma nova história, podemos observar alguns pontos interessantes sobre essa "história conveniente" montada para os jovens: a) Ela pode ter sido construída, também, como forma de contra-ofensiva à circulação das imagens de jovens revolucionários do presente; o que, de certa forma, diz algo sobre um possível embate editorial a respeito dos conteúdos de livros didáticos e outros impressos; b) Tinha um apelo nostálgico, pois, as pessoas que propunham esse tipo de civismo, reclamavam de um tempo "áureo", quando as práticas cívicas, cerimoniais, recheadas de símbolos pátrios, eram comuns em vários ambientes, inclusive o escolar; c) Importava ainda apresentar, naquele presente, lideranças "limpas", esportistas, jovens com "responsabilidade social", tanto nas práticas escolares quanto fora dela.

Estabelecer uma rotina cívica é um pouco diferente que criar costumes cívicos. Por um lado, admitiu-se a possibilidade da forja de um passado, criado como uma somatória de vários tempos e querer introduzi-lo na cultura para que

¹⁷⁶ Transcrito de *Folha da Tarde*, São Paulo, 30/04/1972.

isso fosse tornado um "costume". Isso é um pouco diferente de estabelecer um civismo, entendido como uma apreensão de hábitos que fossem rapidamente absorvidos pelas gerações presentes e futuras. Deu-se a impressão de que a EMC era uma espécie de um dispositivo de emergência que intensificava as combinações de mudança ou de resistência às novidades, conforme a necessidade, para que, seja qual for o caso, fossem tornadas sobressaltos sentimentais pela grandeza da Pátria.

Os bons exemplos de "juventude estudiosa".

Foi apresentada em EBSA, uma afluência de jovens aceitos pelo grupo do qual faz parte os membros da Editora do Brasil. A expressão de "bondade" dos jovens estava, acima de tudo, vinculada a ideia de que havia no Brasil uma "maioria de jovens que não se adequavam às determinações da minoria "extremista". Uma parte dessa expressão de "maioria" pode ser compreendida a partir do exemplo dado abaixo, quando se tem a noção do significado do termo "maioria silenciosa".

O *Diário de Notícias*, em 3 de setembro de 1965, anunciou que as "eleições realizadas", após a promulgação da Lei Suplicy, teriam sido um sucesso, pois tinha sido expressiva a participação dos estudantes no processo de votação (EBSA, 1965, p. 47)¹⁷⁷. OESP, um mês antes, noticiou a mesma história de uma forma diferente.

Para o jornal paulistano, teria havido sim um "comparecimento maciço dos estudantes às urnas", mas que seria um erro considerar que os estudantes decidiram dar "apoio" à discutida Lei Suplicy, já que o § 3º do Art. 5º previa o exercício do voto obrigatório. De acordo com o jornal, "se não houve concordância houve pelo menos acatamento", e a "lei foi obedecida" (EBSA, 1965, p. 51)¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/09/1965.

¹⁷⁸ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/08/1965.

Esses jovens, que compareceram às eleições estudantis de 1965 eram considerados bons. Primeiro, porque acataram a lei. Mas, o mais importante, era a ideia de que eles expressaram o que era manifestado pela Lei. Isto é, que eles simplesmente cumprissem as leis estava em segundo plano, o mais importante era noticiar que a própria lei espelharia o que essa parcela da juventude, “maioria silenciosa”, traduzia.

Como havia dito o Gal. Bina Machado, era importante acreditar que o conteúdo da juventude não havia se transformado, porque em essência era bom e que o erro residia na forma como ele se apresentava. Essa também era a posição do Gal. Humberto de Souza e Melo, na sua aula inaugural na Academia das Agulhas Negras.

O General teria dito que os "chefes e líderes verdadeiros" eram o fruto de uma educação que instruíra o pensamento "de modo a conseguir manter a dignidade do espírito humano diante da força material". Dessa forma, "as atividades espirituais" que se voltavam para a "ação e para a luta" seriam desenvolvidas (EBSA, 1969, p. 30). O militar discursava para alunos que se tornariam oficiais e tinha por objetivo resguardar uma ideologia militar, voltada para a guerra. No entanto, o militar, ao admitir a existência de uma dignidade primordial naqueles jovens, apelou para o mesmo tipo de senso do seu colega de Exército: a bondade era uma qualidade inerente ao jovem

Portanto, em EBSA a juventude brasileira foi decantada: ser jovem era, por si só, ser bom. A pureza fazia parte da essência da juventude brasileira.

Os "bons jovens" em associações estudantis: pronunciamentos e atos.

Cuba, como já dito, foi exemplo e chamariz para que os estudantes se sentissem atraídos pela luta revolucionária em plena Guerra-Fria. Mas, do Centro de Química Industrial "Oswaldo Cruz", em abril de 1961, partiu um documento assinado pelo presidente do grêmio, conclamando "todos os seus colegas" contra os "extremistas que ora encetam em favor de Fidel Castro, o Ditador de Cuba, o ateu e comunista", que oprimia e dizimava os cubanos (EBSA, 1961, p. 51). Este Centro Acadêmico não aceitava que, em nome de todos os estudantes, houvesse manifestações favoráveis à Revolução em Cuba.

Em forma de clamor este órgão registrou: "Basta. Chega. Não mais permitiremos que uma minoria extremista fale em nome de nossa classe" e pedia para o "brado de alerta", a fim de impedir que o extremismo deteriorasse ainda mais "a mente de nossa juventude" saísse daquela Escola Técnica (EBSA, 1961, p. 51).

O IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, realizado em Natal em outubro de 1961, foi noticiado em OESP em 22 de outubro como o que teria sido "a traição da UNE e uma grande e merecida lição". Sobre a traição da UNE, tratava-se do apoio dado pela entidade aos membros da Federação de Estudantes Universitários (FEU), representando oficialmente os estudantes cubanos. Sobre a "merecida lição" tratou-se do repúdio dos estudantes "democráticos" à propaganda política que se ergueu em prol do regime de Fidel Castro (EBSA, 1961, p. 35-36)¹⁷⁹.

Foram produzidas duas resoluções pelos "estudantes democráticos": uma que pedia pelo fim dos fuzilamentos e "outorgar o máximo de garantias que o processo revolucionário permite" aos estudantes; outra, pedindo à Comissão de Investigações Estudantis (RIC) da Secretaria Coordenadora da União Nacional dos Estudantes (COSEC), para que realizasse uma investigação sobre a "repressão" que sofriam os estudantes cubanos contrários ao novo regime (EBSA, 1961, p. 32-33).

De acordo com o artigo, nem todos os estudantes pareciam dispostos a defender os atos revolucionários das lideranças cubanas. Nem estavam dispostos a fazer coalizões com os estudantes favoráveis aos fuzilamentos acontecidos na ilha. Da mesma forma que, nem todos os estudantes estavam dispostos a rechaçar o golpe militar em 1964, da forma como o explicitado logo abaixo.

De acordo com EBSA, a União Metropolitana dos Estudantes (UME) "órgão máximo de representação dos universitários cariocas" teria enviado um comunicado à imprensa em abril de 1964, expressando "sua confiança nas Forças Armadas, certos de que eles reconduzirão a Nação à legalidade constitucional" (EBSA, 1964, p. 58).

¹⁷⁹ Transcrito de OESP, São Paulo, 22/10/1961.

Esse manifesto, assinado pelo estudante Antônio Figueira Filho (presidente), Evanildo Japiassú (Vice-Presidente/ "Problemas Nacionais") e Lia Acquarene da Silva (2ª secretária), se posicionou "enfaticamente, contra os extremismos da esquerda e da direita [...]; lutava para que fosse barrada "definitivamente a ameaça comunista [...]"; reiterou a "sua condenação à falsa política de unidade estudantil, espécie de frente única", que visava "massificar os estudantes impedindo a livre manifestação das vontades, oprimindo as consciências"; reiterou "enfaticamente", que a preocupação dos estudantes, naquele caso, prendia-se "aos assuntos que lhes estão diretamente afetos", tais como: "a Reforma Universitária, as melhorias das condições e técnicas de ensino, de modo que sejam preparados profissionais competentes para as tarefas do progresso nacional" (EBSA, 1964, pp. 58-59).

Com esse mesmo intuito, também da parte do Diretório Estadual dos Estudantes do Estado de São Paulo, por intermédio de seu presidente, o estudante Luciano Rodrigues Alves Pedroso, partiu um manifesto de apoio ao Presidente Castelo Branco, por manter "dentro da ordem e da lei as instituições de nosso país" (EBSA, 1965, pp. 28-29).

O manifesto repetia os bordões sobre a ameaça comunista nos meios estudantis. Também, foi favorável ao uso das medidas de segurança nacional que os deixassem "estudar em paz" e se colocaram como a "verdadeira liderança nacional", "pensamento unânime" dos "estudantes democratas". Por fim, julgou que o uso dessa força contra as "minorias" valeria a pena diante do risco de se perder o "futuro da Pátria, o nosso futuro" (EBSA, 1965, pp. 28-29).

Também ficou registrado pelo artigo de Gustavo Corção que estudantes iriam percorrer "colégios e as faculdades buscando adesões" a uma homenagem que estariam preparando às Forças Armadas. Havia, portanto, uma quantidade de mobilizações que atuavam em conjunto com as frentes golpistas. Da parte de Gustavo Corção, ele ficou apreensivo com a notícia de que haveria essa manifestação. Para o jornalista "era feio o zelo desses moços que correm em homenagear os vencedores" e que eles "deveriam abster-se desse tipo de atividade".

Não porque o jornalista fosse contrário "aos bons serviços prestados pelos militares", mas porque os estudantes, favoráveis ou contrários, não deveriam se mobilizar de forma alguma para além do dinamismo "estudantil, escolar, universitário" (EBSA 1964, p. 66)¹⁸⁰. Para Corção estudante bom não tomava posição nenhuma. Ficava parado. Adepto ou adverso, o estudante deveria permanecer dentro da escola e, se preferisse por estar fora, que optasse em ser mais discípulo e menos tutor.

Durante o processo de constituição da Lei Suplicy, foram cunhados como "estudantes democráticos" aqueles que, em comitiva, foram até Brasília apontar sugestões ao "projeto de extinção da UNE e entidades congêneres". De acordo com o publicado em EBSA, o próprio Ministro da Educação teria recebido estudantes de vários estados brasileiros porque estes estariam interessados em "analisar e apresentar ideias visando solucionar alguns casos no âmbito das entidades que representam" (EBSA, 1964, pp. 27-28).

Um mês antes à data quando aconteceriam as eleições gerais de representantes estudantis (16/09/1965), também foi noticiado em EBSA que o Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz" da Faculdade de Medicina da USP, teria realizado uma discussão entre professores e alunos com o propósito de examinar, "com espírito construtivo" a Lei nº 4.464. Da parte do comentarista desta notícia, esses estudantes e professores ganhavam o mérito por causa da sua "generosa compreensão" (EBSA, 1965, p. 34)¹⁸¹.

Pouco se falou dos movimentos estudantis de "direita", anticomunistas. Simões (1985, pp. 82-83), que apresentou a inserção das mulheres na política nos anos 1960, demonstrou que não eram poucos os grupos estudantis cuja participação era "reservada" aos espaços privados, nos lares e escritórios, atuando em parceria aos grupos femininos que faziam do lar a sua maior bandeira de luta¹⁸².

¹⁸⁰ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/04/1964.

¹⁸¹ Transcrito de OESP, São Paulo, 18/07/1965.

¹⁸² Dentre os grupos estudantis anti-comunistas, chamados de "estudantes democráticos" a autora citou: Grupo de Ação Patriótica (GAP), patrocinado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), a Vanguarda Universitária Católica, Associação dos Estudantes Democratas, Movimento de Arregimentação dos Estudantes Democráticos (MAED), Frente Estudantil de São Paulo, Movimento Estudantil Democrático, Movimento Estudantil de São Paulo, Frente da Juventude Democrática. Todos aderiram à "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" (Simões, 1985, pp 158-161). O documento da Polícia Federal sobre as entidades estudantis nacionais e internacionais apontou que havia dois grandes grupos estudantis anticomunistas atuantes no Brasil: a "Frente da Juventude Democrática" e a "Cruzada

Os jovens das associações estudantis que rechaçavam a atuação dos seus pares de “esquerda” foram apresentados como uma alternativa ao “outro” movimento estudantil. De acordo com os artigos em EBSA, julgou-se que a participação de estudantes em associações era possível quando praticada uma política de conciliação, principalmente se feita em conjunto com as ideias oficiais.

Atividades Extra-Escolares julgadas interessantes.

Tomadas por um espírito voluntarista, eram consideradas boas atividades extra-escolares, aquelas que partiam da disposição planejada de algum professor que organizava passeios de caráter instrutivo ou prático para com os seus alunos, das formas como se seguem pelos exemplos abaixo.

Foi noticiado em EBSA que no Maranhão, em outubro de 1961, uma viagem à Fortaleza, por "motivos pedagógicos" das alunas da Escola Normal de São Luis, sob a orientação da professora Oceanira Galvão, sob patrocínio do governo do estado, que cedeu "dois ônibus à disposição da caravana". Viagem de alunos, por motivos pedagógicos, em caravanas solidárias, era visto com bons olhos.

Também era satisfatório quando alunos do terceiro ano do curso científico do Colégio São Luis, também no Maranhão, fizessem "estágio" no interior do estado, para visitar "usinas de arroz e açúcar" em companhia de "professores e engenheiros-agronomos" dentro do programa de Estudos Econômicos (EBSA, 1961, p. 36).

Mas, nos anos 1960, dentre todos os trabalhos organizados por aqueles que eram considerados "juventude estudiosa" ou "estudantes democráticos", ficou marcada como importante a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG). Vista como a mais nobre forma de atuação de uma juventude voluntarista e produtiva e que, à época (1963) estava completando 20 anos de existência.

A CNEG enaltecida pelo *Jornal do Commercio* em abril de 1963, foi obra de uma "chama" que "iluminou" o acadêmico de Direito Felipe Thiago Gomes. Diante dos números apresentados, em 1963, a CNEG contava com quinhentos ginásios espalhados por todo país provendo "oitenta mil moços sem recurso" e fazendo da campanha a "terceira força educacional" do Brasil (EBSA, 1963, p. 58-59).

De acordo com EBSA, a CNEG que foi reconhecida como "utilidade pública" pelo Decreto nº 36.505 de 30/11/1954, "foi levada a efeito por um punhado de jovens idealistas" em Recife em 1943 a partir da Campanha do Ginasiano Pobre (Alves, 1957, p. 29). Também de acordo com a *Revista os moços recifenses* que iniciaram a campanha não "tinham dinheiro" e buscaram quem pudesse dar "aulas sem remuneração". Anos mais tarde, e ainda contando com o "apoio de centenas de brasileiros esclarecidos que dão um pouco do seu tempo e dos seus recursos para o levantamento cultural do nosso povo", seguiu a CNEG, ampliando o quadro de atividades nas escolas: nível secundário e técnico-industrial. De acordo com EBSA isso foi inspirado por "sadios princípios cristãos de fraternidade humana".

Outra atividade estudantil extra-escolar exaltada nos artigos de EBSA foi o Projeto Rondon. O Projeto Rondon foi saudado antes mesmo de ele ser anunciado como grupo de trabalho permanente pelo Decreto nº 62.927 de 27/junho/1968.

Mas pensar que a condição do trabalho extra-escolar direcionado pelo governo não tinha como objetivo exclusivo dar fim ou purificar o movimento estudantil. Essas atividades de ação comunitária faziam parte de um planejamento maior tinha relação direta com as atividades empreendidas pelas Forças Armadas, pensado como plano dinamizador de propostas apresentadas na DSN. Serviços de apoio às comunidades carentes proliferaram nessa época e estavam previstos em planejamentos propostos pela Unesco, e em programas com fins geopolíticos específicos para a América Latina como forma de intervenção social para a aceleração do desenvolvimento, conforme ao estabelecido pela *Aliança para o Progresso*¹⁸³.

¹⁸³ A "Aliança para o Progresso" foi idealizada no *Encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Interamericano*, realizado em Punta del Este, no Uruguai, no período de 5 a 17 de agosto de 1961. Foram exemplos de programas especificamente voltados para o atendimento de comunidades pobres ao longo do mundo nesse período: *Indian National*

Entretanto, em julho de 1967 a *Revista* apresentou o que seria uma "missão do estudante em férias". O caso era ir até Guajaramirim em Rondônia e prestar atendimento à população local e das áreas circunvizinhas "dando vacinas", "noções de higiene" e "abrindo 600 metros de estradas por dia". O grupo de trabalho foi composto por 30 estudantes, alunos dos cursos de Geologia, Topografia e Geografia Econômica. O principal organizador da empresa foi o professor Wilson Choeri, da Universidade Estadual da Guanabara.

Segundo o registro, pouco tempo houve para "turismo", pois uma quantidade imensa de trabalho teria ocupado a maior parte do tempo dos estudantes. Para o professor Choeri, um dos objetivos do projeto era o de trazer a "realidade nacional" para uma vanguarda brasileira. Findada essa primeira etapa, todos os estudantes deveriam apresentar relatórios de trabalho e receber NCr\$ 300,00, tendo as despesas de alimentação e estadia bancadas pelo Exército e o Ministério do Interior (EBSA, 1967, pp. 37-38). Essa experiência ficou conhecida mais tarde por Projeto Rondon – zero (Pro-0)¹⁸⁴.

Conforme disse Gaudio (1987), os jovens seriam levados por uma "mística rondonista" que deveria ao mesmo tempo dar uma formação profissional dimensionada a problemas nacionais reais e passar ao jovem um sentido de atuação prática, por serviços prestados, diante da realidade encarada (Gaudio, 1987, p. 56). Essa ideia não só demarcava a utilidade do estudante prático, como balizou um sentido de extensão universitária que tinha a ver com uma produção de conhecimento, em que o saber e a realização fosse a expressão de uma modificação no aluno, a partir dos resultados de suas atividades com a comunidade.

Portanto, eram três as proposições de atividades extra-escolares julgadas interessantes de acordo com EBSA: 1) Práticas escolares que

Service (Índia); *Teachers Corps* (EUA); *Ethiopian University Service* (Etiópia); *Iran & Corps* (Irã); *Self Programming Groups* (Hong-Kong); *Graduate Volunteer Program* (Tailândia); *National Development Service* (Nepal); *Nigeria's National Service Corps* (Nigéria); *Keni National Youth Service* (Quênia); *Community Service Volunteer* (Inglaterra) e, "Projeto Rondon" (Brasil) (Gaudio, 1987, p. 53).

¹⁸⁴ Em 1974, a estrutura administrativa do projeto Rondon compreendia 15 coordenações estaduais e 49 coordenações de área. A coordenação regional sul (CRC-sul), por exemplo, mantinha sete campus avançados, considerados uma extensão universitária fora da sua área geo-educacional. Até aquele ano 63.713 estudantes foram trabalhar em 1.952 municípios brasileiros (2/3 do total). A ideia de "campus avançado" ligava uma universidade do Centro-Sul a uma região distante, na Amazônia, de preferência, tendo o ano todo um professor residente e estudantes fazendo rodízio (Cunha, 2007, p. 67).

deveriam ser planejadas por professores e tivessem algum fim pedagógico, relacionando a teoria à prática; 2) Práticas individuais, solidárias, filantrópicas, que fossem estimuladas a partir de um movimento idealista em benefício de "sadios princípios"; 3) Práticas institucionais em que os estudantes pudessem exercitar um aprendizado e recebessem remuneração pelo trabalho prestado. Trabalho compreendido como "expansão de horizontes", compreensão da "realidade nacional".

O *Diário de S. Paulo* considerou que o Projeto Rondon era uma espécie de estágio da juventude brasileira para a "vida pública" (EBSA, 1971, p. 74). Isso, por conta de dois motivos.

O primeiro, porque a expedição "Missão Rondon" dava um sentido "pragmático ao seu idealismo" viajando por estradas como a Transamazônica ou a Cuiabá-Santarém para "implantar campanhas de saúde", "ministrar noções de aproveitamento agrícola", "ministrar os primeiros remédios aos doentes".

O segundo motivo, porque "as jovens gerações" ainda estavam por descobrir "dois terços do Brasil", em alusão aos "dois Brasis" encontrados por Euclides da Cunha. De acordo com o jornal, os jovens já tinham a "consciência dessa necessidade histórica" e "tornou-se o intérprete esclarecido do atual Governo da República com os seus notabilíssimos esquemas de Integração Nacional"(EBSA, 1971, p. 72). De acordo com o artigo, o projeto Rondon, em 1971, já tinha atingido o Vale do Amazonas, no município de Eurunepê; as regiões interioranas do Acre; "grande parte" do Mato Grosso; interior do Piauí; o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e a Alta Mogiana em São Paulo.

O Projeto Rondon, na sua forma ideal, pode ser apontado como o melhor contorno de atuação juvenil no período, segundo os pareceres dados em EBSA: era um projeto voltado para jovens estudantes; era tutelado por adultos; os jovens aplicariam os seus conhecimentos, exercitariam o "idealismo de forma pragmática"; conheceriam alguns dos reais "problemas brasileiros" e, por fim, saíam remunerados: sinal de que trabalharam.

Marcas de um redator cristão: "Cristo morreu jovem para que o espírito humano não envelhecesse e se desfizesse na inutilidade das coisas"¹⁸⁵

Em 1972, o redator de EBSA escreveu sobre a evolução do ideal educativo, dizendo que ele era "histórico" e que se modificava de acordo com as necessidades sociais (EBSA, 1972, p. 3). Para o autor, o ideal educativo era antecedido pelo ideal social. Gomes afirmou que o trabalho pacífico sempre foi o ideal de todas as coletividades e pensando no preparo dos indivíduos: "Cada geração prepara para lhe suceder a geração que desponta" (EBSA, 1972, p. 3)

Um mês mais tarde, dando continuidade à discussão da relação entre o ideal educativo e o ideal social, o redator disse que a nova educação estava a se preocupar com um homem "sem moldes": um "homem consciente, o que age, porque 'sabe porque age', o homem responsável". Para o autor, o ideal educativo estava democratizado, porque as classes que compunham a escola não provinham "apenas da tradição". Portanto, segundo o autor, a educação não tratava mais dos direitos dos privilegiados e dos deveres dos "menos favorecidos". Naquele momento, tratava-se de uma educação "com direito e deveres para todos" (EBSA, 1972, pp. 4-5).

Para o autor, muitos foram os paladinos da Educação. No entanto, segundo o redator, os problemas educacionais estariam resolvidos se aos educandos fosse repassado o sentido cristão do "viver bem", registrado pelo Papa Pio XI na Encíclica *Divini Illius Magistri*. Isto é, porta-se bem nesta "vida terrena" buscando "alcançar o 'fim sublime' para o qual foi criado" (EBSA, 1972, p. 6).

De acordo com o autor, "viver bem" a vida terrena, no aspecto político-social significava o estabelecimento da "integração e do equilíbrio entre os grupos" que compõem uma comunidade. Referiu-se a um ideal educativo que delineasse o homem à comunidade, "perfeitamente ajustado", projetando esse ideal para frente. Pois, a intenção não era formar "só para viver o dia de hoje" (EBSA, 1972, p. 6).

¹⁸⁵ Frase de Alfredo Gomes escrita em janeiro de 1974 para comentar o discurso do General Humberto de Souza Mello, Comandante do IIº Exército quando o militar falava aos jovens de São Paulo e do Mato Grosso, sem indicar o motivo ou o local (EBSA, 1974, p.5).

A Encíclica determinou em 1929 que o fim sublime, após a morte, era o principal objetivo de uma verdadeira educação cristã. Jesus Cristo foi apontado como o verdadeiro modelo à juventude, principalmente durante o “período da sua vida oculta, laboriosa, obediente”. Mas o documento não necessariamente associou essas ideias ao “viver bem”. O ajustamento do jovem aparecia como um dever cumprido para Alfredo Gomes, porque a Encíclica reconhecia os trabalhos dos leigos atuantes em benefício das causas educacionais dentro da Ação Católica. Fazer com que os jovens fossem “ajustados” apareceu como uma bonificação espiritual para o redator.

Wandick da Nobrega, diretor geral do Colégio e Faculdade de Humanidades Pedro II, compartilhou com Gomes a mesma alegria por sentir o jovem “perfeitamente ajustado”, ao relatar a entrega de prêmios aos vencedores do concurso instituído pela Portaria nº 17 de 10/03/1973 do MEC. Essa portaria teria instituído um concurso solicitando o pronunciamento dos jovens sobre a “Revolução de 1964” (EBSA, 1973, p. 53)¹⁸⁶.

De acordo com o professor, quando os jovens eram “devidamente esclarecidos” dificilmente trilhavam por “ínvios caminhos”. Para o professor, foi surpreendente a “resposta compacta” estampada “nas centenas de monografias, de cartazes e dezenas de hinos apresentados à apreciação das comissões julgadoras” em favor dos “três governos da Revolução no espírito da juventude” (EBSA, 1973, p. 53). Com orgulho, o diretor disse que os alunos do Colégio Pedro II davam “um grito de alerta aos milhares de jovens espalhados por todos os cantos do nosso vasto território” (EBSA, 1973, p. 54).

Pensando na juventude, dentro do seu conceito de “viver bem”, Alfredo Gomes demarcou em setembro de 1975 que a juventude sadia estava “posta em seu devido caminho” e que, para não ser esquecido, o objetivo final era sempre “o Homem” (EBSA, 1975, p. 12). A notícia de que os alunos do Colégio Pedro II teriam participado ativamente, “no seu lugar”, de um “chamamento cívico”, foi publicado como um indício sobre o atendimento escolar às políticas prescritivas prezadas pela Editora. Essa possível combinação entre a prescrição e a prática deve ter aliviado o principal porta-voz da Editora do Brasil.

¹⁸⁶ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17/08/1973.

Deve-se pensar, enfim, que como força em potencial de transformação da sociedade, a "vanguarda brasileira" proposta na *Revista*, se praticasse política, deveria ser uma política operacional. Os estudantes deveriam estar ativados em atividades que procurassem agregar novos adeptos interessados. Um estudante perfeitamente ajustado deveria praticar um civismo patriótico que foi associado às cerimônias e ritos escolares feitos dentro da escola; à atuação "prática" diante da realidade brasileira; à atitude voluntarista.

Preferencialmente, o ato concreto deveria estar acima do sonho. E a purificação ritualística passava pela crença do jovem em uma "realidade" histórica inventada e lançada para o futuro: de que havia semelhanças entre eles o Brasil; ambos jovens e cheios de potencial. A partir daqui, os jovens tinham outro tipo de sonho grandioso.

No entanto, tal como a própria *Revista* afirmou, os jovens eram os "termômetros" da vida em sociedade, pois conseguiam medir, a partir deles próprios o que acontecia no mundo. Nos anos 1970, já falando, de outro grupo, de estudantes atuando na escola, e não mais dos estudantes "inquietaos", a *Revista* apresentou o que, para os seus responsáveis, era o surgimento de novas ocorrências intra e extra-escolares entristecedoras.

Fenômenos de uma nova época: os estudantes se expressavam por gestos diferentes.

– Estudantes vitimados pelos tóxicos.

A primeira menção sobre o uso de drogas nas escolas feita em EBSA foi relatada pelo professor Mário Brito, diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro por meio de um ofício ao Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina. No ofício foi dada a "ciência das irregularidades observadas [...] quanto ao uso de drogas excitantes". Em seu ofício o professor apontava o uso de estimulantes pelas alunas, às vésperas das provas, o que "vinha alterando a vida normal do educandário" (EBSA, 1957, p. 41).

Dez anos mais tarde, mais uma vez preocupado com a "formação moral" da juventude, o *Diário de Notícias* apresentou, em setembro de 1967, outra perspectiva sobre o uso de drogas pelos estudantes. De acordo com o

jornal, o caso do uso de drogas entre adolescentes ultrapassava as "faixas dos regimes e das ideologias políticas"; tinha a ver com a desintegração da "família moderna"; estava relacionada ao mau gosto do que era visto na TV; mas, sobretudo, tinha associação a um novo "processo de quase imperceptível desagregação": o comércio de entorpecentes e outros comércios clandestinos nas portas das escolas. Para o jornal, no caso brasileiro, e "mais rigorosamente no caso carioca", já havia uma "indústria de tóxicos" que requeria atenção (EBSA, 1967, pp. 50-51)¹⁸⁷.

Em 1970, o *Correio da Manhã* já apresentava os tóxicos como "uma grande ameaça", dizendo que a nação modernizada criava "problemas novos" e que a juventude, dentro de um "sistema nacional de convivência" (escolas, universidades, cinemas, exposições, campos de desportes, ruas) estava exposta ao problema. Essa parcela de jovens estaria "ameaçados de não poder participar da grande Nação que estava sendo elaborada" (EBSA, 1970, p. 65)¹⁸⁸.

No artigo, foi apresentada a existência de uma proposta de projeto de lei que dotasse o país de uma nova e "drástica" legislação contra traficantes e vendedores de drogas. Pelo Juizado de Menores foi realçada a relação direta entre drogas e delinquência juvenil. Já para a área pedagógica, era importante que os funcionários das escolas se tornassem anunciantes dos perigos do uso de "substâncias tóxicas, depressivas e estimulantes" (EBSA, 1970, p. 66).

Progressivamente, os artigos da *Revista* passaram a apresentar uma mobilização nacional em torno da questão sobre o porte e o uso de drogas por jovens e puseram-se a discutir um planejamento educacional. A escola, pelos discursos, foi tornada um local de especializados no assunto dos "tóxicos" e, sendo assim, ali dentro, seria feita a prevenção e a salva-guarda dos alunos.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, aconteceu o *I Fórum de debates sobre os Tóxicos* com 700 participantes. Uma síntese com as resoluções deste fórum teria sido apresentada pela Assembléia Legislativa do estado ao Presidente da República. Neste documento, segundo o artigo, foram registradas várias posições em que os legisladores, os serviços oficiais, as entidades privadas e a polícia, juntos, desenvolveriam políticas de prevenção

¹⁸⁷ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/09/1967.

¹⁸⁸ Transcrito do *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09/11/1970.

do vício, de recuperação do viciado, apreensão dos culpados, criação de uma lei própria ao caso.

Sobre a escola, ficou resolvido que havia a necessidade de formação de um grupo de especializados para que estes pudessem atuar em vários ambientes. Foi sugerido, portanto, a criação de cursos de pós-graduação, para psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, enfermeiros, sociólogos e economistas, uma vez que no Brasil não havia "profissionais técnico-científicos" para esse fim (EBSA, 1971, pp. 36-37).

Já o professor João Lyra Filho, da Universidade Estadual da Guanabara, em março de 1972, teria dito, em Aula Magna, que o desencontro de gerações seria "tanto maior quanto mais cronologicamente afastadas" e que, para "alcançar a confiança dos jovens" de forma a estabelecer um "diálogo" era a melhor forma de educação. Não deixou o professor de relacionar o consumo de drogas ao binômio Marx e Freud, nem de desvinculá-lo do erotismo e da apostasia religiosa e do solapamento dos laços familiares (EBSA, 1972, p. 42).

No entanto, o autor julgou que havia na juventude uma "insatisfação" e que esta tinha "variações no tempo e no espaço." Para o professor, tanto o uso de substâncias tóxicas quanto bebidas tinha relação com essa insatisfação histórica, que, no caso, estavam relacionadas à "necessidade de fuga" da dor. Por outro lado, o conferencista dava a entender que, por causa de uma dor, os jovens estavam buscando uma satisfação nos tóxicos e bebidas (EBSA, 1972, p. 42).

No 1º Congresso da Associação Médica do Estado da Guanabara em junho de 1972 uma mesa redonda discutiu a toxicomania. A estatística foi apresentada pelo médico Oswald de Andrade. Os números apresentados para a Guanabara, no Pronto Socorro Psiquiátrico, marcavam 11.800 atendimentos, sendo 716 para causas de dependência a tóxicos e 226 para casos de alcoolismo. O médico apontou que o LSD já tinha tomado "amplitude" e por não ter "cheiro, nem cor, nem gosto" dificultava o controle policial (EBSA, 1972, p. 39).

Já o professor Enrie Laborit, da Universidade de Paris, avaliou que nem campanhas educativas, nem ações de polícia resolveriam o problema, pois a questão pediria uma transformação do comportamento social da

humanidade: "opressiva", "alienante" impeditivo à participação ativa da juventude, época de "tecnicismos" sobrepunham a matéria ao "comportamento nervoso" (EBSA, 1972, p. 38).

Para o professor José Carvalhal Ribas, da USP, a "fuga" da realidade da parte dos jovens ao fazer uso de tóxicos, fosse para livrarem-se das "angústias" produzidas pela sociedade era plausível. O professor Jorge Alberto, por sua vez, disse que a "ânsia de participação" dos jovens era "encontrada através das drogas" e que as campanhas que tentavam afastá-los das drogas, ao contrário, conduziam-nos ao vício (EBSA, 1972, p. 38).

Em julho de 1977, a *Revista* apresentou um debate entre o Comandante do III Exército, General Fernando Belfort Bethlem e o coordenador da Superintendência Regional da Polícia Federal, Sr. José Antônio Hahn, durante uma conferência que o policial fez aos oficiais do III Exército.

Para o general, nos tempos em que ele era estudante, a cocaína era de uso restrito "à classe dos artistas e dos jogadores de futebol", mas naquele momento, solapava a juventude como "estratégia de ataques comunistas". Já o policial federal afirmou que o combate às drogas "não era um trabalho isolado", mas que deveria ser uma ação "preventiva e repressiva conjunta" e que somente os programas educacionais, e a prisão de "personalidades desajustadas" não dariam fim ao problema. Segundo o Sr. Hahn, o que estava acontecendo era um fenômeno urbano em que eram consumidas maconha, produtos sintéticos, anfetaminas e o "início do ciclo da cocaína" e que 60% dos casos de consumo estava entre a faixa etária de 19 aos 23 anos, (EBSA, 1977, pp. 56-57).

De acordo com a *Revista*, esse fenômeno urbano apareceu como um acontecimento repentino. Tanto as campanhas quanto pesquisas acadêmicas passaram a ser notificadas como forma de compreensão e contenção dessa ocorrência. De um lado, a despeito da polêmica causada sobre os efeitos das campanhas, se positivos ou não, em EBSA ficou registrado que elas tentariam preencher de conteúdo a comunicação de "jovem a jovem" (EBSA, 1972, p. 35).

De acordo com o comunicado do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, a campanha seria feita "sem alardes" e a base de distribuição de

conteúdo informativo seria feitos nas aulas de Biologia dentro de ginásios e colégios. Para o Ministro, a conclusão de que seria "ruim tomar drogas" seria feita pelos próprios adolescentes por meio da observação de palestras teórico-práticas [com a utilização de cobaias animais] feitas por especialistas acadêmicos (EBSA, 1972, p. 36). De acordo com Passarinho, os jovens deveriam ter a noção "exata" do que eram drogas e as suas classificações. Além disso, durante as palestras seriam evitados os "apelos emocionais ou sentimentais" e enfatizado a "verdade sobre drogas" fosse ela qual fosse (EBSA, 1972, p. 35).

Já sobre a pesquisa, informou EBSA que 150 mil questionários a fim de se constatar a presença do uso de drogas dentro das escolas superiores seriam distribuídos pelas universidades do país. Esse questionário, de acordo com a *Revista*, foi coordenado pelo professor Irineu Strenger, Diretor da Coordenação de Saúde e Assistência Social da USP e os seus resultados seriam apresentados no I Congresso Internacional sobre o uso de Tóxicos pela Juventude Universitária e dariam subsídios para a adoção de uma "nova política" de combate ao tóxico, já que, o próprio professor parecia discordar da política empreendida até então (EBSA, 1974, p. 43).

Alguns vestígios dados pelos artigos de EBSA indicaram que o uso de "tóxicos" pelos jovens, e principalmente, pelos estudantes nas portas das escolas parecia ser um assunto novo e surpreendente. Todos os fóruns de discussão apresentados, fossem regionais ou internacionais, foram demarcados como um "primeiro encontro". Mesmo a fala do General Bethlem, ainda que preconceituosa, especificou uma mudança de público consumidor de drogas, apontando para a existência de uma relação mais direta entre estudantes e traficantes.

Essa possível configuração social, em que estudantes e "marginais" compartilhavam os seus diferentes interesses na porta da escola acabou por despertar o conteúdo de EBSA para um novo tipo de "anormalidade". Tratava-se de uma "aberração" que tinha a ver com o vício em entorpecentes, mas que também estava relacionada ao contato estabelecido entre os estudantes e os meios "marginais" da sociedade, segundo ao que foi denunciado pelo General Bethlem.

De acordo com os registros, os jovens estavam entrando em contato com os "tóxicos" em seus espaços de socialização, inclusive a escola. Para os especialistas ouvidos, professores, médicos, policiais, os jovens estavam sendo oprimidos pela sociedade moderna. Para o professor João Lyra, a "insatisfação" dos jovens era historicamente constituída. Segundo o professor, os jovens por conta da "insatisfação" da sociedade moderna, buscavam as drogas como meio de fuga de "uma dor". Da mesma forma, o professor Ribas da USP, julgou que a "ânsia de participação" dos jovens disparava a procura pelos "tóxicos".

De certa forma, se o mundo era o fator de insatisfação dos jovens, isso significou que o consumo de drogas foi associado a alguma satisfação: por ter angústias recebidas e vivenciadas na e pela sociedade, os jovens buscavam em drogas e bebidas algum júbilo. E a "porta da escola", ambiente de convívio dos estudantes, não ficou refratária a este novo fenômeno.

A escola, segundo os discursos, seria transformada em local onde seriam alojados os sujeitos responsáveis pela prevenção, aconselhamento e guarda dos estudantes. Dentro da escola, seriam aplicadas as "campanhas" de prevenção, e, também, seria estabelecida uma didática voltada ao olhar: ver e compreender o que eram as drogas, "sem apelos emocionais".

Se por um lado o consumo de drogas estava na porta da escola, por outro, um conhecimento sobre os "tóxicos", parece ter partido de dentro dela.

- Estudantes: uma geração "sem palavras"¹⁸⁹.

No capítulo 2, apresentamos o desgosto dos artigos diante da forma como os estudantes articulavam os seus discursos nos atos políticos. A forma de falar continuou sendo motivo de discussão nos artigos da Revista nos anos 1970. No entanto, é necessário apontar que, diferentemente da década anterior, as queixas sobre a forma de falar dos jovens, foram direcionadas para dentro da escola, como um fenômeno que também dizia respeito aos procedimentos escolares aplicados sobre o aprendizado da língua. Portanto, tratava-se da mesma discussão, mas com novos apelos.

¹⁸⁹ Citado pelo professor Afonso Romano de Sant'ana, diretor do Departamento de Letras da PUC-RJ. Transcrito de *O Globo*, Rio de Janeiro, 11/10/1975 (EBSA, 1976, p. 7).

No editorial de agosto de 1972, EBSA apresentou um artigo irritado sobre o aprendizado da Língua Portuguesa, falada e escrita, na escola. Para o autor, havia uma visível transformação na forma como o Português estava sendo expresso. Para o professor Gomes, com as desculpas de "dinamicidades, atualizações e renovações impostas por 'nova' era influenciada pela tecnologia", a língua portuguesa estaria sofrendo, também, um processo de "poluição" (EBSA, 1972, pp. 3-4).

De acordo com Gomes, "já não se tratava mais do império criptológico da gíria (...), mas da infeliz fluidez de barbarismos e barbaridades com inusitadas conotações semânticas nas chulices" de certas "confrarias", principalmente na imprensa falada ou escrita (EBSA, 1972, p. 4). Nessa nova coletânea de arquivos, o autor não reclamava mais da forma como os estudantes falavam, porém apresentava o que, para ele, já era o estabelecimento de uma nova forma de falar e escrever.

Para o professor, os problemas eram de várias ordens: a) havia o desconhecimento do vocabulário da própria língua do país, como resultado da falta de conhecimento dos grandes clássicos da literatura; b) existia a ampliação do uso de palavras estrangeiras misturadas à comunicação da Língua Portuguesa, principalmente palavras inglesas, tais como: *input*, *output*, *feedback*, *softivere* [sic], *time-sharing*, *on line*, *know-how*, *follow-up* etc.; c) mesmo os atos oficiais registravam uma proliferação de palavras consideradas estranhas ao autor: *performance*, abordagem, reciclagem, grupo-tarefa, livro-texto, aporte. De acordo com o professor esse era o primeiro passo para que se chegasse "ao cara, à cuca, ao grilo, ao bicho e ao chato, ao pô, ao já era, ao deixa prá lá" em todos os lugares (EBSA, 1972, pp. 4-5). Portanto, a escola não era o centro do problema. Para o autor, havia um excesso de palavras "inadequadas" circulando em diferentes espaços de onde não escapava a escola.

Para o professor, parte dessa nova forma de falar era responsabilidade de uma "nova doutrina gramatical" que estava se espalhando entre os responsáveis "pela educação de crianças e adolescentes". Para o redator, a posição dos linguístas diante de uma linguagem juvenil "imatura", acabou transformando o pensamento e a atuação dos professores. Estes passaram a julgá-la um "organismo vivo". Segundo o professor, "palavrão", antes "falta de

educação", passou a "válvula de descarga emotiva" (EBSA, 1972, p. 6). De acordo com o professor, "linguagem acústica", "conceitos" de "signos e regras, de níveis e padrões, de terminologias ou institucionalizações", "neogramaticidade", "estruturalidades" etc. eram símbolos de corrupção da língua (EBSA, 1972, p. 3).

Alguns anos mais tarde, Alfredo Gomes julgou que os professores tinham dificuldade em entender a "linguagem confusa e intrincada das traduções de livros versando sobre 'comunicação e expressão'" que, à época, "inundavam o mercado livresco nacional" (EBSA, 1976a, pp. 5-6). Por isso, segundo Gomes, os professores se voltaram ao ditado, a "organizar apostilas", fazer "colcha de retalhos", a usar "tesoura e cola" ou "alinhavos mal datilografados", bem como, abriram mão da "higiene vocabular", pois tinham receio de parecerem "quadrados..." (EBSA, 1976a, p. 7).

O professor Gomes, enquanto partia em defesa da produção de livros indo contra as práticas docentes, julgou que os professores estavam "confusos" com o excesso de novos conhecimentos sobre o funcionamento da Língua instaurados naquele momento.

Já o jornal OESP, em outubro de 1972, julgou que o Brasil, devido a sua "baixa densidade populacional" ficou vulnerável ao fenômeno conhecido como "contracultura" e que a área que mais agudamente se fez sentir essa relação teria sido na linguagem. De acordo com o jornal, "falar com um mínimo de correção" chegou a constituir naqueles tempos "uma atitude socialmente condenável" e que a fala "coloquial, estropiada", o "*basic portuguese*" [grifo na fonte] dos locutores de rádio e da televisão estavam popularizando a "língua vulgar" (EBSA, 1972, p. 48)¹⁹⁰.

De acordo com o texto a contracultura forçou um "desnudamento histórico, de abandono e mesmo repulsão da História enquanto norma social e forma de conhecimento" e que esse fenômeno estava estabelecido no mundo educacional. Para o jornal, nesse mesmo contexto, a manifestação do CFE, posicionando-se contrário à inclusão de textos de autores portugueses em livros didáticos brasileiros era uma "decisão positivamente estúpida". Da mesma forma que mães de alunos reclamando com professores contra uma prova sobre *O Ateneu*, pois que "ninguém entendia aquele fraseado", era a

¹⁹⁰ Transcrito de OESP, São Paulo, 12/10/1972.

expressão da "pobreza endógena" da linguagem falada naqueles tempos (EBSA, 1972, pp. 47-48).

No capítulo anterior, o General Araújo Lopes já havia feito referência às formas de apropriação das mensagens publicitárias pelos jovens, indicando a presença de elementos que compunham um universo chamado convencionalmente de "contracultural": a manifestação de hippies e as novas formas de percepção da realidade. Também indicou que, em 1968, havia um entrelaçamento de costumes compartilhados por jovens da mesma faixa etária, mesmo que o objetivo e a forma de suas manifestações fossem diferenciadas.

Mas, embora OESP responsabilizasse o movimento "contracultural" pela "pobreza endógena" da comunicação daquela época, foi necessário separar o conteúdo das reclamações que surgiram nos artigos. A discussão sobre a contracultura e a relação disso com os acontecimentos relatados nos artigos nos anos 1970 merecerá uma análise mais detalhada nas conclusões deste trabalho. Por enquanto nos concentraremos nas queixas sobre a comunicação da Língua Portuguesa.

Tanto Alfredo Gomes quanto OESP demonstraram que uma nova forma de comunicação estava instituída em diversos espaços, pois havia uma forma modificada de transmissão e de recepção da palavra escrita e falada. E não se tratava de um fenômeno observado nas ruas, mas de um evento que podia ser observado dentro da escola por sinais evidentes, segundo o professor: mestres, estudantes, pais de alunos, se pronunciavam de forma diferente com gírias, neologismos, palavras estrangeiras, língua "vulgar", língua do povo. E que tudo isso estava misturado ao que os autores chamavam de "comunicação correta".

De acordo com o autor, língua vulgar do "sossego dos que não sabem a sua língua", expressão da preguiça, do mau gosto, da ignorância, "daquilo que o grande escritor lusitano – Alexandre Herculano – tratara por um nome angolês (língua bunda)" (EBSA, 1972, p. 6).

E dentro da escola os autores ainda apontaram para mais dois acontecimentos: um dizendo que novos conhecimentos sobre o funcionamento da língua estavam transformando os conceitos dos professores; o outro, mais uma vez, voltava a defender a produção de livros.

Ao procurar os responsáveis sobre a questão da perda das palavras, a tese de Alfredo Gomes apontou para as teorias sobre a linguagem, com as suas "estruturalidades", até o interior das salas de aula, local onde os professores estariam apelando aos materiais didáticos caseiros, "cortados com tesoura". Em OESP, o que estava estabelecido era uma "recusa" à História, que, neste caso pode ser entendido como querer falar de uma forma "moderna": falar como se falava no rádio e na televisão.

Dias depois da queixa de OESP, uma carta de Paulino Saraiva, editor, livreiro e presidente da Câmara Brasileira do Livro endereçada ao redator do jornal em diálogo com o artigo anterior foi publicada em EBSA. De acordo com o editor o uso da expressão "já era" ao ser enunciado a leitura de um Camilo [em referência a Camilo Castelo Branco] demonstrava o repúdio dos estudantes aos clássicos e a aceitação das trivialidades dadas por professores "de cursinho", que ensinavam macetes; usavam apostilas em vez de livros (EBSA, 1973, p. 55)¹⁹¹. Os livros, em dois casos, foram defendidos: a partir da prática dos professores, e sobre o uso de apostilas em cursinhos.

Para o professor Ivan Cavalcanti Proença, da Universidade Estadual da Guanabara, as "fileiras da 'geração' sem palavras" estavam engrossando. Para o docente, essa geração estaria "reduzida a um universo quase sem palavras [...] massificada e amestrada" estava se esvaziando "de ideias" e se comunicavam por "reações rudimentares, se possível sem precisar recorrer ao trabalhoso uso da linguagem bem estruturada" (EBSA, 1973, p. 67)¹⁹².

De acordo com o autor, era necessário reagir a uma "pseudo-educação" que se contentava com os índices, restaurar a "dignidade da palavra" em um momento em que a "própria escola parecia temê-la" (EBSA, 1973, pp. 67-68). Segundo o professor Proença, o estudante era vítima de uma "técnica do não pensar". E, Osmar Lins ainda indicou: não era só o aluno que estava "em causa"; "o professor também" (EBSA, 1976b, p. 4).

Para Alfredo Gomes, o problema da geração sem palavras já era uma crise universal da linguagem (EBSA, 1976, pp. 8-9). Em dois textos *Salve-se a Língua Portuguesa* e *Em defesa da Língua*, o redator Alfredo Gomes fez uma compilação de várias opiniões geridas por professores, técnicos da Educação,

¹⁹¹ Transcrito de OESP, São Paulo, 19/08/1973.

¹⁹² Transcrito de OESP, São Paulo, 29/07/1973.

jornalistas, buscando focar uma possível realidade sobre o uso da Língua Portuguesa pelos alunos.

O autor concordou com o professor Afonso Romano, da PUC-RJ, quando este afirmou a presença de uma geração com "problemas de afasia". Para ambos, a afasia significava um "estado psicopatológico em que se perde a capacidade de falar", "não só no sentido biológico, mas social e cultural" (EBSA, 1976a, p. 7). O que havia, de acordo com o redator, era a imposição de uma "linguagem mímica" que já traduziam "tecnicamente" as "maneiras de sentir, pensar e agir etc." (EBSA, 1976a, p. 9).

Essa constatação foi tirada por meio da correção da prova de redação da Universidade em 1974. De acordo com o professor, 10% não redigir nenhuma linha; 12% tiraram zero por "absoluta incapacidade de articular duas ideias" e outra parcela não tinham "o mínimo de organização mental para desenvolver o tema" (EBSA, 1976a, p. 8). Essa ideia vai ao encontro da opinião de Afrânio Coutinho, então do Conselho Universitário da UFRJ para quem espantava a "incapacidade de expressão escrita". Para o professor: O "estudante brasileiro" não sabia "traduzir os seus pensamentos" (EBSA, 1976b, p. 8)¹⁹³.

Na *Revista*, um exame vestibular apareceu como prova da má comunicação dos alunos. Os cursinhos apareceram na pauta de discussões exatamente no momento da defesa dos livros diante das apostilas. Mas também foram apontados como um documento vivo do fenômeno da má comunicação associada à Educação. Segundo dois artigos, o principal problema estava na forma de transmissão de conhecimento e os cursinhos, segundo os artigos, demarcavam a mudança em um padrão de transmissão.

Para o professor Cavalcanti, o processo educativo estava se convertendo de "formação como interiorização" (*Bildung*) para instrução superficial como resposta aos estímulos (*Anweisung*). E os cursinhos tinham a sua responsabilidade nesse processo, pois eles estimulavam o conhecimento de "macetes" em apostilas (EBSA, 1973, pp. 66-67).

Quatro anos mais tarde, Renato Janine Ribeiro dizia que havia tamanha procura pelo cursinho que esse local havia se tornado o "pivô", "modelo" de

¹⁹³ Sobre os erros de vestibulares, ver os anexos na p. 333.

toda a educação. E o professor naquele ambiente, enfeitava as aulas com "quadrinhos", "com acessórios que seduziam" (EBSA, 1977, p. 68).

Por esses relatos, o problema do cursinho era a sua disposição em oferecer um ensino "adequado", com macetes e sedução, e suficiente ao seu principal objetivo que era o de aprovar alunos em vestibulares. Apesar do tipo de educação oferecido, queixavam-se do fato de o cursinho ser um local de grande aceitação e que, portanto, tinha uma capacidade de divulgação em massa da educação pelo comando: educação de "acessório", carente, que não ensinava o bem comunicar.

Segundo EBSA, havia uma circulação de Português mal falado e escrito que já estava estabelecido do cotidiano das pessoas: na imprensa, nos meios de comunicação, na fala dos pais, que brigavam contra o uso de um "fraseado" antigo no conteúdo escolar aplicado aos filhos, e, até mesmo nos próprios artigos veiculados pela *Revista*, mesmo quando a ideia era a de criticar a cultura. Além disso, aquilo que Gomes chamou de "nova doutrina gramatical" estaria fortalecendo a mudança na forma de falar, pois dava subsídios teóricos para que o "falar mal", fosse transformado em uma nova forma de falar, aceito como um "organismo vivo".

Os professores, dentro dos artigos também não estavam imunes às modificações da língua. Naquele momento, os professores foram igualados aos outros veículos de transmissão, porque falavam da mesma forma, tinham "receio de parecerem quadrados", na escola "temiam" falar "corretamente". Na busca por responsáveis, a comunidade escolar foi tornada uma difusora da "pobreza endógena" que assolava a comunicação. E, nos cursinhos, como "modelo" de toda a educação, a transmissão dos conhecimentos se regulava primeiro, em nome dos os estímulos e, depois, avaliava-se a reação dos alunos diante dele.

De acordo com os artigos, havia "perdas" na forma de comunicação dos jovens porque eles não estariam expressando bem a própria língua. Os artigos apontaram que parte desse problema residia na escola, já que o resultado dos vestibulares apontava para uma dificuldade de expressão das ideias na forma escrita. Segundo os autores, os alunos não estavam recebendo os conhecimentos fundamentais para a sua expressão escrita.

Com relação ao modo de falar, o que os autores relataram foi uma profusão pública de eventos linguísticos. Os autores apontaram a existência de uma variedade linguística que, nos artigos, foi apresentada como uma dispersão de valores em relação à outra forma de falar considerada superior: a forma deles. Por várias vezes, ao longo do trabalho, foi apontada a existência de “línguas vulgares” representadas pelas mais variadas inovações: “novas formas de falar”. A mímica e o “não falar” eram o sinal de que a linguagem estava “decaindo”.

Por um lado, os textos expressam a ideia de que havia uma diminuição da capacidade de articulação dos discursos, pois os falantes não encontravam palavras suficientes para pronunciarem um pensamento completo. No entanto, se compreendermos o termo “capacidade” de falar por propensão, podemos dizer que a mímica entrou no universo das “táticas” do falar, ou seja, era possível que um interlocutor conseguisse se comunicar falando menos ou usando termos convenientes para que a mensagem fosse compreendida (De Certeau, 1995, p. 148).

Já a “afasia”, além de ser um problema psicopatológico, uma falha no sistema fônico, poderia ser encarada como a forma mais radical de “perda de um valor linguístico”. A possível presença da afasia entre os estudantes podia ser um sintoma indicando a “dissolução” da linguagem (Jakobson, 1971, p. 36). No aspecto do estudo linguístico, da mesma forma que há linguagem em construção, há linguagem em dissolução. Falar que os estudantes sofriam de afasia significou dizer que a língua estaria diante de um processo de deterioração “mais ou menos grave da faculdade de seleção e substituição, ou a faculdade de combinação e contexto”, ou em outros termos, havia uma dificuldade dos sujeitos em codificar e decifrar códigos (Jakobson, 1971, p. 36).

Considerar a existência da “afasia” entre os estudantes significou dizer que eles, ao se comunicarem ou, “procuravam” palavras que pudessem ser usadas como substitutivas diante da ignorância de um termo que melhor definisse a sua intenção de fala; ou, passaram a julgar que, falando por similitudes, buscando termos alternativos que dessem suficiência à sua comunicação, já era o bastante para que se mantivesse um diálogo.

No entanto, Jakobson (1971) também advertiu que essa “dissolução” apresenta uma “ordem temporal de grande regularidade”. Portanto, como

sintoma, era possível que esse fenômeno demonstrasse uma modificação no aprendizado da língua portuguesa e na transmissão da linguagem dados na escola, já que o distúrbio pode ser entendido como resultado de uma perturbação no funcionamento da linguagem. Em outras palavras, a ordem da linguagem está implicada e mantém relação ao curso da história, por isso é possível inferir que a distribuição dos conhecimentos sobre normas da Língua Portuguesa não estivessem atingindo essa população escolar acusada de ter afasia; como também havia a possibilidade de que essa mesma população circulava em ambientes cuja linguagem passava por esse processo de dissolução. Mas isso não significa que o ensino escolar fosse o responsável pelo surgimento desse possível evento linguístico.

A compreensão dessa discussão sobre a mudança da forma de comunicação foi mostrada por vários ângulos, segundo os registros em EBSA. Por um lado, os artigos demonstraram que houve uma troca simbólica de vocabulários “diferentes”, feitas publicamente, troca esta mantida por um diálogo intenso com os meios de comunicação em massa.

A demarcação dessa prática, depreciada nos jovens, por causa de um excesso de variações na forma de falar, fez aparecer o preconceito com a diversidade linguística que ocorria nos variados espaços indicados: era uma “língua bunda”, era “língua vulgar” que ora tinha a ver com os discursos pouco significantes; ou excesso de gírias; ou a dissolução na linguagem. Da mesma forma, a afasia, foi colocada em uma escala. Entendida como uma perda significativa da capacidade de falar, nos artigos, foi apresentada como o último grau da (não) comunicação.

Por causa de uma complexa interligação de fatores – intra e extra-escolares relacionados, de uma possível falta de transmissão de conhecimento; ao preparo pedagógico confuso dos professores; à condição massificada de ensino; à convivência diversificada de grupos etc. – os estudantes, de acordo com os artigos, ora falavam de forma indeterminada, e mal; ora falavam pouco, ou quase não falavam.

Ao que parece, a linguagem oral, para os autores citados, perdia em grau, se percebidas dentro da percepção dos artigos de que existe uma “língua padrão” e que os sujeitos podem ser sociologicamente hierarquizados por meio

dela. No entanto, ganhava em dimensão, fosse em sua forma de protótipo ou na sua materialidade não sonora.

- A Psicologia como um atendimento necessário à prevenção das anormalidades.

A Psicologia apareceu por todo o trabalho como uma ciência diluída na discussão de vários assuntos, mas sempre circunscrita ao que os responsáveis pela *Revista* consideravam temas essenciais.

Já foi comentado neste trabalho que o amadurecimento psicológico do adolescente estaria tão imbricado aos seus aspectos biológicos que até mesmo as suas reações seriam “reacionais biológicos”. Esse era o parecer da prof^a Dulce Campos Malta, a já comentada orientadora educacional do Ginásio de Aplicação do Recife. Foi a mesma professora quem afirmou a juventude como uma etapa em que seria definida a moral particular do futuro adulto (Dantas, 1961, p. 52).

Posteriormente, por conta de dados e pareceres fornecidos por psicólogos, leis foram justificadas (Lei nº 5.692/1971), por exemplo; livros foram recomendados, a fim de não se chocar com a “etapa de desenvolvimento” do jovem etc. De uma forma sub-reptícia os conceitos emitidos por psicólogos foram usados como legitimadores de ações, como se a menção da ciência fosse o suficiente para legitimar pensamento e atos.

Em 1972, o General Bina Machado revelou ao *Diário de Notícias* que no combate à “guerra psicológica contra a subversão”, já teria havido sucesso o “uso de medidas só psicológicas”. Segundo o comandante, durante a sua atuação junto ao I Exército, dos 50 estudantes detidos, 20 ficaram “sob a orientação de psicólogos e psiquiatras, a fim de serem recuperados”. O general disse que, os “desajustes” tinham base familiar, pois os pais não concediam à prole o “necessário atendimento”. Isso, segundo o documento, também passou a ser tarefa do Exército, pois ele era “educador” (EBSA, 1972, p. 46). Nesse caso, a “orientação de psicólogos e psiquiatras” mudou bastante de figura.

O mesmo jornal noticiou que o General Antônio Carlos Murici, ex-Chefe do Estado Maior do Exército, apontou que o Exército já havia tomado medidas para a “recuperação de 500 jovens presos” à disposição das autoridades. O

general, de certa forma, apontou que a melhor educação era preventiva, ao indicar que aos pais, orientadores e governantes cabia instruir a “infância e a mocidade” para cumprimento dos “valores cívicos”. “Reprimir somente não basta de fato”, teria dito o militar, de acordo com o jornal (EBSA, 1972, p. 46)¹⁹⁴. Nesse aspecto, a ideia do militar era dispor a Psicologia como uma espécie de barreira antecedente às anormalidades dos sujeitos que futuramente seriam jovens. Nesse caso, a análise do General compreendeu os jovens em relação à fase que os antecede. Se pensarmos nas condições de “ataque preventivo” divulgado pela ESG, o General, aqui, foi duas vezes prevenido.

Em 1972, foram também dois psicólogos que orientavam as mães para a boa educação dos filhos, os professores Renato Sigurta, Marcello Bernardi. Uma boa mãe não era nem “permissiva”, nem “autoritária”, ela deveria ser “equilibrada” segundo os entrevistados. Para o artigo *A mãe que todos querem*, a mãe deveria guiar os filhos em suas experiências, pois o mundo vivia em meio a uma “apologia da vida em liberdade”. Além disso, os jovens estariam buscando “nos amigos o afeto, a segurança e a participação” que, segundo o prof. Sigurta, não encontravam na família. Por isso, eles deram ênfase à educação das mães (EBSA, 1972, p. 46)¹⁹⁵.

Em 1977, no artigo, *Quando é preciso impor limites*, publicado em *O Globo*, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Darcy Fontanine julgou que a “liberdade permissiva e irrefreada na educação infantil” podia criar “crianças psicóticas”, e que, “o desvio da normalidade” se caracterizava “exatamente pelo desvio da realidade” (EBSA, 1977, p. 34).

O autor se concentrou em explicar as teorias de Freud, que localizaram “na infância a origem da maioria dos traumas do homem” foram incorporadas por educadores, pais e professores, “ávidos de se modernizarem”, mas “só nos últimos anos Freud passou a ser interpretado corretamente” (EBSA, 1977, p. 33).

Para o autor, teria havido um “medo” em ser responsabilizados pelos traumas das crianças quando fosse necessário aplicar as sanções a elas. No mais, o autor discorreu sobre as características “psicológicas” da criança, e no

¹⁹⁴ Transcrito do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/02/1972.

¹⁹⁵ Transcrito de *City News*, São Paulo, 24/08/1972.

texto, filtrou as informações apresentando quais seriam as melhores formas de "impor" limites às crianças.

Esse artigo modificou a ideia de tratamento da "anormalidade" apresentada em *Revista*. Motivo: se, por um lado, a anormalidade dos jovens, em EBSA, era um desvio de padrão de comportamento, a escola até então era apontada como o local de excelência para o tratamento de "anormalidades". Nesse caso foi apontado outro local de tratamento: o psicólogo.

De acordo com Fontanine, uma "criança psicótica" era aquela que não só desconhecia as regras da realidade, mas também não as admitia (EBSA, 1977, p. 34). Ao demarcar a imposição dos limites da parte dos pais, o professor julgou que uma criança tinha que ter uma "sensação de liberdade" e, ao mesmo tempo, "um senso de estrutura". No entanto, generalizou o "não reconhecimento das regras" para a esfera da "psicose".

O Movimento Estudantil em 1977.

Entre 1970 e 1977, na *Revista*, não houve qualquer menção direta sobre as movimentações estudantis julgadas inconvenientes. Foi possível perceber a existência de uma mobilização estudantil por conta de registros "indiretos" que acusavam a prisão de estudantes da forma como percebemos nos relatos dos Generais Bina Machado e Antônio Carlos Murici. Além disso, somente um silêncio, que merece ser considerado.

De acordo com Pellicciotta (1997), o movimento estudantil universitário nos anos 1970 deu fez projetos e deu respostas de cunho social que partilhavam de "outros ideais de sociedade, política e cultura na forma de outra aventura de criação política" (Pellicciotta, 1997, p. 28). De acordo com a pesquisadora, após o processo de fechamento das entidades estudantis e a tentativa de retirada dos estudantes das estruturas de poder acadêmico, ainda assim, havia instituições universitárias públicas que desde o início dos anos 1970 possuíam os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais. Eram elas, por exemplo, as Universidades Federais de Minas Gerais e Bahia, e a Universidade de São Paulo (Pellicciotta, 1997, p. 42).

Segundo a autora, houve, no início dos anos 1970 um processo de "recomposição de estruturas hierárquicas" dos espaços de articulação política

nos Diretórios. A autora detectou na atuação do movimento estudantil dos anos 1970 dois grandes planos. O primeiro, feito entre 1973-1975, tinha como característica a dispersão. Neste caso, tratava-se de organizar o movimento pensando como uma complexa movimentação de estudantes que se articulavam em torno de “organizações clandestinas” cuja atuação “vanguardista”, orientava o exercício político do movimento a partir de um planejamento aplicado por “níveis de consciência política”. Isso era feito de forma espalhada, nos departamentos, faculdades e universidades. Nesse sentido, os fóruns de discussão e os diretórios tinham os seus mecanismos internos de gestão que procuravam centralizar as deliberações coletivas (Pellicciotta, 1997, p. 70).

Posteriormente, também de acordo com a pesquisadora, foi percebido um processo de “verticalização” da organização institucional do movimento que previa a recomposição das entidades civis fechadas, a UNE e as UEEs. Por essa via de trabalho houve, segundo a autora, um “movimento de bases político-representativas” e de “dinâmica partidária” que conferia às tendências políticas (como a Refazendo, a Caminhando, Liberdade e Luta etc.) um papel hegemônico de organização política (Pellicciotta, 1997, pp. 70-71).

Pela perspectiva dada pela pesquisadora, entre 1970 e 1977, não houve um “grande vazio” de mobilização estudantil da forma como foi apresentado pela Revista EBSA. Da parte de Alfredo Gomes, por exemplo, pensar em uma juventude “posta em seu devido caminho” tinha alguma relação com o fato de o movimento estudantil passar por uma nova fase de estruturação, cujos procedimentos se localizam, em parte, dentro das próprias universidades, muitas vezes, clandestinamente.

Tratava-se de uma organização cujos trabalhos abraçavam os movimentos de área (encontros e congressos de um mesmo ramo profissional com procedimentos políticos que pretendiam interferir diretamente na intervenção educacional), como em projetos, mesmo que diferenciados, de armação da representação discente como instrumentos de deliberação que permitisse aos estudantes retornarem às discussões sobre os rumos da Universidade em instâncias de participação coletivas, ainda que indiretas – formação de comissões, ciclos de cinema, grupos de estudo, ciclos literários, produção de

jornais e revistas, atividades agregadoras de calouros, shows, festas e debates em filas de restaurantes etc.

De certa forma, a aparente tranquilidade e o silêncio dos autores publicados em EBSA não estavam dissociados desse tipo de vivência intra-escolar. Vivência escolar que não deixou de estar sob a vigilância das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesi ou ASI) órgãos sob a vigência do Decreto-Lei nº 447; e que oscilavam entre o ativismo político e o medo diante, por exemplo, do destino enfrentado pelo estudante Alexandre Vanucci Leme da Geologia da USP, preso e morto em março de 1973¹⁹⁶.

Para reinaugar a atividade do movimento estudantil nas páginas da *Revista*, Alfredo Gomes partiu falando do mês das mães, maio, quando o hagiológico celebra a Mãe de Jesus. Também exaltou a festa litúrgica de 1º de maio feito, segundo ele, em honra a São José Operário (EBSA, 1977, pp. 3-4). Maria representava o lar, o "lenitivo"; José representava a proteção às crianças e jovens. De acordo com o autor, maus ventos agitavam o mundo e chegavam ao país "atingindo a sensível juventude". Voltava, à *Revista*, a ladainha de que era da natureza de "quem estuda", ser "estudante". E não de quem fazia passeata. (EBSA, 1977, p. 4).

Em um segundo artigo, registrado de antemão no *Jornal do Brasil*, percebeu-se a manutenção de algumas reclamações, quase ecos dos artigos publicados nos anos 1960, sobre a convocação para uma passeata no Rio de Janeiro para a manhã seguinte. Para EBSA, as manifestações eram ilegítimas porque reivindicavam questões alheias à universidade; não representava a maioria dos estudantes brasileiros etc. O lema a ser seguido era: "passeata é passear". Acreditavam os autores que os estudantes de 1977, retornando à

¹⁹⁶ Segundo o trabalho de Alves (1987) as Assessorias de Segurança nacional (ASIs) operavam em todos os ministérios civis, empresas, órgãos e autarquias de Estado, assim como em companhias sob contrato com o governo federal (Alves, *apud* Pellicciotta, p. 50). De acordo com Chrispiniano, Picanço e Gonzalez (2004) a Assessoria Especial de Segurança e Informação esteve vinculada ao Gabinete do Reitor e à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC) e funcionou entre os anos de 1972 a 1982. Segundo o artigo, o órgão exerceu diversos papéis: "triava" candidatos a funcionário ou professor, colhia e repassava dados sobre supostas atividades subversivas ocorridas na USP e até interferia em disputas estudantis, dando apoio politicamente a chapas identificadas com o regime militar". Sobre a Aesi-USP, chefiada pelo General João Carlos Franco Pontes, haveria 14 pastas retratando intenso monitoramento policial sobre os acontecimentos na Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas (FFLCH) (Chrispiniano, Picanço e Gonzalez, 2004, p. 37).

agitação política, praticavam um "artificialismo" de "mau gosto" (EBSA, 1977, p.37)¹⁹⁷.

Os artigos da *Revista* indicaram as novas movimentações dos estudantes de 1977, mas, com relação aos registros publicados, houve uma aparente diminuição das hostilidades da parte dos editores. Foi percebido, entretanto, que as mobilizações estudantis dentro das universidades foram duramente intimidadas a partir do artigo de Ellen B. [Bromfield] Geld, escrito para OESP, em agosto de 1977.

De acordo com a escritora partiram da universidade "murmúrios" de atividades. Mas que, em contrapartida, "palavras duras, contendo advertências sobre ações ainda mais duras têm sido proferidas por aqueles que têm autoridade para tanto". De acordo com a autora, havia uma "ansiedade oficial" por conta de subversões de "direita" e de "esquerda" (EBSA, 1977, p. 35)¹⁹⁸.

Segundo a escritora, o universitário era um indivíduo que já havia "dado prova de certa inteligência", sujeito de "ambições", com "desejo de participar das decisões", e ele deveria ter "oportunidades possíveis de se expressar". Segundo Geld, o fato de o estudante querer investigar assuntos variados diante de uma autoridade não era o mesmo que "questionar a autoridade em si". Além disso, "desejar saber o porquê de alguma coisa" não pressupunha "a destruição da verdade ou das instituições" (EBSA, 1977, pp. 34-35). Para a autora essas manifestações significavam "apenas o desejo de aprender" (EBSA, 1977, p. 36).

Para Geld, o que estava faltando era uma "lógica da compreensão", fundada por meio de uma educação que dê "experiência no uso da lógica", conquistado por meio do diálogo entre o professor com conhecimentos e alunos amparados por suas pesquisas. De acordo com a escritora, a negação desses meios, criava um "círculo vicioso deprimente", como resultado da "frustração e extremismo, baseados na ignorância e na repressão" que segundo a autora, "naturalmente" acompanhava essa falta (EBSA, 1977, pp. 36-37).

OESP julgava que os estudantes tinham o direito de manifestação, no entanto, anteriores a este direito havia "o direito à paz, ao trabalho e à ordem

¹⁹⁷ Transcrito do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/05/1977.

¹⁹⁸ Transcrito de OESP, São Paulo, 21/08/1977.

pública" (EBSA, 1977, p. 37). No caso deste artigo houve a preferência de não retirar a possibilidade de manifestação dos estudantes, julgando que havia outros fatores sociais mais importantes. Portanto, em vez de hostilizá-los diretamente, optou-se em apelar para o direito dos outros, de forma seguindo a ideia de escala de direitos, os "outros" tinham mais direitos que os estudantes.

O Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, em seu primeiro despacho com o Presidente Figueiredo, disse que a agitação no meio estudantil era "coisa da vida universitária" e que as "várias manifestações" que aconteciam em "vários estados" foram encaradas como "fato normal". De acordo com o Ministro, o governo, com relação às queixas que diziam "respeito ao nível de ensino", não poderia ficar insensível. O Ministro, também não descartou a possibilidade de que fosse revisto o Decreto nº 447, "adaptando-a a nova realidade institucional brasileira" (EBSA, 1979, pp. 35-36).

Mais uma vez o Ministro se dirigiu à imprensa para falar que os estudantes deveriam propor novas formas de manifestação estudantil, pois a posição partidária em meio a assuntos universitários e o retorno da UNE, como forma de representação, eram uma "posição nostálgica" das entidades estudantis. Julgou que a Universidade não deveria se tornar palco de "da política partidária". No entanto, destacou que "como cidadão" o estudante tinha o direito "de participar da vida política do país" (EBSA, 1979, pp. 37-38).

Mais tarde ainda, em março 1980, em entrevista concedida a OESP, o Ministro, além de se proclamar um "neoliberal", manifestou que o estudante não constituía "caso de polícia" e admitiu estar diante de uma "fase de transição", momento em que foram estabelecidos "limites a serem atendidos" Por fim, se disse comprometido com a "abertura política" (EBSA, 1980, pp. 3-4).

Sobre as atividades do movimento estudantil no final da década de 1970 a partir da perspectiva do então Ministro da Educação, pareceu um vacilar entre evitar que movimento extravasasse os limites do que era "possível" enquanto estimulava-os a busca de "novas formas de representação e participação estudantil" (EBSA, 1979, pp. 37-38). Por um lado, o estudante "não era caso de polícia", mas também considerava que a UNE como uma espécie equivocada e ultrapassada de agremiação estudantil. Dessa forma estimulava os estudantes a buscar outras formas de visibilidade que não

fossem as herdada dos estudantes de outros tempos. Por sua negação ao “antigo” movimento, o Ministro foi uma testemunha de que formas “tradicionais” de práticas políticas estudantis se encontravam fechadas. Portanto ele mesmo observou que os estudantes fossem pelas vias das “práticas alternativas”, já que este caminho parecia mais viável.

Como fato, em dezembro de 1980, ficou registrado que o Ministro Portella foi substituído pelo General Rubem Ludwig. Este, de pronto, contestou as opiniões de Aldo Rebelo, que fora apresentado como “presidente da UNE” dizendo que não tinha assumido o cargo para “intimidar” estudantes, mas que, de forma alguma manteria “encontros com os representantes” da UNE. (EBSA, 1980, pp. 61-62).

Os artigos se equilibraram entre o temor de que o novo movimento estudantil fosse um movimento de “retomada” das formas já condenadas de práticas políticas e vacilou diante da possibilidade, mais conveniente, de uma nova geração de estudantes buscarem outras formas de participação coletiva. A violência contra os estudantes era sólida, mas surgiu nos artigos como algo muito mais a ser “relatado” do que incentivada nos discursos dos artigos. Diferente do que pudemos constatar no capítulo dois deste trabalho. Da mesma forma, foi apresentada uma nova categoria ligada ao estudante, a de que ele fosse um “cidadão”.

Também foi possível inferir que, com a morte de Alfredo Gomes em 1978, já não houvesse tamanha ênfase na purificação dos jovens brasileiros. Em abril de 1980, já com Otto Costa como redator, ainda se defendia a Segurança Nacional como “elemento básico e fundamental para qualquer atividade” e justificava que todos os brasileiros “cada qual no seu setor” tinha um compromisso para com o país. Ao mestre, caberia “instruir e educar a mocidade de nossa terra” a fim de responder aos “anseios da coletividade e de, sobretudo, cumprir a lei” (EBSA, 1980, pp. 3-4). Mas, neste caso, foi defendido o conhecimento que os mestres deveriam repassar aos alunos e pouco se falou dos atos dos estudantes.

Otto Costa era autor de livros de Moral e Civismo e Direito pela Editora do Brasil. É sempre bom lembrar que os editores, em primeiro lugar, estavam interessados em vender livros, por isso mesmo foi defendido a “civismo” como um conhecimento necessário ao professor.

No mais, o registro mais intenso registrado em EBSA sobre o movimento estudantil de 1977 não veio da parte dos editores, nem dos governantes, nem diretamente a opinião da imprensa. Na carta intitulada "Estudantes Silenciosos", publicada no *Jornal do Brasil* em maio de 1977, o estudante de Direito Edgard Marinho Bessa deu uma noção interessante sobre a apreensão do termo "silêncio" em período de ditadura.

Falando "como estudante", o autor registrou a sua impressão sobre o significado do termo "maioria silenciosa". Para o estudante, uma maioria que não participava de atos públicos, nem de passeatas. O estudante apoiou a todos aqueles que acreditavam em "suas ideias" e as "defendiam". No entanto, em sua opinião, os estudantes manifestantes não sabiam quais seriam as suas ideias e não era possível concordar com o fim da "aplicação da lei que tem mantido o país em um estado de paz e ordem".

Para com o estudante de Direito a "minorias ruidosas" poderia defender as suas ideias da mesma forma como a "maioria silenciosa", sentada em seus bancos escolares, procurando "saber mais". O estudante de Direito julgava que havia um momento certo para se pronunciar. E cabia à juventude estudantil fazer os prognósticos corretos para, no momento certo, "quando assumir a direção do país, que há de lhe caber um dia, o faça com consciência, com ideias próprias e preparadas para cumprir a missão" (EBSA, 1977, p. 33)¹⁹⁹.

Essa carta é um documento interessante. Falou de silêncio e falou de pronunciamento, ao mesmo tempo. Como pronunciamento contou a história, um aluno de Direito que concordava com o estado de "paz e ordem" mantido pela lei. Julgava-se membro de uma "maioria" que era privilegiada porque vivia a sua juventude no lugar correto: na sala de aula, sem se meter em assuntos que ainda não lhe diziam respeito. Considerou que um jovem devia esperar, pois a escola, ambiente de estudos, lhe daria subsídios para os seus planos futuros.

Em 1977, o estudante de Direito repetiu exatamente os mesmos argumentos que foram caros a uma variedade de setores da sociedade, da forma como pudemos esboçar neste trabalho. Ele, como membro de uma nova geração de estudantes vindos do ensino médio registrou que um jovem, por ser jovem, nem sempre se assume um progressista.

¹⁹⁹ Carta publicada no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/05/1977.

Por fim, manifestou-se em defesa de outros como ele. Pronunciou-se em defesa do silêncio.

Conclusão

A juventude na Revista da Editora do Brasil S/A.

Os jovens apontados na Revista da Editora do Brasil foram observados, em primeiro lugar, a partir da sua condição de estudantes. Entre 1961 a 1972, a posição dos jovens no sistema escolar tornou-se o principal eixo de discussão dos artigos, sendo que estes privilegiavam o ataque ao movimento estudantil de “esquerda” acontecido em algumas das principais capitais do país.

Os ataques ao movimento estudantil, estudantes “maus”, tiveram três grandes focos. O primeiro tipo de agressão foi concentrado em uma suposta “precocidade” dos estudantes em participarem da política sem um devido preparo. Para os artigos de EBSA, havia um tempo certo para que tal manifestação ocorresse. A ideia de que os jovens estudantes agiam de forma precoce já que eles opinavam sobre os critérios que demarcavam a posição dos sujeitos de autoridade nas universidades nos remeteu aos problemas relacionados às tomadas de espaços cerimoniais de determinados postos de autoridade dentro das instituições de ensino. Da parte dos registros da *Revista*, ficou estampada uma raiva porque os estudantes repudiavam uma herança educacional simbólica e material vinda dos mais velhos.

Por um lado, os estudantes denunciaram um entrave educacional no período: havia um acúmulo de jovens que partiam do ensino médio, lotavam as escolas de ensino secundário e faziam pressão por vagas às portas da Universidade. Esses três eventos somados, associados às más condições das escolas superiores foram apontados como catalisadores das revoltas estudantis. O “problema dos excedentes” parece ter sido apenas uma faceta do problema, já que a falta de vagas diante daqueles que queriam seguir pela carreira universitária apontou para um desespero dos responsáveis por EBSA em apontar soluções ou alguns subterfúgios poderiam resolver o problema.

Mas, o que os escritores de EBSA mais temiam era o potencial estudantil para a agremiação em torno do ato político principalmente por meio das incursões intra e extra-escolares. Havia um descontentamento sobre a obtenção de conhecimentos teóricos, pouco aprofundados, fora do ambiente

escolar. O que os artigos julgavam como “precocidade” parecia advertir que, para alguns jovens, o espaço acadêmico não seria usado para formar os condutores políticos por meio do sistema “clássico”.

Dentro dos artigos, os estudantes eram agentes de dois “desvios”: um que era relacionado ao trânsito e outro à trajetória de vida. Os estudantes demonstravam que havia um descontentamento na sequência de vida que era proposta para eles. Entre o momento de heteronomia do mundo infantil e de autonomia do mundo adulto, os estudantes já estavam agindo como adultos. Renegavam o tempo de juventude como um período de “espera”. Portanto, a vontade de ser guerrilheiro e lutar pela revolução socialista no Brasil pareceram configurações de trajetórias “esdrúxulas” pelos autores citados em EBSA. Os estudantes, dentro da estrutura social oferecida e vivenciando a sua própria experiência de tempo, demonstravam a coordenação de suas escolhas e comportamentos “como adultos” e isso não foi bem aceito nas páginas de EBSA.

Em EBSA, caso a atuação dos mais velhos fosse compartilhada com os mais jovens, tanto pior, pois além do deslocamento “precoce” dos jovens para atividades e comportamentos de adultos, ainda havia o fato de que determinados adultos adotavam os atos juvenis como sendo seus. Lastimosamente, os editores diziam: “homens de amanhã” estavam frustrando-se com “os homens de hoje” (EBSA, 1964, p. 2).

Entre 1968 a 1980, foram percebidas pela sequência dos artigos da *Revista* duas discussões diferentes envolvendo os jovens. A primeira discussão foi a percepção de que havia no mundo não só um movimento estudantil organizado, mas um movimento de juventude mundial.

Essa percepção vai ao encontro do que foi discutido por Foracchi (1972) quando a pesquisadora fez uma distinção entre o “movimento estudantil” e o “movimento de juventude”, que parecia se processar com “nitidez” (Foracchi, 1972, p. 13). De acordo com a autora, o primeiro, radicalizava “a sua vinculação à universidade, pretendendo nela ativar a criação de uma contracultura e tentando explorar as perspectivas do jogo político institucionalizado”. Já o segundo, se apoiava “na improvisação e na espontaneidade, pretendendo implantar um estilo de vida”.

De acordo com a autora:

Por ser um movimento de jovens, cuja ideologia é exatamente a emulação da criação, por vaga que pareça tal formulação, insiste sobre a condição e não consegue, não pode e não quer vínculos estáveis com quaisquer movimentos organizados. O movimento estudantil, ao contrário, faz a sua ativação depender da incessante dinamização desses vínculos. Tanto um quanto o outro podem ser, entretanto, assinados como objetivações socioculturais da contestação (Foracchi, 1972, pp. 13-14).

Para a autora, tanto o movimento estudantil, quanto o movimento de juventude eram contestatórios e como tal foram lançados para o palco da “contracultura”, ou seja, uma “representação intelectual incipiente, sem estrutura definida, sem ideologia clara, a não ser a contida na afirmação de antiideologia” (Foracchi, 1972, p. 13). Segundo a pesquisadora, embora fossem movimentos de contestação e os seus membros às vezes agissem de formas similares, foram eventos sociais bastante diferentes em seus propósitos.

Foi possível apreender que, pelos artigos, que os dois movimentos foram tratados de formas diferenciadas. Os artigos evidenciavam as más atitudes dos estudantes de uma forma diversa das más atitudes dos *hippies*, por exemplo. No entanto, pelas acepções do general Araújo Lopes, de Alfredo Gomes e dos jornais *Diário de Notícias* e OESP os dois movimentos eram semelhantes pela condição de anomalia. Essa ideia de anomalia conjunta amplificou o aspecto da “rebelião” juvenil vista pelos olhos de EBSA. Para os artigos, os jovens passaram a ser “impactantes”, pois além das manifestações contestatórias, eles estavam criando efeitos estéticos comuns fosse dentro ou fora da escola.

E a raiva dos autores passou a ser condicionada pelas seguintes qualidades juvenis: a) os jovens instituíram uma cultura autofágica em que eram tanto estimuladores de tendências da moda, da literatura, temas da imprensa; quanto consumidores dos produtos produzidos por essas mesmas tendências; b) os meios de comunicação passaram a privilegiar os jovens: eles eram um dos seus temas preferenciais exatamente porque cometiam atos que repercutiam nos veículos de comunicação. Os jovens pareciam ter identificado uma forma de se autoproduzirem usando as técnicas dadas em seu tempo. Por isso, os jovens tinham os “sentidos comercializados” e até Cristo tinha se transformado no “jovem salvador” (EBSA, 1968, p. 59)²⁰⁰. Tudo o que eram

²⁰⁰ Transcrito de o *Jornal da Tarde*, São Paulo, 03/10/1968.

“novo” para o editores de EBSA, parecia adequado para os jovens que eles vigiavam.

No início dos anos 1970, surgiram outros fenômenos sociais e educacionais nos artigos de EBSA. Tais acontecimentos, classificados de modo embrionário em EBSA, acusavam o aparecimento de novos “perigos” que não necessariamente tinham relação com a política, mas inventariavam os jovens a partir de sua condição de alunos, como sujeitos que recebiam um aprendizado escolar. Portanto, os artigos captaram os estudantes dentro da escola, “posta em seu devido caminho”, e não tratava mais do estudante agitado nas ruas.

Para EBSA, uma parcela dos estudantes estavam usando tóxicos. Outra parte deles perdia a capacidade de falar e de se comunicar, e quando o faziam, pronunciavam-se por uma “língua bunda” repleta de gírias, palavreado “do povo” etc. Da mesma forma, ao adquirir drogas nas “portas das escolas”, os jovens estariam entrando em contato com “marginais”, novos algozes da juventude. Por fim, tratou a *Revista*, por meio da idealização de militares, estimular o tratamento psicológico preventivo às crianças de forma que fosse “evitado”, mais tarde, um comportamento juvenil passível de tratamento psicológico na prisão.

O hábito de usar drogas, a mudança na forma de falar e assunção da Psicologia como forma de tratamento, também foram apontadas por Martins (2004) como as três formas reativas da sociedade diante da ditadura militar.

De acordo com o autor, o “culto à droga” (p. 40), a “desarticulação do discurso” (p. 59), e o modismo psicanalítico (p. 74) foram sintomas de uma “síndrome alienante” pela qual passavam os sujeitos, alguns mais, outros menos, diante do poder do AI-5. Para o autor, por causa da ditadura, alguns grupos “localizados” passaram a usufruir do sistema de gratificação imediata diante das seguintes privações: falta de direitos e falta do conhecimento da lógica dessa falta (Martins, 2004, p. 30).

Para Risério (2005), esses mesmos acontecimentos não necessariamente surgiram “por causa” da ditadura, mas apesar dela. Segundo o autor, teria havido um “encontro” entre os jovens “economicamente privilegiados” das grandes cidades do país e os meios “marginais”, que foi manifestado por meio do consumo de maconha e de uma “comunicação direta

e simétrica” pelo uso do “léxico candomblezeiro”, em forma de gíria, vindo dos aglomerados periféricos (Risério, 2005, p. 28).

De acordo com o autor, nos anos 1970, os jovens identificados no Brasil como “desbundados” estiveram mais “próximos das clínicas psiquiátricas do que da câmara de tortura” e que os “desvios de norma” tinham a ver com uma posição “alternativa”, “marginal”, “fora do sistema”, “puro”. Segundo o pesquisador havia uma “novíssima fantasia utópica da juventude mundial” da qual não resistiu o jovem brasileiro abastado (Risério, 2005, p. 27).

Aqui, o que estamos querendo dizer é aquilo que era encarado como “novos” fenômenos estudantis pela *Revista* - o consumo de drogas, a modificação da linguagem e o a prevenção às anormalidades por meio da Psicologia – podem ser entendidos como vestígios do movimento contracultural na forma de desbunde. Refutamos a ideia de que todos os fenômenos juvenis apontados na *Revista* estivessem diretamente vinculados a uma postura contracultural, mas é possível que uma juventude desinteressada em política, mas ativada por novas mobilizações do tipo “estético-psicossocial” estivesse se manifestando. Também os gerais, ao estimularem o tratamento psicológico como forma de “prevenção” das anormalidades, pareciam readequar um modismo contracultural às suas próprias necessidades.

No entanto, os comentários sobre a mudança da linguagem entre os jovens, por exemplo, demonstraram que nem todas as reclamações tinham a ver com uma postura “contracultural”, “desbundada”.

No caso da modificação na forma de falar, partes das queixas delimitavam a responsabilidade por uma possível dissolução da língua a uma também possível má comunicação empreendida dentro da sala de aula. Essa má comunicação aconteceria na ordem da transmissão dos conhecimentos - professores falavam ou ensinavam mal - ou na ordem de uma nova dinâmica na forma de falar, da qual a escola não escapou, já que, como evento linguístico, foi relacionado aos discursos que circulavam na comunicação em massa.

Em 1979, no final da década, houve um empenho da *Revista* em fazer uma associação mais direta dos jovens com a “vida alternativa” por meio do comentário do intelectual norte-americano Clifton Fadiman. De acordo com o autor, os jovens nos EUA ainda “obedeciam as autoridades de ensino”, mas

sem que houvesse o comprometimento com eles (EBSA, 1979, p. 35)²⁰¹. Isso porque, segundo o autor, os jovens se envolviam com a "vida alternativa", uma vida que visava a "gratificação e o consumo instantâneos", "não era hobby", "não era divertimento", era um "estilo". Esse dado, segundo o autor, causava uma "transformação profunda na psique nacional".

De acordo Fadiman, a vida alternativa existia por meio da circulação de informações dadas pelos rádios, filmes, música pop, revistas em quadrinhos. E de acordo com o autor, os jovens seguiam as "suas próprias disciplinas, seu próprio currículo, seus próprios valores éticos e culturais, seu estilo e sua linguagem". Era uma alternativa "profundamente oposta à educação tradicional" e tinham uma mensagem que contradizia a "mensagem da sala de aula" (EBSA, 1979, p. 34).

Portanto, de acordo com EBSA, havia uma modificação na forma como o jovem escolarizado enxergava a escola. Por esses documentos, a escola foi apresentada como uma via necessária. Ainda que fosse apresentada como a via mais correta de obtenção de conhecimentos úteis aos jovens, não parecia ser o caminho único escolhido por eles para a obtenção dos saberes. Para EBSA, a vida alternativa afetou o jovem porque ele mesmo estava estabelecendo um currículo de vida que, certo ou não, dividia o seu interesse com aquilo que a escola tinha a oferecer.

Por fim, foi possível apreender que no novo movimento estudantil surgido em 1977, os artigos da *Revista* resvalavam para a condição "alternativa" dos manifestos, como a única forma possível e correta de movimento estudantil. Afinal, a mobilização política de massa, intra e extra-escolar, além de proibida, foi vista como um ato nostálgico de jovens saudosos por um tempo que não voltava mais. A condição de "cidadão" dada aos estudantes em 1979 apontou para os novos caminhos históricos dessa categorial juvenil.

Mas é importante ressaltar que os autores publicados em EBSA, em especial o redator da *Revista*, pareciam não suportar ouvir, ler e saber que os seus espaços de convivência tinham sido ocupados pelos vestígios da pobreza e da marginalidade. De fato, o medo da entrada dos pobres nos seus locais circulação era um temor real, apesar de injustificado em termos objetivos.

²⁰¹ Transcrito do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29/06/1979.

O planejamento da crise ou um mapeamento de regras.

Para os registros publicados na *Revista*, os estudantes “maus” eram uma “disfunção generalizada” e foi tornado um “inimigo interno”. Foi instituída a “anormalidade” do estudante como um fenômeno estético em que eram destacados os aspectos negativos. A estratégia discursiva da *Revista* se voltou para convencer os leitores que os estudantes eram “monstruosos”, por meio da difusão de “senso comum” e evidenciando os adjetivos negativos. Evitar que o monstro fosse “perturbado” passou a ser indicado no movimento dos pais, dos professores e dos vigilantes de plantão.

Tendo sido criada uma “anomia”, deve-se pensar que, como estratégia retórica ela apresentou as seguintes demarcações: a) apresentou um campo de lutas ético-estético-político, pois o “desvio” foi criado a partir de relações sociais; b) foi construído um significado negativo que deveria ser compartilhado com outros; c) um desvio, no caso da *Revista*, envolveu uma resposta a ele, portanto ficou evidenciado tanto a reação ao comportamento dos estudantes, quanto o estabelecimento de regras para que o problema fosse solucionado. Em outras palavras, a “anormalidade” foi tornada pública de forma que a imposição de regras se transformou em uma necessidade.

Pensando que as experiências da juventude também dependem das relações sociais que demarcam a sua preparação para a vida adulta, foram percebidos três movimentos nos discursos, cujos temas, ao longo dos artigos se complementaram. Os artigos passaram a julgar que os atos estudantis considerados inapropriados eram uma perda de tempo e de dinheiro. Portanto, jogaram luz para a condição prática da vida do estudante: transitória, voltada para a rotina de estudo, de preparação para a vida, preferencialmente para o trabalho.

Ao se depararem com os estudantes rebeldes, os artigos de EBSA passaram a julgá-los seres utópicos que necessitavam de uma depuração. Foi constatado que os jovens se inspiravam em jovens; que eles também buscavam inspiração para os seus atos em livros; por meio do contato com professores; entre os colegas; e, por fim, também nas páginas da revistas e jornais. Foi apresentado um plano que progressivamente cercava de vigilância os estudantes e os “veículos” de onde surgiam as suas inspirações.

De acordo com o editorial de EBSA a juventude deveria ser enaltecida, se desprovida de todos os malefícios:

Preconizando o respeito à criança e ao jovem e à orientação no sentido de considerá-los o maior capital da Nação, capital que deve constituir o grande e precioso tesouro, guardado com carinho e preservado da corrupção, da subversão dos sentimentos, da descrença... Neste ponto, as crônicas são o testemunho do que embasa EBSA posta a serviço do Brasil, o nosso querido Brasil herdado pelos jovens de hoje para que correspondam e engrandecem o passado de que tanto se orgulham pelos seus homens representativos e pelos fatos gloriosos de sua belíssima história tranqüila e humana (EBSA, 1972, p. 8).

Para EBSA, os jovens eram ao mesmo tempo um potencial guardado e um capital: capital em que após um investimento, devesse haver o “retorno” por meio de atividades práticas, livres da “subversão” e que ao mesmo tempo glorificasse o passado brasileiro, preenchido por grandes líderes e com uma história feliz e calma.

Dos jovens em geral e dos estudantes em particular foram retirados os valores e características consideradas convenientes e parte da essência espiritual de todos os jovens: a força transformadora, a bondade inerente, a energia etc. Da realidade brasileira foram retiradas as características mais saudáveis. Os jovens eram “democráticos”, “espontâneos”, “solidários” e “cooperativos”. Portanto, tratava de repassar a todos os jovens do país, uma “maioria silenciosa”, de que eles, verdadeiros herdeiros do presente e do futuro, aplacariam a “sanha” dos jovens, estudantes maus, minoria “teleguiada”.

Por esses motivos, os responsáveis pela *Revista*, em 1972, conseguiram fazer uma afirmação que associava o seu ideal político à formação dos jovens e aos fundamentos morais que, segundo os editores, eram os constituintes da nacionalidade:

EBSA somente não é nem nunca foi ou será neutra quando se tratar da defesa das tradições dos princípios norteadores da formação da nacionalidade, das instituições nacionais, da ordem democrática, da tranqüilidade dos espíritos como condição para o progresso, da família brasileira, da formação – a boa formação – moral e cívica da juventude (EBSA, 1972, p 7).

A *Revista* demonstrou a sua teoria. Dirigiu as vistas dos leitores para a crise e para o desvio. Ao mesmo tempo, foi organizado por meio de fragmentos dispersos e encadeados um planejamento que nortearia todos aqueles que

eram responsáveis pela educação a partir de uma figura ideal de jovem, que seria um dos pilares de sustentação da Pátria, a qual, naquele momento, estava em construção.

O jovem, visto como um receptáculo de experiências dadas na escola mediante um processo evolutivo teria os seus hábitos acelerados, voltados para o benefício do Brasil. Essa foi uma das justificativas para a necessidade da disciplina de EMC nas escolas: imprimir uma rotina cívica. O civismo proposto aos jovens era a condensação da ideia de “espírito da nação”, ou seja, uma concepção grandiosa em que o Estado e a Família estavam unidos por laços espirituais. Espírito dado ao jovem como uma nova herança da qual a escola seria a guardiã.

Ficou evidente nos artigos de EBSA que, os defensores da inclusão da disciplina no currículo, ao fazer uso das “tradições”, tão caras à Editora, demonstraram que junto a ela havia toda uma gama nostálgica de interesses e de raiva sumária em que estavam em jogo, a saudade da educação segregadora em forma de “pirâmide seletiva”; a melancolia pela falta das cerimônias cívicas escolares do passado; a gratificação psicológica de preencher as próximas gerações com uma história conveniente, de forma que elas não sentissem o “hiato” do civismo, apresentado na discussão como um sentimento correspondente ao ajuizamento da idade madura.

Portanto, a vigilância em torno dos estudantes e, ao mesmo tempo, um projeto para a “boa” juventude brasileira foram progressivamente apresentadas como imperiosas para que fosse dada a continuidade de uma “ordem democrática”. Isto é, aos jovens foi dado um tipo diferente de sonho. Isso significava que, de fato, os conteúdos apresentados em EBSA, organizaram um plano da e para a juventude brasileira. A partir dos atos estudantis de “esquerda” foi proposto uma readequação dos potenciais estudantis, transformados no equivalente puro daquilo que essa categoria já fazia como movimento político e estudantil. Todas as boas qualidades observadas nos estudantes foram lançadas para uma juventude prestativa e boa; idealizada e globalizante.

É interessante notar que a organização de um planejamento para os jovens estava coberta de termos da física mecânica e a dinâmica, esta como subitem que explica o movimento de um corpo em repouso e as possíveis

modificações nessa trajetória. As noções de módulo, direção e sentido passaram a dominar esses discursos.

A escola, no período compreendido por este trabalho, pensando na formação dos jovens, foi tornada ambiente que fomentava crimes políticos; ativava a sanha dos estudantes em envolvimento extra-escolares; foi lugar de prevenção, primeiro contra os tais crimes políticos, depois contra as drogas; local de vigilância ostensiva, local de salvaguarda dos jovens, a partir da ampliação dos horizontes da escola para outras instituições (clubes, associações esportivas etc.), e por fim, local de aprendizagem, mas de passagem acelerada.

Ao mesmo tempo, foi possível perceber o esforço de arregimentação de grupos dos quais EBSA foi uma vitrine e as formas de comunicação disponíveis para que tal aglutinação de interesses fosse levada a cabo. Podemos julgar que EBSA apresentou três tipos de acordos compartilhados entre grupos para fundamentar a sua teoria sobre os jovens e organizar um sentido de coesão entre as partes: um, de tipo simples, relacionado à difusão de teorias; outro de tipo distributivo; e, por fim, um tipo de acordo que envolvia o desenho de uma estrutura política mais complexa.

De forma simples, podemos dizer que EBSA era uma disseminadora de ideias que selaram a sua opção teórica no caso do resguardo dos jovens “bons”, por exemplo. Neste caso, EBSA fez circular dois pensamentos fundamentais para as políticas públicas voltadas para a juventude: o sentido de “previsão”, caro ao ideário militar elaborado na Escola Superior de Guerra por meio da Doutrina de Segurança Nacional; e o princípio de solidariedade, formulado pela Ação Católica a partir da Doutrina Social da Igreja.

O objetivo para a mobilização da juventude universitária em torno de ações comunitárias pragmáticas estava explícito nos objetivos do Projeto Rondon, por exemplo. O fato era que tais objetivos tinham um ideal de juventude engajada, pensando que os seus atos pudessem interferir nos “problemas nacionais” por vias mais diretas. O Projeto Rondon salientava que a “realidade brasileira” era mais abrangente do que aquilo que era pregado nos discursos políticos dos estudantes rebeldes.

Desse modo, ao cooptar uma parcela da juventude para trabalhos práticos, com vistas ao serviço social assistencialista, foi possível criar uma retórica cuja carga ideológica, ao circular pela opinião pública, buscava desmoralizar o movimento estudantil politicamente engajado nas universidades. O plano de desmobilização de um tipo de juventude passou pelo enaltecimento da atuação de outra parcela juvenil, que muitas vezes, como pudemos ver, respondeu positivamente. Portanto, o projeto de juventude pura apresentado não tinha somente o interesse em desmobilizar os estudantes engajados, mas, antes, mobilizar favoravelmente a maioria silenciosa e englobar todos os jovens na condição de seres bons e puros.

Mas tornou-se necessário salientar que a condição do trabalho extra-escolar direcionado pelo governo não tinha o objetivo exclusivo de apaziguar ou purificar o movimento estudantil. Essas atividades de ação comunitária faziam parte de um planejamento maior no âmbito governamental e tinha relação direta com as atividades empreendidas pelo Exército, agente dinamizador das ideias objetivadas na ESG. Serviços de apoio às comunidades carentes proliferavam nessa época e estavam previstos em planejamentos propostos pela Unesco, como forma de intervenção social para a aceleração do desenvolvimento.

Isto é, ao longo de suas páginas, a *Revista* divulgou a existência de uma “guerra psicológica” no país, de forma que o vocabulário de guerra perpassou por todo o trabalho e políticas educacionais criadas a partir de um ideário militar passaram a fazer parte das discussões dos artigos. Da mesma forma, e mais precisamente, por conta da ação individual do professor Alfredo Gomes, crente nos trabalhos do laicato cristão, apresentou documentos, membros da Igreja e teorias que ampararam a sua conduta e guiaram os interesses da Editora no momento de publicar planos.

Quanto à distribuição de informações, EBSA funcionou como uma vitrine que espelhava um “todo” construído por seus próprios editores a partir da convergência de ideias que vinham de outros agentes. Isto é, o periódico educacional distribuía a ideia de propagandistas, defensores de políticas golpistas e governistas, de acordo com a ocasião, e ativistas de várias instituições: jornais, entidades civis etc., que variavam entre publicar ideias ora

profundamente conservadoras, ora reacionárias, e muitas vezes uma combinação complexa em que essas duas atitudes estavam imbricadas.

Com relação à estrutura política mais complexa, observamos que a Editora do Brasil fez o esforço de ganhar à frente nos negócios do Estado no que concernia à produção de livros didáticos e de leitura, mas que ela não estava sozinha nessa empreitada. Neste sentido, ao tratar de políticas públicas voltadas para a produção de livros, os membros da Editora demonstraram que, diante da possibilidade de tomar proveito para a ampliação do mercado de livros, sempre havia a possibilidade de alianças entre concorrentes mediante a probabilidade de interferência na política de livros.

Podemos dizer que a Editora do Brasil, todo o seu aparato de publicação e os parceiros de ocasião, podem ser localizados em uma posição intermediária se considerarmos uma escala de poder entre um Estado autoritário-militar e a sociedade. Ainda que não tivessem o poder de determinar as leis, estavam nos limites de seus interesses e possibilidades, mobilizados pela “causa”. E com relação à sua área de trabalho, puderam estabelecer uma rede de comunicação em que as suas ideias foram distribuídas em larga escala e de forma simultânea, dois pontos importantes para quem pretendia ver a sua vontade prevalecer.

Aos leitores, com quem, como vimos, parece ter sido selada uma dependência recíproca, EBSA enviava artigos que seguiam as “tendências” de formação de opinião. Dentro dos resultados do trabalho, foi percebido que nos anos 1960, os artigos sobre os jovens se concentravam em sua posição de estudantes dentro das universidades. Isso pode ser um vestígio de que, naquela década, o interesse de alunos de ensino médio estava concentrado em dar continuidade à carreira acadêmica. Já nos anos 1970, salvo o período em que o movimento estudantil foi reativado nas ruas, os artigos ficaram concentrados na escola média, talvez, por hipótese, dando ênfase às determinações expedidas a partir da Lei nº 5692/1971.

O general Araújo Lopes e o redator Alfredo Gomes, em 1968, chegaram a apontar a posição alienada em que se encontravam os jovens diante dos usos comerciais que eram feitos deles. No entanto, pensando especificamente no mercado de livros, percebeu-se que a Editora do Brasil e os seus parceiros comerciais, ao difundir a anormalidade dos jovens, abriram a

possibilidade de estabelecer uma frente comercial em que eles se posicionavam como sujeitos probos, já que, justificavam a produção e venda de livros a partir da ideia que era necessário pensar e agir em benefício dos jovens. Essa é uma demarcação a respeito do pensamento conservador nessa circunstância: ele se apegou à bondade inerente, à harmonia do belo, buscou ser encantador distribuindo os bons sentimentos, auxiliando na educação dos bons jovens. O conservadorismo, neste caso, apelou ao bem.

Podemos indicar, entretanto, imposturas nessa prática de fazer “o bem”. A primeira é a de que a rebeldia juvenil, ao final vendeu livros; depois que, fazendo o bem, neste caso, foi trazida à tona os subterfúgios usados para que os outros interesses, inclusive os financeiros, não ficassem aparentes. Por fim, para consolidar “o bem” os artigos fizeram usos e desusos da História, de modo que, controlando-a, ela pudesse lhes favorecer.

Isto é, ao posicionar a nostalgia diante da história, usando-a como se ela fosse uma tradição, tornando-a uma História oficial, foi, além de tentar modificar o rumo da história à força, a demonstração do passado foi desejado como lógica política. Uma parte dos autores, os militares e os editores em particular, consumidos pela aspiração de retornar ao acontecido a fim de manter presente um anseio do que estava distante no tempo e no espaço, fizeram emergir um desejo delirante de voltar ao passado. Ao que vale perguntar: mas, afinal, quem era anormal?

Por fim, é válido pensar, à custa de que foi mantida essa ética de uma “elite de bem”? Pois é necessário avaliar os interesses de quem prega “fazer o bem”. Pois ao final, todo esse empreendimento colaborou para transformar em fraco aquele jovem, estudante ou não, tornado nos discursos um infrator das leis. Ao infrator, “caso de polícia”, restou ser vigiado, detido, preso, exilado...

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. 2005. *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

ABRAMO, Helena Wendel. 1997. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, nº 6, p.p 25-36.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. 1977. *Movimento Estudantil e Consciência Social*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

AQUINO, Maria Aparecida de. 1999. *Censura, imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC.

ALMIERI, Tatiana. 2007. Guinada para a direita – Da visão liberal ao conservadorismo. *Leituras da História*. São Paulo: Editora Escala.

BENSA, Alban. 1998. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas – A experiência da micro análise*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, pp. 39-76

BOBBIO, Norberto, MANTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. 1992. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB/Imprensa Oficial de São Paulo. (cf. verbetes: *conservadorismo*, pp. 242-246; *reação*, pp. 1073-1074).

BRITO, Sulamita. 1968. *Sociologia da Juventude I/II/III/IV*. Rio de Janeiro, Zahar.

CARVALHO, Maria Bernardete de Oliveira. 2005. Ser conservador. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 50, jul/2005. Disponível em: <http://www.Espacoacademico.com.br/050/50ccarvalho.htm>, em 20/12/2008.

CARVALHO, João do Prado Ferraz. 2003. *A Campanha de Defesa da escola Pública em São Paulo (1960-1961)*. Tese de doutoramento. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. 2003. *Circulação do Livro Didático: Entre práticas e prescrições – Políticas públicas, editoras, escolas e o professor na seleção*

do livro escolar. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade.

CATANI, Denice Barbara e SOUZA, Cynthia Pereira de. 1999. A Geração de instrumentos de pesquisa em História da Educação: estudos sobre revistas de ensino. In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.). *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, pp 241-254.

CATANI, Denice Barbara. 1999. *A Imprensa periódica Paulista (1890 – 1996)*, São Paulo: Plêiade.

CELESTE FILHO, Macioniro. 2007. *A reforma universitária e a universidade de São Paulo – Década de 1960*. Tese de doutorado, programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade.

CERTEAU, Michel de. 1995. *La toma de La palabra y otros escritos políticos*. México D.F: Universidad Iberoamericana/ Centro de Informacion Academica.

CHARTIER, Anne-Marie, HÉBRARD, Jean. 1998. *Discursos sobre a leitura (1880 – 1980)*. Tradução: Osvaldo Bialto e Sérgio Bath. São Paulo, Editora Ática.

CHRISPINIANO, José; PICANÇO, Marcy e GONZALEZ, Marina. 2004. Filha bastarda da USP, Aesi desempenhou diferentes papéis na repressão interna. *Revista da Adusp*. São Paulo: Adusp, nº 33, out./2004, pp. 37-48.

CRUZ, Rossana Regillo. 2006. Políticas de La mirada. Hacia uma Antropologia de las pasiones contemporâneas. In: DUSSEL, Inés y GUTIERREZ, Daniela. *Educar La Mirada: políticas e pedagogias de la imagen*. Buenos Aires: manantial: Flacso, OSDE, pp. 59-74.

CRUZ, Sebastião Velasco e. 1999. Significados da Conjuntura de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. 1999. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 105-110.

CUNHA, Luis Antônio. 2007. *A universidade reformada – O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. 2006. *Sintonia oscilante: Religião e Educação Moral e Cívica no Brasil (1931-1997)*. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/464LuizAntonioCunha.pdf>, em 15/01/2009.

DANTAS, Andréa Maria Lopes. 1997. *Crônica de uma reforma anunciada: uma análise da seção Estudos e Debates da Revista Brasileira de estudos Pedagógicos nos anos 1961-1962 e 1972-1973*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DIAS, José Augusto. 2005. *Carlos Pasquale*. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros (org.) *Dicionário de Educadores do Brasil – Da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MEC-Inep-Comped.

DIRCEU, José. 1999. O movimento estudantil em São Paulo. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. 1999. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, pp. 83-94.

DUBY, Georges. 1979. História social e ideologias da sociedade. In: Le Goff, Jacques, NORA, Pierre (org.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 130-145.

EISENSTADT, Shmuel Noah. 1976. *De Geração a Geração*. São Paulo: Perspectiva.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. 2006. Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, nº 28, pp. 17-36.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. 2006. *Educação Moral e Cívica e a sua produção didática: 1969 – 1993*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FONSECA, Sílvia Asam. 2004. *Os professores e a qualidade de ensino: A escola secundária paulista (1946-1961)*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FORACCHI, Marialice M. 1971. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira.

_____. 1964. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. 1978. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, pp. 151-209.

FURTER, Pierre. 1967. *Juventude em tempo presente*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JAKOBSON, Roman. 1971. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.

GABEIRA, Fernando. 1979. *O que é isso companheiro? Depoimento* – Rio de Janeiro: Editora Codedri.

GARCIA, Marco Aurélio, VIEIRA, Maria Alice (orgs.) 1999. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

GAUDIO, Maria Ordália Magro Del. 1987. *O Projeto Rondon: a face Ideológica do poder, frente a ordem instituída (1968-1986)*. Dissertação de Mestrado: Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GINZBURG, Carlo. 1989. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil.

GOUVEIA, Joly Aparecida, HAVIGHURST, Robert. 1969. *Ensino Médio e Desenvolvimento*. Biblioteca de Educação. São Paulo: Edições Melhoramentos/ Editora da Universidade de São Paulo.

GROPPO, Luís Antônio. 2007. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967. In: ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luis (org.) *Movimento estudantil brasileiro e educação superior*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 231-260.

_____. 2000. *Uma onda mundial de revoltas: Movimento Estudantil nos anos 1960*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas.

_____. 2000. *Juventude – Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel.

HALLEWELL, Laurence. 1985. Octalles Marcondes Ferreira, In: HALLEWELL, Laurence. *O Livro do Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo.

HIRSCHMAN, Albert O. 1997. *O Pensamento Conservador: perversidade, futilidade e risco*. Algés: Difel – Difusão Editorial.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo e PERES, Fernando Antonio. 2009. *Estudos históricos sobre juventude: estado da arte*. In: Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação

brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 2, Belo Horizonte: Argvmentvm, pp. 213-231.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. 2007. *História da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Thompson Learning.

HOBBSAWN, Eric J. e RANGE, Terence. 1997. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HUERRE, Patrice, REYMOND, Martine-Pagan, REYMOND, Jean-Michel. 2000. *Adolescência não existe – Histórias das atribuições de um artifício*. Lisboa: Terramar – Editores, Distribuidores e Livreiros Ltda.

ITAÚ CULTURAL. 2005. *Anos 70: Trajetórias*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural.

JUDT, Tony. 2007. O Espectro da Revolução. *Piauí*, São Paulo: Editora Alvinegra, nº 8, pp. 48-54.

KEHL, Maria Rita. 2004. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina e Vanucchi, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

LEÓN, Oscar D'ávila, GHIARDO, Felipe, MEDRANO, Carlos. 2007. *Desherdados*. Texto disponível pela internet: www.cidpa.org/txt/desherdados/cap1.pdf, em 07/06/2008.

LIPSET, Seymour Martin. 1965. Alternativas para as atividades estudantis, In: BRITO, Sulamita de. 1968. *Sociologia da Juventude, IV – Os movimentos juvenis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 47-59.

MANNHEIM, Karl. 1982. O problema sociológico das gerações, In: FORACCHI, Marialice M. (org.) *Mannheim*, Col. Grandes Cientistas Sociais – 25, São Paulo: Editora Ática, pp. 67-95.

_____. 1968. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, Sulamita (org.), *Sociologia da Juventude*, vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar, p.p 69-93.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. In: MARTINS, José de Souza: *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, pp. 51-58.

MARTINS, Maria do Carmo. 2002. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: Edusf.

MARTINS FILHO, João Roberto. 2007. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. Disponível em <http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>, em julho de 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. 1987. *Movimento Estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus.

MATHIAS, Suzeley Kalil. 2004. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963 – 1990*. São Paulo: Editora Unesp.

MAYER, Arno. 1987. *A força da tradição*. A persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1977. *A dinâmica da contra-revolução na Europa (1870-1956)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MELUCCI, Alberto. 1997. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, nº 6, pp. 5-14.

MORHY, Lauro. 2007. Memória do movimento estudantil no Brasil. In: ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luis (org.) *Movimento estudantil brasileiro e educação superior*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 51-57.

MUNAKATA, Kazumi. 2008. *O gigantismo da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático*. No prelo.

NATALI, Marcos Piason. 2006. *A política da nostalgia*. Um estudo das formas do passado. São Paulo: Nankin.

NEVES, Edna Rosele da Conceição. 2005. *Uma trajetória pela História da produção Editorial Brasileira: O livro de Matemática – Autores e Editoras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática. Pontifícia Universidade Católica.

OLIVEIRA, João Batista Araújo, GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto, BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. 1984. *A política dos livros didáticos*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

PALMEIRA, Vladimir. 1999. Os valores de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. 1999. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. 1997. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 1970*. Dissertação de Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

PERALVA, Angelina. 1997. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: Anped, nº 6, pp. 15-24.

PÉREZ, Suzana Roman Blanco. 2007. *"Ver-julgar-agir": Análise de práticas da juventude estudantil católica feminina (entre as décadas de 1950 e 1960)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PINTO, Álvaro Vieira. 1994. *A questão da Universidade*. São Paulo: Cortez Editora.

POERNER, F. Praga. 1989. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. 2007. *Produção de Livros Didáticos e expansão da escola elementar em São Paulo: a Tipografia Siqueira e a Editora Melhoramentos (1869 – 1940)*. Relatório de conclusão do estágio de Pós-Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade.

SANFELICE, José Luis. 1986. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez – Autores Associados.

SANTOS, Nilton (org.). 1980. *História da UNE – Depoimento de ex-dirigentes*. Vol. 1. São Paulo: Editorial Livramento.

SILVA, Claudia Panizzolo Batista da. 2001. *Atualizando Pedagogias para o Ensino Médio: um estudo sobre a Revista Atualidades Pedagógicas (1950-1962)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, José Ramiro. 2004. *A legitimação da ordem autoritária: Gustavo Corção nas páginas do Correio do Povo (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SIMÕES, Solange de Deus. 1985. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes.

SIRKIS, Alfredo. 1999. Os paradoxos de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. 1999. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 111-116.

SAVAGE, Jon. 2009. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco.

SPÓSITO, Marília Pontes (coord.). 2009. *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 2, Belo Horizonte: Argvmentvm.

_____. 2001. A produção de conhecimento sobre a juventude na área de Educação no Brasil. *Internacional Studies on Law and Education*, São Paulo: Editora Mandruvá, pp. 37-55.

_____. 1997. Estudos sobre a juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: Anped, nº 6, p.p. 37-54.

VALLE, Maria Ribeiro do. 1968. *1968: O Diálogo é a Violência – Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.

VENTURA, Zuenir. 1988. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

VEYNE, Paul. 1982. *Como se escreve a História – Foucault revoluciona a História*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

VIDAL-NAQUET, Pierre. 1976. Os jovens – O cru, a criança grega e o cozido. In: Le Goff, Jacques, NORA, Pierre (org.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 116-140.

WEBER, Henri. 1999. Um balanço de 1968. In: In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. 1999. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 21-26.

ZAIDAN FILHO, Michel, MACHADO, Otávio Luiz. 2007. *Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. 2008. *1968: Eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Fontes Citadas

Capítulo 1

ASSIS (SP). Prefeitura Municipal de Assis. 1958. *Lei nº 557, de 21/05/1958: Concede o título de “Cidadão Honorário de Assis”*.

BRASIL. 1970. Ministério da Educação/ Conselho Federal de Educação. Homenagem Póstuma ao Conselheiro Carlos Pasquale. *Documenta*. Brasília, DF, nº 117, pp. 9 -19.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL. 1950. *Revista Atualidades Pedagógicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. nº 1.

COSTA, Carlos. 1978. *Crônica*. Revista da Editora do Brasil. São Paulo: Editora do Brasil.

JUNTA COMERCIAL DE SÃO PAULO SÃO PAULO. 1943. *Escritura de publicação de constituição de Sociedade Anônima, no. 19134*. Município de São Paulo, p.p 1 – 24.

JUNTA COMERCIAL DE SÃO PAULO. 1943. *Ficha Cadastral de Breve Relato. Nire matriz: 35 3 0003767 7*. Município de São Paulo, SP.

JUNTA COMERCIAL DE SÃO PAULO. 1945. *Ata da Segunda Assembléia Geral Ordinária da Editora do Brasil S/A, nº 19134*. Município de São Paulo, SP.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1946. *Ata da Terceira Assembléia Geral da Editora do Brasil S/A, nº 29825*. Município de São Paulo, SP.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1947. *Ata da Quarta Assembléia Geral da Editora do Brasil S/A, nº 34412*. Município de São Paulo, SP.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1964. *Ata da Vigésima Primeira Assembléia Geral da Editora do Brasil S/A, nº 265730*. Município de São Paulo, SP.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1969. *Alteração dos Estatutos da Editora do Brasil S/A - Ata da Vigésima Terceira Assembléia Geral, nº 411166*. Município de São Paulo, SP.

JUNTA COMERCIAL DE SÃO PAULO. 2007. *Ficha Cadastral de Breve Relato. Nire matriz: 35 3 0003767 7*. Município de São Paulo, SP.

LIVRARIA FRANCISCO ALVES. 1952. *Revista do Magistério*. São Paulo: Editora Paula de Azevedo. Ano 1, nº 1.

NASCIMENTO, Esdras do. 1960. *Problemas da promoção de vendas: Tarde de Autógrafos Vendem Livros*. Boletim Bibliográfico Brasileiro Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Estante Publicações, vol. 8, nº 2, p. 46.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. 1951. *Boletim*. São Paulo: Imprensa Oficial, ano 1, nº 1.

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1956. *Certidão de penhor de crédito hipotecário da Editora do Brasil S/A ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico*. Município de São Paulo, SP.

3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2007. *Lista de Registro de Documentos da Editora do Brasil S/A (1943-1975)*. Município de São Paulo, SP.

4º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. 1960. *Carta da Indústria Gráfica Siqueira à Editora do Brasil S/A*. Município de São Paulo, SP.

4º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, 1971. *Carta de Ismael Andrade Cunha à Editora do Brasil S/A*. Microfilme nº 116000. Município de São Paulo, SP.

4º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, 1971. *Carta da Delegacia Litúrgica de São Paulo*. Microfilme nº 1223691. Município de São Paulo, SP.

4º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, 1971. *Carta das Indústrias Gráficas Siqueira à Editora do Brasil S/A*. Microfilme nº 245222/60. Município de São Paulo, SP.

Capítulo 2

BRASIL. 1961. Lei nº 4.024 de 20/12/1961 – *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Texto disponível pela internet: <http://www.senado.gov.br>, em 01/02/2007.

BRASIL. 1962. Ministério da Educação e Cultura. *Sinopse Estatística do Ensino Médio – 1961*. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), Brasília, DF, pp. 11-12.

BRASIL. 1962. Diário do Congresso Nacional de 21/11/1962. *Resolução nº 74 de 17/09/1962*. Brasília, DF, p. 5576.

BRASIL. 1963. Diário do Congresso Nacional de 13/07/1963 – Seção I. *Resolução nº 25* de 15/06/1963. Brasília, DF, p. 3316.

BRASIL. 1964. Câmara dos Deputados. Resolução nº 56 de 27/05/1964. Disponível: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action> em 16/10/2007.

BRASIL. 1964. Ministério da Educação e Cultura. *Sinopse Estatística do Ensino Médio – 1963*. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), Brasília, DF, pp. 10-12.

BRASIL. 1964. Diário do Congresso Nacional de 28/04/1964 – Seção I. *Projeto de resolução nº 42, de 1964*: Aprova as resoluções da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação pela UNE e demais órgãos estudantis, à mesma vinculados, das verbas que lhe foram atribuídas pelos orçamentos de 1962-1963. Brasília, DF, pp. 2652-2665.

BRASIL. 1964. Diário do Congresso Nacional de 28/05/1964 – Seção I. *Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação pela UNE e demais órgãos estudantis, à mesma vinculados, das verbas que lhe foram atribuídas pelos orçamentos de 1962-1963* (promulgação da Presidência da Câmara dos Deputados). Brasília, DF, p. 3593.

BRASIL. 1964. *Decreto nº 55.057, de 24/11/1964*. Dispõe sobre as dotações orçamentárias destinadas às entidades estudantis e dá outras providências.

BRASIL. 1969. Ministério da Educação e Cultura. *Sinopse Estatística do Ensino Médio – 1965-66: Brasil, estados e Distrito Federal*. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), Rio de Janeiro: Guymara Editora, pp. 12-14.

PINTO, Álvaro Vieira. 1994. *A questão da universidade*. São Paulo: Editora Cortez.

SEVILANNO, Daniel Cantineli. 2007. *Memória 70 anos - FFCL-FFLCH/USP - Entrevista com a Professora Emília Viotti da Costa*.

UNESCO. 1969. *Com La Juventud*. Texto apresentado na Conferência Geral da Unesco. Paris: Offset-Aubin.

Capítulo 3

BRASIL. 1958. *Decreto nº 43170 de 04/02/1958*. Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar, do departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura.

BRASIL. 1961-1962. *Sinopse Estatística do Ensino Médio*. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), Rio de Janeiro: CIBEC/Inep/MEC.

BRASIL. 1964. Presidência da República. *Anteprojeto de lei que regula as atividades das organizações estudantis*.

BRASIL. 1964. *Lei nº 4464 de 09/11/1964*. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências.

BRASIL. 1966. *Decreto nº 57634 de 14/01/1966*. Suspense as atividades da União nacional dos Estudantes (UNE).

BRASIL. 1967. *Decreto-Lei nº 228 de 28/02/1967*. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.

BRASIL. 1967. *Decreto-Lei nº 314 de 13/03/1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.

BRASIL. 1965. *Ato Institucional nº 2 de 27/10/1965*.

BRASIL. 1968. *Ato Institucional nº 5 de 13/12/1968*.

BRASIL. 1969. *Decreto-Lei nº 477 de 26/02/1969*. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

MARCUSE, Herbert. 1968. *Eros e Civilização – Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

REALIDADE. 1967. A juventude brasileira hoje – Edição Especial. *Realidade*. São Paulo: Editora Abril. Setembro, 1967, pp. 19-26.

SANTA SÉ. 2007. Declaração Gravissimum Educationis – Sobre a Educação Cristã. *Concílio Ecumênico Vaticano II*. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html, em 07/07/2007.

Capítulo 4

BRASIL. s/d. Entidades estudantis nacionais e internacionais. Centro de Referência da Luta Política “Memórias Reveladas”: BRAN, Rio X9. O.E.SI, ACL, 1/9.

BRASIL. 1948. Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. pp. 2347-2348.

BRASIL. 1966. *Decreto nº 58.023 de 21/03/1966*. Dispõe sobre a Educação Cívica em todo o país e dá outras providências.

BRASIL. 1968. Decreto nº 62.927 de 28/junho/1968. Institui em caráter permanente, o grupo de trabalho "Projeto Rondon" e dá outras providências.

COLTED/ Inep. 1969. *Justificação de avaliação de livro didático. Ciências – Nível Primário*. Rio de Janeiro, 17/01/1969. Arquivo Histórico do Inep. s/ ref.

COLTED/ Inep. 1969. *Justificação de avaliação de livro didático. Matemática/Área de Linguagem*. Rio de Janeiro, 17/01/1969. Arquivo Histórico do Inep. s/ ref.

LOPES, Moacir Araújo. 1967. *Rumos para a educação da juventude brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço Geográfico do Exército [Oficina Gráfica].

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. 1966. Como tornar cada criança e cada adolescente um bom consumidor de leitura. *Educação*. Rio de Janeiro, nº 87, set., pp. 7-13.

MUSSUMECI, Victor. 1964. *Iniciação ao Civismo*. São Paulo: Editora do Brasil.

MUSSUMECI, Victor, MOSCHINI, Felipe, COSTA OTTO. 1971. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo. Editora do Brasil.

POLÍCIA FEDERAL. 1969. *Entidades estudantis nacionais e internacionais*. Centro de Referência "Memórias Reveladas" (1964-1985). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: BRAN, Rio X9.O.ESI, ACL, 1/9).

SANTA SÉ. 2007. *Encíclica Divini Illius Magistri* de sua Santidade Papa Pio XI acerca da Educação Cristã da Juventude. Disponível em: http://212.77.1.247/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html, em 10/11/2009.

Capítulo 1

Textos da Revista Editora do Brasil S/A (EBSA) citados no trabalho

Data	Número	Texto	Seção	Páginas
11/1947	1	Apresentando-nos EBSA	Crônica do mês	1 - 2
11/1947	1	Coleção Didática Primária EBSA	Bibliografia	43 - 44
11/1948	13	Nova Etapa EBSA	Crônica do mês	1 - 2
11/1948	13	Como EBSA é recebida EBSA	Correspondência	38 - 60
06/1949	20	EBSA em defesa do ensino particular	Várias	25
09/1949	23	Professor Ernesto Carneiro Ribeiro Filho	Várias	42
09/1949	23	Processos conferidos ao serviço Escolar da Editora do Brasil	Legislação	5 - 10
09/1949	23	Como EBSA é recebida EBSA	Correspondência	43
03/1950	29	Como EBSA é recebida EBSA	Correspondência	35
11/1950	37	Um parêntesis EBSA	Crônica do mês	1 - 4
01/1951	39	Como EBSA é recebida EBSA	Correspondência	26 - 28
08/1951	42	Recebimento de EBSA EBSA	Correspondência	12
12/1951	46	Como EBSA é recebida EBSA	Correspondência	38
02/1952	52	Ouvindo os Professores EBSA -SP	Opiniões do Mês	3 - 4
02/1952	42	Ofício: Vigência de Programas	Várias	15
04/1952	54	Comunicado EBSA	Correspondência	32
10/1953	72	Como EBSA é recebida EBSA	Correspondência	44
12/1953	74	Problemas educacionais EBSA	Crônica do mês	1 - 4
01/1957	111	A Escola particular e a nação de homens livres EBSA	Crônica do mês	1 - 2
03/1957	113	Torpeza EBSA	Crônica do mês	1 - 4
11/1957	121	No limiar da segunda década EBSA	Crônica do mês	1 - 4

10/1960	151	A sentença das urnas EBSA	Crônica do mês	1 - 4
03/1961	156	O cardeal D. Jaime Câmara denuncia traição à Igreja D. Jaime Câmara	Várias	39
09/1961	162	O Ensino Médio em 1960 EBSA	Várias	24 - 25
10/1961	163	IV Congresso Internacional dos Estudantes	Várias	32 - 36
11/1961	164	Infiltração Comunista EBSA	Várias	35 - 36
05/1962	170	Comunismo atuante e democracia recuada O Estado de Minas Luiz Eduardo Aroeira	Várias	76 - 77
12/1962	177	Demonstrando difusão cada vez maior EBSA	Correspondência	41 - 42
12/1962	177	Denunciada a comunização do ensino oficial em Brasília Guido Mondim (PRP-RS) Senado Federal	Várias	37
05/1963	182	Estudantes estrangeiros atrás da "cortina de ferro" EBSA	Súmulas e Destaques	66 - 67
09/1963	186	Greves de Alunos Souza Brasil O Jornal do Brasil - RJ	Opiniões do mês	72 - 74
10/1963	187	Dias de Desatino EBSA	Crônica do mês	1 - 4
10/1963	187	Portaria nº 419 Formação Moral e Cívica dos estabelecimentos de ensino médio	Legislação	28
07/1966	220	Custo de formação de um jovem EBSA	Várias	17
12/1966	223	A Educação Cívica EBSA	Crônica do mês	1 - 4
06/1967	231	No Conselho Federal de Educação EBSA	Crônica do mês	1 - 2
01/1969	250	Guia de Civismo General Moacir de Araújo Lopes EBSA	Várias	37
07/1969	258	Educação Moral e Cívica Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1 - 6
11/1969	260	Aniversário Os editores	Crônica do mês	1 - 2
12/1971	285	Ano de Renovação EBSA	Crônica do mês	1 - 6

01/1972	286	Data Significativa EBSA	Crônica do mês	-
09/1972	294	Discurso de Inauguração da sucursal de Vitória (ES) Felipe Machado Cury	Anexos	-
10/1972	295	Abertura da sucursal de Santo André EBSA	Crônica do mês	-
11/1972	296	Abertura da sucursal de Teresina EBSA	Crônica do mês	-
11/1972	296	Abertura da sucursal de São Luis EBSA	Crônica do mês	-
12/1972	297	Paz na Terra EBSA	Crônicas do mês	1 - 8
09/1975	330	Educação Moral e Cívica	Crônica do mês	3 - 12
02/1976	335	Educação Moral e Cívica	Crônica do mês	3 - 4
11/1977	356	Trinta anos Otto Costa EBSA	Crônica do mês	3 - 5
07/1978	364	Inauguração da sede própria da Editora do Brasil S/A em Brasília	Anexos	-
10/1980	391	Vinculação de nossa Educação ao Espírito da Constituição	Crônica do mês	3 - 6

Elaborado com base nas informações disponíveis em : Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA): 1947 – 1972. Notas: Do Suplemento Mensal do Estado de São Paulo foram retirados os seguintes textos: EBSA/SP: 06/1951 e 02/1952. Correspondência, nº 3, p. 115; EBSA/SP. 03/1952. A Escola e a Família, nº 10, p. 66; EBSA/SP. 12/1952. Exemplos que frutificam, no. 19 p. 272; EBSA/SP. 10/1957. Visitas as planetário de São Paulo, no. 77, p. 1.

Capítulo 2

Textos citados: Revista Editora do Brasil S/A (EBSA)

Data	Número	Texto/ Autor	Seção	Páginas
06/1957	116	O hábito de estudar apenas em vésperas de exames EBSA	Várias	41
04/1961	157	Estudantes reagem contra a agitação dos extremistas EBSA	Várias	50-51
06/1961	159	Condecorado venerando educador Marista EBSA	Várias	46-47
06/1961	159	Greve dos estudantes de Recife EBSA	Várias	52
06/1961	159	Nota oficial Palácio do Planalto	Várias	52-53
06/1961	159	Manifesto Estudantil FFLC - USP	Várias	53-54
06/1961	159	Denúncias dos Estudantes Faculdade de Direito Universidade de Recife	Várias	54-55
07/1961	160	Sugerido o afastamento dos diretores acusados pelos estudantes de Pernambuco EBSA	Várias	60
07/1961	160	"Negado abono de faltas de estudantes em greve".	Várias	55-56
10/1961	163	Aspectos da psicologia do adolescente Dulce Campos Dantas	Colaboração	51-57
11/1961	164	Meninos Secundaristas EBSA	Crônica do Mês	1-3
11/1961	164	Meninos Secundaristas Gustavo Corção OESP – São Paulo	Opiniões do mês	60-61
12/1961	165	Liceu Braz Cubas Dia do professor EBSA	Várias	64-65
01/1962	166	O Sistema Educacional Brasileiro Mário de Brito	Opiniões do mês	47-50
06/1962	171	A inquietação dos estudantes Danton Jobim Diário Carioca – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	66-67
06/1962	171	A Greve dos Estudantes Esclarecimentos do Ministro da Educação EBSA	Várias	43-45
06/1962	171	Hienas soltas no campo O Jornal – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	70-72
08/1962	173	Cooperação entre professores e alunos	Várias	61-62

Dom Vicente Scherer				
10/1962	175	Dia do Professor OESP – São Paulo	Opiniões do mês	62-63
12/1962	177	Parecer nº 337 – Penalidades Escolares. Comissão de Legislação e Normas Almeida Júnior: Parecer Ajadil Lemos: Voto	Legislação	20-23
12/1962	177	No senado: denunciada a comunização do ensino oficial em Brasília Senador Guido Mondim (PRP-RS)	Legislação	37
06/1963	183	Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido EBSA	Várias	41
07/1963	184	Ingenuidade ou o quê? O Globo – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	59-62
04/1964	193	A corrupção no meio estudantil OESP – São Paulo	Opiniões do mês	60-61
04/1964	193	O Ministério da Subversão Diário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	62-64
04/1964	193	O Ministério da educação e o comunismo Carlos Maul Jornal do Commercio Rio de Janeiro	Opiniões do mês	64-65
04/1964	193	As manifestações estudantis Gustavo Corção Diário de Notícias Rio de Janeiro	Opiniões do mês	66-67
04/1964	193	O MEC e os estudantes Maurício de Medeiros ABL	Opiniões do mês	67-68
07/1964	196	Representações Estudantis EBSA	Crônicas do mês	1-3
07/1964	196	Estudantes Folha de S. Paulo – São Paulo	Opiniões do mês	63-64
07/1964	196	A política fora da universidade	Opiniões do mês	65-66
08/1964	197	Entidades Estudantis Diário de S. Paulo – São Paulo	Opiniões do mês	56-58
09/1964	198	O Presidente e os estudantes Diário de São Paulo – São Paulo	Crônica do mês	1-2
09/1964	198	Depoimento estarrecedor Depoimento de Flavio Suplicy à Câmara dos Deputados EBSA	Várias	28-42
10/1964	199	O Presidente e os estudantes OESP – São Paulo	Opiniões do mês	63-64
10/1964	199	Voltam os agitadores estudantis Gustavo Corção Diário de Notícias Rio de Janeiro	Opiniões do mês	66-67
10/1964	199	Um grito de Alerta O Globo – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	68-69

11/1964	200	A tarefa dos estudantes Carlos Rizzini Diário de S. Paulo – São Paulo	Opiniões do mês	74-75
12/1964	201	Representação Estudantil OESP – São Paulo	Opiniões do mês	58-59
05/1965	206	Centro Jovem Experimental Associação Cristã Feminina São Paulo	Várias	22
06/1965	207	Moscou deu um milhão de dólares para estudantes fazerem a subversão no país O Globo – Rio de Janeiro	Várias	31-33
06/1965	207	Agitação Estudantil O Jornal – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	51-52
07/1965	209	A inteligibilidade dos estudantes Gustavo Corção Diário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	36-37
08/1965	209	Lição dos jovens Província do Pará - Belém	Opiniões do mês	50-51
04/1966	217	A indisciplina dos estudantes Maurício de Medeiros O Globo – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	56-57
09/1966	210	Mensagem aos Estudantes O ministro da educação dirige-se à juventude ao ensejo da comemoração da data de independência nacional.	Várias	23-24
01/1966	214	Estudante e a sedução do marxismo OESP – São Paulo	Opiniões do mês	51-53
06/1966	220	Custo da formação de um jovem EBSA	Várias	17
08/1966	221	O governo e os estudantes Gustavo Corção Diário de Notícias Rio de Janeiro	Várias	42-43
11/1966	224	Problemas da Juventude EBSA	Várias	27
10/1968	247	A juventude quer o poder Nelson Rodrigues Jornal da Tarde – São Paulo	Opiniões do mês	57-59
03/1969	252	História e Juventude Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-8
04/1969	253	Compreensão Padre Arthur Alonso VI Congresso da Federação Internacional das Universidades Católicas	Crônica do mês	1-4
04/1969	253	Causas da crise estudantil EBSA	Legislação	35-39
08/1969	257	Tema em foco Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-4

04/1970	265	150 mil operários respondem aos estudantes OESP – São Paulo Palavras à juventude	Opiniões do mês	65-67
07/1970	268	Discurso de Jarbas Passarinho Paraninfo – UNB EBSA	Várias	32-35
09/1970	270	Terrorismo Estudantil Eugênio Gudin Diário de S.Paulo – São Paulo	Opiniões do mês	60-61
10/1970	271	O Dia do Professor EBSA	Várias	44-53
10/1970	271	Oração ao Mestre Eliezer Rosa O Dia – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	55
11/1970	272	Pagamento de anuidades e o Decreto-Lei nº 477 Jarbas Passarinho Simpósio sobre o ensino universitário	Súmulas e Destaques	29-31
11/1970	272	Uma grande ameaça – O problema dos tóxicos Correio da Manhã Rio de Janeiro	Opiniões do mês	65-66
11/1970	272	Persistência Correio do Ceará Fortaleza	Opiniões do mês	66-67
03/1971	276	Rui Barbosa, esse desconhecido Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-7

Elaborado com base nas informações disponíveis em: Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA): 1957 – 1971.

Capítulo 3

Textos citados: Revista Editora do Brasil S/A (EBSA)

Data	Número	Texto/ Autor	Seção	Páginas
09/1951	47	Os deveres da família e do Estado em face da Educação Alocução do Papa Pio XII	Várias	28-29
09/1951	47	I Semana de Estudos sobre a Família EBSA	Várias	29-30
05/1956	103	Campanha de Educandários Gratuitos EBSA	Várias	35-36
02/1960	142	VI Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino	Várias	41-45
03/1961	156	Ensino Público e Ensino Particular Jornal do Commercio Rio de Janeiro	Opiniões do mês	58
06/1961	160	Expurgo da Língua Vivaldo Coroady OESP – São Paulo	Opiniões do mês	64-66
08/1961	161	Como conseguir a disciplina dos jovens Profª Dulce Campos Dantas	Colaboração	75-78
09/1961	162	O Ensino Médio em 1960 EBSA	Várias	24-25
10/1961	163	A traição da UNE e uma grande e merecida lição OESP – São Paulo	Opiniões do mês	34-36
10/1961	163	Repressão à delinquência juvenil Declarações do Juiz de Menores da Guanabara	Várias	38-39
11/1961	164	Meninos Secundaristas EBSA	Crônica do mês	1-4
12/1961	165	A Educação nacional em 1962 Resumo da entrevista cedida pelo Primeiro Ministro Tancredo Neves	Várias	56-58
02/1962	167	Interesse pelo Ensino Comercial EBSA	Várias	58-59
05/1962	170	Comunismo atuante e democracia recuada Luiz Duarte Aroeira O Estado de Minas Belo Horizonte	Opiniões do mês	76-77
06/1962	171	Greve Descabida Prof. W. A. Mauer Reitor da Universidade Mackenzie EBSA	Várias	58-59
06/1962	171	Juventude Transviada Fenômeno Universal Daniel Rops O Estado de Minas	Opiniões do mês	76-77

06/1962	171	A inquietação dos estudantes Danton Jobin Diário Carioca – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	66-67
08/1962	173	Cooperação de professores e alunos D. Vicente Scherer	Várias	61-62
01/1963	178	Gratuidade Desarrazoada Pronunciamento do Ministro da Saúde EBSA	Várias	35-36
02/1963	179	Exames de Segunda Época Jair Dias de Carvalho Diário de Notícias Rio de Janeiro	Opiniões do mês	50-51
09/1963	186	Jovens franceses voltas às aulas EBSA	Várias	44-45
12/1963	189	Fracassou o "Ano da Educação" dada a incapacidade de seus realizadores: saldo negativo	Opiniões do mês	48-61
01/1964	190	Clima de agitação nas escolas Elisário Rodrigues de Souza Diário de S. Paulo	Opiniões do mês	75-76
01/1964	139*	Clima de agitação nas escolas Elisário Rodrigues de Souza Diário de S. Paulo – São Paulo	Crônica do mês	1-2
04/1964	193	A corrupção no meio estudantil OESP – São Paulo	Opiniões do mês	60-62
07/1964	196	Representações Estudantis EBSA	Crônica do mês	1-6
07/1964	196	Das organizações estudantis Enviado ao Congresso projeto de lei que disciplina as atividades das organizações estudantis	Várias	53-59
07/1964	196	Representações Estudantis Aplauso ao Ministro da Educação MAF – Movimento de Arregimentação Feminina	Várias	62
07/1964	196	Sem título Luis Antônio Gama e Silva Reitor da USP	Várias	62
07/1964	196	Estudantes Folha de S. Paulo São Paulo	Opiniões do mês	63-64
07/1964	196	Organização dos universitários OESP – São Paulo	Opiniões do mês	64-65
07/1964	196	Privilégios na Educação Jornal do Commercio Rio de Janeiro	Opiniões do mês	68
09/1964	198	O Presidente e os estudantes Diário de S. Paulo	Crônica do mês	1-2
10/1964	199	Voltam os agitadores estudantis Gustavo Corção Diário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	66-67
10/1964	199	Um grito de alerta O Globo – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	68-69

11/1964	200	A tarefa dos estudantes Carlos Rizzini Diário de S.Paulo	Opiniões do mês	74-75
12/1964	201	Representação Estudantil OESP – São Paulo	Opiniões do mês	58-59
06/1965	207	Professores e alunos Jornal do Commercio Rio de Janeiro	Opiniões do mês	51
06/1965	207	Agitação Estudantil O Jornal Rio de Janeiro	Opiniões do mês	51-52
07/1965	208	Estudantes O Jornal – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	33
07/1965	208	O problema estudantil OESP – São Paulo	Opiniões do mês	33-34
07/1965	208	Divergentes as opiniões sobre a adoção de livros fortes no ensino médio O Globo - Rio de Janeiro	Opiniões do mês	42-44
08/1965	209	Eleições Universitárias O Jornal Rio de Janeiro	Opiniões do mês	48-49
08/1965	209	Acatamento sim, apoio não OESP – São Paulo	Opiniões do mês	50-51
09/1965	210	Reformas das antigas instituições de ensino superior Palestra do prof. Manfred Kuder Universidade de Bonn	Súmulas e destaques	9
09/1965	210	Governo e Estudantes Jornal do Brasil – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	64-65
12/1965	213	UNE O Jornal - Rio de Janeiro	Opiniões do mês	84
01/1966	214	O estudante e a sedução do marxismo OESP – São Paulo	Opiniões do mês	51-53
04/1966	217	Estudantes Paulo Duarte Folha de S.Paulo	Opiniões do mês	57-62
11/1966	224	Problemas da Juventude EBSA	Várias	27
03/1967	228	Educação em falência é a fonte de crise política Carlos Flexa Ribeiro Jornal do Brasil	Opiniões do mês	26-28
02/1968	239	Juventude Inquieta Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-6
02/1968	239	Pequenas Notas Entrevista do Superior Geral dos Irmãos Maristas	Súmulas e destaques	52
06/1968	243	Reformas e Reforma Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-4

07/1968	244	Jovens e Juventude Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-6
10/1968	247	Juventude quer o poder Nelson Rodrigues Jornal da Tarde – São Paulo	Opiniões do mês	57-59
01/1969	250	Civismo Alfredo Gomes (a) EBSA	Crônica do mês	1-5
03/1969	252	História e Juventude Alfredo Gomes (b) EBSA	Crônica do mês	1-8
03/1969	252	Sem título Aula Inaugural General Humberto de Souza Melo	Súmulas e destaques	30-31
04/1969	253	Causa da crise estudantil General de Divisão Moacir de Araújo Lopes	Várias	35-37
09/1969	258	Juventude e valores da civilização Presidência da República EBSA	Várias	36-37
02/1970	263	Futuro e juventude Austregésilo de Athayde EBSA	Várias	21-22
05/1970	266	150 mil operários respondem aos estudantes OESP – São Paulo	Opiniões do mês	65-67
01/1974	310	Problemas de Estudantes EBSA	Várias	64-65

Elaborado com base nas informações disponíveis em: Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA): 1951 – 1970/ * EBSA/SP: 01-04/1964, nº 139.

Capítulo 4
Textos citados: Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA)

Data	Número	Texto/ Autor	Seção	Páginas
02/1957	112	Campanha de Educandários Gratuitos José Maria Alves EBSA	Colaboração	29-32
06/1967	116	Hábito de estudar apenas na véspera de exame EBSA	Várias	41
04/1961	157	Estudantes reagem contra a agitação dos extremistas EBSA	Várias	50-51
08/1961	161	Como conseguir a disciplina dos jovens Profª Dulce Campos Dantas	Colaboração	75-78
10/1961	163	IV Congresso Latino Americano de Estudantes OESP – São Paulo	Várias	34-36
10/1961	163	Viagem de estudos de alunos dos cursos médios São Luis - Fortaleza	Várias	36
08/1962	173	Cooperação de professores e alunos D. Vicente Scherer	Várias	61-62
04/1963	181	Vintes anos de esforço em favor da juventude Jornal do Commercio Rio de Janeiro	Opiniões do mês	58-59
05/1963	182	Responsabilidade social do estudante brasileiro Engenheiro Augusto Antunes EBSA	Várias	56-57
04/1964	193	Estudantes contra os extremismos e o falso nacionalismo UME – Guanabara EBSA	Várias	58-59
04/1964	193	Manifestações Estudantis Diário de Notícias – Rio de Janeiro EBSA	Opiniões do mês	66-67
07/1964	196	Sem título EBSA	Súmulas e destaques	27-28
07/1964	196	Sem título EBSA	Várias	50-51
07/1964	196	Estudantes Folha de S.Paulo São Paulo	Opiniões do mês	63-64
10/1964	199	Voltam os agitadores estudantis Gustavo Corção Diário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	66-67
08/1965	209	Acatamento sim, apoio não OESP – São Paulo	Opiniões do mês	51-52

09/1965	210	Mensagem aos Estudantes Flavio Suplicy de Lacerda Ministro da Educação	Várias	23-25
09/1965	210	Juventude Democrática Diário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	47-49
10/1965	211	O Presidente e os estudantes Diretório Estadual dos Estudantes do Estado de São Paulo EBSA	Várias	28-29
03/1966	216	O problema fundamental para a mocidade estudiosa O Globo - Rio de Janeiro	Opiniões do mês	41-42
04/1966	217	Estudantes Paulo Duarte Folha de S.Paulo	Opiniões do mês	57-62
08/1966	221	O governo e os estudantes Gustavo Corção Diário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	42-43
11/1966	224	Problemas da Juventude EBSA	Várias	27
07/1967	232	Missão do estudante em férias Projeto Rondon EBSA	Várias	37-38
09/1967	234	Educação no Brasil Diário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	50-51
11/1967	236	Civismo Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-7
02/1968	239	Juventude Inquieta Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-6
06/1968	243	Reformas e Reforma Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-4
01/1969	250	Civismo Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-5
03/1969	252	História e Juventude Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-8
03/1969	252	Aula inaugural Gal. Humberto de Souza e Melo Academia Militar das Agulhas Negras	Súmulas e destaques	30-31
04/1969	253	Causa da crise estudantil General de Divisão Moacir de Araújo Lopes	Várias	35-37
05/1969	254	Literatura Infanto-Juvenil Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	1-8
02/1970	263	Juventude e Civismo Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-7

02/1970	263	Futuro e juventude Austregésilo de Athayde EBSA	Várias	21-22
05/1970	266	150 mil operários respondem aos estudantes OESP – São Paulo	Opiniões do mês	65-67
11/1970	272	Uma grande ameaça – O problema dos tóxicos Correio da Manhã – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	65-66
04/1971	277	Responsabilidade de todos Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-7
04/1971	277	Combate ao Tóxico EBSA	Várias	36-37
07/1971	280	Operação Juventude 106º Batalhão Naval do Riachuelo Pará EBSA	Várias	40-41
09/1971	282	Censo e Educação Correio da Manhã – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	55-56
02/1972	287	Campanha contra tóxicos Ministério da Educação EBSA	Várias	35-36
02/1972	287	O front dos jovens Dário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	45-46
03/1972	288	Reforma EBSA	Várias	30-32
03/1972	288	Campanha contra os tóxicos Ministério da Educação EBSA	Várias	35-36
03/1972	288	Os "jovens idealistas sem máscara" OESP – São Paulo	Opiniões do mês	37-39
03/1972	288	Mens Sana Perseu Abramo Folha da Tarde – São Paulo	Opiniões do mês	39-40
03/1972	288	Juventude e Insatisfação Prof. João Lyra Filho Universidade Estadual da Guanabara EBSA	Várias	42-43
05/1972	290	Evolução do ideal educativo (I) Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-6
06/1972	290	Evolução do ideal educativo (II) Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-6
06/1972	290	Tóxicos 1º Congresso da Associação Médica do Estado da Guanabara Mesa redonda EBSA	Várias	38-39

07/1972	292	Poluição Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-8
08/1972	329	A mãe que todos querem City News – São Paulo	Opiniões do mês	45-46
07/1973	304	A técnica do não pensar OESP – São Paulo	Opiniões do mês	66-68
08/1973	305	Palavras Oportunas Wandick Loudes da Nóbrega Diretor do Colégio Pedro II Diário de Notícias – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	53-54
08/1973	305	O nível cultural do estudante brasileiro Carta de Paulino Saraiva à OESP	Opiniões do mês	55
01/1974	310	Palavras oportunas Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-6
04/1974	313	Tóxicos EBSA	Várias	43
06/1975	327	Moral e Cívica comete os erros que eliminaram outras matérias Jornal do Brasil – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	58-63
09/1975	330	Educação Moral e Cívica Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-12
01/1976	334	Salve-se a língua portuguesa Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-9
03/1976	336	Em defesa da Língua Alfredo Gomes EBSA	Crônica do mês	3-10
05/1977	350	Estudantes Silenciosos Edgard Marinho Bessa Jornal do Brasil – Rio de Janeiro	Várias	33
05/1977	350	Democracia e ordem Jornal do Brasil – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	37
06/1977	351	Tóxicos – Pronunciamento General Fernando Belfort Bethlem Sr. José Antônio Hahn EBSA	Várias	56-57
06/1977	351	Maratona Escola Caixa Econômica Federal	Várias	57
06/1977	351	O divórcio entre o ensino e o saber Renato Janine Ribeiro Jornal do Brasil – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	67-68
08/1977	353	O estudante e a auto-expressão Ellen Bromfield Geld OESP	Opiniões do mês	35-37
11/1977	356	Trinta Anos EBSA	Crônica do mês	3-5

11/1977	356	Civismo Alfredo Gomes Jornal do Professor EBSA	Várias	35-36
03/1979	372	Maior autonomia estudantil Eduardo Portella	Várias	35-36
03/1979	372	Novas formas de representação estudantil Eduardo Portella Ministro da Educação	Várias	37-38
06/1969	375	O grande rival da sala de aula Clifton Fadiman Jornal do Brasil – Rio de Janeiro	Opiniões do mês	34-35
01/1980	382	Pela educação social Gazeta Mercantil – São Paulo	Opiniões do mês	38-39
03/1980	354	I Maratona Cultural Municipalista Visão Jovem do Brasil Comissão de Moral e Civismo MEC EBSA	Várias	25-26
04/1980	385	A educação e a segurança nacional Otto Costa	Crônica do mês	3-4
12/1980	393	Ministro contesta a UNE EBSA	Várias	61-62

Elaborado com base nas informações disponíveis em: Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA): 1957 – 1980.

Anexos

Seções da Revista do Brasil S/A

Seções de EBSA	Conteúdo
1 Crônica do mês	É o “editorial” da Revista EBSA. Essa seção apresentava a opinião dos responsáveis por EBSA, e normalmente era o local onde eram feitas as considerações de seus editores sobre os assuntos variados, mas deveriam ser um tema em debate no momento. Exemplos: a LDB de 1961, problemas estudantis, legislações variadas, campanhas públicas, declarações de princípios. Essa era a parte onde ficavam registrados os valores acatados por esses profissionais. A partir de julho de 1967, esses “editoriais” passaram a ser assinados pelo prof. Alfredo Gomes.
2 Legislação	Local de publicação de: decretos, leis, portaria, circulares, pareceres (do Executivo, do Conselho federal de Educação, das Seccionais de ensino, etc.), despachos, jurisprudência, nomeações, providências, vetos, etc.
3 Súmula e Destaques	A seção fazia um resumo sobre os acontecimentos do mês considerados importantes pelos editores de EBSA. Nessa seção também eram publicadas as chamadas para eventos nacionais e internacionais (Congressos, Conferências, Simpósios); solenidades e posses importantes; anúncios para bolsas de estudo; inaugurações e fatos importantes ocorridos no universo escolar brasileiro, como, por exemplo, a comemoração do “Dia do Professor” pelas escolas brasileiras.
4 Várias	Artigos cujo teor fazia uma panorâmica dos principais assuntos discutidos do mês. Aqui eram registrados: o uso de novas tecnologias como ferramentas didáticas; tais como a TV, o rádio, vídeo - tapes; anúncio da aprovação de novas leis; informações e dados do Serviço de Estatística; entrevistas; e eventualmente, artigos transcritos em jornais etc..
5 Opiniões do Mês	Seção onde os editores transcreviam o conteúdo retirado de outros jornais e revistas. Essa seção apresentavam opiniões, vindos de diversas vozes, sobre diversos assuntos do universo escolar. Havia artigos com análises políticas sobre todos os ramos de ensino; sobre como vivia e se comportava a juventude

6	Colaboração	estudantil; considerações sobre “crise” e “problemas” da educação nacional; juízos sobre o comportamento dos pais, julgamentos sobre a indisciplina escolar; apreciações sobre os mestres, as escolas, as universidades. Essa seção possuía artigos variados: “crise” de crescimento do ensino secundário; reforma no ensino normal; processos de educação democrática; proposta de escolas radiofônicas; didática aplicada por professores de diversas disciplinas etc. Esses artigos foram assinados por uma gama muito variada de profissionais da educação: catedráticos de escolas; técnicos de órgãos do governo; inspetores federais de educação; diretores de escolas públicas e particulares; professores secundaristas. Abgar Renault, Anísio Teixeira, Lauro de Oliveira e Clemente Mariani já assinaram artigos nessa seção. Essa seção não era publicada com regularidade.

Elaborado com base nas informações disponíveis em: Revista da Editora do Brasil S/A (1947-1980).

Quadro 1.3
Fundadores da Editora do Brasil S/A

Nome e função	Ações Subscritas	
	Nominativas	Portador
1. Acácio Pinto e Silva brasileiro, casado, funcionário público	10	5
2. Dr. Alfredo Aloe Brasileiro, casado, comerciante	40	30
3. Dr. Alfredo leite Gomes Brasileiro, casado, advogado	10	5
4. Benedito Carlos Madureira Brasileiro, desquitado, contador	10	5
5. Dr. Carlos Costa Brasileiro, solteiro, médico	100	-
6. Dr. Cássio Portugal Gomes Brasileiro, casado, médico	10	5
7. Daniel Bicudo e Silva Brasileiro, casado, proprietário	80	40
8. Elvira Carezzato Brasileira, casada, proprietária, assistida de seu marido, prof. Paulo Carezzato	5	3
9. Emílio Terreri Brasileiro, solteiro, estudante, maior	15	7
10. Dr. Fernando Costa Brasileiro, casado, médico	-	90
11. Dr. Flavio Pinto e Silva Brasileiro, casado, advogado	30	15
12. Dr. Franklin Piza Filho Brasileiro, solteiro, engenheiro	30	15
13. Dr. Helcio Pimentel de Meldo Brasileiro, casado, advogado	10	5
14. Dr. Henrique Nuncio Terreri Bresileiro, casado, engenheiro	15	8
15. Hildebrado de Paula Almeida Prado Brasileiro, casado, lavrador	30	15
16. Italo Brasil Portieri Brasileiro, casado, contador	10	5
17. Dr. Joaquim de Campos Bicudo Brasileiro, casado, advogado	100	50
18. José Leonel Monteiro Brasileiro. Viúvo, funcionário público	80	40
19. Dr. José Pinto e Silva Brasileiro, solteiro, advogado	50	25
20. Dr. José Vergeuio Steidel Brasileiro, viúvo, proprietário.	45	23
21. Lauro Sampaio de Araújo Brasileiro. Csado, proprietário	45	22
22. Dr. Luiz Bicudo Júnior Brasileiro, casado, advogado, vereador	14	7
23. Luiz Gonzaga Bicudo Brasileiro, casado, lavrador	30	15
24. Luiz Pinto e Silva Júnior Brasileiro, casado, funcionário público	30	15

25. Manoel Netto	-	10
Brasileiro, solteiro, comerciante		
26. Dr. Mário Toledo de Moraes	10	5
Brasileiro, solteiro, advogado		
27. Mauro Pinto e Silva	10	5
Brasileiro, casado, contador		
28. Dr. Mauro de Toledo Piza	6	3
Brasileiro, casado, advogado		
29. Nelson Pinto e Silva	16	5
Brasileiro, casado, advogado		
30. Nelson Tartuce	30	15
Brasileiro, casado, professor		
31. Dr. Oscar Costa	70	
Brasileiro, solteiro, engenheiro		
32. Dr. Otto Costa	30	-
Brasileiro, solteiro, advogado, procurador geral do estado de São Paulo (1966-1969). Foi redator da Revista EBSA e pela Editora do Brasil publicou dois livros: "Educação Moral e Cívica" em parceria com Victor Mussumeci e Felipe Moschini e "Noções de Direito (Direito usual)".		
33. Dr. Paulo Lauro	5	2
Brasileiro, casado, advogado		
34. Dr. Plínio Pinto e Silva	10	5
Brasileiro, casado, professor		
35. Silvio Pinto e Silva	10	5
Brasileiro, solteiro, comerciante		
36. Victor Mussumeci	30	15
Brasileiro, casado, professor		

Total	1.000	500

Elaborado com base nas informações disponíveis em Revista da Editora do Brasil S/A (1947-1960)/ <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/inep.htm>, dia 24/08/2009./ JUNTA COMERCIAL DE SÃO PAULO SÃO PAULO. 1943. *Escritura de publicação de constituição de Sociedade Anônima*, no. 19134. Município de São Paulo, p.p 1 – 24.

Quadro 1.4
Correspondências enviadas à EBSA - Escolas (1947-1961)

Escola	Cidade
Distrito Federal (Rio de Janeiro)	
1. Colégio Cardeal Arco Verde	Rio de Janeiro
2. Colégio Benet	Rio de Janeiro
3. Colégio Brasileiro de São Cristovão	Rio de Janeiro
4. Colégio Franklin Delano Roosevelt	Rio de Janeiro
5. Colégio Metropolitano do Méier	Rio de Janeiro
6. Colégio Tijuca Uruguai	Rio de Janeiro
7. Colégio Metropolitano	Rio de Janeiro
8. Colégio Ottati	Rio de Janeiro
9. Colégio Sacre Couer de Marie	Rio de Janeiro
10. Educandário Rui Barbosa	Rio de Janeiro
11. Ginásio Benjamin Constant	Rio de Janeiro
12. Ginásio Cruzeiro do Sul	Rio de Janeiro
13. Ginásio Haddock Lobo	Rio de Janeiro
14. Escola Técnica Comercial São Cristovão	Rio de Janeiro
15. Ginásio Sul Americano	Rio de Janeiro
Alagoas	
16. Colégio Estadual Moreira Silva	Maceió
17. Ginásio São José	Maceió
Bahia	
18. Cooperativa de Educação e Cultura	Salvador
19. Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas	Alagoinhas
20. Ginásio Municipal de Ilhéus	Ilhéus
21. Colégio Estadual da Bahia	Salvador
22. Colégio Bahiano de Ensino	Salvador
23. Ginásio Sagrado Coração	Senhor do Bonfim
Ceará	
24. Ginásio Salesiano Domingos Sávio	Baturité
25. Colégio Diocesano do Crato	Crato
26. Ginásio Americano	Fortaleza
Espírito Santo	
27. Ginásio São Pedro	Cachoeiro do Itapemirim
28. Ginásio Conde Linhares	Colatina
29. Colégio Estadual Muniz Freire	Cachoeiro do Itapemirir
30. Ginásio São Geraldo	Guacuí
31. Colégio N. Sra. Auxiliadora	Vitória
32. Colégio Estadual do Espírito Santo	Vitória
33. Irmã Marie S. Thomas	Vitória
34. Colégio Mucuí	Mucuí
Goiás	

35. Ginásio Couto Magalhães
36. Ginásio Arquidiocesano Planalto
37. Ginásio Oficial de Goiás
38. Ginásio N. Sra. Aparecida
39. Colégio N. Sra. Aparecida do Carmo
40. Ginásio Estadual
41. Ginásio Anchieta

Anápolis
Formosa
Goiás Velho
Ipameri
Pirenópolis
Porto Nacional
Silvânia

Maranhão

42. Ginásio São Luis

São Luis

Mato Grosso

43. Ginásio Alfredo Dantas
44. Colégio Dom Bosco
45. Colégio N. Sra. Auxiliadora
46. Instituto Oswaldo Cruz
47. Ginásio Salesiano Santa Teresa
48. Ginásio São Gonçalo
49. Ginásio Maria Leite

Campo Grande
Campo Grande
Campo Grande
Campo Grande
Corumbá
Cuiabá
Cuiabá

Minas Gerais

50. Colégio Regina Pacis
51. Ginásio Dom Bosco Salesiano
52. Colégio Batista Mineiro
53. Ginásio Loyola
54. Colégio Marconi
55. Colégio Santa Maria
56. Ginásio São José
57. Ginásio Estadual de Botelhos
58. Colégio Diocesano São João
59. Ginásio Dom Cabral
60. Escola Normal e Ginásio São José
61. Ginásio Caratinga
62. Colégio Cataguases
63. Ginásio Caxambú
64. Ginásio Santa Teresinha
65. Ginásio Caxambú dos Barnabitos
66. Ginásio Santa Teresinha
67. Ginásio São Geraldo
68. Ginásio Antônio Vieira
69. Ginásio Guaranésia
70. Ginásio São Luis do Gonzaga
71. Educandário Monsenhor Messias
72. Ginásio Coração Eucarístico
73. Instituto Marden
74. Ateneu Santo Antônio
75. Colégio São Jose
76. Ginásio N. Sra. Aparecida
77. Ginásio Imaculada Conceição
78. Ginásio São José
79. Ginásio Pio XI
80. Ginásio Imaculada Conceição

Araguari
Araxá
Belo Horizonte
Belo Horizonte
Belo Horizonte
Belo Horizonte
Boa Esperança
Botelhos
Campanha
Campo Belo
Campo Belo
Caratinga
Cataguases
Caxambú
Santa Teresinha
Caxambú
Caxambú
Divinópolis
Formiga
Guaranésia
Guaxupé
Itabirito
Itanhandú
Ituiutaba
Jacutinga
Juiz de Fora
Lavras
Machado
Machado
Manhumirim
Montes Claros

81. Ginásio São Paulo	Muriaré
82. Ginásio São José	Muzambinho
83. Ginásio Prof. Pinheiro Campos	Oliveira
84. Colégio Municipal Ouro Fino	Ouro Fino
85. Ginásio Guararapes	Ouro Fino
86. Ginásio São Francisco	Pará de Minas
87. Colégio Bom Jesus	Bom Jesus
88. Ginásio de Passos	Passos
89. Ginásio Municipal Benedito Valadares	Patos de Minas
90. Ginásio São João Batista	Pirapora
91. Ginásio e Escola Normal de Pitangui	Pitangui
92. Ginásio Municipal de Poços de Caldas	Poços de Caldas
93. Ginásio e Escola Normal de Poços de Caldas	Poços de Caldas
94. Ginásio Municipal Pombense	Pomba
95. Ginásio Salesiano Dom Helvétio	Ponte Negra
96. Ginásio e Escola Normal Santas Dorotéia	Pouso Alegre
97. Colégio Evangélico de Alto Jequitibá	Presidente Soares
98. Ginásio Municipal de Rio Novo	Rio Novo
99. Ginásio e Escola Normal de Sacramento	Sacramento
100. Ginásio e Instituto Modelo de Educação e Ensino	Santa Rita do Sapucaí
101. Ginásio Santos Dumont	Santos Dumont
102. Ginásio São João Del Rey	São João Del Rey
103. Colégio São João Del Rey	São João Del Rey
104. Ginásio São José	Teófilo Otoni
105. Colégio Três Corações	Três Corações
106. Ginásio Estadual Dois de Julho	Três lagoas
107. Ginásio Sacre Couer de Marie	Ubá
108. Ginásio São José	Ubá
109. Colégio Diocesano Uberaba	Uberaba
110. Colégio N. Sra. das Dores	Uberaba
111. Ginásio Brasil Central	Uberlândia
112. Colégio e Escola Técnica do Triângulo Mineiro	Uberlândia
113. Ginásio Coração de Jesus	Varginha

Pará

114. Ginásio Gentil Bittencourt	Belém
115. Ginásio Visconde de Souza Franco	Belém

Paraíba

116. Colégio Diocesano Pio XI	Campina Grande
117. Ginásio Imaculada Conceição	Campina Grande
118. Ginásio Diocesano de Patos	Patos

Paraná

119. Ginásio Diocesano Santa Cruz	Castro
120. Ginásio São José	Castro
121. Colégio Belmiro César	Curitiba
122. Colégio Paranaense	Curitiba
123. Ginásio Paranaense	Curitiba
124. Colégio Rio Branco	Curitiba
125. Colégio Estadual de Curitiba	Curitiba
126. Colégio Santa Maria	Curitiba

127.	Ginásio Estadual de Guarapuava	Guarapuava
128.	Ginásio N. Sra. das Graças	Irati
129.	Ginásio Imaculada Conceição	Jacarezinho
130.	Ginásio Estadual de Londrina	Londrina
131.	Ginásio Londrinense	Londrina
132.	Colégio Estadual José Bonifácio	Ponta Grossa
133.	Colégio Estadual e Escola Normal Rejente Feijó	Ponta Grossa

Pernambuco

134.	Ginásio Moderno	Afogados
135.	Ginásio Diocesano	Garanhuns
136.	Ginásio Santa Sofia	Garanhuns
137.	Ginásio Regina Coeli	Limoeiro
138.	Ginásio São José	Nazaré da Mata
139.	Ginásio Santa Gertrudes	Olinda
140.	Ginásio das Damas da Instrução Cristã	Recife
141.	Ginásio Padre Félix	Recife
142.	Colégio Oswaldo Cruz	Recife
143.	Colégio N. Sra. do Carmo	Recife

Piauí

144.	Ginásio Dom Inocêncio	São Raimundo Nonato
145.	Colégio Leão XIII	Teresina
146.	Ginásio Sagrado Coração de Jesus	Teresina

Guanabara

147.	Ginásio Bittencourt	Itaperuna
148.	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Valença
149.	Ginásio Valenciano São José	Valença
150.	Ginásio Figueiredo Costa	Niterói
151.	Ginásio Batista	Niterói
152.	Ginásio Brasil	Niterói
153.	Ginásio Floriano Peixoto	Niterói
154.	Ginásio Martim Afonso	Niterói
155.	Colégio Santa Catarina	Petrópolis
156.	Colégio N. Sra. de Sion	Petrópolis
157.	Colégio Dom Bosco	Resende
158.	Ginásio Rio Bonito	Rio Bonito
159.	Colégio São Gonçalo	São Gonçalo
160.	Ginásio Fidelense	São Fidelis
161.	Ginásio Santa Cristina	Teresópolis

Rio Grande do Norte

162.	Ginásio Sagrado Coração de Maria	Mossoró
163.	Colégio Imaculada Conceição	Natal
164.	Ginásio Sete de Setembro	Natal

Rio Grande do Sul

165.	Ginásio Municipal de Porto Alegre	Porto Alegre
166.	Ginásio e Escola Normal do Espírito Santo	Bagé

167.	Ginásio Imaculada Conceição	Cachoeira do Sul
168.	Escola Normal João Neves da Fontoura	Cachoeira do Sul
169.	Ginásio São João Batista	Camaquã
170.	Ginásio La Salle	Carasinho
171.	Colégio N. Sra. do Carmo	Caxias do Sul
172.	Ginásio Municipal S. S. Trindade	Cruz Alta
173.	Colégio N. Sra. do Patrocínio	Dom Pedrito
174.	Ginásio Santo Antônio	Garibaldi
175.	Colégio Madre Sacalabrini	Guaporé
176.	Ginásio Jaraguão	Jaraguão
177.	Ginásio Municipal Sagrado Coração de Jesus	Ijuí
178.	Ginásio Duque de Caxias	Lagoa Vermelha
179.	Ginásio Municipal São José	Lajeado
180.	Colégio Diocesano	Lajes
181.	Companhia de Santa Teresa de Jesus	Livramento
182.	Ginásio São João Batista	Matenegro
183.	Ginásio e Escola Normal de Santa Catarina	Novo Hamburgo
184.	Ginásio N. Sra. da Conceição	Passo Fundo
185.	Colégio Pelotense	Pelotas
186.	Escola Técnica de Comércio Champagnat	Pelotas
187.	Escola Normal Assis Brasil	Pelotas
188.	Colégio Champagnat	Porto Alegre
189.	Ginásio do Estado D. João Becker	Porto Alegre
190.	Ginásio N. Sra. das Dores	Porto Alegre
191.	Colégio N. Sra. do Rosário	Porto Alegre
192.	Colégio Sévigne	Porto Alegre
193.	Faculdade de Filosofia	Porto Alegre
194.	Instituto Porto Alegre	Porto Alegre
195.	Colégio Estadual Lemos Júnior	Rio Grande
196.	Colégio São Francisco	Rio Grande
197.	Colégio Santa Joana D'arc	Rio Grande
198.	Instituto Visconde de Mauá	Santa Cruz do Sul
199.	Colégio Centenário	Santa Maria
200.	Ginásio Ângelo	Santo Ângelo
201.	Colégio Santo Ângelo	Santo Ângelo
202.	Ginásio Estadual de São Borja	São Borja
203.	Ginásio Sagrado Coração de Jesus	São Borja
204.	Ginásio São Gabriel	São Gabriel
205.	Ginásio Municipal São Gabriel	São Gabriel
206.	Colégio Adventista	Taquará
207.	Ginásio Dom Hermeto J. Pinheiro	Vila Três de Maio

São Paulo

208.	Ginásio N. Sra. do Sagrado Coração	Agudos
209.	Colégio Estadual e Escola Normal de Araçatuba	Araçatuba
210.	Ginásio N. Sra. Aparecida	Araçatuba
211.	Ginásio Paraguassu	Araguassu
212.	Ginásio Floriano Peixoto	
213.	Ginásio do Estado	Araras
214.	Escola Normal N. Sra. Auxiliadora	Barretos
215.	Instituto Noroeste	Baurú
216.	Ginásio do Estado	Birigui
217.	Ginásio Diocesano N. Sra. de Lourdes	Botucatú
218.	Colégio Estadual de Botucatú	Botucatú

219.	Ginásio Diocesano São Luiz	Bragança Paulista
220.	Ginásio Estadual de Caconde	Caconde
221.	Ginásio Estadual Gaudino de Castro	Cajuru
222.	Colégio Ateneu Paulista	Campinas
223.	Escola Normal e Ginásio Carlos Gomes	Campinas
224.	Colégio Estadual da Casa Branca	Casa Branca
225.	Ginásio Catanduva	Catanduva
226.	Escola Normal Dr. Ademar de Barros	Catanduva
227.	Colégio Estadual e escola Normal de Catanduva	Catanduva
228.	Instituto Jesus Maria José	Franca
229.	Ginásio Estadual de Dois Córregos	Dois Córregos
230.	Ginásio N. Sra. do Carmo	Guaratinguetá
231.	Colégio Est. e Escola Normal Cons. Rodrigues Alves	Guaratinguetá
232.	Ginásio Estadual de Igarapava	Igarapava
233.	Escola Normal de Itapeva	Itapeva
234.	Ginásio Municipal Sul Americano	Itapira
235.	Escola Normal e Ginásio estadual de Itapira	Itapira
236.	Ginásio de Itapetininga	Itapetininga
237.	Colégio N. Sra. do Patrocínio	Itú
238.	Colégio Estadual e Escola Normal de Jaboticabal	Jaboticabal
239.	Ginásio Sagrado Coração de Jesus	Jardinópolis
240.	Ginásio do Estado e Escola Normal de Jaú	Jaú
241.	Ginásio São Vicente de Paula	Laranjal Paulista
242.	Ginásio São Manuel	Lavrinhas
243.	Colégio Estadual de Limeira	Limeira
244.	Colégio Americano de Lins	Lins
245.	Colégio São Joaquim	Lorena
246.	Escola e Ginásio Patrocínio São José	Lorena
247.	Ginásio Visconde de Mauá	Lucélia
248.	Instituto Educacional	Marília
249.	Ginásio Estadual e escola Normal de Mirassol	Mirassol
250.	Colégio Imaculada Conceição	Mogi Mirim
251.	Ginásio Estadual de Mogi Mirim	Mogi Mirim
252.	Ginásio Municipal Monte Aprazível	Monte Aprazível
253.	Escola Normal e Ginásio Estadual de Novo Horizonte	Novo Horizonte
254.	Ginásio Olímpia	Olímpia
255.	Ginásio Estadual de Orlândia	Orlândia
256.	Instituto de Educação de Ourinhos	Ourinhos
257.	Ginásio e Escola Técnica de Comércio Anchieta	Pederneiras
258.	Colégio Estadual e escola Normal Cardeal Leme	Pinhal
259.	Colégio Piracicabano	Piracicaba
260.	Ginásio N. Sra. da Assunção	Piracicaba
261.	Ginásio Irmã Maria de Jesus Crucificado	Piracicaba
262.	Escola Normal Sud Menucci	Piracicaba
263.	Escola Normal e Ginásio do Estado Pindamonhangaba	Pindamonhangaba
264.	Escola Normal e Ginásio do Estado Pirajú	Pirajú
265.	Colégio Estadual e Escola Normal de Pirassununga	Pirassununga
266.	Instituto Cristo Rei	Presidente Prudente
267.	Ginásio Municipal de Racharia	Racharia
268.	Instituição Universitária Moura Lacerda	Ribeirão Preto
269.	Colégio Estadual e Escola Normal Joaquim Batista	Rio Claro
270.	Ginásio Abreu	Rio Claro
271.	Ginásio do Estado	Rio Claro
272.	Ginásio Kolle	Rio Claro
273.	Ginásio Puríssimo Coração de Maria	Rio Claro

274.	Escola Normal/ Ginásio do Estado S. Cruz do Rio Pardo	S. Cruz do Rio Pardo
275.	Ginásio do Estado S. Rita do Passa Quatro	S. Rita do Passa Quatro
276.	Colégio Santa Úrsula	Ribeirão Preto
277.	Escola Normal e Colégio do Estado de Santos	Santos
278.	Colégio Santista	Santos
279.	Colégio Estadual e Escola Normal Canadá	Santos
280.	Ginásio Tarquínio Silveira	Santos
281.	Instituto Educacional	Santos
282.	Colégio Estadual São João da Boa Vista	S. João da Boa Vista
283.	Escola Técnica de Comércio D. Pedro II	São José do Rio Preto
284.	Escola Técnica Dom Manuel Chaves	São Manuel
285.	Colégio Dante Alighieri	São Paulo
286.	Ginásio N. Sra. de Sion	São Paulo
287.	Colégio Batista Brasileiro	São Paulo
288.	Liceu Acadêmico São Paulo	São Paulo
289.	Colégio Estadual Presidente Roosevelt	São Paulo
290.	Ginásio Fernão Dias	São Paulo
291.	Ginásio Minerva	São Paulo
292.	Ginásio Padre Antônio Vieira	São Paulo
293.	Ginásio Paulista	São Paulo
294.	Instituto Mackenzie	São Paulo
295.	Liceu Pasteur	São Paulo
296.	Colégio Anglo-Latino	São Paulo
297.	Ateneu Rui Barbosa	São Paulo
298.	Ginásio do Ateneu Brasil	São Paulo
299.	Ginásio, Normal e Comercial Org. Brasileira de Cultura	São Paulo
300.	Colégio Madre Cabrini	São Paulo
301.	Ginásio Pan-Americano	São Paulo
302.	Colégio Sagrada Família	São Paulo
303.	Colégio São Bento	São Paulo
304.	Colégio São Luiz	São Paulo
305.	Colégio Stafford	São Paulo
306.	Ginásio e Escola Comercial Perdizes	São Paulo
307.	Ginásio Municipal de Sertãozinho	Sertãozinho
308.	Instituto Educacional Ciências e Letras	Sorocaba
309.	Ginásio Municipal Fernando Costa	Tanabi
310.	Colégio Est. e Escola Normal Barão de Garui	Tatuí
311.	Escola Normal Plínio Rodrigues de Moraes	Tietê
312.	Ginásio Estadual de Tupã	Tupã

Santa Catarina

313.	Escola Normal Dom Pedro II	Blumenau
314.	Ginásio da Sagrada Família	Blumenau
315.	Colégio Catarinense	Florianópolis
316.	Ginásio Municipal Frei Rogério	Joaçaba
317.	Colégio Diocesano	Lajes

Sergipe

318.	Colégio Estadual de Sergipe	Aracajú

Elaborado com base nas informações disponíveis em : Revista da Editora do Brasil S/A (1947-1961).

Quadro 1.4
Primeiro catálogo de livros didáticos da Editora do Brasil - 1949

Coleção Didática do Brasil			
Série Primária			
		Série	Cz\$
Rafael Grisi			
Lalau, Lili e o Lobo	Cartilha	-	7,00
Uma História e depois outras	1º. Grau	-	7,50
Uma História e depois outras	2º. Grau	-	8,50
Uma História e depois outras	3º. Grau	-	9,00
Uma História e depois outras	4º. Grau	-	10,00
Álvaro Viana Filho			
Alegria e Bondade	4º. Grau	-	10,00
Georgina Hadler de Lucca			
Alfabetização Rápida	Cartilha		4,00
Domingos Barroso			
Rita Tomaz Barroso			
A criança do Brasil	Cartilha	-	5,00
A criança do Brasil	1º. Livro	-	6,00
A criança do Brasil	2º. Livro	-	6,50
A criança do Brasil	3º. Livro	-	7,00
A criança do Brasil	4º. Livro	-	8,00
Ciro Alves			
O meu tesouro	1º. Grau	-	7,50
O meu tesouro	2º. Grau	-	8,50
O meu tesouro	3º. Grau	-	9,00
O meu tesouro	4º. Grau	-	10,00
Série Ginásial			
Ainda Costa			
Renato Pasquale			
Renato Stempniewski			
Aurélia Marino			
Admissão para o Ginásio	-	-	12,00
Ainda Costa			
Português para Admissão ao Ginásio	-	-	12,00
Português			
Enéias Martins de Barros			
Português para o Ginásio	-	1ª e 2ª. séries	20,00
Português para o Ginásio	-	3ª. e 4ª. séries	20,00
Américo de Moura			

Antologia da Língua Nacional	-	1 ^a e 2 ^a . séries	20,00
Antologia da Língua Nacional		3 ^a . e 4 ^a . séries	20,00

Arlindo Drumond Costa

Nossa Linguagem - Antologia	-	1 ^a . e 2 ^a . séries	20,00

Aída Costa

Primeiro Livro de Português	-	1 ^a . série	18,00
Segundo Livro de Português	-	2 ^a . série	18,00
Terceiro Livro de Português	-	3 ^a . série	18,00
Quarto Livro de Português	-	4 ^a . série	18,00

Latim

José P. de Carvalho

Latim	-	1 ^a . série	18,00
Latim	-	2 ^a . série	18,00
Latim	-	3 ^a . série	18,00
Latim	-	4 ^a . série	18,00

Aída Costa

Primeiro Livro de Latim	-	1 ^a . série	20,00
Segundo Livro de Latim	-	2 ^a . série	20,00
Terceiro Livro de Latim	-	3 ^a . série	20,00
Quarto Livros de Latim	-	4 ^a . série	20,00

João Camilo de Almeida

Latim	-	1 ^a . série	15,00
Latim	-	2 ^a . série	18,00

Jaime de Almeida Lima Sobrinho

Latim	-	1 ^a . série	18,00
Latim	-	2 ^a . série	18,00

Francês

Georges Raeders

France	-	1 ^a . série	16,00
France	-	2 ^a . série	17,00
France	-	3 ^a . série	18,00
France	-	4 ^a . série	18,00

Augusto R. Rainha

José A. Gonçalves

Cours de Français	-	1 ^a . série	18,00
Cours de Français	-	2 ^a . série	18,00
Cours de Français	-	3 ^a . série	20,00
Cours de Français	-	4 ^a . série	20,00

Milton Cabral de Melo

Mon Livre de Français	-	1 ^a . série	18,00
Mon Livre de Français	-	2 ^a . série	18,00
Mon Livre de Français	-	3 ^a . série	20,00
Mon Livre de Français	-	4 ^a . série	20,00

Marcel Debrot

Le Français au Gymnase	-	1 ^a . e 2 ^a . séries	22,00
Le Français au Gymnase	-	3 ^a . e 4 ^a . séries	22,00

Fernando Pamplona

Cours de Français	-	1 ^a . série	20,00
Cours de Français	-	2 ^a . série	20,00
Cours de Français	-	3 ^a . série	20,00
Cours de Français	-	4 ^a . série	20,00

Luiz A. P. Vitória

Le Français au Gymnase	-	1 ^a . série	20,00
Le Français au Gymnase	-	2 ^a . série	20,00
Le Français au Gymnase	-	3 ^a . série	20,00
Le Français au Gymnase	-	4 ^a . série	20,00

Inglês

Adauto Nogueira Espíndola

English Couse for Brazilian Students	-	1 ^a . série	20,00
English Couse for Brazilian Students	-	2 ^a . série	20,00
English Couse for Brazilian Students	-	3 ^a . série	20,00
English Couse for Brazilian Students	-	4 ^a . série	20,00

Amélia Kerr Nogueira

English for Brazilian Schools	-	2 ^a . série	20,00
English for Brazilian Schools	-	3 ^a . série	20,00
English for Brazilian Schools	-	4 ^a . série	20,00

Matemática

Carlos Galante

Oswaldo Marcondes dos Santos

Matemática	-	1 ^a . série	20,00
Matemática	-	2 ^a . série	20,00
Matemática	-	3 ^a . série	20,00
Matemática	-	4 ^a . série	20,00

Lucas Rodrigues Junot

Matemática	-	3 ^a . série	14,00
Matemática	-	4 ^a . série	16,00

F. A. Lacaz Neto

Willie Maurer

Matemática	-	2 ^a . série	17,00
Matemática	-	3 ^a . série	17,00
Matemática	-	4 ^a . série	17,00

Ciências Naturais

Carlos Costa

Carlos Pasquale

Ciências Naturais	-	3 ^a série	20,00
Ciências Naturais	-	4 ^a série	20,00

História Geral

Astrogildo de Melo
Rosendo Sampaio Garcia

História Geral	-	1ª Série	20,00
História Geral	-	2ª Série	20,00

Antônio Borges Hermida

História Geral	-	1ª Série	20,00
		2ª Série	20,00

História do Brasil
Astrogildo de Melo
Rosendo Sampaio Garcia
M. T. Carone

História do Brasil	-	3ª série	20,00
História do Brasil	-	4ª série	20,00

Antônio José Borges Hermida

História do Brasil	-	3ª série	20,00
História do Brasil	-	4ª série	20,00

Arthur Gaspar Viana

História do Brasil	-	3ª série	20,00
História do Brasil	-	4ª série	20,00

Geografia Geral
Geraldo Sampaio de Souza

Geografia Geral	-	1ª série	20,00
Geografia Geral	-	2ª série	20,00

Antônio Augusto de Queiroz Teles

Geografia Geral	-	2ª série	20,00

Antônio Rocha Penteado

Manual de Geografia Geral	-	1ª série	18,00
Manual de Geografia Geral	-	2ª série	20,00

Geografia do Brasil
Geraldo Sampaio de Souza

Geografia do Brasil	-	3ª série	20,00
Geografia do Brasil	-	4ª série	20,00

Rafael Gaspareto

Manual de Geografia do Brasil	-	3ª série	20,00
Manual de Geografia do Brasil	-	4ª série	20,00

Canto Orfeônico

Laura Jacobina Lacombe
Octávio Bevilacqua

Vamos Cantar	-	1ª série	20,00
Vamos Cantar	-	2ª série	20,00

Desenho

Sennem Bandeira

Desenho	-	-	20,00

Série Colegial**Português**

Clóvis Ite Ribeiro
Felipe Jorge
José Loureiro
Valter Wey

Língua Portuguesa	-	1ª série	25,00
Língua Portuguesa	-	2ª série	25,00
Língua Portuguesa	-	3ª série	25,00

Francês

Georges Raeders

Le Français au Collège	-	1ª série	25,00
Le Français au Collège	-	2ª série	25,00

Inglês

Amélia Kerr Nogueira

English for Brazilian Schools	-	1rd grade	25,00
English for Brazilian Schools	-	2rd grade	25,00

Douglas Redshaw

Glimpses of English Literature	-	1ª série	20,00

Espanhol

Jose Ramon Caleja Alvarez

Língua Espanhola	-	-	25,00

Física

Hermann Urbano Nabholz

Física – Curso Científico	-	1ª série	30,00
Física – Curso Científico	-	2ª série	30,00
Física – Curso Científico	-	3ª série	30,00

Walter Toledo e Silva

Física – Curso Científico	-	1ª série	30,00

História Natural

Carlos Costa	-	-	45,00

Matemática

Fernando Furquim de Almeida
João Batista Castanho
Edson Farah
Benedito Castrucci

Matemática – Clássico - Científico	-	1ª série	45,00
Matemática – Clássico - Científico	-	2ª série	45,00
Matemática – Clássico - Científico	-	3ª série	45,00

F. A. Lacaz Netto

Formas e Equações Lineares - Científico	-	2ª série	15,00

Química

Carlos Costa
Carlos Pasquale

Química - Científico	-	1ª série	25,00
Química – Científico	-	2ª série	25,00
Química - Científico	-	3ª série	25,00

Geraldo Camargo de carvalho
Valdemar Saffiotti

Química	-	1ª série	25,00
Química	-	2ª série	25,00
Química	-	3ª série	25,00

Série Normal

Ainda Costa

Português Pré Normal	-	-	22,00

Eduardo Alcântara Oliveira

Estatística Metodológica			20,00

Carlos Costa

Anatomia e Fisiologia Humanas e Noções de Higiene	-	-	35,00

Guerino Casasanta

Manual de Psicologia Educacional	-	-	-

Georgino Paulino

Higiene, Puericultura e Educação Sanitária	-	-	-

Série Comercial

Português

Ainda Costa

Português	-	1ª série	15,00
Português	-	2ª série	15,00
Português	-	3ª série	18,00
Português	-	4ª série	18,00

Inglês

Adauto Nogueira Espíndola

Inglês para o Comércio	-	2ª série	18,00
Inglês para o Comércio	-	3ª série	18,00
Inglês para o Comércio	-	4ª série	18,00

Antônio Francisco

Inglês Comercial	-	2ª série	14,00

Francês

Luiz A. P. Vitória

Francês	-	1ª série	18,00
Francês	-	2ª série	18,00
Francês	-	3ª série	18,00
Francês	-	4ª série	18,00

Matemática

Lucas Rodrigues Junot

Matemática	-	1ª série	15,00
Matemática	-	2ª série	15,00
Matemática	-	3ª série	20,00
Matemática	-	4ª série	20,00

Ciências

Carlos Costa

Ciências Naturais	-	-	15,00

História

Antônio José Borges Hermida

História Geral	-	1ª série	14,00
História Geral	-	2ª série	15,00

Vicente Tapajós

História do Brasil	-	3ª série	16,00

Geografia

Geraldo Sampaio de Souza

Geografia Geral	-	1ª série	14,00
Geografia Geral	-	2ª série	15,00
Geografia do Brasil	-	-	18,00

Curso Técnico de Comércio

Português

J. Pimentel Pinto Automar Oelmeyer

Português para o curso técnico	-	1ª série	18,00
Português para o curso técnico	-	2ª série	20,00
Português para o curso técnico	-	3ª série	20,00

Desenho

Sennem Bandeira

Desenho	-	-	20,00

Diversos

Dicionários

Georges Raeders Geraldo Vidal

Dicionário Francês-Português Português-Francês	-	-	55,00

Osvaldo Serpa

Dicionário Inglês-Português	-	-	45,00

Religião

Pe. Joaquim Antônio Netto

Manual de Religião	-	1ª série	-
Manual de Religião	-	2ª série	-
Manual de Religião	-	3ª série	-
Manual de Religião	-	4ª série	-

Elaborado com base nas informações disponíveis em Revista da Editora do Brasil S/A . 1949.
Outubro, nº 24.

Quadro 1.5
Coleção Infante-Juvenil – Editora do Brasil (1949)

	Autor/ Sobrenome	Título	Cz\$
1	Buarque	Cantigas de Roda (em cores)	6,00
2	Buarque	Dias da semana (Os) (em cores)	6,00
3	Buarque	Natal (em cores)	6,00
4	Buarque	No Jardim (em cores)	6,00
5	Buarque	Travessuras (para rir e decorar)	6,00
6	Fleury	Carlito e o Rajado (em cores)	8,00
7	Perrault	Gato de Botas (O) (em cores)	8,00
8	Fleury	Macaco amigo da onça (O) (em cores)	8,00
9	Andersen	Patinho Feio (O) (em cores)	8,00
10	Souza	Robinson Crusoe (Quadrinhos)	6,00
11	Fleury	Soldadinho de Chumbo (O) (em cores)	8,00
12	Lefèvre	Alegre Sapaterio Zé dos Bichos (O)	15,00
13	Becker	Ambição de Moça	18,00
14	Ribeiro	Arca de Noé (A)	12,00
15	Isgorogota	Bandeirante Fernão (O)	10,00
16	Pimentel	Bosque Encantado (O)	6,00
17	Monteiro	Bumba (com gravura em cores)	15,00
18	Pimentel	Burrinho Feliz (O) (em cores)	6,00
19	Fleury	Cavalo Encatado (O)	12,00
20	Eltrop	Chave de ouro (A) (gravura em cores)	13,00
21	Fortarel	Chiquinho fugiu com o circo	12,00
22	Lefèvre	Conquista do Mar Oceano (A)	20,00
23	Ségur	Desastres de Sofia (Os) (gravura em cores)	18,00
24	Pimentel	D. Baratinha da Silva Só (em cores)	6,00
25	Ségur	Férias (As)	18,00
26	Jones	Grito do Pirata (O)	12,00
27	Amaral	Guarda Chuva do Tio Juca (O)	12,00
28	Perrault	Histórias Maravilhosas (com inúmeras gravuras em cores)	30,00
29	Luz	Infância Humilde dos Grandes Homens (A)	18,00
30	Lefèvre	Lagostinha Encantada (A)	15,00
31	Fleury	Lebrinha das Neves	12,00
32	Grisi	Maracá-Jubá (O chocalho de ouro)	18,00
33	Ségur	Meninas Exemplares (As) (com gravuras em cores)	18,00
34	Fleury	Menino Beija-Flor (O)	12,00
35	Moreira	Negro Velho de Guerra	12,00
36	Fleury	Palácio de Cristal (O)	12,00
37	Fleury	Pastorzinho Aroer	12,00
38	Schmidt	Pastorzinho (O)	10,00
39	Sand	Patinho Teimoso (O) (com gravuras em cores)	12,00
40	Pimentel	Pato Bolé (O) (em cores)	6,00
41	Queiroz	Pinguinho de Gente (com gravuras em cores)	18,00
42	Buarque	Pracinha José (O)	10,00
43	Lefèvre	Príncipe Invencível (O)	20,00
44	Ségur	Ratinha Cinzenta (A)	12,00
45	Grimm	Rei Corvo (O)	12,00
46	Buarque	Rosinha Chinesa (A)	10,00
47	Fleury	Tesouro do Deserto (O)	12,00
48	Wanderley	Vamos Recitar?	15,00

Elaborado com base nas informações disponíveis em: Revista da Editora do Brasil S/A. 1949, setembro, nº 23.

Quadro 2.3
Dados levantados sobre os jovens secundaristas e universitários

Instituição	Ano	Detalhamento dos dados
Censo	1950	Desde 1950 já havia dados que apontava os jovens como maioria demográfica no Brasil. Os dados do Censo de 1950 indicaram que 52,7% de toda a população brasileira tinham menos de 20 anos. Destes 41,7% compreendiam a faixa entre zero e 14 anos. O mesmo censo demográfico apontou que dentre a população total, 50,5% não sabia ler nem escrever. A população escolar entre 7 a 14 anos tinha atingido 14.200 milhões, mas somente 7,5 milhões estavam matriculados, ou seja, em média, 52% das crianças e jovens em idade escolar estavam matriculadas. Naquele ano, apenas 10% desses concluíram a 4º do ensino elementar. Os dados colhidos em 1959 indicavam que entre 7 e 14 anos, a cada 517 matrículas na escola primária, apenas 40 conseguiram concluir a 4ª série. Deste total, apenas 22 ingressaram no curso secundário. Essa mesma comissão considerou que, de um grupo de 1000 estudantes, com 12 e 18 anos, 11,5 concluíram a 4º série do nível médio, 5,5 concluíram a 7ª série do mesmo nível e apenas 2,29 alcançaram o nível superior de educação.
Fulbright Comission - Brasil-	1960	De acordo com os dados colhidos por Gouveia e Havighurst (1969, p. 122) com o objetivo de estabelecer as relações entre o estudo e as condições sócio-econômicas, em 1960, do total da população ocupada no Brasil, 2,2% tinham “um certificado de curso médio como etapa mais elevada de sua preparação escolar”. Somente 0,9% tinham “completado um curso superior”.
Gouveia e Havighurst (1969, p. 122)	1960	Houve um crescimento 11,2% de matrículas no ensino médio em comparação com o ano anterior. Mas os números demonstravam que, comparado ao ensino primário, a quantidade de matriculados ainda era baixa, pois para cada 100 alunos do ensino primário, existiam 16 no ensino médio. A cada 1000 crianças matriculadas no primário, apenas 35 conseguiam alcançar a última série do curso médio. A proporção verificada entre os ciclos demonstrou que uma grande quantidade de alunos não conseguia completá-los, já que, para cada 100 do 1º ciclo do ensino médio, somente 30 completavam o 2º ciclo. Com relação aos 960,5 mil alunos matriculados no ensino médio, 73,4% estavam matriculados no ensino secundário.
Sinopse Estatística do Ensino Médio	1961	
Poerner (1968, p.	1964	Quantitativamente os estudantes secundaristas, em 1964, eram “muito mais importantes que os universitários”, já que

301) Revista Realidade (setembro, 1967, nº 18)	os secundaristas contabilizavam 1.819.000 alunos em vista dos 137 mil universitários matriculados no período. Na edição especial sobre a juventude brasileira, a Revista realidade apontou que "quase dois terços da população brasileira tem menos de 25 anos". Desses, "cerca de 15 milhões estão entre os 15 e 25 anos". Na universidade, em 1967, havia, segundo a <i>Realidade</i> , 160 mil jovens e esse montante representaria menos de 2% da população entre 19 e 25 anos.

Elaborado com base nas informações disponíveis em:

Dados recolhidos em EBSA, 1962, pp. 47-48. Sobre a *Fullbright Comission* no Brasil: "No Brasil o programa existe desde 1957 e foi estabelecido pelo Acordo para Financiamento de Atividades Educacionais entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, celebrado por troca de notas entre os dois países em 05 e 19 de outubro de 1966. O referido Acordo foi publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1966 (páginas 14503 e 14505), estando seus originais arquivados na Divisão de Atos Internacionais do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores. É administrado por uma comissão composta por sete brasileiros e sete cidadãos norte-americanos residentes no país". Disponível em: <http://www.fulbright.org.br/comissao.html>, dia 19/06/2008.

GOUVEIA, Joly Aparecida, HAVIGHURST, Robert. 1969. *Ensino Médio e Desenvolvimento*. Biblioteca de Educação. São Paulo: Edições Melhoramentos/ Editora da Universidade de São Paulo.

Censo demográfico, disponível no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtm, dia 17/06/2008. BRASIL. 1962. Ministério da Educação e Cultura. *Sinopse Estatística do Ensino Médio – 1961*. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), Brasília, DF, pp. 11-12. BRASIL. 1964. Ministério da Educação e Cultura. *Sinopse Estatística do Ensino Médio – 1963*. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), Brasília, DF, pp. 10-12.

POERNER, F. Praga. 1989. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Quadro 2.4
Lista de Ministros da Educação (1961-1980)

	Nome do Ministro	Período no cargo	Presidente da República
1	Brígido Fernandes Tinoco	31 de janeiro de 1961 25 de agosto de 1961	Jânio Quadros
2	Antônio Ferreira de Oliveira Brito	8 de setembro de 1961 11 de julho de 1962	João Goulart
3	Roberto Lira	12 de julho de 1962 14 de setembro de 1962	
4	Darcy Ribeiro	18 de setembro de 1962 23 de janeiro de 1963	
5	Teotônio Maurício Monteiro de Barros Filho	23 de janeiro de 1963 18 de junho de 1963	
6	Paulo de Tarso Santos*	18 de junho de 1963 21 de outubro de 1963	
7	Júlio Furquim Sambaquy	21 de outubro de 1963 6 de abril de 1964	
8	Luís Antônio da Gama e Silva	6 de abril de 1964 15 de abril de 1964	Ranieri Mazilli
9	Flávio Suplicy de Lacerda	15 de abril de 1964 8 de março de 1965	Castelo Branco
10	Flávio Suplicy de Lacerda	22 de abril de 1965 10 de janeiro de 1966	
11	Pedro Aleixo	10 de janeiro de 1966 30 de junho de 1966	
12	Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão	30 de junho de 1966 4 de outubro de 1966	
13	Guilherme Augusto Canedo de Magalhães	4 de outubro de 1966 17 de outubro de 1966	
14	Guilherme Augusto Canedo de Magalhães	21 de outubro de 1966 10 de novembro de 1966	
15	Tarso de Moraes Dutra	15 de março de 1967 5 de dezembro de 1967	Costa e Silva
16	Favorino Bastos Mércio	31 de agosto de 1969 3 de novembro de 1969	
		13 de dezembro de 1967 3 de novembro de 1969	Junta Militar
17	Jarbas Passarinho	3 de novembro de 1969 15 de março de 1974	Emílio Garrastazu Médici
18	Ney Braga	15 de março de 1974 30 de maio de 1978	Ernesto Geisel
19	Euro Brandão	30 de maio de 1978 14 de março de 1979	
20	Eduardo Mattos Portella	15 de março de 1979 26 de novembro de 1980	

Fonte: Ministério da Educação: Galeria dos Ministros. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=80&Itemid=225>, 23/10/2008. Entre os mandatos de Paulo de Tarso Santos até Eduardo Mattos Portella considerar o cargo como Ministro de Educação e Cultura.

Comissão Parlamentar de Inquérito União Nacional dos Estudantes (UNE)

A formação da CPI se deu com a Resolução nº 74, publicada no *Diário do Congresso Nacional* (DCN) de 21/11/1962, p. 6315 e especifica: Investigação sobre a aplicação de CR\$ 1.726 (um bilhão, setecentos e vinte dois milhões de cruzeiros em 1962) e CR\$ 2.146.450 (dois bilhão, cento e quarenta e seis milhões e quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros, em 1963), utilizadas para o montante das atividades estudantis vinculadas à UNE: Editora Universitária, Centro Popular de Cultura (CPC), restaurantes para estudantes, amparo à imprensa escolar, manutenção da sede da entidade, congressos estudantis, despesas com passagens etc., previstas pelo Orçamento. Resolução nº 25, publicada no DCN em 15/06/1963, p. 3316. A aprovação das conclusões da resolução nº 25 foi registrada no Projeto de Resolução nº 42, publicado no DCN de 28/04/1964, p. 2652. A aprovação final do relatório da CPI foi descrita no DCN pela Resolução nº 56 de 28/05/1964, p. 3595.

A Comissão foi instituída a pedido do deputado Raymundo Padilha (UDN). O relator da Comissão foi o Deputado Geraldo Freire (UDN). Foram membros da Comissão os deputados: Olavo Costa, Lauro Leitão e Aloísio de Castro (PSD); Rogê Ferreira Clay de Araújo (PTB); Antônio Carlos Magalhães, Segismundo Andrade (UDN). Foram ouvidas 14 testemunhas, são elas: Raymundo Padilha; José Antabi (Vice-presidente da União Metropolitana de Estudantes – Rio de Janeiro), Wilmar Nunes da Silva (Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia e Colégio Comercial Visconde de Cairu), José Serra (universitário e presidente da UNE – 1964), profª Sônia Seganfredo (autora do livro “UNE, instrumento de subversão”, publicado pelo Instituto de pesquisas e Estudos Sociais - IPES), prof. Pedro Calmon (Reitor da Universidade do Brasil), Luiz Fernando Ferreira (universitário, presidente do Centro Acadêmico Pereira Barreto da Escola Paulista de Medicina), Luis Fernando Levy (universitário da Universidade de São Paulo), prof. Sobral Pinto (Faculdade Nacional de Filosofia – UB), prof. Álvaro Vieira Pinto (Diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e autor do livro “A questão da Universidade”), prof. Osvaldo Veloso (Superintendente da Fundação Visconde de Cairu) e Manoel Figueiredo Castro (presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia).

Na CPI, foram apresentados 289 documentos referentes à matéria, dos mais diferentes tipos: extratos de movimentação financeira, documentos de gastos e relatórios expedidos pela UNE, expedição de passagens terrestres e aéreas, artigos da grande imprensa, revistas e jornais da imprensa estudantil, entre muitos outros. Também foram oficiados os seguintes órgãos para a apresentação de documentos e extratos de circulação monetária: Banco Nacional de Minas Gerais, Ministério da Educação (representado pelo ex-ministro Paulo de Tarso), Petrobrás (Gal. Albino Silva), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico etc..

Quadro 3.2

Slogans e palavras de ordem recolhidos durante a pesquisa

Frase	Contexto
1 "Mais vagas, mais verbas"	O Conselho da UNE de início de 1968 define assim, como centro da mobilização, a luta contra a política educacional do Governo e contra o Acordo Mec-Usaid, Suas resoluções apontava o caminho das luta por reivindicações específicas centradas em 3 bandeiras: Mais Vagas, Mais Verbas para a Universidade, e contra as Anuidades.
2 "Criar um, dois, três... muitos Vietnas"	Guevara, Che. 1968. "Criar um, dois, três...muitos Vietnans. In: <i>A Revolução Cubana e a construção do socialismo</i> . Amadora: Editora Fronteira.
3 "Só o povo organizado derruba a ditadura"	Proferida na passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968.
4 "Só o povo armado derruba a ditadura"	Uma variação "guevarista" da frase anterior. Também proferida na passeata dos Cem Mil em 1968 no Rio de Janeiro. Segundo, Ventura (1988, p. 186), essa variação era proferida por simpatizantes da ALN, VPR, PCdoB.
5 "É proibido proibir"	Proferida durante as manifestações dos alunos de Nanterre durante os conflitos na Sorbonne em maio 1968. Ganhou proeminência mundial. No Brasil, foi título de música de Caetano Veloso acompanhado pelos Mutantes no III Festival Internacional da Canção (FIC) promovido pela Rede Globo em São Paulo, domingo, 15 de setembro de 1968, no Teatro da PUC-SP (Tuca).
6 "Sejamos razoável: peçamos o impossível"	Proferida durante as manifestações dos alunos de Nanterre durante os conflitos na Sorbonne em maio 1968. Frase atribuída a Platão.
7 "Gozar sem freios"	Escrita durante as manifestações dos alunos de Nanterre durante os conflitos na Sorbonne em maio 1968.
8 "Nem Deus, nem mestre"	Proferida durante as manifestações dos alunos de Nanterre durante os conflitos na Sorbonne em maio 1968.
9 "O poder está nas ruas"	Frase proferida em 7 de maio de 1968 enquanto o perímetro da Sorbonne é mantido fechado aos manifestantes. Proferido durante a passagem dos manifestantes diante do Parlamento francês.
10 "Marx, Marcuse, Mao"	Em 15 de maio de 1968, ocupação do Teatro Odéon com esse manifesto.
11 "A imaginação no poder"	Frase escrita em uma parede da Sorbonne em maio de 1968.

12	"Não confie em ninguém com mais de 30 anos"	Frase atribuída ao movimento hippie estadunidense.
13	"Quem transa duas vees com a mesma pessoa já pertence ao establishment".	—
14	"Você que é explorado, não fique aí parado"	Proferida na passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968.
15	"Revolução não se vota, faz-se"	Frase escrita em um muro de Paris, maio de 1968.
16	"A poesia está na rua"	—
17	"Virgindade dá câncer"	—
18	"O povo no poder"	—
19	"A UNE somos nós, a UNE é nossa voz"	Frase proferida durante o congresso da UNE em Ibiúna – São Paulo, 1968. A frase foi entoada em coro novamente em 1979 no Congresso da Reconstrução da UNE em Salvador.
20	"Fora o acordo MEC-USAID"	—
21	"Abaixa a ditadura"	Frase comumente escrita nos muros e paredes do Brasil
22	"Desabotoe o seu cérebro tantas vezes quanto a sua braguilha"	Essa frase foi acompanhada por outras durante as manifestações de maio de 1968: "Amai-vos uns sobre os outros"; "Eu gozo nas calçadas"; "Quanto mais eu faço amor, mais tenho vontade de fazer a revolução. Quanto mais faço a revolução, mais tenho vontade de fazer amor". Frase proferida em 2 de abril de 1968 no dia do sepultamento do estudante Edson Luis, morto no dia 28 de março de 1968, durante confronto entre estudantes e a polícia no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro, com um tiro no coração. Baleado no peito pelo comandante da tropa da PM, o aspirante da polícia Aloísio Raposo.
23	"Nossa luta começa nesse luto"	—
24	"Menos monumento e mais pensamento"	—
25	"O povo unido jamais será vencido"	A expressão "O povo unido jamais será vencido" corresponde à adaptação portuguesa do título da canção "El pueblo unido jamás será vencido" composta por Sérgio Ortega/Quilapayún e inspirada na vitória de Salvador Allende no Chile em 1970.
26	"Eles podem cortar todas as flores mas não impedirão a chegada da primavera"	—
27	"A arte está morta, não consumamos o seu cadáver"	Proferida durante as manifestações dos alunos de Nanterre durante os conflitos na Sorbonne em maio 1968.
28	"Uma barricada fecha a rua, mas abre	

	um caminho"	Proferida durante as manifestações dos alunos de Nanterre durante os conflitos na Sorbonne em maio 1968.
29	"We shall fight. We Will win. Paris, London, Rome, Berlin"	Coro de 20 mil protestantes diante da Embaixada Norte-americana em Londres, Grosvenor Square, em 1968, contra a Guerra do Vietnã.
30	"Abaixo a burguesia"	—
31	"Mataram um estudante. Podia ser seu filho"	Frase proferida após a morte do estudante secundarista Edson Luis, morto no dia 28 de março de 1968, durante confronto entre estudantes e a polícia no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro, com um tiro no coração. Baleado no peito pelo comandante da tropa da PM, o aspirante da polícia Aloísio Raposo.
32	"Faça amor. Não faça guerra"	—
33	"As armas da crítica passam pela crítica das armas"	Proferida durante as manifestações dos alunos de Nanterre durante os conflitos na Sorbonne em maio 1968.
34	"Deus, eu te suponho um intelectual de esquerda"	—
35	"Os muros têm ouvidos, os ouvidos têm muros"	Proferida durante as manifestações dos alunos de Nanterre durante os conflitos na Sorbonne em maio 1968.
36	"Os sonhos são realidade"	—
37	"Amai-vos uns sobre os outros"	—
38	"Liberdade para o povo"	—
39	"Abaixo o imperialismo"	—
40	"Exagerar eis a solução"	—
41	"Mais pão, menos canhão"	Palavras de ordem proferidas em 1965 no Brasil contra a ditadura militar.
42	"Quando um dedo aponta para a Lua o imbecil olha para o dedo"	Provérbio chinês reutilizado durante as manifestações de maio de 1968 em Paris.

Elaborado com base nas informações disponíveis em: ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. 2008. 1968: Eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores./ GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. 1999. *Rebeldes e Contestadores – 1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo./ VENTURA, Zuenir. 1988. 1968: O ano que não terminou, Rio de Janeiro: Nova Fronteira./ VALLE, Maria Ribeiro do. 1968. *1968: O Diálogo é a Violência – Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.

Quadro 3.3

Palavras de ordem - Paris, maio de 1968.

Palavras de ordem

"É proibido proibir."
 "Se queres ser feliz, prende o teu proprietário."
 "Sejam realistas, exijam o impossível!"
 "O despertador toca: primeira humilhação do dia."
 "A imaginação no poder."
 "Abaixo o realismo socialista. Viva o surrealismo."
 "As paredes têm ouvidos, seus ouvidos têm paredes."
 "A idade de ouro era a idade onde o ouro não reinava."
 "Nós somos todos judeus alemães."
 "Não queremos um mundo onde a certeza de não se morrer de fome se troca contra o risco de morrer de aborrecimento."
 "A humanidade só será feliz no dia em que o último capitalista for pendurado com as tripas do último burocrata."
 "A política passa-se nas ruas."
 "O patrão precisa de ti, tu não precisas dele."
 "A arte morreu, libertemos a nossa vida cotidiana."
 "A arte morreu. Não consumam o seu cadáver."
 "Todo poder abusa. O poder absoluto abusa absolutamente."
 "Todo poder aos conselhos operários (um enraivecido)."
 "Todo poder aos conselhos enraivecidos (um operário)."
 "O poder tinha as universidades, os estudantes tomaram-nas. O poder tinha as fábricas, os trabalhadores tomaram-nas. O poder tinha os meios de comunicação, os jornalistas tomaram-na. O poder tem o poder, tomem-no!"
 "O direito de viver não se mendiga, toma-se."
 "Viva o poder dos conselhos operários estendido a todos os aspectos da vida."
 "Abramos as portas dos asilos, das prisões, e outras faculdades."
 "Trabalhador: tu tens 25 anos, mas o teu sindicato é do outro século."
 "Todo reformismo se caracteriza pela utopia da sua estratégia, e pelo oportunismo da sua tática."
 "Quando a Assembléia Nacional se transforma em um teatro burguês, todos os teatros da burguesia devem se transformar em Assembléias Nacionais."
 "Juventude Marxista Pessimista."
 "Não nos prendamos ao espetáculo da contestação, mas passemos à contestação do espetáculo."
 "A revolução não é a dos comitês, mas, antes de tudo, a vossa.
 Levemos a revolução a sério, não nos levemos a sério."
 "Quanto mais amor faço, mais vontade tenho de fazer a revolução.
 Quanto mais revolução faço, maior vontade tenho de fazer amor."
 "Professores, sois tão velhos quanto a vossa cultura, o vosso modernismo nada mais é que a modernização da polícia, a cultura está em migalhas."
 "Não reivindicaremos nada. Não pediremos nada. Conquistaremos. Ocuparemos."
 "Um homem não é estúpido ou inteligente. É livre ou não é."
 "As reservas impostas ao prazer excitam o prazer de viver sem reserva."
 "Revolução, eu te amo."
 "Sou marxista, tendência Groucho."
 "A revolução deve ser feitas nos homens, antes de ser feita nas coisas."
 "Um só fim de semana não-revolucionário é infinitamente mais sangrento que um mês de revolução permanente."

"Tu, camarada, tu, que eu desconhecia por detrás das turbulências, tu, amordaçado, amedrontado, asfixiado, vem, fala conosco."
"Abaixo a Universidade."
"O álcool mata. Tomem LSD."
"A sociedade nova deve ser fundada sobre a ausência de qualquer egoísmo e qualquer egolatria. O nosso caminho será uma longa marcha de fraternidade"
"Abaixo a sociedade espetacular mercantil."
"Os limites impostos ao prazer excitam o prazer de viver sem limites."
"O sonho é realidade."
"Corre camarada, o velho mundo está atrás de ti."
"Acabareis todos por morrer de conforto."
"O sagrado, eis o inimigo."
"A poesia está na rua."
"Abaixo os jornalistas e todos os que os querem manipular."
"Abaixo o Estado."
"Viva o efêmero."
"Não trabalharemos mais."
"Abaixo a sociedade de consumo."
"A ação não deve ser uma reação, mas uma criação."
"O agressor não é aquele que se revolta, mas aquele que reprime."
"Amem-se uns aos outros."
"A anarquia sou eu."
"As armas da crítica passam pela crítica das armas."
"Parem o mundo, eu quero descer."
"A arte está morta. Nem Godard poderá impedir."
"A arte está morta, liberemos nossa vida cotidiana."
"Antes de escrever, aprenda a pensar."
"A barricada fecha a rua, mas abre a via."
"Ceder um pouco é capitular muito."
"A cultura é a inversão da vida."
"10 horas de prazer já."
"Proibido não colar cartazes."
"A economia está ferida, pois que morra!"
"A emancipação do homem será total ou não será."
"O estado é cada um de nós."
"A insolência é a nova arma revolucionária."
"Eu tinha alguma coisa a dizer, mas não sei mais o quê."
"Eu gozo."
"Eu participo. Tu participas. Ele participa. Nós participamos. Vós participais. Eles lucram."
"Os jovens fazem amor, os velhos fazem gestos obscenos."
"A liberdade do outro estende a minha ao infinito."
"A mercadoria é o ópio do povo."
"Não mudem de empregadores, mudem o emprego da vida."
"A novidade é revolucionária, a verdade, também."
"Fim da liberdade aos inimigos da liberdade."
"O patrão precisa de ti, tu não precisas do patrão."
"Professores, vocês nos fazem envelhecer."
"A política se dá na rua."
"Os sindicatos são uns bordéis."
"O sonho é realidade."
"Só a verdade é revolucionária."
"Trabalhador: você tem 25 anos, mas seu sindicato é de outro século."
"Abolição da sociedade de classes."
"Abram as janelas do seu coração."

"Não nos prendamos ao espetáculo da contestação, mas passemos à contestação do espetáculo. "

"Autogestão da vida cotidiana"

"A felicidade é uma idéia nova."

"Teremos um bom mestre desde que cada um seja o seu."

"Camaradas, o amor também se faz na Faculdade de Ciências."

"Ainda não acabou!"

"Consuma mais, viva menos."

"O discurso é contra-revolucionário. "

"Escrevam por toda a parte!"

"Abraça o teu amor sem largar a tua arma."

"Enraiveçam-se!"

"Ser rico é se contentar com a pobreza?"

"Um homem não é estúpido ou inteligente: ele é livre ou não é."

"Adoro escrever nas paredes."

"Decretado o estado de felicidade permanente."

"Milionários de todos os países, unam-se, o vento está mudando."

"Não tomem o elevador, tomem o poder."

Elaborado com base nas informações disponíveis em : "Quarenta anos de Maio de 68" - Disponível em: <http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL463636-15530,00.html> em 05/05/ 2008.

Quadro 4.2
Erros de vestibulares (1975)

Indicação	Referência
1	Alunos que ignoraram o que significavam "ficção" e "ficcionalista", embora manejassem termos como "sintagma", "diacrônico" e "isotopia" etc.
2	Citações entre os prosadores brasileiros: Cecília Meireles, Garret, Castro Alves, Gonçalves de Magalhães, Afonso Pena, Cesário Verde, Manuel Bandeira, Fagundes Varela, Guilherme de Almeida, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, Vergílio de Magalhães, Gregório de Matos, Santa Rita Durão, Olavo Bilac e Camilo Castelo Branco.
3	Citações entre os poetas: Graciliano Ramos, Rui Barbosa, Fernando Pessoa, Gregório de Barros [sic], Guerra Junqueira [sic], Luís de Camões, Carlos Gomes, Euclides da Cunha, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Visconde de Taunay, José de Alencar, Alberto Caieiro [confusão entre poetas e prosadores e as respectivas origens].
4	Desconhecimento da literatura universal, desfigurando nomes e obras e fazendo associações insólitas: Shakespeare, Von Danic e Todorov; Alexandre Dumas, Sartre, Von Dicken e Shakespeare; William Shakespeare, Luís de Camões e Assis Chateaubriand; Faulkner, Shakespeare e Papillon.
5	Incapacidade de emitir juízo sobre os livros lidos: "Vidas Secas" (Graciliano Ramos) – porque o personagem principal é muito complexo, mas conseguimos entendê-lo. E também porque no fim ele consegue mudar. "Dom Casmurro" (Machado de Assis) – Gostei da forma como foi apresentado o autor [sic], e a configuração dos seus problemas, confundindo o autor com a personagem. "Pelas estradas do sol" (Silveira Bueno) – O enredo sobre a excursão [sic], ele narra as reações e façanhas dos turistas, confusão de romance com relato de viagem. "O Risco do Bordado" (Autran Dourado) – Pois Autran Dourado fez com que o seu livro tivesse uma montagem especial, pois este deve ser lido do meio para o começo, ou do fim para o começo, que chegamos às mesmas conclusões.

Elaborado com base nas informações disponíveis: "Refere-se às 'coleções de tolices' publicadas na imprensa". Citado por Alfredo Gomes em janeiro/1976 (EBSA, 1976, p. 4). Transcrito do *Jornal do Brasil* (Caderno B), Rio de Janeiro, 10/01/1975; Revista Veja, 13/08/1975 (EBSA, 1976, pp. 4-6).

Dados

Quadro 1

Tema: Juventude (1961-1980)

Número de entradas nos 211 artigos

Subtemas	Quantidade	%
Juventude boa		
<u>Referências (Gerais):</u> "Vanguarda Juvenil"; não se corrompe; salvação da humanidade; pensa além do horizonte conhecido; tem consciência cívica; são conscientes dos problemas brasileiros; puro manancial; líderes verdadeiros; merecem crédito; participam de obras assistenciais; estão dentro do Espírito do Vaticano II; seguem bons exemplos; exuberantes; atuantes, patriotas; normais; inofensivos; escudos contra o comunismo; maioria.	43*	26,38
	G – 35 E – 8	
<u>Referências (Estudantes):</u> Participam do plano de desenvolvimento; atuam no Projeto Rondon; ajudam em campanhas assistenciais; repousam nas férias; posta em seu devido caminho; democrática, expressam a maioria.		
Juventude má		
<u>Referências (Gerais):</u> Fala palavrão; é levada pela publicidade; buscam interesses pessoais; impressionáveis; insatisfeita; caluniam as tradições.	31	19,01
	G – 18 E – 13	
<u>Referências (Estudantes):</u> Inquieta; precoce; ruidosa; comunista; anormais; teleguiados; imatura; covardes; minoria.		
Juventude Estudiosa		
<u>Referências:</u> Estudantes; estudam e não participam de agitações; não participam da UNE; repudiam o comunismo; estão dentro da escola; trabalham; atuam; participam de boas atividades extra-escolares; participam do Projeto Rondon.	16	9,82
Juventude Transviada		
<u>Referências (Gerais):</u> Fenômeno universal; desviados; anormais; delinquentes, Unesco.	14	8,59
	G – 1 E – 13	
<u>Referências (Estudantes):</u> Estudantes; criminosa; desorientada; oportunista, estéril; desviada; equivocada; subversiva; insaciáveis; anormal; descompromissada com o ensino.		
Juventude Potencial		
<u>Referências:</u> Potencial que acolhe o crescimento demográfico de forma racional; esperança do Brasil; desempenharão tarefa social; é a mola propulsora do país; força da nação; futuro da nação; serão leitores.	10	6,13
Juventude Afásica		
<u>Referências:</u> Geração sem palavras; falam mal; escrevem mal; língua desfigurada; esvaziamento cultural; mímicos; silêncio; imagética; desmotivada para o estudo.	9	5,52

Juventude Vitimada		
<u>Referências:</u> Pelo sistema de ensino; pela pressão populacional sobre a universidade; da falta de vagas nas escolas; dos estudantes profissionais; da poluição moral; dos veículos de comunicação; da pressão social; do comércio de tóxicos.	8	4,9
Definição de jovem		
<u>Referências (ser jovem):</u> Sentir-se genial; deseja mudar o mundo; deve percorrer um currículo; deve ser responsável; simulam a vida adulta; devem trocar ideias com os mais velhos.	8	4,9
<u>Referências (ser adulto):</u> Tem responsabilidades; tem experiência; podem ser líderes; tem conhecimento dos fatos; é independente; faz cerimônia com o passado.	19**	
Juventude Purificada		
<u>Referências:</u> Limpeza nos grêmios; proibir reuniões; purificação da poluição moral; educados para a justiça social; ter leitura saudável; torna-se adulto para trabalhar.	7	4,29
Juventude Estética		
<u>Referências:</u> Relaxados; tem parcimônia com o indumento; aspecto repulsivo; cabeludos; proibidos de entrar na escola.	6	3,68
Poder Jovem		
<u>Referências:</u> Mito idiota; governam as autoridades de ensino; jovem com a capacidade de agir; linguagem "vulgar" virou um poder.	4	2,46
Delinquência Juvenil		
<u>Referências:</u> Membros da UNE; anti-sociais; recuperação de jovens anti-sociais.	4	2,46
Juventude (outros)		
<u>Referências:</u> Excluída; sem escolas; sindicalizada.	3	1,84
Total	163	100,0

Elaborado com base nas informações disponíveis: Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)

* Diz respeito às referências sobre a juventude em geral e sobre a categoria estudantil em particular.

** Indicou-se a condição do "ser adulto", de acordo com os artigos de EBSA, sem contabilizá-los no quadro geral.

Quadro 2
Tema: Juventude (1961-1980)
Referências por veículo de informação

Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade
Juventude boa	43	Juventude má	31	Juventude Estudiosa	16	Juventude Transviada	14
Alfredo Gomes	12	Alfredo Gomes	11	OESP	4	EBSA	5
EBSA	10	Diário de Notícias	5	EBSA	2	Alfredo Gomes	2
OESP	4	OESP	4	Alfredo Gomes	2	Especialistas	1
Governo - MEC	3	Especialistas	2	Diário de Notícias	2	O Estado de Minas	1
FSP	3	Jornal do Brasil	2	Correio da Manhã	1	Jornal do Brasil	1
Exército	3	Diário de S. Paulo	1	Jornal do Commercio	1	Jornal do Commercio	1
Jornal do Brasil	2	Igreja Católica	1	O Globo	1	O Jornal	1
Diário de S.Paulo	2	Jornal do Professor	1	Diário Carioca	1	Diário de S.Paulo	1
Folha da Tarde	1	Província do Pará	1	Especialistas	1	O Globo	1
Diário de Notícias	1	FSP	1	Ass. Cristã Feminina	1		
ABL Austregésilo de Athayde	1	Governo	1				
Jornal do Professor	1	EBSA	1				

Juventude potencial	10	Juventude afásica	9	Juventude vitimada	8	Definição de jovem	8
Correio da Manhã	2	Alfredo Gomes	5	Alfredo Gomes	2	OESP	3
Alfredo Gomes	2	OESP	3	EBSA	2	Alfredo Gomes	2
Governo - MEC	2	Jornal do Brasil	1	Especialistas	2	Diário de S.Paulo	1
Jornal do Brasil	2			Governo - MEC	1	FSP	1
EBSA	1			O Educador	1	Governo MEC	1
IBBY*/ EBSA	1						
Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade
Juventude purificada	7	Juventude Estética	6	Poder Jovem	4	Delinquência Juvenil	4
EBSA	2	Alfredo Gomes	3	Alfredo Gomes	2	EBSA	2
Alfredo Gomes	1	EBSA	1	Jornal da Tarde	1	Alfredo Gomes	1
O Estado de Minas	1	OESP	1	Exército	1	Diário de S. Paulo	1
Jornal da Tarde	1	Especialistas	1				
Especialistas	1					Juventude (outros)	3
Diário de Notícias	1					EBSA	1
						Conf. Trabalhadores Grã Bretanha	1
						Jornal do Brasil	1

Elaborado com base nas informações disponíveis:: Revista da Editora do Brasil S/A. (1961-1980).

* Internacional Board on Books for Young (IBBY).

Quadro 3
Estudantes (1961-1980)
 Número de entradas nos 211 artigos

Subtemas	Quantidade	%
Movimento Estudantil		
<u>Referências:</u> Estão fora da escola; indisciplinados, corruptos, mercenários; mascarados; políticos improvisados; agitadores, pusilânimes; torpes, perversos; extremistas; foras da lei; anômalos; grevistas; governam as autoridades de ensino; minoria.	60	39,21
Representação Estudantil		
<u>Referências:</u> Representam estudantes; UNE; estão fora da escola; órgão profissional; contra revolucionários; não seguem o currículo; criminosos; terroristas; bovaristas; subversivos.	28	18,30
Estudantes "maus"		
<u>Referências:</u> não tem méritos; reprovados; seguem o regime de aprovação parcelada; românticos; intranquilos; subversivos; desajustados; dá pânico; despreparados, traidores; agitados; sub-reptícios; rebeldes, imaturos; agressivos; gritam chavões.	21	12,41
União Nacional dos Estudantes		
<u>Referências:</u> Órgão de representação; extinção do órgão; casta de privilegiados; vírus; nostálgicos (pós-golpe); minoria.	19	13,72
Estudantes "bons"		
<u>Referências:</u> Tem vida atuante; potencial; patriotas; seguem o currículo; desestimula a política; dedicados aos estudos; cautelosos; não seguem a UNE; maioria.	11	7,18
Estudantes "Democráticos"		
<u>Referências:</u> Repudia o comunismo; pede a garantia das instituições; espalhados pelo Brasil; favoráveis ao governo militar; tem responsabilidade social; Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos; maioria.	7	4,57
Estudante Profissional		
<u>Referências:</u> Faz política partidária; não termina a faculdade nunca; técnico profissional em passeatas; subversivos.	4	2,61
Estudantes		
<u>Referências:</u> Estudantes do curso noturno pedem o direito de sair mais cedo; estudantes pedem o direito de escolha da língua estrangeira no vestibular; estudantes nos EUA seguem currículo compreensivo.	3	1,96
Total	153	100,0

Elaborado com base nas informações disponíveis: Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980).

Quadro 4

Tema: Estudantes (1961-1980)
Referências por veículo de informação

Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade
Movimento Estudantil	60	Movimento Estudantil	--	Representação Estudantil	28	UNE	19
EBSA	13	O Estado de Minas	1	Governo – MEC CFE	5 1	Governo – MEC Câmara dos Deputados	3 1
OESP	11	A Província do Pará	1	OESP	6	OESP	4
Governo - MEC	11	Diário Carioca	1	EBSA	4	EBSA	2
Alfredo Gomes	4	Jornal do Commercio	1	O Jornal	4	O Globo	2
Jornal do Brasil	4	Igreja Católica	1	O Globo	2	Diário de S.Paulo	2
Diário de S.Paulo	3	Centro Acadêmico Oswaldo Cruz	1	Entidades Femininas	2	Diário de Notícias	1
Diário de Notícias	3			FSP	1	Jornal do Brasil	1
O Globo	2			Diário de Notícias	1	Alfredo Gomes	1
A Gazeta	1			Diário de S.Paulo	1	FSP	1
FSP	1			Jornal do Commercio	1	Entidades Femininas	1
O Jornal	1						
Estudantes maus	21	Estudantes bons	11	Estudantes	7	Estudante	4

				democráticos		profissional	
Alfredo Gomes	4	OESP	4	UME – RJ	2	Governo - MEC	1
OESP	4	O Globo	2	Diretório dos Estudantes – SP	1	Alfredo Gomes	1
EBSA	3	Governo MEC	2	Centro Acadêmico Oswaldo cruz	1	OESP	1
O Globo	3	Jornal do Brasil	1	Governo - MEC	1	A Gazeta	1
Diário de S.Paulo	2	Diário de S.Paulo	1	OESP	1		
Diário de Notícias	2	Diário de Notícias	1	Jornal do Comercio	1	Estudantes	3
A Gazeta	1					EBSA	1
Correio do Ceará	1					Diário de Notícias	1
Jornal do Brasil	1					FSP	1

Elaborado com base nas informações disponíveis: Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980).

Quadro 5

Tema: Gerações (1961-1980)
Número de entradas nos 211 artigos

Subtemas	Quantidade	%
Geração nova		
<u>Referências:</u> Espírito de lucro; se desencontrou com as tradições; individualista; falta sociabilidade com os mais velhos; deve ser direcionada aos interesses nacionais; deve ser ajustada moralmente; deve ser orientada a ler mais livros.	19	65,51
Geração velha		
<u>Referências:</u> Prepara a nova geração; tem lembrança da própria juventude; se choca com a linguagem dos jovens; se choca com o comportamento dos jovens.	10	34,48
Total	29	100,0

Elaborado com base nas informações disponíveis: Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980).

Quadro 6

Tema: Gerações (1961-1980)
Citações por veículo de informação

Subtemas	Quantidade	Subtemas	Quantidade
Gerações novas	19	Gerações velhas	10
Alfredo Gomes	9	Alfredo Gomes	4
EBSA	2	Especialistas	2
OESP	2	Governo	1
Especialistas	2	Igreja Católica	1
Diário de S.Paulo	2	Exército	1
Gazeta Mercantil	1	Jornal do Brasil	1
Correio do Ceará	1		

Elaborado com base nas informações disponíveis: Revista da Editora do Brasil S/A. (1961-1980).

Quadro 7
Referências dos artigos (1961-1980)

Conjuntos	Quantidade	Conjuntos	Quantidade
Editora do Brasil S/A.		Jornais	
EBSA	42	O Estado de S. Paulo	18
Alfredo Gomes	29	Diário de Notícias	10
Parcial 33,64%	71	Jornal do Brasil	10
Governo		O Globo	8
Ministério da Educação e Cultura (MEC)	18	Jornal do Commercio	7
Exército Brasileiro	5	Diário de S. Paulo	5
Câmara dos Deputados	1	O Jornal	5
Comissão do Ensino Superior de Legislação e Normas	1	Folha de S. Paulo	3
Conselho Federal de Educação (CFE)	1	Correio da Manhã	3
Divisão de Educação Extra-Escolar	1	O Estado de Minas	2
Parcial 12,79%	27	Gazeta Mercantil	1
Instituições variadas		Diário Carioca	1
Centros Acadêmicos	3	Correio da Manhã	1

Igreja Católica	3	A Gazeta	1
UNESCO	2	Província do Pará	1
Entidades Femininas Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) Associação Cristã Feminina	2	Correio do Ceará	1
Congressos científicos	2	Jornal da Tarde	1
Assessoria das Universidades da Comunidade Britânica	1	Folha da Tarde	1
Confederação Trabalhista da Grã-Bretanha	1	Jornal do Professor	1
IBBY/ EBSA	1	"O Educador"	1
Câmara Brasileira do Livro	1	"City News"	1
Juizado de Menores	1	Parcial 38,86%	82
Parcial 8,05%	17		
Outros		Total 100,0	211
Especialistas	9		
Escritores	3		
Escolas	2		
Parcial 6,63%	14		

Elaborado com base nas informações disponíveis: Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980).

Quadro 8
Artigos por seções da Revista EBSA (1961-1980)

Seções 211 artigos	Referências no artigo	Quantidade Referências	100,0
Várias			
92 artigos	Juventude	51	43,60
	Estudante	14	
	Movimento Estudantil	24	
	Representação Estudantil	12	
	UNE	2	
Opiniões do mês			
72 artigos	Juventude	48	34,12
	Estudante	31	
	Movimento Estudantil	24	
	Representação Estudantil	12	
	UNE	7	
Crônica do mês			
33 artigos	Juventude	57	15,63
	Estudante	4	
	Movimento Estudantil	6	
	UNE	5	
Súmulas e destaques			
7 artigos	Juventude	4	3,31
	Estudante	3	
	Movimento Estudantil	4	
	UNE	3	
Legislação			
	Juventude	1	
	Estudante	1	

5 Leis e artigos	Movimento Estudantil	2	2,36
	Representação Estudantil	4	
	UNE	2	
Colaboração			
2 Artigos	Juventude	2	0,94

Elaborado com base nas informações disponíveis: Revista da Editora do Brasil S/A. (1961-1980).

Quadro 9
Assuntos relacionados à juventude estudantil (1961-1980)

Assunto	Quantidade	Assunto	Quantidade
Sistema de Ensino	30	Comunicação em massa	6
Ensino superior	14	Vestibular	6
Ensino Médio	7	Práticas escolares	5
Ensino secundário	3	Carreira militar	4
Educação ideal	21	Reforma de ensino	4
Família	16	Educação extra-escolar	4
Dados sobre estudantes	16	Psicologia do desenvolvimento	4
Educação Moral e Cívica	14	Rui Barbosa	4
Professores	13	Expansão do ensino	3
Livros	10	Bolsas de estudo	3
Linguagem	10	Terrorismo Cultural	3
Campanhas	10	Intelectuais	3
Cercamento aos estudantes	8	Problemas Brasileiros	3
Trabalho	7	Outros	7
Marx/Marcuse/Freud	7		

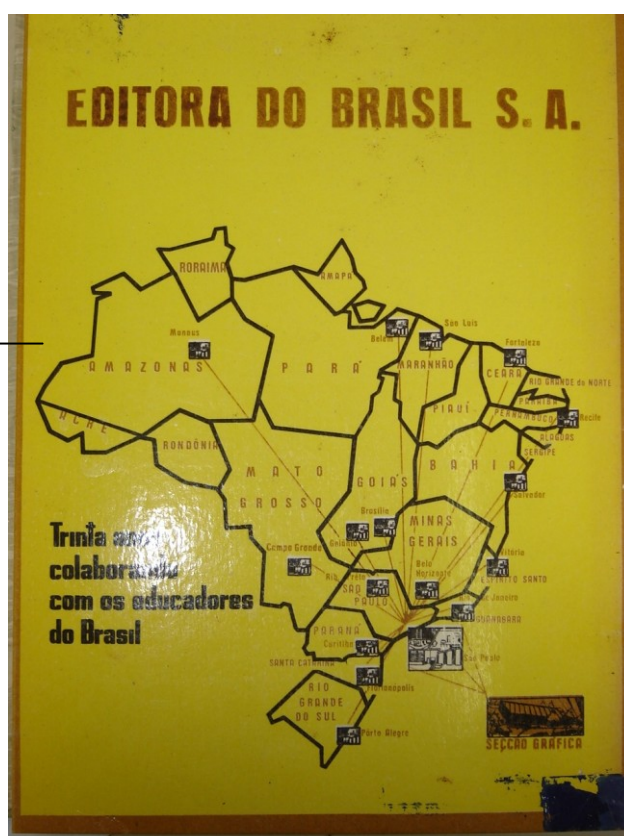
Elaborado com base nas informações disponíveis: Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980).

Fotos



Figura 1 - Capa da primeira edição da Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA).

Figura 2 – Quarta capa: Editora paulista "colaborando com os educadores do Brasil".



A Editora do Brasil S/A submete, com satisfação, á apreciação do magistério pátrio, uma coleção de catorze gravuras-temas, destinadas a servirem á descrição dos examinandos em admissão ao ginásio, sugerindo cenas, instantes e aspectos da vida, de absoluta realidade e atualidade. No formato de 60X40 cms., são eles acondicionados em estojo de papelão, fazendo-se acompanhar de moldura de madeira, a que se adaptam para efeito de uso em classe.



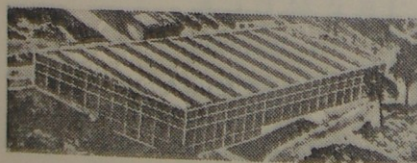
Você imprimiu o primeiro livro com tipos móveis de chumbo. Abriu a porta. Nós entramos. E já produzimos mais de 200 milhões de livros. Inspirados na mesma intenção que motivou você. O amor.

O amor à criança, ao jovem, ao homem, ao futuro. Nossa tradição de 30 anos apenas nos garante a certeza do dever cumprido e do presente feliz. Hoje, inauguramos o maior parque



industrial do livro. ampliamos nossas perspectivas e nos preparamos para acompanhar o grande salto brasileiro 16 mil metros quadrados de área. Centenas de técnicos, educadores, autores, especialistas em comunicar cultura, 50 mil livros por dia. Um milhão por mês. Editora do Brasil Ano 30. Há trinta anos construindo brasileiros com livros e com amor.

VIU, GUTENBERG? INAUGURAMOS O MAIOR PARQUE INDUSTRIAL DO LIVRO NO PAÍS.



EDITORA DO BRASIL ANO 30

SEDE: Conselheiro Nébias, 887 - PARQUE GRÁFICO - José Lourenco Neves, 368 - Guarulhos

Você imprimiu o primeiro livro com tipos móveis de chumbo. Abriu a porta. Nós entramos. E já produzimos mais de 200 milhões de livros. Inspirados na mesma intenção que motivou você. O amor. O amor à criança, ao jovem, ao homem. Nossa tradição de 30 anos apenas nos garante a certeza do dever cumprido e do presente feliz. Hoje inauguramos o maior parque industrial do livro. Ampliamos nossas perspectivas e nos preparamos para o grande salto brasileiro. 16 mil metros quadrados de área. Centenas de técnicos e educadores, autores, especialistas em comunicar cultura. 50 mil livros por dia. Um milhão por mês. Editora do Brasil ano 30. Trinta anos construindo brasileiros com livros e com amor.



Coluna da esquerda: Fotos da inauguração do Parque Gráfico em Osasco em 22 de janeiro de 1971. Abaixo a presença de Carlos Costa, presidente da Editora e conselheira a professora Esther de Figueiredo Ferraz então conselheira do Conselho Federal de Educação.

Coluna da direita: Fotos da visita de professores à Editora e ao parque gráfico. O serviço consistia em uma visita monitorada pelas instalações da editora e da gráfica, a fim de que os professores observasse o processo de produção industrial.

